

Bienal de
Luanda
Fórum
Pan-Africano
para a Cultura
de Paz



Relatório Final

Primeira Edição

Luanda, 18-22 de setembro de 2019



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Edições
UNESCO

Publicado em 2020 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, 7, place de Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, França.

© UNESCO, 2020

Esta publicação está disponível gratuitamente sob a licença Attribution-ShareAlike 3.0 IGO (CC-BY-SA 3.0 IGO) (<http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/igo/>). Ao utilizar o conteúdo desta publicação, os utilizadores concordam em ficar vinculados aos termos e condições de utilização do Repositório de Acesso Livre da UNESCO (<https://en.unesco.org/open-access/terms-use-ccbysa-en>).

As designações utilizadas e a apresentação do material ao longo desta publicação não implicam a expressão de qualquer opinião por parte da UNESCO relativamente ao estatuto jurídico de qualquer país, território, cidade ou zona ou das suas autoridades, ou relativamente à delimitação das suas fronteiras ou limites.

As ideias e opiniões expressas nesta publicação são as dos autores e não são necessariamente as da UNESCO e não comprometem a Organização.

Coordenação geral e edição final:

Zulmira Rodrigues

Relatório elaborado por:

Zulmira Rodrigues, Pedro Felipe Fontenele Reis, Luisa Ferrara, Juste Joris Tindy-Poaty e Vincenzo Fazzino

Com o apoio de:

Lamine Diagne, Noro Andriamiseza Ingarao, Edmond Moukala, Alice Ochanda, Noeline Raondry Rakotoarisoa, Toussaint Tiendrebeogo, Al Amin Yusuph

Contribuições de:

Laura Raymondi e Teresa Genovart (UNESCO)
Alexandra Aparício, Ulrika Kandimba, Paulo Kussy e Dr Aguiinaldo Cristóvão (Ministério da Cultura, Angola)

Tradução de:

Cristina Isabel Seco Costa

Layout e formatação:

Luis Sardá e Patricia Sardá

Foto de capa:

© Bill Wegener

Abreviaturas e Siglas

AAUCA	Universidade Afro-Americana da África Central	CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
ACALIN	Academia Africana de Línguas	AEA	Aliança Evangélica de Angola
CADHP	Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos	UE	União Europeia
BAfD	Banco Africano de Desenvolvimento	FaS	Mulheres África Solidária
AGAM	Associação Gabonesa de Cegos e Deficientes Visuais	FEMUA	Festival de Música Urbana de Anoumabo em África
AIDA	Agência de Desenvolvimento Internacional do Azerbaijão	FESA	Fundação Eduardo dos Santos
AMISOM	Missão da União Africana na Somália	FESPACO	Festival Pan-Africano de Cinema e Televisão de Ouagadougou
APSA	Arquitetura Africana de Paz e Segurança	FIMA	Festival Internacional de Moda de África
AAI	Acesso à informação	MGF	Mutilação genital feminina
UA	União Africana	FODPZ	Federação de Organizações das Pessoas com Deficiência no Zimbabué
CUA	Comissão da União Africana	FdI	Fórum de Ideias
AwIM	Mulheres africanas nos meios de comunicação social	FRIN	Instituto de Pesquisa Florestal da Nigéria
AYAP	Embaixadores Africanos Jovens pela Paz	AG	Assembleia Geral
BIOPALT	Biosfera e Património do Lago Chade	VBG	Violência baseada no género
CapED	Programa de Desenvolvimento de Capacidades para a Educação	GEF	Fundo Mundial para a Protecção do Ambiente
CARRAS	Centros de Acolhimento de Refugiados e Requerentes de Asilo	MGE	Monitorização Global da Educação
TPI	Tribunal Penal Internacional	HGA	História Geral da África
CEDAW	Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres	ICGLR	Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos
CERDOTOLA	Centro Internacional de Pesquisa e Documentação sobre Tradições e Línguas Africanas	TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
CFIT	Fundo Fiduciário China-UNESCO	DIIs	Deslocados internos
CICA	Igrejas Cristãs em Angola	COI	Commission océanographique gouvernementale
CL	Curious Learning	IOM	Organização Internacional para as Migrações
CODAE	Cooperação de Desenvolvimento Afro-Equatoriano	IPSS	Instituto de Estudos de Paz e Segurança
CSZ	“Community Solutions Zimbabwe” Soluções Comunitárias Zimbabué	MAB	O Homem e o Programa Biosfera
RDC	República Democrática do Congo	MARAC	Mecanismo de Alerta Rápido da África Central
CEEAC	Comunidade Económica dos Estados da África Central	MASA	Mercado de Artes Cénicas de Abidjan
		MASFAMU	Direitos da Mulher, Igualdade e Equidade do Género do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher
		LMI	Literacia dos Mídia e da Informação

MINUSMA	Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização do Mali	STEM	Ciência, Tecnologia, Engenharia e Ensino de Matemática
MISK	Fundação Príncipe Mohammed bin Salman bin Abdulaziz	STI	Ciência, Tecnologia e Inovação
MONUSCO	Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo	TPA	Televisão Pública de Angola
NANSO	Organização Nacional de Estudantes da Namíbia	TVET	Ensino e Formação Técnico-Profissional
PNA	Plano Nacional de Acção	RCC	Rede de Cidades Criativas da UNESCO
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento	UIS	Instituto de Estatística da UNESCO
NPRC	National Peace and reconciliation commission (Zimbabwe)	UNCRPD	Comitê das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
OUA	Organização de Unidade Africana	UNSC	Conselho de Segurança das Nações Unidas
OKACOM	Comissão Permanente das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Okavango	UNCSN	Comitê Permanente de Nutrição das Nações Unidas
PAYNCoP	Rede Pan-Africana da Juventude para a Cultura de Paz	UNODC	Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e a Criminalidade
PLANDEPA	Plano Nacional de Desenvolvimento da População Afro-Peruana	PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNIA	Política Nacional de Imigração e Asilo de Marrocos	UnIA	Universidade Independente de Angola
PRESIBALT	Programa de Reabilitação e Reforço da Resiliência dos Sistemas Socio-ecológicos	UNOCA	Escritório Regional das Nações Unidas para a África Central
PRODEBALT	Programa de Desenvolvimento Sustentável do Lago Chade	UNOY	Rede Unida de Jovens Construtores da Paz
DPS	Departamento de Paz e Segurança	UNPRPD	O Fundo das Nações Unidas para Promover o Direito das Pessoas com Deficiência
PcA	Pessoas com albinismo	RCSNU	Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas
PcD	Pessoas com deficiência	WANEP	Rede da África Ocidental para a construção da paz
CER	Comunidades Económicas Regionais	WFID	Fórum Mundial sobre Diálogos Interculturais
RIANA	Encontro Internacional de Artes Digitais de Abidjan	YCBA-NPR	Iniciativa de Capacitação e Promoção da Juventude para a Paz e Reconciliação Nacional
RINR	Iniciativa regional contra a exploração ilegal dos recursos naturais	YILD	Iniciativa Jovem para o diálogo inclusivo
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável	Y4P	Youth for Peace
PME	Pequenas e Médias Empresas		
SMLA	School meet the learner approach		
SPSA	Estado de Paz e Segurança em África		

Prefácio

A pouco menos de um ano do fim do prazo da Iniciativa “*Silenciar as Armas*” da União Africana e 30 anos após o lançamento do conceito de Cultura de Paz no Congresso Internacional em Yamoussoukro, na Costa do Marfim, em 1989, o continente africano sendo ainda o palco de muitos conflitos, precisa ainda materializar esta aspiração. Algumas dessas hostilidades são novas, mas muitas outras são longas disputas que se prolongam durante décadas. De facto, algumas transcendem nações, enquanto outras ocorrem internamente, a nível local, regional ou nacional. Estes conflitos continuam a ter impactos devastadores e duradouros na vida de milhões de cidadãos, na violação dos seus direitos humanos básicos e no desenraizamento de comunidades inteiras das suas zonas de conforto.

Organizado em sintonia com o Plano de Acção sobre uma Cultura de Paz em África (*Fórum Pan-Africano de Fontes e Recursos para uma Cultura de Paz*, em Luanda, Março de 2013) e com a decisão da União Africana para apoiar este mecanismo (24ª Sessão da Assembleia em Janeiro de 2015), a primeira edição do evento, organizado em conjunto pela UNESCO, pela Comissão da União Africana e pelo Governo Angolano, representa um passo decisivo, criando assim uma plataforma para discussão e intercâmbio sobre como a paz pode ser alcançada, influenciando directamente a mente das pessoas.

Participantes de todo o mundo, incluindo chefes de Estado, membros do Governo e das organizações da sociedade civil, actores do sector privado, membros da comunidade científica e artística, representantes de instituições académicas e organizações internacionais, partilharam essa convicção. O encontro ocorreu em Luanda durante 5 dias, em Setembro de 2019, para a partilha de ideias, conhecimento e experiências, relacionados com a Cultura de Paz e a não-violência. Nesta reunião houve espaço para reflexão sobre os procedimentos a seguir nesta missão pela paz e pelo desenvolvimento sustentável inclusivo em África.

Esta primeira edição do Fórum Pan-Africano para a Cultura de Paz, a Bienal de Luanda, permanecerá um evento histórico em muitos aspectos. Permitiu que os africanos e a sua diáspora, em particular, mulheres, jovens, actores estratégicos e entidades de todo o mundo, se reunissem para demonstrar o seu compromisso na promoção de uma Cultura de Paz no continente africano e na construção do Movimento Pan-Africano pela Cultura de Paz e Não-Violência.

Este relatório reflecte o espírito de Luanda: um espírito de debate rico de partilha de experiências, de inovação e parcerias, expresso através de uma ampla variedade de sessões, acolhendo discussões, sólidas e francas. A Cultura de Paz em África é muito mais do que um conceito, é o futuro de todo o continente que está em jogo, e como tal reitera-se a necessidade vital de unir todos os esforços essenciais ao seu desenvolvimento. Com esta perspectiva em mente, é imperativo que todos se mobilizem em torno de um objectivo comum: assegurar que a construção de uma África democrática seja assente numa base cultural, social, humanista, sustentável e inclusiva.

A Bienal da Cultura de Paz é um evento continental que contribui directamente para a implementação de dois dos objectivos da Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável: o Objectivo de Desenvolvimento Sustentável para a Paz, Justiça e Instituições Eficazes (ODS16) e Parcerias para o Desenvolvimento Sustentável (ODS17). A iniciativa reforça ainda as 7 Aspirações da Agenda 2063 da União Africana, em particular, a iniciativa da *Agenda para a Paz e Silenciar as Armas até 2020*. A Bienal também faz parte da estratégia operacional da UNESCO para a Prioridade África (2014-2021), que visa dar *respostas africanas às transformações que afectam as suas economias e sociedades*.

Convidamo-lo então a ler atentamente este relatório para conhecer e analisar as ricas e diversas contribuições apresentadas pelos participantes do Movimento Pan-Africano para a Cultura de Paz em África.

Mensagem da Directora-Geral da UNESCO, Audrey Azoulay

O conceito de “Cultura de Paz” foi definido durante o Congresso Internacional da UNESCO em Yamoussoukro na Costa do Marfim, em 1989. Trinta anos depois, a primeira Bienal de Luanda relembra-nos que o recurso à segurança como mecanismo para assegurar a paz, por si só não chega.

Para usufruírem de uma paz sustentável, as próprias sociedades têm um papel essencial a desempenhar e as entidades devem respeitar os princípios da liberdade, da justiça, da igualdade e da solidariedade entre os seres humanos. Na UNESCO, acreditamos que a educação, a ciência, a cultura e a comunicação desempenham um papel consideravelmente importante na prevenção da violência e na resolução de conflitos.

Neste encontro em Setembro de 2019 em Luanda, tivemos a oportunidade de trocar impressões, partilhar experiências e propor boas práticas para uma paz duradoura em África. Este relatório dá-nos testemunhos de uma ampla variedade de parceiros públicos e privados, de instituições académicas, da comunidade artística, da juventude, das mulheres e dos meios de comunicação social. Convidamo-lo como tal a percorrer as páginas deste relatório e a descobrir a rica diversidade com que os governos, as instituições e os indivíduos têm vindo a construir a paz em África.

Mensagem do Presidente da Comissão da União Africana, Moussa Faki Mahamat

A Bienal de Luanda reuniu intelectos de vários quadrantes para uma análise de como promover a Cultura de Paz no continente africano. O Fórum de Luanda veio lembrar-nos que em África, o conceito de Cultura de Paz está enraizado nos valores, crenças e formas de espiritualidade, expressões culturais e artísticas e conhecimentos que contribuem para o respeito dos direitos humanos, da diversidade cultural, da solidariedade e da rejeição da violência. Neste relatório, encontrará relatos de interações que abordam questões importantes e abrangem temas sobre como construir e perpetuar a paz em África, bem como boas práticas na abordagem aos refugiados, repatriados e deslocados internos no continente. Encontrará ainda o relato de uma série de medidas e mecanismos utilizados em todo o continente para a prevenção da violência, resolução e mitigação de conflitos através da cultura e da educação. Estes temas foram o cerne da Arquitectura de Paz e Segurança Africana da União Africana e tem sido um prazer colaborar com a UNESCO e com o Governo de Angola na organização deste maravilhoso evento. É com uma grande satisfação que recomendo este relatório para vossa apreciação e análise.

Mensagem da Ministra da Cultura de Angola, Maria da Piedade de Jesus

A organização da Bienal de Luanda – Fórum Pan-Africano para a Cultura de Paz, transformou Luanda, capital da República de Angola, na capital da paz em África. A primeira edição da Bienal em 2019 foi uma iniciativa conjunta entre o Governo de Angola, a União Africana e a UNESCO, criando uma plataforma de união e reflexão de partes interessadas de toda a África e da diáspora, sobre como alcançar a paz e promover a diversidade cultural e a unidade africana. Neste evento, conhecimentos, experiências, boas práticas e aspirações foram reunidos e apresentados num esforço conjunto para a promoção e construção de uma Cultura de Paz para o desenvolvimento sustentável do continente.

O Governo de Angola está empenhado e entusiasmado com a organização da segunda edição da Bienal de Luanda em 2021, como um espaço privilegiado de intercâmbio cultural, no encontro de soluções e definição de estratégias para a prevenção da violência e de conflitos para o estabelecimento de uma paz duradoura no continente.

Agradecimentos

Em nome da Directora-Geral da UNESCO gostaríamos, antes de tudo, expressar os nossos mais profundos agradecimentos à Sua Excelência João Lourenço, Presidente da República de Angola, pelo seu generoso apoio como anfitrião deste evento. Gostaríamos de agradecer ainda, a dedicação das várias entidades governamentais, em especial, o Ministério da Cultura que durante meses mobilizou extensamente pessoas e recursos para a organização deste evento.

Gostaríamos também de agradecer à Sua Excelência Moussa Faki Mahamat, Presidente da Comissão da União Africana, pela sua parceria contribuição para a organização deste evento crucial. Esperamos poder continuar a contar com esta colaboração privilegiada e fortalecer ainda mais a excelente relação entre a UNESCO e a União Africana.

Gostaríamos de reconhecer o forte apoio prestado pelos Estados-membros em África e noutros continentes, cuja participação e contribuição vigorosa demonstraram claramente a determinação dos seus governos a continuar a apoiar a Agenda da Cultura de Paz com a UNESCO. Gostaríamos de expressar a nossa sincera gratidão aos países que enviaram uma delegação oficial como: Cabo Verde, Djibouti, Egípto, Etiópia, Guiné Equatorial, Mali, Marrocos, Namíbia, Portugal, República do Congo, República Democrática do Congo e Ruanda. De igual modo, gostaríamos de agradecer a Angola, Bélgica, Brasil, Cabo Verde, Cuba, Egípto, Etiópia, Itália, Quênia, Mali, Marrocos, Namíbia, Portugal, Ruanda, África do Sul e Coreia do Sul, pelo esforço adicional no envio de delegações culturais que enriqueceram substancialmente o *Festival de Culturas*. De igual modo, saudamos em especial de Sua Excelência Ibrahim Boubacar Keita, Presidente da República do Mali e de Sua Excelência Hage Geingob, Presidente da República da Namíbia, cujas presenças muito honraram e elevaram o estatuto da Bienal.

Uma palavra especial de agradecimento também aos nossos dignitários especiais, Dr. Dennis Mukwege, Prémio Nobel da Paz de 2018, Didier Drogba, Vice-Presidente da Fundação *Peace and Sport*, A'Salfo e Alphadi, Embaixadores da Boa Vontade da UNESCO, bem como aos Embaixadores e Delegados Permanentes da UNESCO. A sua presença, manifestam claramente a sua aliaça à UNESCO, à União Africana e à Angola nesta missão pela paz no continente.

Gostaríamos de reconhecer também a contribuição dos cento e dezasseis (116) oradores e moderadores, a maioria proveniente das cinco regiões de África e outros da diáspora. Um reconhecimento especial ao Dr. José Chala, Secretário Executivo da Cooperação Afro-Equatoriana de Desenvolvimento do Equador que com os outros, através dos seus testemunhos, propuseram inúmeras soluções pelas quais a busca pela paz possa ser posta em prática.

Uma palavra de agradecimento especial também, à nossa juventude e mulheres de África, que contribuíram para a realização dos Fóruns da Juventude e da Mulher, pelo seu incansável compromisso, empenho e dinamismo na procura de sociedades melhores, mais justas e inclusivas no continente, especialmente sabendo que na maioria dos casos não lhes é concedido o espaço necessário para tal pelas principais entidades de desenvolvimento.

Adicionalmente, gostaríamos também de estender o nosso apreço aos nossos parceiros, aos antigos e aos novos -dos governos nacionais, do sector privado, das agências de cooperação para o desenvolvimento e das organizações da sociedade civil. Estes parceiros compreenderam e responderam prontamente ao apelo para se juntarem e apoiarem este movimento no continente. Uma palavra especial de agradecimento também, aos parceiros e patrocinadores da Bienal, incluindo a ENI, a Royal Moroccan Airlines, a Aeria de Angola, a TAP Air Portugal e a Ethiopian Airlines que com as suas contribuições, tornaram possível que tantas pessoas de todo o continente e da diáspora, se juntassem a nós. Gostaríamos também de reconhecer os parceiros locais (BNI, Total Angola, TAAG, Multieventos, Unitel, Grupo Boavida, Noble Group, Niodior, Refriango, NCR, Kikovo, Grupo Arena, Cooperativa de Crédito, Tegma-Su e Kinu Plateau) que apoiaram os esforços nacionais, facilitando toda a logística do evento em Luanda.

Gostaríamos de sublinhar e aplaudir a presença dos representantes da sociedade civil, comunidade científica e artística, instituições académicas, organizações internacionais e os mdia, cujo envolvimento activo foi fundamental, em tornar este

evento decisivo, histórico e de largo alcance. A este respeito, uma palavra especial de agradecimento ao UNOCA, à ONU Mulheres, à OIM, aos Coordenadores Residentes da ONU de Angola e do Mali, ao Gabinete do Enviado Especial das Nações Unidas para a Região dos Grandes Lagos, ao PNUD, ao UNDC, bem como ao BAD e à UE pelo seu apoio e empenho nesta primeira edição.

Por fim, agradecemos reconhecidamente, o apoio dos directores e colegas da sede, institutos, escritórios nacionais e regionais que se mobilizaram de corpo e alma para a realização deste evento notável. O seu profundo empenho e trabalho árduo foram fundamentais para fazer da Bienal de Luanda, o Fórum Pan-Africano para a Cultura de Paz, um grande sucesso.

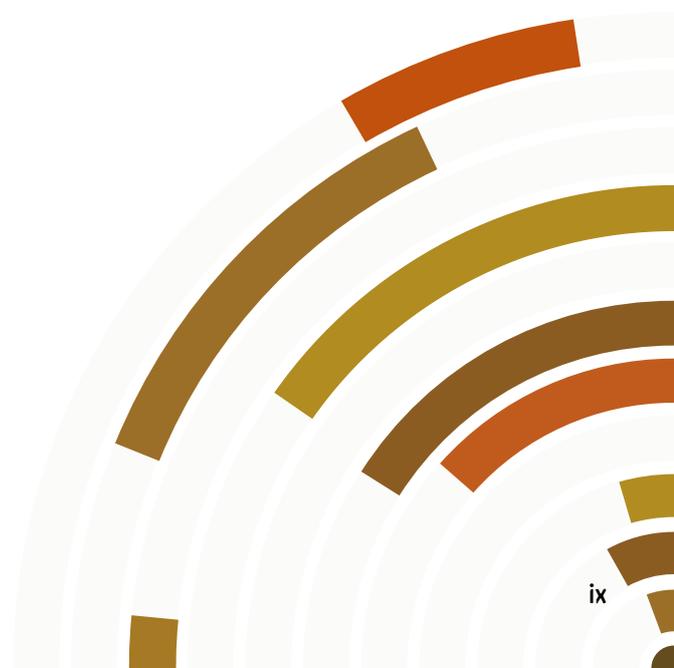
A UNESCO estende também a sua gratidão ao Comité Director da Bienal e à Equipa de Trabalho, aos membros da equipa de organização de Angola e ao Secretariado que, com inúmeras horas de trabalho despendidas na preparação do evento e das sessões, tornaram a primeira edição da Bienal, uma realidade.

Por último, mas não menos importante, agradecemos ao povo de Angola pela hospitalidade calorosa dedicada a todos os convidados. Durante estes cinco dias de Setembro em que Angola albergou a Bienal, a cidade de Luanda transformou-se, de facto, na capital da paz de África.

Contamos com todas as gerações, actuais e futuras e incentivamos a que mantenham uma visão comum e única para expandir e apoiar o Movimento Pan-Africano para a Cultura de Paz e Não-Violência.

Firmin Edouard Matoko

Director-Geral Adjunto para a Prioridade África e Relações Exteriores





Sumário

I. CERIMÓNIA DE ABERTURA	5
II. FÓRUM DOS PARCEIROS	17
II.1 PROMESSAS DOS PARCEIROS DA UNESCO	20
II.2 PAINÉIS DE INTERCÂMBIO DE PARCEIROS	21
II.2.1 O Papel das Organizações das Nações Unidas, Organizações Internacionais e Bancos de Desenvolvimento	22
II.2.2 O papel do Sector Privado, das Fundações e dos Média	26
II.2.3 Redes de Organizações da Sociedade Civil e Festivais Culturais	30
II.3. INTERCÂMBIOS DOS PARCEIROS COM A UNESCO	34
III. FÓRUMS TEMÁTICOS	37
III.1 FÓRUM DE IDEIAS	38
III.1.1 Prevenção da Violência e Resolução de Conflitos através da Educação e Cultura	40
III.1.2 Prevenção de Conflitos em torno dos Recursos Naturais	50
III.1.3 Não deixar ninguém para trás: promover a integração de refugiados, repatriados, deslocados e migrantes em África	58
III.1.4 África Global: Explorar a Presença Africana no Mundo	66
III.1.5 Por uns Média Livres, Independentes e Pluralistas para Promover a Paz e o Desenvolvimento em África	74
III.2 SESSÕES PARALELAS DO FÓRUM DE IDEIAS	81
III.2.1 Abordar os desafios da alfabetização de crianças desfavorecidas através da utilização tecnologia de ponta e parcerias inteligentes	82
III.2.2 Estado de Paz e Segurança em África	90
III.2.3 Financiamento sustentável das Reservas da Biosfera em África – AfríbioFund	94
III.2.4 Vulnerabilidade Costeira na África Central	98
III.2.5 Reflexões sobre as políticas actuais de integração da população de ascendência africana e dos migrantes contemporâneos	102
III.2.6 O Processo de Baku: Promover o diálogo intercultural para a segurança humana, a paz e o desenvolvimento sustentável - Lições e perspectivas	106
III.3 FÓRUM DA JUVENTUDE	110
III.3.1 Juventude, Paz e Segurança	112
III.3.2 Criatividade, Empreendedorismo e Inovação	124
III.4 FÓRUM DAS MULHERES	142
III.4.1 Cerimónia de Abertura	144
III.4.2 Papel das Mulheres na Cultura de Paz: Vulnerabilidade das Raparigas e das Mulheres à Violência	148
III.4.3 Rede de Mulheres para uma Cultura de Paz	158
IV. FESTIVAL DE CULTURAS	172
V. ENCERRAMENTO DA BIENAL	177
V.1 CERIMÓNIA DE ENCERRAMENTO	178
V. 2 CONCERTO DE ENCERRAMENTO	187
ANEXOS	189
A.1 PROGRAMA DA BIENAL	190
A.2 PARCEIROS E PATROCINADORES DA BIENAL	221
A.3 VISIBILIDADE E COBERTURA MEDIÁTICA	222
A.IV ORGANIZADORES	224
A.V DOCUMENTOS ADICIONAIS	230

Sumário Executivo

A Bienal de Luanda foi a primeira edição do Fórum Pan-Africano para a Cultura da Paz e realizou-se em Angola de 18 a 22 de Setembro de 2019. A Bienal compreendeu três eixos principais:

1. Fórum dos Parceiros;
2. Três Fóruns Temáticos: Fórum de Ideias, Fórum da Juventude e Fórum das Mulheres;
3. Festival de Culturas.

Fórum dos Parceiros

O primeiro Fórum dos Parceiros da UNESCO em África salientou a importância de uma aliança de vários parceiros para a melhoria do futuro de África, no apoio a iniciativas específicas para enfrentar os desafios da violência e do subdesenvolvimento no continente. O Fórum disponibilizou uma plataforma de diálogo e intercâmbio entre organizações internacionais, actores do sector público e privado, ONG, bancos de desenvolvimento e representantes de governos. No colóquio foi debatido de que forma as mulheres, jovens e pessoas das artes e inovação, são fundamentais nos esforços para atingir os objectivos estabelecidos nos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, na Agenda 2063 da União Africana e no Programa de Acção sobre uma Cultura da Paz da UNESCO. Os parceiros da UNESCO reafirmaram o seu apoio às duas prioridades da Organização: África e Igualdade de Género.

Durante a cerimónia de abertura, a UNESCO e Angola assinaram um acordo sem precedentes, para a criação de um programa de formação doutoral no valor de 50 milhões de dólares, focado na gestão costeira da África Central. Este acordo destaca a importância da preservação dos oceanos e das áreas costeiras para a paz e a sustentabilidade ambiental.

Outros parceiros também se comprometeram: a Guiné Equatorial prometeu 5 milhões de dólares para apoiar a criação da Universidade Afro-Americana da África Central, o Banco de Desenvolvimento Africano (BDA) prometeu apoiar o programa de gestão de recursos naturais da UNESCO (AfriBioFund) e a Phoenix TV de Hong Kong/China anunciou uma parceria para aumentar a visibilidade da acção da UNESCO através da divulgação nos média.

O Fórum dos Parceiros prosseguiu com três painéis de discussão duran-

te os quais os actores puderam partilhar as suas opiniões e reiterar o seu compromisso com a paz em África. Os participantes incluíram representantes de empresas do sector público e privado, Estados-membros africanos e não africanos, agências de cooperação bilaterais, bancos de desenvolvimento, fundações filantrópicas, comunidades económicas regionais e internacionais e organizações desportivas e culturais.

O primeiro painel incidiu principalmente, sobre o papel das agências da ONU, bancos de desenvolvimento e outras instituições internacionais. Os participantes do painel também debateram a importância da inclusão de ideias, de conhecimento e da contribuição das populações locais de África, durante o projecto e implementação dos programas. Defenderam ainda, um reconhecimento mais forte do papel das mulheres e dos jovens na prevenção e resolução de conflitos. Para além disso, os oradores sublinharam também a necessidade de rentabilizar o dividendo demográfico através da educação, formação e criação de empregos pertinentes, para os jovens do continente. Os membros do painel concluíram debatendo formas de exponenciar a resiliência e a inclusão social das cidades africanas e como a criatividade pode ser usada como factor estratégico para o desenvolvimento sustentável e para a construção da paz.

O painel seguinte reuniu participantes do sector privado, de fundações de caridade e dos média. Os oradores assinalaram a necessidade de maior investimento em fontes de energia alternativas, tanto para a promoção do uso sustentável dos recursos naturais, como para o combate à pobreza. Foi solicitado aos governos que investissem e reunissem os benefícios da tecnologia digital e da inteligência artificial para fomentar o desenvolvimento de África. Os representantes do sector financeiro confirmaram o seu interesse no financiamento de projectos sociais e culturais que promovam a paz como parte das suas responsabilidades sociais corporativas. Oradores e membros do público também salientaram as oportunidades disponíveis para usar o desporto e os média na redução de conflitos e na promoção da paz.

O painel final focou-se na contribuição das instituições académicas, sociedade civil, redes e organizações juvenis e

festivais culturais para a construção da paz. Realçando que a promoção da criatividade, cultura e arte são modalidades estratégicas para a criação de sociedades sustentáveis e pacíficas em África, artistas e criadores das artes, da música e da indústria da moda, deram o seu testemunho para demonstrar a sua contribuição. O papel e o potencial do uso do cinema na promoção da cultura de paz e não-violência, também foram debatidos.

Fóruns Temáticos

Os três fóruns temáticos prolongaram-se durante cinco dias. O primeiro fórum temático, o *Fórum de Ideias*, esteve dividido em cinco sessões plenárias e seis sessões paralelas, dedicadas principalmente aos campos de competência da UNESCO, com excepção de uma sessão dedicada ao tema do ano da União Africana 2019.

O segundo fórum temático, o *Fórum da Juventude*, reuniu 77 jovens de 40 países e 300 jovens de Angola, para reflectirem sobre duas áreas: *Juventude, Paz e Segurança e Criatividade, Empreendedorismo e Inovação*. Antes do início do fórum de dois dias, decorreu nas redes sociais uma consulta *online* de três semanas, abrangendo mais de 3500 jovens. Os resultados desta consulta foram inseridos na declaração final do Fórum da Juventude.

O terceiro fórum temático, o *Fórum das Mulheres*, providenciou uma plataforma de intercâmbio sobre a vulnerabilidade das meninas e mulheres à violência em África. Salientando os sucessos de algumas redes de mulheres exemplares, o fórum também debateu a promoção das mulheres como agentes pela paz.

Fórum de Ideias

O Fórum de Ideias (FdI) foi uma oportunidade para a partilha de experiências, de melhores práticas e soluções inovadoras para a promoção de uma cultura de paz, de gente das cinco regiões africanas e da diáspora (reconhecida pela União Africana como a sexta região de África). O encontro do FdI atraiu oradores e público da sociedade civil, organizações internacionais, académicos, sector privado e representantes governamentais de toda a África e de outros continentes. O evento focou-se nas intervenções bem-sucedidas implementadas pela UNESCO, por outras agências da ONU, pela CUA e pelo país anfitrião, Angola.

Os cinco painéis temáticos abordaram as seguintes vertentes para a promoção da paz:

1. Prevenção da Violência e Resolução de Conflitos Através da Educação e Cultura;
2. Prevenção de Conflitos em torno dos Recursos Naturais;
3. Não Deixar Ninguém para Trás: Promover a Integração de Refugiados, Repatriados, Deslocados e Migrantes em África (Tema da UA 2019);
4. África Global: Explorar a Presença Africana no Mundo;
5. Mídias Livres, Independentes e Pluralistas para a Promoção da Paz e Desenvolvimento em África.

Para além das reuniões principais, o evento foi complementado por sessões paralelas que exploraram ainda mais alguns dos temas discutidos durante as sessões plenárias.

Para moderar o evento, as sessões mobilizaram 47 especialistas, incluindo Directores da Unesco e jornalistas internacionais de renome.

A primeira sessão plenária do FdI sobre “*Prevenção da Violência e Resolução de Conflitos através da Educação e Cultura*” partilhou as experiências internacionais do Mali, Moçambique, Marrocos, Madagáscar e Angola. Os testemunhos demonstraram como aproveitar a criatividade, a preservação e a educação do património, tangível e intangível, como motor para promover a inclusão socioeconómica. Os exemplos partilhados abrangeram uma ampla diversidade de temas, incluindo a reabilitação dos mausoléus de Tombuctu e a preservação dos manuscritos históricos, a promoção da aprendizagem em família, a formação profissional em artes e artesanato interligada com a criação de emprego, a salvaguarda do património intangível e a formação técnico-profissional dos jovens, com vista a resgatá-los de práticas criminosas.

A segunda sessão plenária do fórum centrou-se à volta do tema “*Prevenção de Conflitos em torno dos Recursos Naturais*”. Abençoadas por uma natureza imensamente rica, as pessoas do continente devem trabalhar para o alcance da paz, uma vez que o futuro dos africanos está estreitamente ligado ao desenvolvimento sustentável e equitativo do continente. Focados em demonstrar as melhores práticas e experiências regionais na prevenção de conflitos em torno

dos recursos naturais transfronteiriços, os debates abrangeram questões, desafios e oportunidades, muitas das quais relacionadas com a promoção da cooperação transfronteiriça para uma gestão sustentável da partilha de recursos no continente. Os debates sublinharam também a importância de mobilizar as comunidades locais no esforço para a preservação dos recursos naturais. Adicionalmente, houve intercâmbios sobre os mecanismos de sucesso na gestão dos recursos naturais, com especial ênfase ao Programa Homem e Biosfera da UNESCO e à gestão dos Sítios do Património Mundial natural e outras iniciativas notáveis que contribuem para a prevenção de conflitos na gestão dos recursos naturais nacionais e transfronteiriços em África.

A terceira sessão plenária do fórum intitulada “*Não deixar ninguém para trás: promover a integração de refugiados, repatriados, deslocados e migrantes em África*” tem como base o tema do ano da União Africana 2019. Os conflitos e a violência continuam a ser a primeira causa do deslocamento em massa no continente africano. Em 2019, há aproximadamente 25 milhões de refugiados, deslocados internos (DI) e requerentes de asilo. A sessão concentrou-se na discussão de bons exemplos de enquadramentos legais e regulatórios, utilizados para apoiar as populações deslocadas em África, com destaque para as de Marrocos, Uganda, República Democrática do Congo e Angola. Marrocos destacou as suas impressionantes políticas de migrantes, que concederam ao seu rei o título de *Campeão da União Africana em Migração*. O Uganda debruçou-se sobre o seu quadro de política de gestão inclusiva de refugiados, que garante que os refugiados no seu país tenham os mesmos direitos que os cidadãos ugandenses. A RDC partilhou a sua experiência na gestão dos DI, refugiados e repatriados no contexto da Região Centro-Africana e da Região dos Grandes Lagos. O caso de Angola centrou-se sobre a perspectiva histórica e contemporânea relativamente à gestão dos requerentes de asilo das regiões central e sul.

A quarta sessão plenária centrou-se no tema “África Global: Explorar a Presença Africana no Mundo”, com foco na diáspora africana espalhada pelo mundo, denominada 6ª região pela União Afri-

cana. Os novos volumes da História Geral da África¹ da UNESCO reflectem os eventos ocorridos no continente desde o fim do *apartheid* na África do Sul e as contribuições das diásporas. Nesta sessão, os oradores debateram o conceito de África Global² que descreve os laços entre os africanos no continente e as pessoas de ascendência africana na América do Norte, Central e Sul, Caribe, Oceano Índico, Médio Oriente e noutros países.

As intervenções ajudaram a esclarecer a influência africana no mundo e celebraram as contribuições sociopolíticas, artísticas e culturais da população afrodescendente. Examinaram o legado da escravidão e do colonialismo sofrido pelos afrodescendentes e exploraram a capacidade de resistência das sucessivas gerações, na luta e resistência contra o racismo, o preconceito racial e outras formas de discriminação. Esta sessão destacou ainda, algumas das formas de como a diáspora africana participa no desenvolvimento do continente e como as suas contribuições são importantes para a Cultura de Paz em África.

A quinta sessão plenária da Bienal teve como tema “*Por uns Médias Livres, Independentes e Pluralistas para Fomentar a Paz e o Desenvolvimento em África*”. Os oradores abordaram as seguintes questões: o trabalho do Tribunal de Justiça da CEDEAO para garantir a segurança dos jornalistas; as intervenções dos média comunitários no combate à exclusão social de pessoas com albinismo e na eliminação da prática da mutilação genital feminina entre os Masai na Tanzânia e os desafios enfrentados pelos média independentes em Angola. Reiterando o papel irrefutável que os média desempenham na formação das sociedades de hoje, a sessão concordou que uns média livres, independentes e pluralistas são essenciais para assegurar o respeito de todos os direitos humanos fundamentais, para promover a justiça e a democracia, assim como para assegurar a participação activa dos cidadãos na vida pública e contribuir para um ambiente de diálogo e paz.

Para além das sessões principais, os parceiros organizaram sessões paralelas, criando uma plataforma de diálogo

¹ Volumes IX, X e XI.

² Para saber mais sobre *África Global*, consulte <https://en.unesco.org/general-history-africa>.

para explorar ainda mais, alguns dos temas abordados nas sessões plenárias. Foram organizadas seis sessões com os seguintes temas:

1. Direcção Desafios de Alfabetização de Crianças Desfavorecidas Através de Tecnologia Avançada e Parcerias Inteligentes;
2. Estado de Paz e Segurança em África;
3. Financiamento Sustentável das Reservas da Biosfera em África: AfriBioFund
4. Iniciativa para a Construção de Capacidade Institucional em Ciências Oceânicas e Vulnerabilidade Costeira na África Central;
5. Reflexões sobre as Políticas Actuais para a Integração de Afrodescendentes e Migrantes Contemporâneos;
6. Processo de Baku: Promover o Diálogo Intercultural para a Segurança Humana, a Paz e o Desenvolvimento Sustentável.

A primeira sessão paralela focou-se na oferta de soluções eficazes através da tecnologia digital em resposta às necessidades de aprendizagem de crianças, meninas e jovens mulheres. O painel reviu duas iniciativas: o projecto “*School Meet Learners Approach*”³ na Nigéria e a iniciativa de alfabetização *Curious Learning*⁴ da UNESCO, baseada num dos projectos de *Aprendizagem Precoce XPRIZE/UNESCO/PAM* na Tanzânia.

A segunda sessão foi dedicada à apresentação do Relatório Anual sobre o Estado de Paz e Segurança em África 2019, do Instituto de Estudos da Paz e Segurança (IEPS) da Universidade de Adis Abeba, na Etiópia. O relatório do IEPS tornou-se o principal relatório guia anual do “*Fórum de Alto Nível do Tana sobre Segurança em África*”⁵, proporcionando uma análise sinóptica de questões urgentes sobre a paz e segurança no continente. Este relatório terá ainda um carácter permanente nas futuras Bienais de Luanda sobre a Cultura de Paz.

A terceira sessão paralela foi dedicada às discussões sobre o *Homem e as Reservas da Biosfera (MaB)* como “*locais de aprendizagem para o desenvolvimento sustentável*” a nível local, nacional, regional e global. Os oradores também debateram a parceria estratégica

entre a UNESCO e o Banco de Desenvolvimento Africano para a criação do AfriBioFund. Este fundo ajudará os países africanos na gestão das reservas da biosfera do continente.

A quarta sessão foi a realização de um *workshop* organizado com o objectivo de fortalecer a propriedade de uma iniciativa em curso, entre os países da África Central⁶ e o Secretariado da Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI) da UNESCO. Composto por dois painéis de discussão, os participantes reflectiram sobre as acções para minimizar o impacto negativo das alterações climáticas na economia azul e o papel da COI-UNESCO na promoção das ciências oceânicas e a sua contribuição para a Década dos Mares e Oceanos Africanos. Foi apresentada também a iniciativa regional sobre capacitação em ciências oceânicas e vulnerabilidade costeira na África Central, bem como um inventário das estações de pesquisa oceanográfica em Angola e o monitoramento ambiental das áreas de produção de petróleo.

A quinta sessão paralela deu continuidade às discussões sobre a diáspora africana e de que forma este grupo representa um número significativo de africanos no mundo. A sessão facultou uma plataforma para um diálogo aprofundado sobre como abordar a relação entre o continente africano e a diáspora. Também foram exploradas vias para preenchimento das lacunas entre a teoria e a prática sobre os laços que ligam o conceito de *África Global* com as realidades existentes.

A última sessão centrou-se no *Processo de Baku*, uma plataforma global criada com o apoio do Governo do Azerbaijão, tendo a UNESCO como parceira técnica, para juntar países, organizações regionais e internacionais e a sociedade civil para a promoção do respeito, compreensão, diálogo e tolerância entre culturas. Os organizadores do *Processo de Baku* juntaram-se à Bienal de Luanda para fortalecer os vínculos entre os dois processos e garantir o empenho dos países africanos neste fórum internacional para o diálogo intercultural.

³ N. da T.: *Abordagem Escola ao Encontro dos Alunos*.

⁴ N. da T.: *Aprendizagem Curiosa*.

⁵ Para saber mais sobre o Fórum Tana, consulte <https://tanaforum.org>.

⁶ Angola, Camarões, Congo, Gabão, Guiné Equatorial e República Democrática do Congo.

Fórum da Juventude

A decorrer em paralelo ao Fórum de Ideias, o Fórum da Juventude foi acolhido também pelos organizadores da Bienal de Luanda. O evento reuniu 377 jovens, dos quais 300 oriundos de Angola e os outros 77 jovens representando 40 países africanos. Os participantes reflectiram e discutiram questões relacionadas com a Juventude e a Cultura de Paz. Como preparativo do Fórum da Juventude, os organizadores do evento criaram uma plataforma de consulta *online* durante 3 semanas sobre os temas da Bienal. A plataforma *online* recebeu contribuições de mais de 3500 jovens de 18 países⁷, muitos dos quais não puderam estar presentes na Bienal. O Fórum da Juventude em Angola centrou-se sobre dois temas: 1) *Juventude, Paz e Segurança* e 2) *Criatividade, Empreendedorismo e Inovação*.

A primeira sessão sobre *Juventude, Paz e Segurança* debruçou-se sobre o papel que a juventude africana deve ter na moldagem de uma paz duradoura para o continente. Os participantes, representantes de várias organizações juvenis do continente africano, partilharam as suas opiniões e experiências sobre as iniciativas, no empenho e envolvimento dos jovens e das suas organizações, na promoção da paz e da segurança. Os debates sublinharam a importância deste crescente sector demográfico na busca da paz e da segurança, como se tem vindo a reflectir nos recentes instrumentos normativos da ONU, tais como as Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas⁸ e a Carta Africana da Juventude da União Africana. Os jovens oradores debateram por que motivo, até ao momento, foram os quadros tão mal implementados pelos países africanos. Os participantes também debateram o desconhecimento e a falta de familiaridade destes instrumen-

⁷ Angola, Botsuana, Camarões, Costa do Marfim, Etiópia, Gabão, Gana, Quênia, Nigéria, RCA, RDC, Senegal, Serra Leoa, Somália, Togo, Uganda e Zimbábue.

⁸ O Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) aprovou duas resoluções sobre os jovens, desde 2015. A CSNU aprovou a resolução 2250 (RCSNU 2250) em 2015, a primeira resolução sobre juventude, paz e segurança. A resolução realça a importância da juventude como agentes de mudança na manutenção e promoção da paz e segurança. Em 2018, a CSNU aprovou a resolução 2419, a segunda resolução sobre os jovens, pedindo um papel mais significativo para os jovens na negociação de implementação de acordos de paz e prevenção de conflitos.

tos normativos por parte da juventude e das suas organizações. Os jovens participantes tentaram desconstruir a visão generalizada sobre o mal-entendido de que estes instrumentos apenas seriam aplicáveis a países em situações de conflito armado e pós-conflito.

A segunda sessão sobre *Criatividade, Empreendedorismo e Inovação*, sublinhou que o maior desafio para uma parte significativa da população jovem em África é o desemprego. A sessão reconheceu que, apesar de muitas das empresas inovadoras e bem-sucedidas criadas por jovens em África, terem surgido por vocação inata para o empreendedorismo, muitos dos empreendedores só o fizeram, por necessidade. Nas sessões foram ainda explorados os desafios enfrentados pelos empreendedores indicando que, assim como o financiamento, a formação e o apoio generalizado ao negócio, estão em primeiro lugar entre as principais dificuldades, muitos dos jovens empreendedores socioeconómicos também sentem pressões familiares e sociais no início da sua carreira.

Fórum das Mulheres

O Fórum das Mulheres teve início a 21 de Setembro, Dia Internacional da Paz, tendo como tema *Mulheres e a Cultura de Paz*. O Fórum consistiu em duas sessões plenárias: o primeiro painel focou a vulnerabilidade das raparigas e mulheres à violência. O orador apresentou experiências que demonstraram que a vulnerabilidade das raparigas e das mulheres tem vindo a diminuir devido às oportunidades de educação. O caso da UNESCO STEM (*Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática*) que mobilizou com sucesso a matrícula de raparigas em disciplinas científicas através dos campos (STEM) no Quênia, também foi apresentado. Na Nigéria, no nordeste do país, atormentado pelas contínuas insurgências do Boko haram foi implementado com sucesso, uma série de programas de alfabetização digital, o que provocou uma melhoria das competências de alfabetização de meninas e mulheres. O participante do Zimbábue descreveu o suplício desafiador de meninas e mulheres com deficiência e como com o apoio da UNESCO e a revisão de política pelo governo zimbabuano, a situação está a melhorar lentamente. Para finalizar, houve uma apresentação sobre o apoio de Angola

ao empoderamento de meninas e mulheres, através do apoio disponibilizado para ideias e soluções inovadoras do sector público, projectadas para o combate à violência de género.

A segunda sessão foi dedicada ao tema *Redes das Mulheres para a Paz em África*. A sessão realçou que a luta pela liberdade e por direitos iguais no contexto africano, não era uma proeza exclusiva dos homens. Numa digressão histórica, o fórum deu a conhecer as principais figuras femininas africanas que desempenharam um papel proeminente no movimento de libertação contra a escravatura e contra o colonialismo, ao mesmo tempo que lutavam pela sua própria emancipação. Os membros do painel também chamaram a atenção para o facto de as mulheres activistas africanas e as suas organizações estarem a formar cada vez mais entidades federadas nacionais e internacionais, muitas das quais a necessitar de apoio e do reconhecimento de uma maior fracção da comunidade africana. Antes de concluir com as recomendações sobre como promover as diversas questões discutidas na agenda, os oradores sublinharam o papel fundamental que as organizações femininas podem desempenhar e, em particular, as mulheres nos média, no empoderamento de outras mulheres e na defesa e promoção de direitos iguais.



Introdução

A primeira edição da “*Bienal de Luanda - Fórum Pan-Africano para a Cultura de Paz*”, organizada em conjunto pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a União Africana (UA) e o Governo da República de Angola, foi realizada em Luanda, Angola, entre 18 e 22 de Setembro de 2019.

A Bienal de Luanda está em sintonia com o Plano de Acção sobre uma Cultura de Paz em África adoptado no Fórum Pan-Africano de 2013 “*Fundamentos e Recursos para uma Cultura de Paz*” em Luanda (Angola). Segue os requisitos estabelecidos na Decisão 558/XXIV, adoptada em 2015, na 24ª sessão da Assembleia de Chefes de Estado e Governos da União Africana, onde é solicitado à Comissão da União Africana para trabalhar no sentido de organização da Bienal, num processo consultivo com a UNESCO e o Governo da República de Angola. Em Dezembro de 2018, foi assinado o Acordo do Fundo Fiduciário (505 215 USD) entre a UNESCO e o Governo de Angola para a implementação das actividades da Bienal.

O objectivo geral da Bienal de Luanda é o fortalecimento do Movimento Pan-Africano para a Cultura de Paz e Não-Violência, através do estabelecimento de uma parceria de vários actores entre governos, sociedade civil, comunidade científica e artística, sector privado e organizações internacionais. Esta iniciativa reforça a implementação dos Objectivos 16 e 17 dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas e das 7 Aspirações da Agenda 2063 da União Africana, em particular, a “*Agenda para a Paz*” e o projecto-piloto “*Silenciar as Armas em 2020*”. A Bienal contribui também para a implementação da Estratégia Operacional da UNESCO para a Prioridade África (2014-2021) que visa fornecer respostas africanas às transformações que afectam as economias e as sociedades africanas.

Panorama geral da participação na Bienal

A primeira edição da Bienal de Luanda foi organizada em torno de três eixos principais:

1. Fórum dos Parceiros - Aliança para África;
2. Fóruns Temáticos:
 - Fórum de Ideias;
 - Fórum da Juventude ;
 - Fórum das Mulheres;
3. Festival de Culturas.

A cerimónia da abertura oficial da Bienal de Luanda foi a 18 de Setembro de 2019 e contou com a presença de três Chefes de Estado: o Presidente da Comissão da União Africana, a Directora-Geral da UNESCO e o Prémio Nobel da Paz 2018. A Bienal de Luanda terminou a 22 de Setembro com a cerimónia oficial de encerramento que contou com um concerto final com músicos angolanos famosos e outros artistas internacionais.

A cerimónia de abertura foi agraciada pela presença de Sua Excelência João Manuel Gonçalves Lourenço, Presidente da República de Angola; Sua Excelência Ibrahim Boubacar Keïta, Presidente da República do Mali e Campeão da União Africana para a Cultura; Sua Excelência Hage Geingob, Presidente da República da Namíbia e Presidente da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, Sua Excelência Mousa Faki Mahamat, Presidente da Comissão da União Africana, Audrey Azoulay, Directora-geral da UNESCO e Dr. Denis Mukwege, Prémio Nobel da Paz 2018.

O país anfitrião foi também representado na Bienal por Sua Excelência Carolina Cerqueira, Ministra de Estado para a Área Social, Sua Excelência Faustina Fernandes Inglês de Almeida Alves, Ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Sua Excelência Manuel Domingos Augusto, Ministro das Relações Exteriores, Sua Excelência Maria da Piedade de Jesus, Ministra da Cultura e Presidente da Comissão Interministerial da Bienal de Luanda, Sua Excelência Maria do Rosário Bragança Sambo, Ministra do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação, Sua Excelência Maria Antonietta J. S. Baptista, Ministra das Pescas e do Mar, Sua Excelência João Melo, Ministro da Comunicação, Sua Excelência Maria Cândida Teixeira, Ministra da Educação e Presidente da Comissão Nacional Angolana para a UNESCO, Sua Excelência Sérgio Luther Rescova, Governador da Província de Luanda, Sua Excelência

José Diekumpuna Sita N'Sadisi, Embaixador e Delegado Permanente de Angola na UNESCO e Sua Excelência Francisco Cruz, Embaixador Plenipotenciário de Angola na Etiópia e representante da Comissão da União Africana e outros membros do Governo.

Para além do seu presidente, a Comissão da União Africana foi representada por Sua Excelência Amira El Fadel, Comissária para os Assuntos Sociais e por Sua Excelência Josefa Sacko, Comissária para a Economia Rural e Agricultura. Sua Excelência Specioza Naigaga Wandira-Kazibwe, ex-Vice-Presidente do Uganda, participou na qualidade de Co-Presidente da FemWise-Africa⁹.

A UNESCO foi também representada por Firmin Edouard Matoko, Director-Geral Adjunto para a Prioridade África e Relações Exteriores; Shamila Nair-Bedouelle, Directora-Geral Adjunta para as Ciências Naturais e Moez Chakchouk, Director-Geral Adjunto de Comunicação e Informação, bem como pelos Directores e Chefes de Gabinete da rede de campo da UNESCO em África e pelos Directores-Executivos dos sectores da Educação, Cultura, Ciências Naturais e Ciências Sociais e Humanas.

A Bienal também deu as boas vindas às delegações oficiais dos governos de Cabo Verde, Djibouti, Egipto, Etiópia, Guiné Equatorial, Mali, Marrocos, Namíbia, Portugal, República do Congo, República Democrática do Congo e Ruanda. Registamos ainda a presença de S. Ex^a. Fernando Elísio Freire de Andrade, Ministro de Estado, Ministro dos Assuntos Parlamentares, em representação do Presidente de Cabo Verde, S. Ex^a. Moumin Hassan Barreh, Ministro dos Assuntos Muçulmanos, Cultura e Propriedade Waqfs do Djibouti; S. Ex^a. Inas Abdel Dayem, Ministra da Cultura do Egipto; S. Ex^a. Bezunesh Meseret, Ministra de Estado para a Cultura da Etiópia, S. Ex^a. Clemente Engonga Nguema Onguene, Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro, Ministro da Educação, Ensino Superior e Desporto, Presidente da Comissão Nacional para a UNESCO da Guiné Equatorial, S. Ex^a. N'Diaye Ramatoulaye Diallo, Ministra da Cultura do Mali, S. Ex^a. Mohamed Sajid, Ministro do Turismo, Transportes Aéreos, Arte-

⁹ A Rede Pan-Africana de Mulheres Africanas na Prevenção e Mediação de Conflitos é um mecanismo da Arquitectura de Paz e Segurança da União Africana.

sanato e Economia Social de Marrocos, S. Ex^a. Martin Andjaba, Ministro da Educação, Artes e Cultura da Namíbia, S. Ex^a. Augusto Santos Silva, Ministro das Relações Exteriores de Portugal, S. Ex^a. Dieudonné Moyongo, Ministro da Cultura e Artes da República do Congo e S. Ex^a. Esperance Nyirasafari, Ministra da Cultura do Ruanda.

Estiveram ainda presentes embaixadores da UNESCO e de Angola, funcionários da União Africana, directores e outros funcionários da sede e da estrutura de campo da UNESCO e outros membros do governo angolano (Anexo 5).

A Bienal contou também com a presença de representantes de outras organizações internacionais e agências das Nações Unidas, incluindo a União Europeia (UE), o Banco de Desenvolvimento Africano (BDA), a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), a ONU Mulheres, a Organização Internacional para as Migrações (OIM), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Escritório Regional das Nações Unidas para a África Central (UNOCA), o Escritório das Nações Unidas contra as Drogas e o Crime (ONUDD) na Etiópia, o Gabinete do Coordenador Residente das Nações Unidas em Angola, a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização do Mali (MINUSMA), o Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos no Mali, a Universidade das Nações Unidas para a Paz e o Escritório do Enviado Especial da ONU para a Região dos Grandes Lagos.

Muitos outros representantes do mundo do desporto, da música e das artes também estiveram presentes, com especial destaque para Didier Drogba, Vice-Presidente da Fundação *Peace and Sport*; A'Salfo, Embaixador da Boa Vontade da UNESCO e Comissário Geral do Festival de Música Urbana de Anoumabo (Costa do Marfim) e Alphadi, Artista da UNESCO pela Paz, Presidente do Festival Internacional de Moda em África (Níger).

Houve também uma elevada participação do sector privado com representantes dos Parceiros Oficiais da Bienal, ENI, Banco BNI e Total Angola, a Transportadora Oficial Royal Air Maroc, a Phoenix TV Multimedia Group, o Weidong Group e o Africa Development Solutions Group. Transportadoras Aéreas Patrocinadoras:

TAP Air Portugal, TAAG e Ethiopian Airlines, bem como os Patrocinadores de Categoria Ouro: Aceria de Angola, Multieventos, Unitel, Grupo Boavida, Noble Group, Niodior, Refriango, RCN, Kikovo, Grupo Arena, Cooperativa de Crédito, Tegma-Su e Planalto do Kinu.

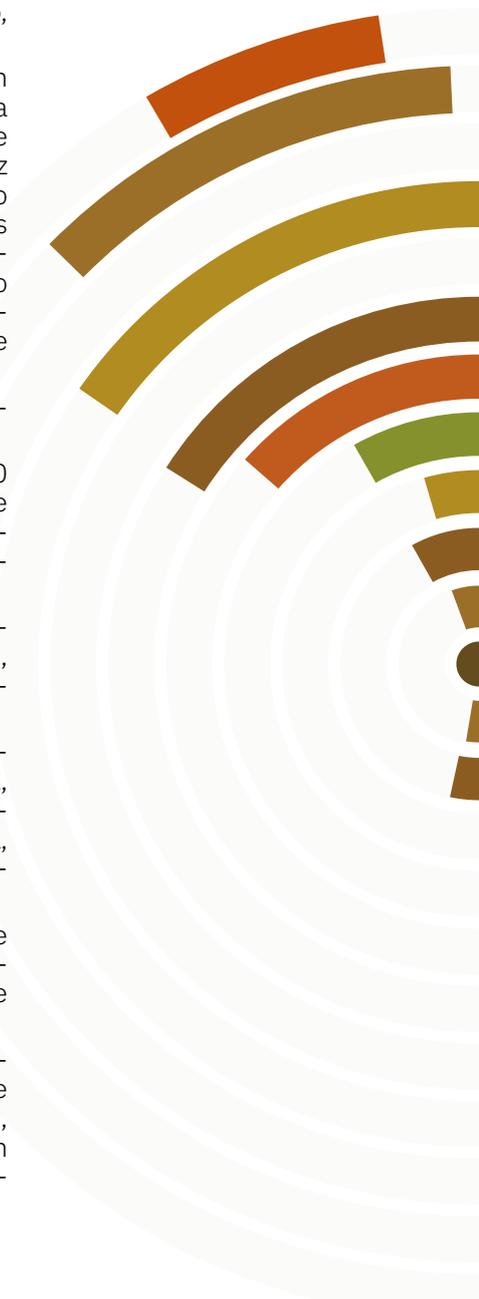
Os eventos da Bienal tiveram lugar em quatro locais em Luanda: a cerimónia de abertura teve lugar no Centro de Convenções de Talatona e por sua vez o Memorial António Agostinho Neto albergou o Fórum dos Parceiros e os Fóruns Temáticos. O Festival de Culturas foi realizado na Fortaleza de São Miguel e a “Marginal de Luanda” acolheu a exposição da Vila Marroquina e o concerto de encerramento.

A participação na Bienal registou as seguintes presenças:

Cerimónia de Abertura: cerca de 500 pessoas no salão principal e cerca de 400 pessoas que assistiram à transmissão directa projectada em tela no Memorial António Agostinho Neto;

- Fórum dos Parceiros e Fóruns Temáticos: 116 oradores e moderadores, 600 pessoas por dia de 62 países, incluindo 45 países africanos;
- Festival de Culturas: 200 artistas representando 16 países (África do Sul, Angola, Bélgica, Brasil, Cabo Verde, Coreia do Sul, Cuba, Egipto, Etiópia, Itália, Quénia, Namibe, Mali, Marrocos, Portugal e Ruanda) e 15 000 visitantes;
- Concerto de Encerramento: mais de 50 artistas provenientes de Angola, Egipto, Namíbia e África do Sul e 7000 espectadores.

Segundo os dados facultados pelos serviços de emigração de Angola, entre os dias 16 e 23 de Setembro de 2019, cerca de 500 pessoas desembarcaram no aeroporto de Luanda para participarem na Bienal.







i. Cerimónia de abertura

Sessão Inaugural

A Cerimónia de Abertura consistiu numa cerimónia inaugural e de boas-vindas, num Painel de Alto Nível e na assinatura de um acordo entre a UNESCO e o Governo de Angola. A cerimónia foi presidida por S. Ex^ª. João Manuel Gonçalves Lourenço, Presidente da República de Angola e contou com a participação de S. Ex^ª. Ibrahim Boubacar Keïta, Presidente da República do Mali e de S. Ex^ª. Hage Geingob, Presidente da República da Namíbia. S. Ex^ª. Moussa Faki Mahamat, Presidente da Comissão da UA e Audrey Azoulay, Directora-geral da UNESCO representaram as suas intuições como co-organizadoras do evento. O Dr. Denis Mukwege, Prémio Nobel da Paz 2018, participou como convidado especial da Bienal.

S. Ex^ª. Maria da Piedade de Jesus, Ministra da Cultura da República de Angola inaugurou a cerimónia de abertura dando as boas vindas aos distintos convidados, participantes e delegações. Reiterando a importância do evento, apelou à união de todos os africanos, na combinação de esforços para o apoio da promoção e construção de uma cultura de paz para o desenvolvimento sustentável do continente. Mais especificamente, apelou ao apoio de líderes, intelectuais, estudantes e pesquisadores, para o aumento da sua interação na busca e implementação, de melhores soluções para uma paz duradoura em África.

O **Dr. Denis Mukwege** no seu discurso assinalou que *“a nossa cultura e a nossa herança africana são de uma grande riqueza, mas [são] muitas vezes mal compreendidas e esquecidas e, por isso, não [são] exploradas o suficiente, para [direccionar] os desafios actuais e*



futuros do continente”, relembrando a necessidade de valorizar o pan-africanismo e o apelo às tradições e valores africanos. Referindo-se à Carta Maliana do século XIII de Kurukan Fuga (Mande de 1236), a primeira fonte da Declaração dos Direitos Humanos, argumentou que a cultura de paz em África deve, acima de tudo, ser uma reapropriação pelos africanos da sua própria herança cultural. Nesse sentido, sublinhou também o importante papel que as mulheres desempenharam nas sociedades africanas e nas práticas democráticas do colectivismo, em contraste com as sociedades actuais, em que são muitas vezes relegadas, para posições secundárias. O Dr. Denis Mukwege expressou o seu desapontamento pelo facto das meninas do continente ainda continuarem a ser excluídas da educação e vinculou a adesão ao *jihadismo* e à migração de jovens para a Europa, com a falta de oportunidades para “*viverem sem medo e sem carências... [exclamando que esta situação] envergonha o continente por este não ser capaz de cuidar da sua própria juventude*”. Seguidamente, aplaudiu a Estratégia Operacional da UNESCO para a Prioridade África como uma abordagem que ajudará a criar respostas endógenas aos desafios existentes do continente.

O Dr. Denis Mukwege expressou preocupação sobre a cultura predominante de corrupção e impunidade no continente. Apelou aos líderes africanos para avançarem na direcção de uma cultura de transparência, de responsabilidade e de reafirmação de valores de solidariedade e fraternidade, em particular, no que diz respeito à abordagem de casos de violência transfronteiriços como no caso da República Democrática do Congo. Concluindo, apelou aos Chefes de Estado, à ONU, à União Africana e à sociedade civil, o seu apoio para a implementação das recomendações do Relatório de Mapeamento dos Direitos Humanos da ONU¹⁰ na RDC. Defendeu ainda, a criação de um tribunal internacional de justiça para julgar as violações arroladas no relatório, como uma via para a consolidação da paz e estabilidade no seu país.



S. Ex^ª. Maria da Piedade de Jesus, Ministra da Cultura da República de Angola.



Dr. Denis Mukwege, Prémio Nobel da Paz 2018.

¹⁰ O mapeamento foi realizado entre Outubro de 2008 e Maio de 2009 com a entrega de um relatório de 550 páginas contendo descrições de 617 supostos incidentes violentos ocorridos na RDC entre Março de 1993 e Junho de 2003.



S. Ex.ª. Moussa Faki Mahamat, Presidente da Comissão da União Africana.

S. Ex.ª. Moussa Faki Mahamat disse que a consolidação da paz está no centro da missão da União Africana e que em África “o desejo pela paz é maior do que em qualquer outro lugar”. O presidente da CUA vê o renascimento do extremismo violento e da intolerância religiosa, através da destruição da herança cultural como em Tombuctu, a violência infligida pelo Boko Haram e Al Shabab na Região do Lago Chade e no Corno da África, bem como a ascensão do *jihadismo* e da xenofobia, como uma negação da Cultura de Paz, conforme estabelecido na Carta da Renascença Cultural de África e na Agenda 2063 da União Africana. Felicitando a realização da primeira edição da Bienal, afirmou que ao “reunir inteligências de horizontes diferentes”, esta foi uma oportunidade para avaliar o estado de paz no continente e identificar os meios e os recursos culturais disponíveis, que podem trazer uma paz duradoura a África.

Moussa Mahamat realçou que os temas escolhidos para a Bienal estão no centro da Arquitectura de Paz e Segurança Africana da sua organização. Apelou ainda ao reconhecimento e apoio do papel das mulheres na resolução de conflitos e na promoção da paz no continente. No intuito de prevenir novas ameaças à paz e à segurança no continente, o Presidente da Comissão da UA sublinhou também a necessidade de reforçar a governança a nível continental, mas

também a nível global. Elogiando a presença e a experiência do Prémio Nobel da Paz, concluiu agradecendo ao Presidente de Angola e à Directora-geral da UNESCO, pela parceria com a Comissão da União Africana para a concretização desta iniciativa. Expressou o desejo de que Luanda seja, permanentemente, o centro de uma Cultura de Paz em África.

No seu discurso, a Directora-geral da UNESCO, **Audrey Azoulay** elogiou o compromisso do Presidente da República de Angola em fazer de Luanda a capital da paz. Não apenas pelas lições aprendidas com a longa e terrível guerra civil, mas também no acolhimento para assinatura do recente acordo entre Ruanda e Uganda a 21 de Agosto. Agradeceu também ao presidente da Comissão da União Africana pela parceria com a UNESCO. Audrey Azoulay referiu-se a outro momento marcante para a paz em África, sublinhando a assinatura do Acordo de Paz entre a Eritreia e a Etiópia e aproveitou a oportunidade para felicitar o Primeiro-Ministro Abiy Ahmed Ali da Etiópia, pelo Prémio Félix Houphouët-Boigny-UNESCO para a Paz 2019.

Relembrou à plateia que, trinta anos após o nascimento do conceito de “Cultura de Paz” em 1989, em Yamoussoukro (Costa do Marfim), “aprendemos que a resiliência e a protecção sustentável da paz só podem ser alcançadas pelas próprias sociedades”. Prosseguiu a sua intervenção, afirmando que “os mecanismos para protecção da paz através da segurança por si só, mostraram as suas limitações. Estes mecanismos de segurança são necessários, mas nunca são suficientes”. Referindo-se à definição utilizada na Conferência *Paz nas mentes dos homens* , em Yamoussoukro, que descreve a Cultura de Paz como “um comportamento [...], uma profunda adesão do ser humano com os princípios da liberdade, justiça, igualdade e solidariedade entre todos os seres humanos”, explicou que é por esta razão que a Bienal dá ênfase ao papel fundamental da educação e da cultura na prevenção da violência e na resolução de conflitos. A bienal salientou também, a necessidade de olhar para a gestão dos recursos naturais e para a conservação da biodiversidade, bem como para o papel dos média, em programas especificamente concebidos com o fim de promover a paz. Dando exemplos da intervenção da UNESCO em África nestes domínios,

apelou para a necessidade de mais envolvimento da sociedade civil e, em particular, da juventude, nos esforços pela paz. A Directora-geral concluiu a sua intervenção, referindo que a ambição da Bienal através da criação do Fórum dos Parceiros em África para a África é também, para incentivar a “mobilização de um maior número de parceiros públicos e privados” para investir na educação, cultura e ciência no continente, a fim de possibilitar o aumento dos esforços para o avanço da paz.

Na sua exortação, **S. Ex^a. Hage Geingob** referiu-se à pertinência do cenário de fundo da plataforma: “...o cenário de fundo dá-nos uma clara indicação por que estamos aqui hoje: Mostra jovens que são a essência para o futuro de África: investir neles, oferecer-lhes oportunidades para aprender, para trabalhar e contribuir para o desenvolvimento de África é fundamental para a promoção da Cultura de Paz em África. O cenário de fundo também faz referência à tecnologia, realçando a importância do investimento em tecnologias do século XXI, a fim de permitir que a África se desenvolva e se torne um actor independente e competitivo, a nível mundial. O cenário mostra também, jovens mulheres com trajes tradicionais, lembrando-nos da necessidade de investir e reconhecer o papel fundamental que as mulheres desempenham na paz e no desenvolvimento de África. É preciso apreciar, respeitar, valorizar e preservar a riqueza, a diversidade da nossa herança cultural única, todos, elementos fundamentais para a preservação da paz. E, finalmente, vemos essas jovens mulheres e uma senhora mais velha, olhando umas para as outras, o que nos desperta o senso de comunidade, de solidariedade, o colectivo que é muito próprio de nós africanos e nos permite viver em harmonia, gerações jovens e mais velhas, construindo, juntos a prosperidade e paz em África. Sim, é disso que se trata a Cultura de Paz!”.



Audrey Azoulay, Directora-Geral da UNESCO.



S. Ex^a. Hage Geingob, Presidente da República da Namíbia.



S. Ex.ª. Ibrahim Boubacar Keïta, Presidente da República do Mali

Campeão da União Africana para Artes, Cultura e Património, **S. Ex.ª. Ibrahim Boubacar Keïta** iniciou a sua intervenção, aclamando “o bom exemplo de resiliência que o povo de Angola e os seus líderes demonstraram ao superar os problemas resultantes do comércio de escravos, em primeiro lugar, da colonização, em segundo lugar e por último, de uma longa guerra civil”. Agradecendo aos três organizadores do evento, realçou que a cultura de paz só prevalecerá caso seja reconhecido que é, antes de mais nada, a relação entre a paz, a democracia e o desenvolvimento. Para além disso, requer o reconhecimento da necessidade de uma “irmandade humana” dentro e fora das fronteiras dos países e que concomitantemente, a paz, seja uma manifestação de um comportamento que favoreça a negociação e o compromisso como um meio para sanar as diferenças e disputas.

Reconhecendo a dimensão cultural da paz, afirmou que a filosofia Ubuntu sobre a identidade africana que deriva da noção de colectividade (“*Eu sou porque somos*”), ainda mais ampliada no Projecto Pan-Africano, “é a “raison d’être” da União Africana”. Em seguida, alertou sobre as ameaças baseadas em preconceitos raciais, religiosos e de classe que, na sua opinião, são os piores inimigos para a paz. Apelou à celebração da diversidade racial no continente africano, um lugar onde as populações negras, árabes e brancas coexistem pacificamente. Sobre a juventude, ressaltou que é nesse factor demográfico que residem “os activos mais preciosos do continente e, a melhor forma de servir [o continente] é preparar a sua juventude, moral, intelectual e politicamente para a conquista do futuro”.

Concluiu o seu discurso expressando “o desejo de que a Bienal de Luanda [seja] o lugar onde o destino de África” é confiado nas mãos dos seus filhos, o lugar onde existe determinação para fazer dos recursos humanos, culturais e naturais, os pilares da construção da África que a Agenda 2063 da União Africana procura reafirmar.

No seu discurso, **S. Ex.^a. João Manuel Gonçalves Lourenço** deu as boas vindas a todos os participantes da primeira edição da Bienal para a Cultura de Paz. Prosseguiu, congratulando a estreita colaboração do Governo angolano com a União Africana e a UNESCO. Afirmou que, como *“espaço privilegiado para se promover a diversidade cultural e a unidade africana, a Bienal de Luanda é uma plataforma única para os governos, a sociedade civil, a comunidade artística e científica, o sector privado e as organizações internacionais, debaterem e definirem estratégias, sobre a prevenção da violência e dos conflitos com vista à construção de uma paz duradoura”*. Como resultado desta dinâmica inclusiva, saudou a participação dos jovens de Angola, de África e da diáspora como garantia do emergir de uma força, através da qual surgirão trocas de ideias inovadoras, para resolver os problemas socioeconómicos que África enfrenta. Lembrou ainda que, como parte da Agenda da UA para a promoção de uma cultura de paz e de não-violência, *“Silenciar as armas até 2020”* é um dos seus principais objectivos. Para alcançar este objectivo, convidou todos a usar os valores do pan-africanismo como fonte de inspiração e a usar a Bienal de Luanda como um passo fundamental para aprofundar o conhecimento das diferentes realidades africanas e para afirmar a identidade africana a nível político, cultural e artístico, desejando a todos uma troca fecunda na busca pelo progresso e desenvolvimento de África.



S. Ex.^a. João Manuel Gonçalves Lourenço, Presidente da República de Angola

Painel de Alto Nível

Após a sessão inaugural, teve lugar o Painel de Discussão de Alto Nível, moderado por Georja Calvin-Smith, jornalista dos média internacional France 24 e por Amilcar Xavier, jornalista da Televisão Pública de Angola (TPA) e onde os Chefes de Estado, o Presidente da Comissão da União Africana e a Directora-Geral da UNESCO, trocaram as suas opiniões sobre a Cultura de Paz.

Questionado sobre a sua motivação para acolher o evento, **S. Ex^a. João Lourenço** abriu o Painel de Alto Nível, argumentando que devido à posição geopolítica e à vasta experiência na luta pela paz, após 26 anos consecutivos de guerra, Angola reunia as condições propícias para acolher a 1^a Edição do Fórum Africano para a Cultura de Paz e para veicular mensagens sobre a importância de construir e manter a paz. S. Ex^a. João Lourenço prosseguiu, afirmando que, apesar de satisfeito com a paz sustentável em Angola desde 2002, reiterou a necessidade de investir neste tipo de diálogos interculturais, para que as nações possam aprender mais com a troca das suas experiências entre elas. Citando o trabalho que a União Africana tem vindo a desenvolver na Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA)¹¹, o presidente de Angola acrescentou ainda que, a paz é fundamental para o sucesso da ZCLCA, dado que o acordo implica a livre circulação de pessoas e bens e ambas não são possíveis, quando os países enfrentam conflitos armados.

Quando questionado sobre os acontecimentos recentes no Mali e, em particular, sobre os ataques a Tombuctu, Sítio do Património Mundial, **S. Ex^a. Ibrahim Boubacar Keïta** afirmou que, ao atacar a cidade, os assaltantes atacaram não só o coração da nação, mas *“uma das cidades conhecida de todos os homens da cultura do mundo e que tem sido um centro para a disseminação da cultura islâmica”*. Prosseguiu, elogiando o trabalho empreendido na salvaguarda dos manuscritos inestimáveis de Tombuctu, como não sendo apenas obras teológicas, mas artefactos inestimáveis da ciência, biologia, medicina e ciências naturais. Salientou que, pela primeira vez, o Tribunal Penal Internacional (TPI)¹², em Haia, considerou o ataque como um crime contra a humanidade e

condenou o principal responsável pela destruição e saque dos monumentos de Tombuctu. Esta foi a primeira vez que o TPI considerou a destruição cultural, por si só, como crime de guerra. O presidente do Mali elogiou o trabalho realizado pela UNESCO na restauração de Tombuctu e as acções empreendidas pela Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização no Mali (MINUSMA) e do governo do Mali na luta contra a ameaça terrorista.

Expressou precaução, reiterando que, infelizmente, a luta contra o terrorismo ainda não está concluída. O presidente reafirmou o compromisso do Mali nos esforços realizados através do G5 Sahel com o Chade, a Mauritânia, o Burkina Faso e o Níger. Nesse sentido, salientou que se deve fazer mais para melhorar as necessidades educacionais no continente, dado que o sucesso educacional é, a longo prazo, uma solução eficaz no duplo esforço ao combate ao terrorismo e à promoção do desenvolvimento sustentável.

S. Ex^a. Hage Geingob referiu alguns dos desafios enfrentados na busca pela paz sustentável em África e frisou a necessidade de rever a arquitectura de governança no continente. Neste contexto, convidou a 3^a vaga de líderes africanos para a construção dos legados dos líderes da 1^a vaga, na sua campanha de libertação do continente e dos líderes da 2^a vaga, na superação dos desafios da Guerra Fria. O presidente da Namíbia afirmou que os líderes da 3^a vaga poderiam atender às necessidades e aspirações dos cidadãos, empenhando-se em reformas, sistemas e processos institucionais. Referindo-se à actual situação do seu próprio país, o presidente Hage Geingob afirmou que *“embora a Namíbia tenha conseguido alcançar a paz, ainda há muitos desafios a enfrentar”*. Realçou que, a menos que as questões relacionadas com a habitação, as necessidades básicas e o desemprego, especialmente de jovens, sejam resolvidas, todos os esforços para alcançar a paz estarão comprometidos. Na questão das tensões raciais, afirmou que, apesar do legado do *apartheid* do país, na Namíbia, brancos e negros trabalham juntos, a todos os níveis da sociedade, desafiando as divisões raciais utilizadas para semear o ódio. Referindo-se à sua carreira no Instituto das Nações Unidas, em Lusaka, onde trabalhou em projectos para a construção de

¹¹ N. da T.: *African Continental Free Trade Area (AfCFTA)*

¹² N. da T.: *International Criminal Court (ICC)*

capacidades de liderança, ressaltou que *“sim, temos paz, mas o que é preocupante é a desigualdade que temos que enfrentar... caso contrário, a paz não irá durar e os jovens são impacientes”*. O presidente concluiu oferecendo a sua avaliação do continente e, explicou que, embora ainda houvesse um longo caminho a percorrer, ele acredita que a África está a fazer progressos em direcção à meta de 2063 da África que queremos.

O Presidente da Comissão da União Africana (CUA), **Moussa Faki Mahamat** falou sobre o papel da CUA na promoção da paz e da democracia em África. Explicou que não se deve à escassez de instrumentos para a construção da paz e para a prevenção de conflitos, o que levou aos conflitos no continente, mas em vez de isso, é que, *“hoje, a maioria dos conflitos que afectam o continente africano não diz respeito a conflitos entre Estados. São problemas internos dentro dos Estados, [por exemplo], a ameaça extrema terrorista que afecta o Sahel, a Bacia do Lago Chade e o Corno de África”*. Prosseguiu, comentando a recente *Cúpula Extraordinária sobre o Terrorismo* organizada pela CEDEAO¹³ em Ouagadougou, como um exemplo do tipo de acções em que a UA está actualmente, empenhada. Indicou ainda que, os países africanos estão a investir consideravelmente na coordenação de acções de segurança transfronteiriça mencionando em particular alguns exemplos, incluindo a Força de Intervenção Conjunta Multinacional (MNJTF) na região do Lago Chade, a Força Conjunta Sahel G5 na região do Sahel e a Missão da União Africana na Somália (AMISOM). Continuou realçando que, a luta contra o terrorismo necessita do financiamento por parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O presidente da CUA prosseguiu apelando aos países para a adopção de instrumentos legais e políticos para a resolução de conflitos e incentivando os líderes para a aplicação dos princípios de boa governança a nível político, judiciário e económico. Salientou que os conflitos internos resultantes das tensões pré e pós-eleitorais devem ser resolvidos de forma pacífica. Explicou que, a principal estratégia para erradicar as ameaças à segurança no continente é através do desenvolvimento dos

países. Aconselhou os Estados-membros a investir na educação de qualidade para todos, aproveitando para expressar o seu apreço pela cooperação de longa data entre a CUA e a UNESCO na promoção da ciência, da educação e da cultura. Prosseguiu, referindo-se à parceria fundamental entre a UA e a UNESCO na procura do bem-estar do povo africano. Salientou a importância da *História Geral da África* da UNESCO, um projecto lançado em 1964 para desafiar a ignorância em torno da história da África – uma obra que o presidente da CUA descreveu como uma das obras mais importantes realizadas para o continente¹⁴. Assinalou ainda a relação entre a paz e o desenvolvimento e prosperidade, afirmando: *“Sem paz nada pode ser feito, razão pela qual para nós a cultura de paz é tão importante como a cultura de produção de alimentos”*. Acrescentou ainda que, para a paz, a confiança entre a liderança e a população é essencial e, como tal, o papel da sociedade civil não pode ser subestimado. Concluiu, afirmando que *“para aumentar essa confiança, é necessário que a população, nomeadamente, os jovens e as mulheres estejam mais empenhados na gestão das questões.*

¹³ Um bilhão de dólares foi prometido pelo CEDEAO para a luta contra o extremismo violento.

¹⁴ <https://en.unesco.org/general-history-africa>.

Audrey Azoulay, Directora-geral da UNESCO, salientou a relação entre o conceito cultural e a cultura de paz. Assinalou que a cultura, pela sua diversidade e história multimilenar, é um recurso conhecido pela sua resiliência e capacidade de recuperação pós traumas e, incentivou a utilização destas qualidades. A Directora-geral citou os exemplos da ressurreição de Tombuctu no Mali e Mossul no Iraque, apesar dos grandes níveis de destruição sofridos. Referindo-se à Bienal como uma demonstração da essência da UNESCO, afirmou que a organização tenta fomentar essa capacidade de reconstrução, para a prevenção do extremismo violento e para a promoção da paz, através da cultura, educação, comunicação e informação e ciências. Salientou ainda que para alcançar a paz duradoura e desenvolvimento no continente, existe a necessidade de promover a busca pela igualdade de género e pelo empoderamento das mulheres e da juventude, assim como pela promoção da revolução digital.

Relativamente ao apoio da UNESCO a Angola, Audrey Azoulay elogiou a cooperação de longa data e a recente re-

novação dessa colaboração, tornada possível graças ao investimento significativo do Presidente de Angola no apoio ao mandato da UNESCO. Afirmou que, a visita do Presidente João Lourenço a Paris, foi a oportunidade ideal para identificar as áreas de colaboração prioritárias entre Angola e a UNESCO. A primeira área de cooperação entre a UNESCO e os países africanos, incluindo Angola, é o empenho no trabalho no sector cultural, na identificação de novos locais elegíveis em África, para inclusão na lista do Património Mundial. A segunda área tem como foco o ensino superior, tendo a Directora-geral elogiado o compromisso de Angola relativamente ao investimento na formação de estudantes de doutorado. Acrescentou ainda que a UNESCO também está a apoiar Angola através da formação de professores e da aprendizagem digital.

Assinatura do Acordo de Parceria

O Fórum dos Parceiros teve início com a cerimónia de assinatura entre o Governo da República de Angola e a UNESCO, para firmar um acordo educacional no valor de 50 milhões de USD. Este fundo irá apoiar investimentos na área



das ciências e dos jovens. Será utilizado para o desenvolvimento de parcerias inteligentes no sentido do alcance da paz e do desenvolvimento no continente. O acordo educacional consiste na criação de um programa nacional de formação de doutoramento em ciência, tecnologia e inovação, que beneficiará 165 jovens estudantes angolanos doutorados entre 2020 e 2027. Este acordo foi assinado pela Directora-geral, Audrey Azoulay, em representação da UNESCO e pela Ministra da Educação do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação de Angola, Maria do Rosário Bragança Sambo, em representação do Governo de Angola.

A sessão matinal terminou com a oferta simbólica da *Flor da Paz* por crianças aos membros da mesa alta.



A Directora-Geral da UNESCO e a Ministra do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação de Angola na assinatura do Acordo de Parceria.







ii. Fórum dos parceiros

A primeira edição da Bienal de Luanda foi a rampa de lançamento para a **Aliança de Parceiros para a Cultura de Paz em África** através da organização de um Fórum dos Parceiros. Entendendo que a paz e o desenvolvimento sustentável são a ambição e responsabilidade de todos, este encontro de múltiplos actores de governos, empresas do sector privado e organizações da sociedade civil, organizações internacionais, incluindo agências da ONU e dos meios de comunicação social, reuniu-se durante 2 dias para dar testemunhos, fornecer informação e trocar e partilhar opiniões e experiências, sobre a construção de resiliência nos períodos de crises e conflitos nas comunidades africanas. Neste fórum, também foram debatidas as responsabilidades e contribuições, para a prevenção e ou melhoria dos desafios ao desenvolvimento sustentável e inclusivo no continente. O Fórum foi concebido como uma estratégia para a mobilização de parcerias estratégicas e inovadoras para a Implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento

da ONU¹⁵, da visão da Agenda 2063¹⁶ da UA e das estratégias¹⁷ do Programa Prioridade África da Unesco, por via deste Movimento Pan-Africano para a Cultura de Paz e Não-Violência.

O Fórum dos Parceiros realizou-se com três sessões distintas:

1. Promessas de Apoio de Parceiros;
2. Três Painéis de Intercâmbio;
3. Reuniões dos Parceiros entre Parceiros, Sectores e Escritórios de Campo da UNESCO.

¹⁵ A promoção da Cultura de Paz contribui para a concretização de todos os 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (<https://www.un.org/sustainabledevelopment/sustainable-development-goals>), mas em especial para o ODS 16 para a Paz e Justiça e Instituições Eficazes e o ODS 17 para a Mobilização de Parcerias para o Sucesso do Desenvolvimento Sustentável.

¹⁶ As Sete Aspirações da Agenda 2063 da UA (<https://au.int/en/agenda2063/aspirations>) são as seguintes:

- Uma África próspera baseada no crescimento inclusivo e no desenvolvimento sustentável;
- Uma África integrada e politicamente unida com base nos ideais do pan-africanismo;
- Uma África de boa governação, democracia, que respeita os direitos humanos, justiça e estado de direito;
- Uma África pacífica e segura;
- Uma África com uma forte identidade cultural, valores e ética;
- Uma África onde o desenvolvimento é orientado para as pessoas, confiando no potencial da mulher e da sua juventude;
- Uma África como actor forte e influente e parceiro a nível mundial.

¹⁷ Os seis programas emblemáticos da Prioridade África da UNESCO (<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pj0000224489>) são:

- Promoção de uma cultura de paz e não-violência;
- Fortalecimento dos sistemas educativos para o desenvolvimento sustentável em África: melhorar a equidade, a qualidade e a relevância;
- Aproveitamento da ciência, tecnologia e inovação (CTI) e do conhecimento para o desenvolvimento socioeconómico sustentável de África;
- Promoção da ciência para a gestão sustentável dos recursos naturais de África e a redução do risco de desastres;
- Aproveitamento do poder da cultura para a paz e o desenvolvimento sustentável num contexto de integração regional;
- Promoção de um ambiente propício à liberdade de expressão e desenvolvimento dos média.



ii.1 Promessas dos parceiros da UNESCO

Esta sessão esteve dividida em 2 segmentos: O primeiro teve lugar no Centro de Conferências em Talatona, durante a Cerimónia de Abertura, testemunhado pelos três Chefes de Estado e pelo Presidente da Comissão da União Africana, conforme descrito na secção *Cerimónia de Abertura*.

O Fórum dos Parceiros foi retomado durante a tarde no Mausoléu Agostinho Neto, com observações introdutórias pelo Director-Geral Adjunto para a Prioridade África e Relações Exteriores da UNESCO, Firmin Edouard Matoko e pela Embaixadora e Delegada Permanente da República do Gabão para a UNESCO e Presidente do Grupo África na UNESCO, Rachel Annick Ogoula Akiko.

Na sua intervenção, o Director-geral Adjunto **Firmin Matoko** iniciou o seu discurso dando as boas-vindas a todos os participantes e salientando que o encontro representava uma verdadeira plataforma de parceiros, dado que reunia representantes de governos, sociedade civil, das artes, das ciências e organizações internacionais. Proseguiu, afirmando que *“a Bienal de Luanda faz parte da Estratégia Operacional para a Prioridade África (2014-2021)*

da UNESCO, que visa fornecer respostas africanas às transformações que afetam as economias e sociedades africanas”. Elogiando todos os participantes pela sua presença, Firmin Matoko assinalou que era muito incentivador, a presença de um tão grande número de aliados da UNESCO no Fórum dos Parceiros, o que garantiria uma troca mais frutífera sobre a questão da promoção da diversidade cultural, assim como da prevenção da violência e de conflitos em África.

Ogoula Akiko iniciou a sua intervenção agradecendo, em nome do Grupo África da UNESCO, a Sua Excelência, o Presidente da República de Angola pelo acolhimento do Fórum dos Parceiros em Luanda, ao Governo e ao povo de Angola pelas calorosas boas-vindas e a todos os parceiros que participaram da Bienal, pelo seu compromisso com a África e o seu desenvolvimento. Elogiou também, as acções tomadas no âmbito do quadro da iniciativa *Um Milhão até 2021*¹⁸

*Firmin Edouard Matoko,
Director-Geral Adjunto para
Prioridade África e Relações
Exteriores, UNESCO*

¹⁸ Em Abril de 2019, o presidente da CUA, Moussa Faki Mahamat lançou a *“Iniciativa 1 milhão até 2021”*, que se baseia no progresso que a África tem vindo a ter na melhoria das capacidades através da educação e do desenvolvimento de com-



da União Africana, com o objectivo de catalisar acções para o desenvolvimento de jovens em África, proporcionando um milhão de oportunidades a jovens africanos nas áreas da Educação, Emprego, Empreendedorismo e Empenho, bem como a *Campanha Acção para a Paz*¹⁹.

Relembrando que “a ideia de uma cultura de paz foi formulada pela primeira vez, à escala internacional, no Congresso Internacional sobre Paz na Mente dos Homens em 1989, em Yamoussoukro”, salientou que, trinta anos após a aprovação da *Declaração Yamoussoukro sobre Paz na Mente dos Homens*, a Bienal de Luanda representa a oportunidade de “para implementar acções comuns e inovadoras e para construir juntos, uma paz duradoura no continente”.

A segunda parte da sessão de compromissos prosseguiu com as alocações de três parceiros da UNESCO que manifestaram o seu compromisso e destacaram o impacto da Organização como parceiro estratégico: a República da Guiné Equatorial anunciou a promessa de um financiamento adicional de 5 milhões de USD para apoiar a UNESCO na construção da Universidade Afro-Americana da África Central (AAUCA); o Banco de Desenvolvimento Africano (BDA) reafirmou o seu compromisso, centrado na área da gestão sustentável de recursos naturais e a 3 de Setembro de 2019, a Phoenix TV²⁰ (Hong Kong/China), anunciou a assinatura da renovação da parceria com a UNESCO, garantindo a divulgação do trabalho da organização, nas suas plataformas por todo o mundo.

petências e na criação, para além de estabelecer ambientes propícios, de oportunidades de emprego e empreendedorismo a jovens e garantindo que estes estão empenhados significativamente, na agenda de desenvolvimento do continente. <https://au.int/en/pressreleases/20190422/1-million-2021-african-union-commission-chairperson-rallies-support-new-youth>.

¹⁹ A *Campanha Acção para a Paz* foi lançada pela UA em 2010 e todos os anos incentiva todos os africanos e pessoas de ascendência africana, unidos na diversidade, jovens e velhos, homens e mulheres e de todas as esferas da vida, a unirem-se em solidariedade, ao mesmo tempo que usufruímos e celebramos o Dia Internacional da Paz de cessar-fogo e não-violência. <http://www.peaceau.org/en/page/78-make-peace-happen>.

²⁰ A *Phoenix Television* é uma rede de televisão de 6 canais que disponibiliza canais em mandarim e cantonês, ao continente chinês e a Hong Kong em conjunto com outros mercados, divulgando notícias, informações e programas de entretenimento.

ii.2 Painéis de Intercâmbio de Parceiros

Os painéis reuniram 18 representantes de alto nível de empresas privadas e públicas, Estados-membros africanos e não africanos, agências de cooperação bilateral, bancos de desenvolvimento, fundações filantrópicas, comunidades económicas regionais e organizações internacionais, culturais e desportivas, durante dois dias para debate e partilha de ideias com a UNESCO sobre como promover a paz e o desenvolvimento na África.



ii.2.1 O Papel das Organizações das Nações Unidas, Organizações Internacionais e Bancos de Desenvolvimento

Sessão moderada por **Audrey Pulvar**, Jornalista, Fundadora e Directora Executiva da *African Pattern*.

Membros do Painel

1. **S. Ex.^a Tomas Ulicny**, Embaixador, Chefe da Delegação Europeia para Angola;
2. **S. Ex.^a Yang Shen**, Embaixador, Delegado Permanente da República Popular da China para a UNESCO;
3. **S. Ex.^a Ibrahim Albalawi**, Embaixador, Delegado Permanente da Arábia Saudita para a UNESCO;
4. **Dra. Stéphanie Gottwald**, Juíza do Learning XPRIZE e Professora de Linguística e Alfabetização da Tufts University e Co-fundadora da *Curious Learning*, Estados Unidos da América;
5. **Dominique Roland**, Director do Centro de Artes, *Enghien les Bains*.

O embaixador **Thomas Ulicny** iniciou o seu discurso, elogiando a boa relação de longa data entre a UE e a UNESCO e realçando também a importância de uma acção conjunta e de uma cooperação sólida com outras organizações internacionais, na implementação efectiva dos objectivos de desenvolvimento sustentável.

Salientou ainda as semelhanças entre a UNESCO e a UE, como organizações que promovem os direitos humanos e as liberdades fundamentais como pilares da estabilidade e do desenvolvimento. Ambas mantêm um compromisso idêntico, numa cooperação multilateral mais eficaz e num desenvolvimento inclusivo enraizado numa educação de qualidade para todos e de respeito pela diversidade cultural. Referindo-se à educação, observou que “*com um investimento total de cerca de 5,3 mil milhões de euros (dos quais 3,4 mil milhões canalizados para apoio bilateral e 1,9 mil milhões para iniciativas globais e regionais), a UE é actualmente o maior doador internacional para a educação*”. Neste sentido, elogiou os esforços da UNESCO nesse domínio, nomeadamente através do Relatório GEM²¹, do Grupo de Trabalho Internacional sobre Professores e do apoio prestado na elaboração de políticas aos países parceiros da UE. Elogiou ainda, a implementação do projecto conjun-

²¹ O Relatório de Monitoramento Global da Educação é elaborado e publicado pela UNESCO e acompanha o progresso anual mundial rumo às metas globais de educação da ONU.

to de Formação Técnico-Profissional e Empreendedorismo, iniciado no Maláui em 2016. O projecto tem como objectivo ajudar os participantes a adquirir as competências necessárias para responder às necessidades do mercado de trabalho. O embaixador referiu ainda que a UE está a rever o aumento do apoio aos programas da UNESCO no seu novo período de programação.

O embaixador **Thomas Ulicny** mencionou principalmente, o compromisso da UE em colaborar com a UNESCO na reabilitação do património cultural africano, mencionando a acção conjunta em curso no Mali. Salientou também a relação significativa entre a preservação do património cultural e o “*empoderamento das comunidades locais como “donos” do património local*”. Realçou que este empoderamento ajuda a promoção de um turismo sustentável. Por último, o embaixador mencionou o colóquio de dois dias sob o tema a “*Cultura para o Futuro*”, organizado em Junho de 2019, com a participação da Directora Geral da UNESCO com vista a facilitar o intercâmbio entre os sectores criativo e cultural, instituições internacionais e líderes governamentais, sobre o papel da cultura como vector para a paz.

Na sua intervenção, o embaixador **Yang Shen** reiterou o compromisso do seu país no apoio à estratégia da UNESCO para a implementação do programa intersectorial *Prioridade África*. Sublinhou em particular, os resultados significativos obtidos nos programas de promoção das capacidades nacionais nos sistemas de formação de professores em 10 países africanos, financiado pelo Fundo Fiduciário China-UNESCO (CFIT). Informou também, que a aprovação para o financiamento da terceira fase do projecto CFIT, foi anunciada durante o Fórum de Cooperação China-África (FCCA) de 2018 em Pequim. A terceira fase vai se concentrar na área da criação de mão-de-obra técnica e inovadora para o desenvolvimento dos países africanos.

Yang Shen mencionou também o compromisso da China na promoção da igualdade de género na educação, especialmente através do Prémio Educação de Raparigas e Mulheres²² e do Fundo Fiduciário para a Educação de Raparigas e Mulheres UNESCO-Haihang. In-

²² Atribuído anualmente a dois laureados, o Prémio é uma distinção que reconhece contribuições extraordinárias na promoção da educação feminina.

formou ainda que, a China também tem apoiado a UNESCO na promoção da garantia de qualidade em intervenções do ensino superior em vários países africanos, através do Fundo Fiduciário UNESCO-Shenzhen. No que diz respeito ao fomento de parcerias público-privadas, mencionou, em particular, o Fundo Fiduciário UNESCO- Weidong Group, que permite à UNESCO providenciar apoio aos Estados-membros na promoção das TICs, para o cumprimento das metas da Educação até 2030. Relativamente ao apoio à Cultura, referiu à contribuição voluntária feita pelo seu país ao Centro do Património Mundial da UNESCO. Para finalizar a sua intervenção, reiterou o apoio contínuo da China para a implementação da Agenda 2063 da União Africana e do ODS 4 da Educação 2030 das Nações Unidas.

O embaixador **Ibrahim Albalawi** enalteceu o projecto de parceria recentemente iniciado entre os representantes da Delegação da Arábia Saudita e os membros do Grupo África da UNESCO. Elogiou ainda a implementação das interações entre a Arábia Saudita e os países africanos. Elogiou o trabalho apresentado pela Fundação “MiSK”²³ e pelo “Centro de Auxílio e Ajuda Humanitária Rei Salman”, em cooperação com a UNESCO. Prosseguiu, manifestando o seu interesse no fortalecimento de parcerias com os países africanos em todas as áreas de competências da UNESCO, em especial, na preservação do património cultural e na promoção da paz e do diálogo.

Salientou ainda, a “Visão Saudita 2030”, implementada através do “Plano Nacional de Transformação”, que visa promover a inclusão social e económica, a reforma do sistema de ensino, bem como o desenvolvimento da área da cultura.

A apresentação da **Dra. Stephanie Gottwald** foi dedicada ao trabalho da organização sem fins lucrativos *Curious Learning* (CL)²⁴. A organização está a desenvolver uma parceria com a UNESCO para acelerar a alfabetização de crianças e jovens fora do ensino, com

fraco desempenho na aprendizagem em África. Na sua intervenção, afirmou, que o trabalho da CL é “organizar, localizar, otimizar e distribuir soluções de alfabetização baseadas em tecnologia móvel (smartphones), projectadas para trabalhar com crianças, independentemente da sua proximidade com as escolas”. Explicou ainda que existe um conjunto de evidências cada vez maior, que demonstram que as crianças podem aprender a ler a partir de aplicativos móveis. O mais recente, o *XPRIZE Learning Challenge*²⁵, realizado pela UNESCO e pelo PAM na Tanzânia, é um exemplo desta tecnologia inovadora. O programa *Curious Learning* é um ecossistema de aprendizagem baseado em tecnologia móvel. O objectivo é capacitar programadores, criadores e desenvolvedores de conteúdo, para o desenvolvimento de aplicativos de aprendizagem de código aberto, e que em conjunto, providenciam uma via para a alfabetização em mais de 50 idiomas. O objectivo principal é abranger 170 milhões de crianças²⁶ até 2025 com aplicativos que as capacitem a aprender a ler e escrever. A Dra. Stephanie Gottwald finalizou a sua intervenção, descrevendo a natureza da parceria inteligente, explicando que a CL está “a trabalhar com provedores de telecomunicações, fabricantes de hardware, instituições multilaterais, governos, escolas e pais para a distribuição localizada de aplicativos a crianças em regiões onde os países têm as maiores taxas de analfabetismo. A abordagem da CL foi amplificada através de uma parceria com a Google, garantindo apoio tecnológico a nível mundial”.

Dominique Roland reiterou o papel significativo que a cultura desempenha na promoção da paz através de programas como por exemplo, as Cidades Criativas da UNESCO. Realçou que “devemos transformar estas cidades em território experimental para usos inovadores”, mencionando a *Rencontres Internationales des Arts Numeriques d'Abidjan*



Um estudo demonstrou o impacto social e emocional do projecto XPRIZE nas crianças que nele participaram. Os resultados indicaram que as crianças ganharam em obediência, no respeito pelos outros e melhoraram as suas competências de estudo. O estudo revelou ainda que, fruto da sua participação no projecto, as crianças desenvolveram confiança e independência.

²³ O programa de estágio UNESCO-Misk oferece aos jovens graduados universitários e jovens profissionais qualificados sauditas a oportunidade de ingressar na UNESCO no início da sua carreira profissional e aprender a desempenhar um papel na concretização da paz na cooperação internacional em educação, cultura e ciência.

²⁴ N. da T.: *Aprendizagem Curiosa (AC)*

²⁵ O *XPRIZE Learning Global* no valor de 15 milhões de USD foi um desafio lançado a equipas de todo o mundo para o desenvolvimento de *softwares* livres de código aberto, expansíveis que capacitem as crianças na aprendizagem de conceitos básicos em leitura, escrita e aritmética, em 15 meses. <https://www.xprize.org/prizes/global-learning/articles/xprize-and-unesco>.

²⁶ Dos 170 milhões, o objectivo é abranger 100 milhões de crianças africanas.

(RIANA 2019)²⁷ em Abidjan, iniciada em 2017, como um exemplo do desenvolvimento de um ecossistema digital local dinâmico em África. Declarou também “*que as cidades criativas são o núcleo de soluções de resolução das questões actuais à medida que trabalhamos para a invenção de um novo modelo social*”, ressaltando a importância da participação dos cidadãos neste processo. Elogiou a fusão da diversidade cultural representada pela significativa mistura entre as Cidades Criativas²⁸ na Europa e em África e salientou a relevância de ter um equilíbrio norte-sul das redes de Cidades Criativas da UNESCO que, na sua opinião, representam a verdadeira riqueza do continente africano.

Sessão plenária

Todos os participantes reiteraram que África continua a ser uma prioridade para as suas respectivas organizações, reafirmando a esse respeito, o compromisso das suas instituições no apoio a África com a implementação dos ODS. Ao fazê-lo, vários oradores referiram à necessidade de ter em consideração as culturas endógenas africanas, essenciais para a gestão de uma transformação genuína em direcção a uma cultura de paz. Alguns dos intervenientes também concordaram que é importante promover e valorizar as populações endógenas em África, já que muitos países africanos se esforçam para promover e reconhecer a diversidade cultural interna. Este reconhecimento é um passo essencial para a construção e consolidação da paz social.

Alguns participantes também referiram ao papel essencial das mulheres na prevenção e resolução dos conflitos em África. Exortaram os governos africanos a ter em consideração as preocupações relacionadas com a paz e a segurança relativamente ao género e a assegurar a inclusão das mulheres nos processos

de paz, com vista ao alcance de uma harmonia duradoura.

Vários oradores reiteraram ainda o seu apoio contínuo aos governos africanos na capitalização do potencial demográfico da população jovem do continente, através da oferta de educação e formação para a melhoria da criação de oportunidades de empregos como meio para a melhoria da paz sustentável no continente.

Os oradores também referiram à necessidade de apoio à resiliência e a inclusão social das cidades africanas. Reconheceram que as contribuições da Rede de Cidades Criativas da UNESCO a decorrer actualmente e o foco da organização na questão da criatividade, são factores estratégicos importantes para o desenvolvimento urbano sustentável.

Em conclusão, o painel propôs a seguinte recomendação:

As **Organizações das Nações Unidas, Bancos de Desenvolvimento e outras Organizações Multilaterais** devem continuar a promover iniciativas de desenvolvimento socioeconómico inclusivas e sustentáveis que também defendam a Cultura de Paz no seu trabalho.

²⁷ Encontro de Artes Digitais e Visuais de Abidjan.

²⁸ A Rede de Cidades Criativas da UNESCO (RCCU) foi criada em 2004. O objectivo da Rede visa a promoção da cooperação entre e com as cidades que identificaram a criatividade como factor estratégico para o desenvolvimento urbano sustentável. As 246 cidades que actualmente compõem a Rede, trabalham em conjunto para um objectivo comum: colocar a criatividade e as indústrias culturais no centro dos seus planos de desenvolvimento a nível local e cooperar activamente, a nível internacional.



ii.2.2 O papel do Sector Privado, das Fundações e dos Média

Este painel foi moderado por **Audrey Pulvar**.

Membros do Painel

1. **Guido Brusco**, Vice-Presidente Executivo da ENI para a Região Subsaariana;
2. **Danrui Wang**, Presidente do Weidong Group;
3. **Samba Bathily**, Fundador do Grupo Africa Development Solutions;
4. **Didier Drogba**, Vice-Presidente da Fundação Peace and Sport;
5. **Olivier Juny**, Director-executivo da Total Angola;
6. **Rafael Cavalcante Marques**, TV Globo, Brasil;
7. **Eva Cortez**, em representação da Directora-executiva do Banco BNI, Angola.

No seu discurso, **Guido Brusco** chamou a atenção para a relação entre a baixa produção de energia e os níveis de pobreza em vários países africanos. Sublinhou também que o crescimento económico não ocorre ao mesmo ritmo do crescimento demográfico em África.

Prosseguiu afirmando que a colaboração pública e privada, é uma das estratégias-chave para fazer face a esta disparidade, assim como o desafio da falta de infraestruturas, uma vez que estes, são os dois dos factores impulsionadores do desenvolvimento mais importantes. Relativamente às políticas da sua empresa, explicou que “a ENI, desde o seu início tem-se investido para que os países de acolhimento se tornem autónomos do ponto de vista energético”. A ENI acredita que, através da melhoria do acesso à energia, os países também podem contribuir para a cultura de paz. Guido Brusco mencionou que, em Setembro de 2018, a ENI assinou um importante acordo com o PNUD para melhorar a diversificação das fontes de energia em África através de projectos de energia renovável.

Olivier Juny confirmou que a Total tomou uma série de acções para a mitigar a descarbonização dos combustíveis fósseis, como resultado do Acordo de Paris de 2015. Reiterando o compromisso da sua empresa na promoção da

Futebol em Konso, Etiópia.

Em vários países africanos, o futebol tem desempenhado um papel essencial na criação de unidade a partir da divisão, da alegria a partir da tristeza e na promoção de uma mensagem de integração e paz.



utilização de uma energia mais limpa e na diversificação do seu portfólio de energia, reiterou que a sua empresa está empenhada na redução do desperdício produzido pela queima de gás (*gas flaring*)²⁹. Prosseguiu, salientando que em Angola, entre 2018 e 2019, a empresa conseguiu reduzir o desperdício das queimas em 20%, entre outras medidas que têm vindo a ser tomadas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa. Por último, explicou que a Total em Angola apoia projectos direccionados à juventude e ao património cultural como parte do seu programa de responsabilidade social corporativa.

Didier Drogba citou o exemplo da Costa do Marfim, onde o futebol foi bem-sucedido na união de todos os marfinenses após a guerra, independentemente da sua filiação ou lealdade política durante os anos de guerra civil. A selecção nacional de futebol provou que todos os marfinenses poderiam coexistir e jogar juntos com um objectivo comum. Explicou que a mensagem que ele e os seus colegas passaram na TV nacional, implorando aos grupos rivais para que concordassem num cessar-fogo e trabalhassem em direcção à paz, teve um impacto directo sobre o fim do conflito civil. “*Naquele momento*”, recordou, “*percebi a importância do desporto*”. Com 60% de todo o continente com menos de 25 anos, “*a África precisa de olhar para a juventude e promover uma mensagem de paz*”. Mencionou ainda, o lançamento da *Campanha Paz e Desporto* na Colômbia, que reuniu jovens em torno da paixão desportiva, o que permitiu que esquecessem as diferenças e construíssem diálogos, afastando-se das tensões da vida quotidiana.

Samba Bathily salientou a importância de “*investir em energias renováveis, assim como adoptar uma abordagem diferente, viabilizando parcerias público-privadas com governos para que*

²⁹ *Gas flaring*, tarduzido aqui como “queima de gás”, consiste na combustão de gás associado e gerado durante diversos processos, incluindo a recuperação de petróleo e gás, produção de metano de carvão, processo petroquímico e extracção de gás de aterro. De acordo com o Banco Mundial, bilhões de metros cúbicos de gás natural são queimados anualmente em locais de produção de petróleo em todo o mundo. A queima de gás desperdiça um valioso recurso energético que poderia ser utilizado para apoiar o progresso e o crescimento económico. Também contribui para as alterações climáticas, libertando milhões de toneladas de CO2 para a atmosfera.



mais pessoas possam ser alcançadas”. Segundo Samba Bathily, a inovação tem um papel fundamental no processo de paz, sendo um importante instrumento que pode ser usado para a criação de mais oportunidades de trabalho. Explicou que a estabilidade de África também depende da inovação, especialmente nas áreas rurais onde as pessoas ainda não têm acesso a infraestruturas e serviços básicos, o que muitas vezes resulta na sua participação recorrente em conflitos e criminalidade. Antes de concluir, Samba Bathily analisou a importância do investimento na criatividade e na cultura como meio de garantir um crescimento económico significativo. Finalizou anunciando que, através do *African Development Solution* investiu 20 milhões de euros no projecto *Mindel Floating Music*³⁰, uma plataforma musical com o objectivo de reunir artistas, realizar e promover filmes africanos, num esforço para a recriação de uma espécie de Hollywood em África.

A apresentação de **Danrui Wang** focou-se nas áreas de apoio do Weidong Group, incluindo saúde, bem-estar, novas tecnologias e imobiliária. Mencionou que a empresa tem vindo a investir na tecnologia de informação para a aprendizagem baseada na *internet*, nos últimos 12 anos e tem vindo a trabalhar na formação de professores e no desenvolvimento da educação na China.

³⁰ A *Mindel Floating Music* é uma plataforma flutuante para espectáculos de música e entretenimento cujo objectivo principal é promover o intercâmbio entre músicos locais e internacionais. Será instalada na Baía de Mindelo, Cabo Verde pretendendo servir não só o país, mas também outros países da África (Occidental). Estará pronta em 2020 e espera receber anualmente, 200 000 turistas.

Imagem do projecto em curso do MFS™ IV - A Floating Music Hub, uma plataforma musical flutuante, localizada na Baía de Mindelo, na Ilha de São Vicente, em Cabo Verde.



Da esquerda para a direita, Didier Drogba, Rafael Marques, Samba Bathily e Audrey Pulvar.

No que diz respeito à parceria com a UNESCO, salientou o papel desempenhado pelo Weidong Group para fazer face à demanda dos países africanos na educação. Referiu-se, em particular, aos projectos-piloto de educação e digitalização que estão a ser realizados no Congo e na Costa do Marfim.

Dirigindo-se ao Fórum dos Parceiros em nome do Banco BNI³¹, **Eva Cortez** realçou a importância dada pelo seu banco, uma das instituições financeiras mais significativas da área económica de Angola, à cultura, educação e desporto. Salientou que o BNI tem vindo a apoiar a cultura em Angola há muito tempo, como demonstrado pela associação da imagem do Banco BNI ao apoio dado ao primeiro aniversário da inclusão de Mbanza Congo na lista do Património Cultural Mundial. Por último, reiterou o compromisso do BNI com os valores da UNESCO e o seu apoio às actividades da UNESCO na promoção do desenvolvimento social e económico de Angola.

³¹ Banco de Negócios Internacional

Rafael Marques versou sobre a importante parceria de longa data entre a UNESCO e a TV Globo, citando o exemplo do programa *Criança Esperança*, uma iniciativa da TV Globo em parceria com a UNESCO, lançada em 2004. Como um dos programas sociais mais vistos e reconhecidos do Brasil, o programa *Criança Esperança* representa uma poderosa ferramenta de comunicação para a sensibilização de questões importantes sobre a agenda social do país. O programa promove a inclusão social de grupos vulneráveis, desenvolve iniciativas que inspiram políticas públicas para a juventude, motiva os jovens a aderirem a programas de educação básica e formação técnica e profissional e promove a participação e o envolvimento dos jovens no desporto, actividades de lazer, fomentando também a inclusão digital. Também apoia projectos direccionados para a melhoria da qualidade de vida de crianças, adolescentes e jovens. Devido à vasta cobertura da TV Globo (98% do território brasileiro), o programa contribui para a implementação dos ODS, em

especial o lema “*Não deixar ninguém para trás*”, para a promoção de um futuro de justiça e igualdade.

Sessão Plenária

Resumindo as discussões, vários membros do painel referiram-se à riqueza de África em recursos naturais, mas também à rede de infraestruturas ainda bastante subdesenvolvida do continente. A necessidade de energia para o desenvolvimento económico está a influenciar os principais grupos petrolíferos de África a diversificar as suas actividades de produção de energia para incluir a energia renovável à medida que trabalham em direcção a uma resposta ao aquecimento global. Cientes da necessidade de diversificação e de uma mudança para fontes de energia sustentável, muitos actores estão a investir mais em energia solar, explorando desta forma, a oportunidade no continente mais ensolarado do mundo. Ao proporcionar acesso aos serviços básicos, espera-se que a electrificação rural reduza o êxodo rural e a divisão social e crie empregos, especialmente para os jovens e que ao mesmo tempo garanta a paz nesse processo.

Adicionalmente, novas tecnologias como a tecnologia digital e a inteligência artificial, oferecem neste momento, oportunidades essenciais para o desenvolvimento de África. As exigências dos jovens aos seus governos também estão a aumentar. Por isso, investir no crescimento tecnológico através da educação e da formação é outra via fundamental para uma cultura de paz.

Os participantes dos debates observaram que, as responsabilidades sociais corporativas no sector envolvem os bancos, por exemplo, no apoio ao desenvolvimento sustentável, através do financiamento de projectos culturais e sociais que promovam a paz. Por outro lado, o desporto é um excelente veículo para promover a cultura de paz, sendo um dos meios adequados para a divulgação de mensagens sobre a coexistência pacífica, em particular, nos conflitos actuais relacionados com o aumento dos fluxos migratórios e da criminalidade. Os média têm um forte impacto, nomeadamente sobre os jovens e, como tal, uma enorme responsabilidade na mudança de atitudes e códigos de conduta. A mudança para uma cultura de paz no continente requer o esforço conjunto dos governos,

das autoridades públicas, do sector privado e da sociedade civil.

Em conclusão, o painel propôs a seguinte recomendação:

Instamos o **Sector Privado** a expandir a sua colaboração com o sector público, fortalecendo dessa forma, as parcerias público-privadas e reforçando a colaboração com a UNESCO, para facilitar a implementação de programas inovadores e globais para a promoção da Cultura de Paz.

ii.2.3 Redes de Organizações da Sociedade Civil e Festivais Culturais

Este painel foi moderado por **Audrey Pulvar**.

Membros do Painel

S. Ex^a. Anar Karimov, Embaixador e Delegado Permanente do Azerbaijão junto da UNESCO;

1. **Yacouba Konaté**, Director-geral do Mercado de Artes Cénicas de Abidjan (MASA);
2. **Ardiouma Soma**, Delegado-Geral do Festival Pan-Africano de Cinema e Televisão de Ouagadougou (FESPACO);
3. **Seidnaly Sidhamed**, conhecido como *Alphadi*, Artista da UNESCO pela Paz - Presidente do Festival Internacional de Moda de África (FIMA);
4. **Salif Traoré**, conhecido como *A'Salfo*, Embaixador da Boa Vontade da UNESCO - Comissário-Geral do Festival de Música Urbana de Anoumabo (FEMUA);
5. **Frédéric Jacquemin**, Director Executivo da AFRICALIA;
6. **Jean Noël Loucou**, Secretário Permanente da Rede de Fundações e Instituições de Investigação pela Promoção de uma Cultura de Paz;
7. **Ekene Johnpaul Ikwelle**, Presidente da Rede Pan-Africana da Juventude para uma Cultura de Paz.

No seu discurso, o embaixador **Anar Karimov** partilhou com a audiência as três principais áreas de acção do Azerbaijão em África: ajuda humanitária, assistência para o desenvolvimento sustentável e capacitação. Afirmou que “o Azerbaijão está a desenvolver esforços continuados para a erradicação da pobreza e para a promoção do crescimento económico sustentável e da prosperidade global, em particular nos países africanos”. Nos últimos anos, o seu país tem prestado uma considerável assistência humanitária, bem como intervenções e projectos de desenvolvimento através da Agência de Desenvolvimento Internacional do Azerbaijão (AIDA). Declarou ainda que o Acordo Quadro assinado entre o Azerbaijão e a UNESCO em 2013 terá continuidade no futuro.

Reiterou ainda que o seu país apoia fortemente a criação de sinergias entre o *Processo de Baku*³² e a Bienal de Luanda para a promoção do diálogo intercultural e para a cultura de paz. Neste contexto, ressaltou que o *Processo de Baku* representa uma oportunidade única para agregar a atenção aos jovens e às organizações da juventude africanas e dos parceiros privados, sobre as necessidades do continente.

Yacouba Konaté trouxe a experiência do Mercado de Artes Cénicas de Abidjan (MASA), uma plataforma cultural que apoia a criatividade, facilitando a movimentação de artistas dentro e fora de África e que lhes proporciona a oportunidade para promover o seu trabalho a nível internacional. Utilizando o termo *bónus pela paz* para descrever o MASA, explicou que a organização foi formada em Março de 1993, quando Kinshasa deveria ter albergado o evento, mas que devido à situação sociopolítica do país, o evento foi transferido para Abidjan. Yacouba Konaté ressaltou que a arte e os artistas desempenham um papel significativo na sociedade, salientando que “o seu potencial de empatia pode ser mobilizado para a paz, tantas vezes como as que tem sido mobilizado por causas menos virtuosas”. Prosseguiu,

³² O Processo de Baku foi lançado por Ilham Aliyev, Presidente da República do Azerbaijão em 2008, durante uma conferência ministerial com o objectivo de promover o diálogo intercultural. Representa um mecanismo de troca aberta e respeitável de opiniões entre indivíduos e grupos de diferentes origens étnicas, culturais, religiosas e linguísticas, de continentes diferentes, com base no respeito e compreensão mútuos. <https://bakuprocess.az/baku-process/about-process>.



mencionando o caso da Costa do Marfim, onde muitos artistas desempenharam um papel de liderança como vectores ou amplificadores da violência política durante o conflito civil. Por último, salientou que os artistas têm “*a honra de ajudar todos a transformar a agressividade intrínseca dos seres humanos e redireccioná-la para obras produtivas, que permitam que se entendam melhor, se conheçam e se respeiem melhor e por vezes mesmo “reencantar” o mundo*”.

A'Salfo afirmou que o Festival de Música Urbana de Anoumabo em África (FEMUA)³³ criado em 2008 pelo grupo Magic System, como um evento social e cultural, é um exemplo da promoção da paz sustentável através de eventos culturais em África. Salientou que “*este festival representa uma excelente plataforma para fornecer as utensões necessários para o desenvolvimento pessoal e profissional dos jovens e para promover o desenvolvimento sustentá-*

vel e a paz”. Prosseguiu explicando que o festival tem tido um papel importante na prevenção do recrutamento de jovens por grupos terroristas e extremistas violentos. Realçando a edição de 2011 do FEMUA, organizada após a crise pós-eleitoral da Costa do Marfim, argumentou que o evento permitiu que todo o mundo visse a reconciliação do país em torno da cultura. Por último, declarou que actualmente, o FEMUA também representa um forte sinal do retorno do país ao cenário cultural. O FEMUA é apoiado pelo Governo da Costa do Marfim, algumas agências das Nações Unidas, bem como vários parceiros privados e da sociedade civil.

Frédéric Jacquemin dirigiu-se ao Fórum dos Parceiros na qualidade de Director-geral da Africalia, uma agência de cooperação cultural belga, activa desde 2001, para o apoio e valorização de actores culturais africanos. Explicou que “*as parcerias forjadas com estruturas culturais no continente africano, deram-lhe a oportunidade de se consciencializar sobre o papel fundamental da cultura e dos artistas na conquista de uma paz duradoura*”. Em particular, salientou que o conceito de “*cultura para a paz*”, é na verdade “*o trabalho de artistas e operadores culturais em e com as suas comunidades, contra a barbárie diária*”. Elogiou os testemunhos de A'lphadi, Yacouba Konaté e Ar-

Comemoração do Dia Internacional da Paz em Bujumbura, Burundi, Setembro de 2017

³³ O FEMUA foi criado em 2008 por Salif Traoré, mais conhecido por A'salfo, vocalista e líder do grupo Magic System e comissário-geral do referido festival. O FEMUA acontece todos os anos em Abril na comuna de Marcory, no distrito de Anoumabo, terra natal do grupo. O Festival foi concebido para permitir que as populações mais carentes e que muitas vezes não têm meios para pagar o bilhete de entrada para concertos, realizem o sonho de terem à sua porta, as maiores estrelas do planeta. <https://www.cotedivoiretourisme.ci/index.php/evenements-a-voir/308-femua>.

diouma Soma. Elogiou ainda o trabalho realizado por outros actores culturais menos conhecidos, como os jovens cineastas nos bairros de lata urbano de Nairobi, os *rappers*, os actores e os cineastas em Burquina Faso, bem como os fotógrafos da República Democrática do Congo e do Burundi.

Como presidente da Rede Pan-Africana da Juventude para a Cultura de Paz (PAYNCoP), **Ekene Ikwele** declarou que “... a promoção de uma cultura de África foi para além das suas origens e habilitações académicas, tornou-se um modo de vida.” Salientou a significativa cooperação com a UNESCO, que tem sido fundamental na superação das dificuldades encontradas aquando da implementação de uma cultura de paz, através da resiliência da juventude. Mencionou ainda a “*Campanha da Paz em Várias Línguas*”, o “*Desenvolvimento do Sistema de Alerta Prévio*”, iniciado na África Central, a “*Campanha Juventude-Acção para a Paz*” na Serra Leoa e na Nigéria, como exemplos significativos do trabalho realizado pela PAYNCoP no apoio da implementação de um espaço para jovens em situações e áreas de difícil acesso. Por último, reiterou o compromisso da PAYNCoP na continuação do apoio à UNESCO, para a implementação de uma comunidade global de jovens, numa prática para a co-criação vertical e horizontal entre os jovens e com os jovens. Neste contexto, exprimiu a sua esperança em ver “*um apoio mais concreto para o PAYNCoP e outros grupos liderados por jovens, para a promoção de uma cultura de paz em África*”.

Jean Loucou explicou que a Rede de Fundações e Instituições de Investigação para a Promoção de uma Cultura de Paz, foi lançada em 2013 em Adis-Abeba³⁴. A organização tem cinco objectivos:

1. coordenar as acções de cada membro da rede, a fim de garantir uma visão clara das práticas comuns e a associação de recursos e meios de acção;

2. aumentar a visibilidade das organizações e das suas actividades junto aos cidadãos e às instituições nacionais e internacionais;
3. contribuir para a implementação do Plano de Acção de Cultura de Paz de Luanda de 2013, através do desenvolvimento e implementação de programas conjuntos;
4. trabalhar para a implementação da Agenda 2063 da União Africana e do Programa Intersectorial para uma Cultura de Paz da UNESCO; e
5. expandir a rede a organizações africanas e não africanas que prossigam os mesmos objectivos.

Prosseguiu, fazendo referência às recentes e importantes conquistas, incluindo as reuniões científicas organizadas em 2014, 2015, 2016 e 2018; a comemoração dos 25 anos desde que a ideia de uma cultura de paz foi concebida com o tema “*Paz na mente dos homens e das mulheres*”; a Conferência Internacional sobre a Cultura de Paz organizada sob os auspícios da Fundação Eduardo dos Santos (FESA) e da UNESCO; a Conferência Internacional sobre o tema “*Prevenção da Violência e a Promoção da Cultura de Paz no Período Eleitoral em África*”, realizada em Luanda (Angola); a Cátedra UNESCO para a Cultura de Paz na Universidade Félix Houphouët-Boigny sob o tema “*os mecanismos endógenos de prevenção e resolução de conflitos em África*”. Mencionou também, alguns projectos de pesquisa importantes sobre os métodos endógenos de prevenção e resolução de conflitos em África, tais como os estudos realizados no âmbito das práticas comunitárias, iniciada pelas Cátedras UNESCO na Universidade de Florença e na Universidade Félix Houphouët-Boigny. Concluiu a sua intervenção, elogiando algumas iniciativas, incluindo o Simpósio Internacional que lançou a “*Iniciativa Africana para a Educação para o Desenvolvimento e a Paz através do Diálogo Intercultural e Inter-religioso*” e a criação de uma escola para a Cultura de Paz em Yamoussoukro sob a égide da UNESCO, da União Africana e do Governo da Costa do Marfim.

³⁴ A Rede foi criada com o objectivo de “*criar um Movimento Continental e Sustentável para a Paz, capaz de mobilizar os Governos africanos, o sector privado, líderes e artistas africanos, organizações internacionais e agentes de desenvolvimento regional, assim como ONGs e organizações de base*” (ponto 4.1 do Plano de Acção de Luanda adoptado no Fórum “*Fontes e Recursos para uma Cultura de Paz*”, Março de 2013). Actualmente é composta por quarenta e quatro (44) organizações, africanas e não africanas. <http://www.reseapaix.org/en/presentation-of-the-network>.

Sessão Plenária

Resumindo este painel, os oradores reconheceram que a criatividade está no coração de África e as artes são as formas mais vibrantes da sua expressão. Quer seja na música, na moda ou na pintura, as artes são uma forma de diálogo poderosa, que pode ser utilizada como veículo de mensagens fortes para uma vasta população, mas especialmente para os jovens que mais facilmente se identificam com artistas e marcas. Os artistas têm, portanto, a obrigação de transmitir mensagens de paz, de unidade e de justiça. Alguns artistas africanos já estão a divulgar mensagens nos seus países, pedindo a reconciliação nacional ou promovendo o desenvolvimento sustentável e outros estão a lutar contra o aquecimento climático global. Neste processo, estes artistas estão a contribuir para a construção e a consolidação de uma cultura de paz e não-violência.

Como parte integrante das artes, o cinema também pode ser um poderoso amplificador de paz e de estabilidade. Existe uma importante herança cinematográfica em África com uma vasta gama de produção em vários países. O desenvolvimento e a estabilidade de África exigirão, portanto, o desenvolvimento constante das indústrias culturais e artísticas. Para além disso, a criatividade neste campo é uma formidável fonte de rendimento para uma economia em crescimento, dado que por detrás das artes existe também desenvolvimento económico através da criação de empregos.

A criatividade africana é actualmente reconhecida a nível mundial à medida que os curadores de arte promovem cada vez mais a história da arte africana. O processo tem demonstrado que o *know-how* ancestral da arte africana há muito que influenciou o mundo. A apropriação da cultura e das tradições pelos jovens, para a promoção e desenvolvimento das indústrias culturais e artísticas pode assim, ser uma solução eficaz contra a emigração por motivos económicos. O aumento da população jovem é uma oportunidade para a África, mas isto só acontecerá caso os jovens estejam bem preparados. Para isso, é importante melhorar a educação de cidadania, o fomento de uma cultura de intercâmbio e diálogo entre os jovens do continente.

Concluindo, este painel propôs a seguinte recomendação:

Instamos os **Governos Africanos** a facilitar ecossistemas políticos e jurídicos favoráveis à promoção e desenvolvimento do empreendedorismo cultural e social de jovens, rapazes e raparigas e de povos endógenos. Os governos do continente devem também reconhecer que as contribuições dos artistas são significativamente importantes. O artista pode conduzir pelo menos dois pilares importantes na busca pela paz:

1. As obras dos artistas contribuem para a valorização da arte e da cultura africana;
2. O papel dos artistas na sociedade como guia para os jovens, que pode ser aproveitado para o apoio e o incentivo de uma cultura de paz.



ii.3. Intercâmbios dos Parceiros com a UNESCO

Para viabilizar o intercâmbio entre os Directores e Chefes dos escritórios em África, as suas equipas e entre os parceiros novos e de longo prazo da UNESCO, foram planeadas duas Sessões de Intercâmbio dos Parceiros para facilitar a discussão.

Para participar neste intercâmbio, foi implementado um sistema de inscrição *em linha*. Cento e setenta e duas (172) pessoas manifestaram interesse em se reunir com os escritórios. Na preparação para o intercâmbio, sessenta (60) fichas de projectos³⁵ das várias regiões foram preparados pelos escritórios em África, nomeadamente:

- Região do Norte de África:
14 fichas do projecto
- Região da África Oriental:
9 fichas do projecto
- Região da África Ocidental:
17 fichas do projecto
- Região da África Central:
6 fichas do projecto
- Região do Sul de África:
8 fichas do projecto
- Várias regiões:
6 fichas do projecto

Infelizmente e devido às restrições de tempo, apenas algumas das reuniões dos Parceiros foram realizadas. No entanto, as fichas do projecto foram distribuídas aos parceiros interessados. Estas fichas do projecto são uma ferramenta base para mobilização dos parceiros a nível nacional, regional e global para a realização de projectos de desenvolvimento para a promoção da cultura da paz.

³⁵ Para ter acesso a estes projectos, consulte a página <https://en.unesco.org/biennaleluanda2019>.



As mulheres da província de Giza, Egito, recebem formação no âmbito do projecto da UNESCO sobre alfabetização tecnológica de raparigas e mulheres marginalizadas.





iii. Fóruns temáticos

A parte Temática da bienal foi constituída por três fóruns distintos. O Fórum de Ideias focou-se nos domínios de competência da UNESCO e no tema da União Africana de 2019.

O Fórum da Juventude reuniu jovens representantes de todo o continente com o enfoque em dois temas: o primeiro relacionado com questões da juventude, paz e segurança e o segundo sobre as preocupações dos jovens em torno da empregabilidade relacionados com a criatividade, o empreendedorismo e a inovação.

O terceiro fórum foi dedicado à análise do papel e da relação das mulheres com a paz e a violência. Foi dividido em duas sessões: a primeira sessão abordou a questão da vulnerabilidade das raparigas e das mulheres a todo o tipo de violência e a segunda sessão debruçou-se sobre as redes de mulheres para a paz e o desenvolvimento.



iii.1 FÓRUM DE IDEIAS

O Fórum de Ideias foi uma plataforma de reflexão sobre o futuro da África, centrado-se na partilha de experiências, de melhores práticas e de soluções inovadoras. O Fórum de Ideias concentrou-se especificamente ao tema “Construir e perpetuar a paz em África: Um movimento de vários actores”. O Fórum de Ideias teve a duração de 5 dias, e foi acolhido pelo Mausoléu Agostinho Neto. Consistiu em cinco sessões plenárias e seis sessões paralelas, abordando diversas áreas da agenda da Cultura de Paz. O Fórum revolveu sobre boas práticas e soluções comprovadas na área de educação e cultura, gestão de recursos naturais, migração e apoio a refugiados, o papel dos média na prevenção de conflitos e promoção da boa governança e democracia e a celebração da presença de África no mundo.



iii.1.1 Prevenção da Violência e Resolução de Conflitos através da Educação e Cultura

Moderador: George Papagiannis,
Chefe da Secção de Relações com a Im-
prensa - UNESCO

Membros do Painel

1. **Mbaranga Gasarabwe**, Representante Especial Adjunta do Secretário-Geral das Nações Unidas, Coordenadora Residente e Coordenadora Humanitária, Missão Multidimensional de Estabilização Integrada das Nações Unidas no Mali (MINUSMA)
2. **Safira Mahanjane**, Directora do Departamento de Alfabetização do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano, Moçambique
3. **Hassan Choueikh**, Director da Formação Profissional e Contínua no Ministério do Turismo, Transportes Aéreos e Economia Social, Marrocos
4. **Antonio Tsilefa**, Presidente do Comité de Coordenação do Grupo Regional de Instituições de Formação Técnica e Profissional, Madagáscar
5. **Prof. Filipe Zau**, Reitor da Universidade Independente (UnIA), Angola

Introdução

A sessão iniciou com uma breve apresentação de um vídeo³⁶ destacando as relações entre prevenção e resolução de conflitos, educação e cultura, seguida de uma introdução da sessão efectuada pelo moderador, **George Papagiannis**. O moderador iniciou a sua intervenção mencionando que, cada vez mais, a natureza dos conflitos e de eventos violentos no continente africano surgem dentro dos próprios países, onde as diferenças tradicionais e étnicas são instrumentalizadas pelos elementos em guerra como estratégia para semear discórdia.

Salientou que os conflitos são muitas vezes multidimensionais e enraizados na ignorância, exclusão social e disputas por recursos escassos e que os jovens são geralmente os mais vulneráveis e mais susceptíveis de serem afectados pela violência. Chamou a atenção para a importância da cultura no combate à violência: por todo o continente, as culturas africanas abrigam valores de paz e mecanismos de prevenção de conflitos e reconciliação.

A educação é um factor para o crescimento pessoal e uma condição crucial para que as comunidades e os países possam prosperar em paz e harmonia.

³⁶ Para aceder ao vídeo, consultar <https://bit.ly/2PbXSFx>.



Por outro lado, as iniciativas que promovem as indústrias culturais e criativas, enquanto que contribuem para a preservação e promoção do património cultural, têm demonstrado amplamente a sua capacidade de gerar riqueza e emprego, e como tal, trazer soluções sustentáveis para a prevenção de conflitos resultantes da pobreza e da falta de poder económico. Reiterou ainda que tudo isso, justifica uma reflexão mais profunda sobre o papel fundamental da educação e da cultura, dois domínios fundamentais da UNESCO, no combate aos conflitos, à violência e à exclusão.

George Papagiannis deu continuidade à sessão com uma breve apresentação dos oradores, solicitando a cada um que partilhassem o seu conhecimento e experiência sobre como a educação e as intervenções culturais contribuíram para a resolução de conflitos nos seus países, ou melhor ainda, contribuíram para a sua prevenção, e no processo, ajudaram a garantir a paz em África.

Apresentações e debates principais

A apresentação de **Mbaranga Gasarabwe** girou em torno do Mali, um país marcado pela pobreza, elevado desemprego juvenil, revoltas políticas e conflitos militares e civis³⁷. Desde 2013 que as Nações Unidas (ONU) têm auxiliado o país na gestão da crise, através do estabelecimento da MINUSMA³⁸. Paralela-

³⁷ As explosões de violência mais recentes no Mali datam de Janeiro de 2012, mas o país tem tido um histórico de violência nacional e inter-comunitária desde o processo de construção do Estado pós-colonial em 1963. A diversidade populacional tem sido usada como instrumento de “dividir para governar”, primeiro por colonos franceses e depois por políticos pós-coloniais, para afirmar a sua autoridade no norte, mas também pela classe nobre Tuareg. A interferência regional também desempenhou um papel no agravamento das divergências entre as comunidades malianas (Relatório CRU, Março de 2015). O aumento das ameaças à segurança no Sahel (tráfico de pessoas e drogas, tomada de reféns, ataques terroristas) agravado pelas recorrentes crises alimentares e nutricionais causadas pelas alterações climáticas, degradação ambiental, secas, inundações, mercados em mau funcionamento, baixa produtividade agrícola e pobreza, só piorou a situação. (Relatório do Secretário-Geral sobre a situação na região do Sahel (<https://undocs.org/S/2013/354>)).

³⁸ A Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização do Mali (MINUSMA) foi criada pela resolução do Conselho de Segurança em Abril de 2013, para apoiar os processos políticos e realizar uma série de exercícios relacionadas com a segurança no país. O mandato da Missão evoluiu ao longo dos anos com o seu



mente à Missão de Segurança, o sistema da ONU no país actua como um órgão coordenador de apoio, essencial para enfrentar os múltiplos e complexos desafios da região do Sahel. A diversidade de especializações e competências sob a bandeira da ONU e a capacidade de utilizar a experiência de cada agência, constitui uma oportunidade única para respostas abrangentes e focalizadas. A UNESCO é uma dessas agências e a sua missão específica de contribuição para a construção da paz, erradicação da pobreza, desenvolvimento sustentável e diálogo intercultural através da educação, das ciências, da cultura, da comunicação e da informação - faz com que seja especialmente adequada para apoiar o Mali no esforço pela paz, segurança e desenvolvimento.

Uma das áreas-chave de realce diz respeito à adaptação e revisão das políticas públicas direccionadas para a juventude, nomeadamente para a formação profissional e a educação não-formal, com vista à promoção dos direitos humanos, cultura da paz e empoderamento dos jovens. Destaca-se neste contexto, o projecto conjunto “*Juventude pela Paz e Reconciliação Nacional*”, financiado pelo Fundo de Construção da Paz e implementado pela UNESCO, UNICEF e OIM³⁹.

mandato principal actual de apoiar a implementação do Acordo de Paz e Reconciliação no Mali pelo Governo, os grupos armados *Plateforme* e *Coordination* e outros actores pertinentes. UNSC/13867, Junho de 2019.

³⁹ UNESCO. “*Youth, as actors for National Peace and Reconciliation in Mali*”. Disponível em: http://www.unesco.org/new/en/media-services/single-view/news/youth_as_peace_and_national_reconciliation_actors_in_mali_i

A educação informal abrange programas que visam desenvolver as capacidades humanas, melhorar a coesão social e criar os cidadãos responsáveis de amanhã. Contribui igualmente para a alfabetização de adultos e crianças, para a educação de crianças não escolarizadas, bem como para programas de desenvolvimento das competências quotidianas e profissionais e para o desenvolvimento social e cultural.

Este esforço interagências visa reforçar o compromisso da juventude e das mulheres como actores da paz para o fortalecimento da harmonia social, do diálogo comunitário, da convivência e do desenvolvimento do potencial da juventude.

Outro exemplo concreto de iniciativas que contribuem para a cultura de paz é o projecto conjunto sobre “*empoderamento de mulheres jovens e meninas adolescentes através da educação no Mali*”⁴⁰. Este projecto, financiado pelo Governo da Coreia, através da UNESCO, é construído em torno de uma abordagem multissetorial e multidimensional baseada na experiência e vantagem comparativa de três agências da ONU: UNESCO, FNUAP⁴¹ e ONU Mulheres. Transformar a energia dos jovens para uma força positiva significa a transmissão de valores através da cultura e expressões culturais. Desta forma, foram criadas estruturas como a *cabana da paz* (dedicada às mulheres e onde os artesanatos tradicionais são desenvolvidos e vendidos) e pequenos centros e casas de dança tradicional, música e arte. A importância da salvaguarda do património na reapropriação de uma identidade, a promoção da arte, da música e do artesanato foi desta forma, enfatizada, para alcançar uma cultura de paz.

Outro bom exemplo na área da preservação cultural é o trabalho realizado para a restauração dos mausolés de

⁴⁰ Escritório da UNESCO em Bamako. “*Autonomisation des adolescentes et des jeunes femmes par l'éducation au Mali*”.

Disponível em: <https://fr.unesco.org/fieldoffice/bamako/koica-mali>.

⁴¹ Fundo das Nações Unidas para a População.

Tombuctu⁴². A preservação de manuscritos antigos e a reabilitação de 14 mausolés destruídos por grupos armados em 2012, iniciaram-se em Março de 2014 e foram concluídas em Julho de 2015. O trabalho da UNESCO na protecção e reabilitação do património no Mali e na preservação da diversidade cultural e direitos humanos, em estreita colaboração com as forças de manutenção da paz da ONU MINUSMA e com a comunidade internacional, devem ser consideradas como uma base duradoura para a paz, não apenas para o Mali, mas também para o mundo inteiro.

Safira Mahanjane partilhou a sua experiência com o programa *Aprendizagem em Família* implementado de 2015 a 2017 em Moçambique, com o apoio técnico da UNESCO e financiamento pelo Fundo Malala⁴³. O projecto foi particularmente relevante para Moçambique, onde as taxas de analfabetismo de adultos em 2017 eram de 39% (49,4% mulheres) e em que apenas 3,5% das crianças menores de cinco anos têm acesso à pré-primária. O objectivo do projecto foi a melhoria das taxas de alfabetização, em competências linguísticas e matemática básica de crianças e adultos, bem como melhorar a geração de rendimentos dos beneficiários e a promoção da igualdade de género em áreas rurais e periurbanas. O projecto realizou-se em três distritos em Nampula, uma província do norte e em Maputo, a província no sul de Moçambique.

⁴² Os mausolés Tombuctu, desde há muito tempo que têm sido lugares de peregrinação para o povo do Mali e dos países vizinhos. Acreditava-se que protegiam a cidade do perigo. Os edifícios mais antigos foram construídos no século XIII. Dezasseis destes mausolés estão inscritos na Lista do Património Mundial e 14 foram destruídos em 2012, representando uma trágica perda para as comunidades locais e para o mundo. Por consequência, em 2013, o governo do Mali recorreu a parceiros externos, incluindo a UNESCO, para apoiar na sua reconstrução.

⁴³ Fundado em 2012 por Malala Yousafzai, estudante e vencedora do Prémio Nobel, o Fundo Malala investe em programas de educação para ajudar as meninas a ir à escola e a alcançar o seu potencial máximo. A UNESCO tem vindo a implementar programas deste fundo, para ampliar o acesso das meninas à educação de qualidade e para garantir ambientes de aprendizagem seguros, especialmente em países afectados por conflitos e desastres. Os principais contribuintes para o fundo são a República Islâmica do Paquistão (10 milhões de USD), o Grupo CJ e outros apoiantes. Em África, o programa da UNESCO beneficiou até agora países como o Egipto, a Mauritânia, Moçambique, a Nigéria e a Tanzânia.

Reconstrução de um dos mausolés de Tombuctu.



O projecto utilizou a *abordagem de aprendizagem e alfabetização em família* promovida pelo Instituto de Aprendizagem ao Longo da Vida da UNESCO (UIL) em Hanburgo, Alemanha. Trata-se de um método intergeracional que garante que os membros da família estejam envolvidos num processo de aprendizagem mútua, criando um ambiente de apoio e aspirações comum, incentivando a leitura e a escrita e promovendo uma cultura de cooperação entre os membros da família. Nesta abordagem, foram tidas em consideração, as tradições culturais inerentes para a elaboração de modelos adequados para pôr em prática essa metodologia de aprendizagem. O modelo de aprendizagem em família adoptado agora para todo o país, teve dois componentes:

1. sessões de aprendizagem em conjunto na escola e
2. no ambiente familiar em casa.

Para além disso, o aspecto sobre a promoção da igualdade de género na abordagem da *Aprendizagem em Família* exigiu a quebra de barreiras e de normas de género tradicionais, sociais, culturais e históricas profundas enraizadas nas comunidades rurais moçambicanas. Este foi e continua a ser um desafio, que se pensa não seja exclusivo à sociedade moçambicana mas pode ser encontrado em todo o continente africano. A participação dos homens na educação familiar, em especial com mulheres e jovens raparigas, foi nesse sentido um desafio considerável.

Apesar disso, o programa conseguiu quebrar o ciclo vicioso da baixo nível de alfabetização intergeracional e providenciar apoio a professores e pais na prevenção do insucesso e da evasão escolar. Abrangeu mais de 1500 beneficiários, dos quais 195 encarregados de família (78% do sexo feminino) e 150 crianças (59% do sexo feminino), 460 dos 555 alunos matriculados (82% do sexo feminino) adquiriram competências em alfabetização e aritmética e 192 encarregados de educação (90% do sexo feminino) desenvolveram as suas competências empreendedoras e empresariais. Para além disso, o projecto também foi bem-sucedido na mudança de normas sociais de longa data, quando se trata da importância da educação participativa na infância e resultou numa maior consciencialização sobre a saúde, os danos do casamento



precoce, o saneamento, a nutrição, as relações familiares e os direitos das meninas e mulheres.

Em conclusão, o projecto resultou numa melhoria geral das competências de alfabetização, melhoria da saúde e bem-estar das crianças, bem como a melhoria da consciencialização dos direitos das meninas e das mulheres. Melhorou ainda as capacidades governamentais para a aplicação deste método inovador. Como resultado, o *Programa de Aprendizagem em Família* foi adoptado nos programas do governo e integrado no plano nacional de educação do país, garantindo a sua continuação e sustentabilidade para os próximos anos. Esta abordagem transformadora que funciona entre gerações e instituições provou ser capaz de quebrar barreiras entre a casa, a escola e a comunidade através da educação formal, não formal e informal, bem como a melhoria do diálogo e a cooperação entre gerações.

Hassan Choueikh partilhou a experiência de Marrocos no combate à radicalização da juventude, através da adopção de uma estratégia multidimensional e multidisciplinar para o emprego da juventude, focada nas indústrias culturais e criativas. Nessa perspectiva, a formação profissional em artes e ofícios e a capacitação de actores-chave do sector, têm demonstrado ser uma forma eficaz de integrar os jovens no mercado de trabalho.

Em Marrocos, as artes e os ofícios tradicionais representam uma percentagem considerável da mão-de-obra, empregando aproximadamente 20% da mesma, o equivalente a 2,3 milhões

A alfabetização e a aprendizagem em família contribuem para a coesão intergeracional, com base nos valores de solidariedade e de promoção da aprendizagem ao longo da vida para todos.



Crianças malgaxes em aulas numa escola em Madagáscar.

de pessoas e, desta forma, contribuindo significativamente para o sector turístico nacional e para a economia (8,6% do PIB). Como resultado, o Ministério do Turismo, Transportes Aéreos, Artesanato e Economia Social, formulou uma política nacional integrada de salvaguarda do artesanato tradicional, a partir de uma abordagem participativa. A política visava a transmissão de competências e “*know-how*” relacionados com as artes e ofícios tradicionais às gerações futuras, ao mesmo tempo que salientava a sua dimensão humana e inculcia os valores de tolerância e paz. O empoderamento económico de jovens e mulheres, através do aumento dos seus rendimentos e produtividade, permitiu a criação de meios de subsistência alternativos nas áreas rurais, mitigando o êxodo rural e melhorando as condições de vida das famílias rurais.

Este programa foi reforçado com o apoio da UNESCO, através da elaboração da Estratégia Nacional de Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, relacionado com as profissões de artes e ofícios que correm o risco de desaparecer. Também está relacionado com o desenvolvimento e implementação do Sistema Nacional de *Tesouros Humanos Vivos*⁴⁴ que visa estabelecer um meca-

⁴⁴ O programa *Tesouros Humanos Vivos* da UNESCO foi criado em 1993 e foi descontinuado com a entrada em vigor da Convenção de 2003, com o objectivo de encorajar os Estados-membros a reconhecer oficialmente os artesões e praticantes da tradição talentosos, contribuindo assim para a transmissão dos seus conhecimentos e habilidades às gerações mais jovens. Os Estados seleccionaram as pessoas com base nas suas realizações e na sua vontade de transmitir os seus conhecimentos e habilidades aos outros.

nismo de preservação de competências e *know-how* das artes e ofícios tradicionais, através de um inventário nacional. Para além disso, houve uma série de sessões de capacitação organizadas para actores locais e regionais, incluindo jovens, para que estes se candidatassem ao apoio internacional através do Fundo do Património Cultural Imaterial da UNESCO. O financiamento permite-lhes melhorar significativamente as suas vidas, dando-lhes também uma perspectiva de um futuro melhor. Este programa tem sido fundamental para possibilitar a integração profissional dos jovens, contribuindo para um clima de tolerância, diálogo e respeito entre os cidadãos. Ao aproveitar o poder das indústrias criativas, o governo marroquino conseguiu criar um vector para a formação de competências inclusivas e qualificadas para jovens e pessoas rurais. Ao mesmo tempo, o país tem sido capaz de preservar e promover o património cultural, contribuindo com sucesso para a política nacional de turismo. Esta abordagem representa uma solução sustentável para a justiça social e o empoderamento económico da juventude.

Antonio Tsilefa partilhou como um projecto de várias agências das Nações Unidas (FAO, FDCNU, UNFP e a UNESCO), foi instrumental na melhoria da coesão social e da adesão à paz através do diálogo comunitário, mas também para a integração das populações jovens vulneráveis à dinâmica socioeconómica). Esse projecto foi financiado pelo Fundo de Construção da Paz “*Apoiar mecanismos endógenos para o diálogo comunitário e a melhoria das condições económicas das populações vulneráveis*”. Madagáscar tem uma população de quase 25 milhões de habitantes, com uma população predominantemente rural (80%) e jovem. Os conflitos persistem em várias partes do país, particularmente no sul de Madagáscar, o que também explica os baixos indicadores de desenvolvimento e de educação nessas regiões quando comparados com a média nacional. As duas principais fontes de tensão e conflito são a marginalização das comunidades, especialmente de jovens e mulheres e a

A selecção também foi baseada no valor das tradições e expressões em causa como testemunho do génio criativo humano, nas suas raízes nas tradições culturais e sociais, no seu carácter representativo para uma determinada comunidade, bem como no seu risco de desaparecimento.

crescente insegurança relacionada com o fenómeno do roubo de gado *zebu*. Os *zebus* ou gado de grande porte são um sinal de riqueza económica num país onde mais de 80% da população vive com menos de 2 USD por dia.

O *roubo de zebras*, uma tradição ancestral e uma forma dos jovens provarem a sua virilidade antes do casamento, evoluiu de um ritual habitual de passagem, para uma acção criminosa e lucrativa, que se tornou cada vez mais violenta e mortal. Para combater este problema no sul de Madagáscar, os jovens economicamente vulneráveis estão a ter formação em artes e ofícios, o que lhes irá possibilitar encontrar emprego e aprender a viver juntos e em harmonia.

O projecto de 18 meses, e em particular a componente da UNESCO, fornece aos jovens competências técnicas e habilidades para a vida que possibilitam tanto o auto-emprego como o trabalho assalariado, contribui assim para a redução da insegurança. O programa consiste em:

1. Educação para a Paz: realizado em escolas e em clubes de paz e por educadores de paz para jovens fora da escola;
2. Programas de Alfabetização: efectuados através de textos onde as discussões básicas sobre alfabetização foram contextualizadas para incluir valores e temas de paz;
3. Formação Técnica e Profissional: formação em áreas comerciais com um potencial significativo e adaptada para incluir jovens vulneráveis, que de outra forma, poderiam se envolver em acções de violência.

Crianças na escola primária na Tanzânia: apesar dos desafios, a aprendizagem é a motivação que mobiliza os professores e alunos.



Embora os programas ainda estejam em fase de execução, os resultados de uma avaliação preliminar do programa CapED⁴⁵ na qual se baseia⁴⁶ a intervenção actual, demonstraram que 80% dos jovens formados viram um aumento dos seus rendimentos. Ao mesmo tempo, 80% dos empregadores confirmaram que os jovens provenientes deste programma nas suas empresas têm demonstrado níveis de competência satisfatórios, nas suas áreas de especialidade. Os resultados também demonstram que as empresas de construção estão a recrutar principalmente jovens que se inscreveram no programa.

Embora ainda não tenha havido uma avaliação no que concerne aos valores da paz, os gestores dos centros de formação são unânimes em reconhecer as mudanças comportamentais entre os jovens participantes. Observaram que a socialização melhorou entre os jovens, com muitos deles a evitar a violência.

Actualmente, a abordagem da UNESCO faz parte da Política Nacional de Emprego e Formação Profissional de Madagáscar.

O **Prof. Filipe Zau** debruçou-se sobre o tipo de qualidades necessárias para ser um bom professor e um educador relevante na era contemporânea. Salientou que Angola, tal como muitos países em todo o mundo, enfrenta muitos desafios num ambiente de tensões sociais cada vez mais complexas. Sublinhou que desafios como o desemprego, a violência, o vício em substâncias adictivas,

racismo e xenofobia foram agravados pelas rápidas mudanças tecnológicas e económicas trazidas pela globalização. Realçou que a educação é uma ferramenta importante a ser utilizada para enfrentar estas mudanças e desafios. Defende mais a educação intercultural, dado que o processo melhorará e promoverá uma cultura de paz.

Como capacitar os professores de hoje para desempenharem o papel necessário para educar a próxima geração de africanos? Quais são as ferramentas necessárias para os educadores para ajudá-los a inculcar os valores de solidariedade e tolerância através do diálogo intercultural?

Argumentou nesse sentido que a formação de professores deve evoluir em resposta às rápidas transformações nas nossas sociedades, fazendo a ponte entre a teoria e a prática e, com apoio educacional, o primado da paz, dos direitos humanos, do estado democrático de direito e da justiça social. O Prof. Filipe Zau reiterou que não há educação sem valores universais. Os currículos escolares não devem, portanto, negligenciar o contexto universal. Por outro lado, a importância dos conhecimentos e valores endógenos africanos, nomeadamente, as línguas africanas, também devem ser ensinados aos alunos. Os bons professores devem conhecer e transmitir valores tradicionais africanos, que incluam história, música, jogos e línguas, sem perder de vista o progresso e a modernidade. A transmissão das línguas africanas, na prevenção e resolução de conflitos, é fundamental para o diálogo com os falantes dessas línguas, que são, por excelência, as autoridades tradicionais.

⁴⁵ O programa CapED foi criado em 2003 como o Programa de Desenvolvimento de Capacidade da Educação para Todos (CapEPT) e modificado em 2016 para melhor sintonia com o ODS4 Educação da Agenda 2030. Através do CapED, a UNESCO presta assistência e reforça as capacidades nacionais para levar a cabo reformas educacionais nacionais comprovadas. O foco da CapED são os Países Menos Desenvolvidos (PMD) e os países considerados mais distantes de atingir as metas do ODS4, com especial ênfase nos países frágeis em situações de emergência ou em recuperação de conflitos ou desastres, países esses que frequentemente enfrentam obstáculos adicionais para alcançar os resultados educacionais desejados na sua transição para a paz e estabilidade (UNESCO).

⁴⁶ Em Madagascar, o CapED tem como foco a integração de jovens rurais fora do ensino escolar no mundo do trabalho através do fortalecimento de instituições de Educação e Formação Técnico-Profissional (EFTP) seleccionadas e dos factores de identificação de crescimento económico locais para melhor delinear a oferta da EFTP. Até hoje foram formados mais de 1500 jovens (35% do sexo feminino) em 2016, elevando o número total para 2500 desde o início da formação em 2014.

Sessão plenária

As interações entre os oradores e a plateia salientaram questões fundamentais a ter em consideração. O debate abordou uma série de tópicos, incluindo: os papéis tradicionais de género no contexto africano; o papel inevitável que os jovens desempenham no futuro das suas respectivas sociedades; e a importância da diversidade cultural, do diálogo intercultural e da educação para o fomento de uma paz duradoura e do desenvolvimento sustentável.

Os participantes também enfatizaram a importância da educação e da cultura⁴⁷ na luta contra a violência. O encontro também reconheceu que, no contexto das profundas transformações sociais, políticas e económicas em curso, os desafios que a África enfrenta na educação, emprego, saúde e governação são mais gravemente sentidas pela juventude africana⁴⁸. Uma abordagem holística e inclusiva da educação é essencial para transformar o desafio demográfico actual dos jovens, num dividendo demográfico. Para que isso aconteça, os jovens precisariam de meios para moldar tanto o seu próprio como o futuro do continente.

As intervenções abrangeram a cultura, uma área que levou muitas das pessoas da plateia a concordarem que a diversidade cultural da África é um dos principais activos do continente. Encorajaram as pessoas no continente e na diáspora a garantir que a diversidade cultural seja uma parte central do diálogo sobre as transformações sociais e a construção sustentável da paz. Também deixaram claro que as necessidades das gerações futuras seriam muito melhor atendidas, utilizando estratégias multifacetadas e abordagens multisectoriais, que possam aproveitar a riqueza cultural do continente.

O reconhecimento do papel das mulheres para além da esfera familiar, na esfera pública e a nível continental é promovido pelo desenvolvimento e partilha de conhecimento e competências; estabelecimento de redes de mulheres; consciencialização sobre os seus direitos humanos; e promoção da

sua participação na sociedade. A promoção de meninas e mulheres como modelos de sucesso tem um impacto positivo nas mulheres. Neste processo de democratização, é fundamental que a família, incluindo os homens, crie o ambiente propício para o empoderamento de meninas e mulheres.

⁴⁷ A cultura abrange uma vasta gama de actividades culturais, incluindo, por exemplo, música, desporto, línguas, práticas artesanais tradicionais, mas também normas, valores e crenças.

⁴⁸ “Background: Africa Youth Month 2019”. União Africana. Disponível em: <https://bit.ly/32b4oC5>.

No final da sessão foram apresentadas as seguintes recomendações:

Instamos a **UNESCO e outras Organizações Internacionais** a continuar o seu apoio aos países na promoção de conteúdos de educação informal, formal e não-formal, transversal e intersectorial e em abordagens que respeitem a diversidade cultural, os valores de paz e tolerância e que providenciem espaços de diálogo e convivência, incluindo necessidades específicas de pessoas e minorias vulneráveis.

Constatando que milhões de crianças em idade escolar estão fora do sistema de ensino e que 9 em cada 10 crianças não alcançam os níveis mínimos de alfabetização e literacia; e que, muitas meninas ainda continuam a abandonar a escola precocemente, pedimos aos **Governos e Organizações Internacionais** para adoptar e apoiar abordagens que promovam a utilização de tecnologia de ponta do século XXI com vista a melhorar o ensino e a aprendizagem. Pedimos também que os governos e organizações internacionais trabalhem para satisfazer as necessidades de aprendizagem e alfabetização de grupos marginalizados que não beneficiaram do ensino formal.

Reconhecendo que a diversidade cultural e a valorização da cultura africana são essenciais para promover a auto-estima e a noção do pan-africanismo, instamos os **Países** a desenvolver e a implementar políticas culturais inclusivas que garantam a preservação do património cultural material e imaterial, para promover a diversidade de expressão culturais e o acesso às práticas culturais e artísticas.

Encorajamos os **Países** a continuar a apoiar e a promover artistas africanos e eventos culturais que, como parte da sua responsabilidade social, promovam o diálogo e uma cultura de paz, especialmente entre os jovens;

Exortamos a **União Africana e os Governos** a adoptarem e a promoverem cada vez mais, o conhecimento cultural endógeno, as tradições e as formas de expressão cultural e artística que constituem mecanismos existentes para a prevenção e gestão de conflitos;

Apelamos ao **Sector Privado e Entidades Internacionais** a apoiar os países, a União Africana e a UNESCO na promoção de um ambiente tecnológico e financeiro favorável ao reforço das indústrias criativas africanas e ao empreendedorismo digital inclusivo, que reflecta a diversidade cultural e linguística do continente.



iEARN
LEARNING WITH THE WORLD



M
D
F

iii.1.2 Prevenção de Conflitos em torno dos Recursos Naturais

Moderador: Jean-Pierre Ilboudou, Chefe do Escritório da UNESCO em Kinshasa e Representante para a República Democrática do Congo e Chefe Interino do Escritório da Unesco em Brazzaville.

Membros do Painel

1. **S. Ex^a. Josefa Lionel Correia Sacko**, Comissária para a Economia Rural e Agricultura, Comissão da União Africana
2. **Ousmane Doré**, Director-Geral para a África Central do Banco de Desenvolvimento Africano
3. **Adama Tondosama**, Director-Geral da Agência de Parques e Reservas da Costa do Marfim
4. **Amadou Boureima**, Professor da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Abdou Moumouni de Niamey, Níger
5. **Theresa Pirkel**, Chefe do Departamento Político do Gabinete do Enviado Especial das Nações Unidas para a Região dos Grandes Lagos, Nairobi, Quênia
6. **Vladimiro Russo**, Director da Fundação Kisama, Angola

Introdução

A sessão iniciou com a exibição de um pequeno vídeo ilustrando questões globais relacionadas com os conflitos ligados aos recursos naturais em África⁴⁹, seguida de uma breve introdução pelo moderador, **Jean Pierre Ilboudou**. Nas suas observações, explicou que de acordo com um estudo de 2009 do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)⁵⁰, desde 1990, pelo menos 18 grandes conflitos violentos foram devido a recursos naturais e, pelo menos, 40% de todos os conflitos desde o fim da Segunda Guerra Mundial, ocorreram pela mesma razão. Prosseguiu, mencionando que a proliferação dos conflitos ligados aos recursos naturais está também relacionada com dois outros grandes desenvolvimentos: a pressão do aumento demográfico global e os impactos das alterações climáticas. A crescente demanda de matérias-primas e terras, a escassez de determinados recursos, a deterioração do meio ambiente e o aumento dos preços internacionais de mercadorias, são elementos que alimentam os conflitos sobre os recursos naturais africanos.

Após o breve preâmbulo, o moderador prosseguiu com uma breve apresentação dos membros do painel, solicitando a cada orador que partilhasse o seu conhecimento e experiência sobre o assunto e para reflectir, se na sua opinião, os conflitos por recursos naturais podem ser resolvidos ou até evitados, na busca pela paz em África.

Apresentações e debates principais

Josefa Sacko referiu-se à ligação natural entre a utilização sustentável e equitativa dos recursos naturais, a paz, a integração regional e a estabilidade, dado que se reforçam mutuamente. Por um lado, um ambiente pacífico é primordial para garantir e salvaguardar os recursos naturais dos países contra a pirataria, saques, exploração ilegal e apropriação indevida. E por outro lado, a má gestão e a má utilização dos recursos naturais de uma nação, em be-

⁴⁹ O vídeo está disponível em: <https://bit.ly/37LfXAU>

⁵⁰ PNUMA, "From conflict to peacebuilding: The role of natural resources and the environment". Sumário Executivo. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Fevereiro de 2009. Disponível em: https://postconflict.unep.ch/publications/pcdmb_policy_01.pdf Acesso em 1 de Novembro de 2019.

nefício de alguns, resultarão sempre em desarmonia e atrito social.

Foi ainda mais longe, afirmando que África é dotada de reservas significativas e de uma diversidade de recursos naturais que vão desde terras férteis, minerais naturais, água, florestas, vida selvagem e biodiversidade, pesca e outros activos marítimos. Estes recursos têm um grande potencial para serem aproveitados pelos governos africanos para a promoção do desenvolvimento económico e social no continente. Paradoxalmente, no entanto, a África nunca foi capaz de capitalizar a sua riqueza de recursos naturais para estimular o tão necessário desenvolvimento económico. Infelizmente, em muitos casos por todo o continente, a utilização de recursos naturais tornou-se, durante muito tempo, sinónimo de instabilidade, guerras e subdesenvolvimento crónico.

Alegou ainda que, a criação de fronteiras entre os países não teve em consideração os laços entre as comunidades, e que isso tem sido, uma fonte adicional e recorrentemente de conflitos.

Os recursos naturais, como a água e florestas, tornaram-se catalisadores para promover a colaboração regional e sub-regional no continente de forma semelhante à integração económica global que a União Africana aspira. Existem cerca de dezanove organizações de bacias hidrográficas e lagoas no continente. Estas incluem entre outras, o Senegal, Volta, Níger, Lago Chade, Nilo, Lago Turkana, Congo, Zambeze, Okavango, Limpopo e o Rio Orange. A gestão participativa dos recursos naturais pode ser um catalisador para a construção da paz nas regiões, nos países e nas comunidades afectadas pelos conflitos. Os recursos naturais são a última linha de defesa para as comunidades em áreas de conflito, uma vez que, em zonas de conflito, muitas vezes as comunidades só podem usar os recursos naturais que estão à sua disposição imediata para sobrevivência.

Os recursos naturais são o motor para a redução da pobreza e a promoção da paz e a UA está a trabalhar com outros parceiros para evitar a utilização ilegal dos recursos naturais. A organização também está envolvida na criação do Centro de Desenvolvimento Mineral na implementação de estratégias de exploração e utilização sustentável do petróleo em todo o continente. Uma cooperação com o Banco de Desenvolvimento Africano



(BDA) para a criação do Centro para a gestão sustentável dos recursos do solo está também, em andamento.

Rio Orange, Parque Nacional das Cataratas de Augrabies, Província do Cabo Norte, África do Sul.

O **Prof. Amadou Boureima** partilhou a sua experiência no Projecto Regional UNESCO-MAB/UNEP-GEF⁵¹ para a construção de capacidades científicas e técnicas em reservas de biosfera d savana na África Ocidental. Os resultados apresentados referem-se, em particular, à reserva transfronteiriça da biosfera em três países (Benim, Burkina Faso e Níger). O contexto dinâmico das reservas da biosfera na região saheliana-sudanesa implica a necessidade de modificar o sistema de conservação para ter em consideração o contexto local, nacional e regional, incluindo o nível de pobreza das comunidades locais, as suas práticas, questões de descentralização e aplicação de normas e regulamentos internacionais na conservação da biodiversidade. Este projecto tornou possível:

1. uma melhor compreensão das interações entre as comunidades locais e os seus ecossistemas, na identificação e promoção da utilização sustentável da biodiversidade, e ao mesmo tempo no fortalecimento

⁵¹ Programa *Homem e a Biosfera* da UNESCO / Fundo Fiduciário do Fundo Global para o Meio Ambiente do PNUA.



O Lago Chade é uma importante fonte de água doce que fornece os meios de subsistência a mais de 45 milhões de pessoas. Contudo, as alterações climáticas, a interacção das mudanças dinâmicas na crosta terrestre e a evaporação, reduziram a área do lago criando desse modo um desafio enorme para a paz na região.

- da capacidade dos actores na gestão das reservas da biosfera;
2. uma melhor percepção do papel das reservas da biosfera;
 3. um espaço de diálogo, consulta e intercâmbio entre os actores locais, gestores e a comunidade científica;
 4. a construção colectiva (ou co-construção) de indicadores e aprendizagem colectiva na prevenção de conflitos decorrentes dos recursos naturais.

Ousmane Doré realçou o facto de que a maioria dos conflitos revolvem em torno dos recursos naturais, visto que desempenham um papel importante no crescimento económico. A má gestão destes recursos também pode contribuir para os conflitos. O crescimento demográfico em África também é um elemento-chave e principalmente quando relacionado com o acesso aos recursos naturais. Para reduzir esses desafios, explicou que o Banco de Desenvolvimento Africano (BDA), como braço económico da UA, utiliza uma abordagem ecossistémica que vai além do domínio política, no desenvolvimento de projectos regionais como, por exemplo, o projecto da *Barragem do Grande Inga*⁵².

⁵² A Barragem do Grande Inga é uma barragem hidroeléctrica situada no rio Congo nas Cataratas do Inga (*Inga Falls*). Este projecto, quando concluído, será o maior complexo de geração de energia hidroeléctrica do mundo.

Com mais de 100 milhões de USD, a instituição tem vindo a apoiar actividades importantes por todo o continente, incluindo o PRODEBALT⁵³, o PRESIBALT⁵⁴ e o BIOPALT⁵⁵. O BIOPALT é um projecto exemplar onde foi criado um fundo pelo BDA para gerir conflitos em torno dos recursos naturais. O projecto, implementado pela UNESCO e por parceiros-chave, visa fortalecer a capacidade dos cinco países que partilham a Bacia do Lago Chade⁵⁶, um ecossistema comum que, devido às longas pressões de décadas, enfrenta conflitos extraordinários. Através de uma abordagem integrada, foi criada uma estrutura de coordenação transfronteiriça: a Comissão da Bacia do Lago Chade (LCBC). A LCBC desenvolveu uma abordagem comum as 5 países para a salvaguarda e gestão dos recursos hidrológicos, biológicos e culturais, de uma forma sustentável. Ousmane Doré concluiu, destacando a experiência única da UNESCO em reservas da biosfera e patrimónios mundiais, o que possibilitou o (1) fortalecimento da resiliência das

⁵³ Programa de Desenvolvimento Sustentável do Lago Chade.

⁵⁴ Programa de Reabilitação e Reforço da Resiliência dos Sistemas Socio-ecológicos.

⁵⁵ BIOPALT - Biosfera e Património do Lago Chade https://en.unesco.org/sites/default/files/biopalt_infographic-en_digital.pdf

⁵⁶ Camarões, Chade, Níger, Nigéria e República Centro-Africana.

comunidades locais face às alterações climáticas, (2) a restauração de ecossistemas degradados e (3) a promoção de actividades de geração de rendimentos, baseadas na economia verde.

Adama Tondosama falou sobre o trabalho da Costa do Marfim com a UNESCO para a remoção do *Parque Nacional de Comoé*⁵⁷ da Lista de Património Mundial em Perigo (UNESCO), um estatuto conferido ao parque em 2003, devido à crise político-militar de 2002. Referiu ainda as três estratégias específicas utilizadas que muito contribuíram para o sucesso da sua intervenção:

1. Os esforços para aumentar a consciencialização das comunidades ribeirinhas através de estações de rádio locais localizadas na periferia do parque;
2. O compromisso dos vários actores e em particular, o compromisso dos pesquisadores na actualização de dados sobre a vida selvagem;
3. A promoção de actividades geradoras de rendimentos que beneficiem as comunidades e os esforços para incentivar o envolvimento das comunidades locais na gestão dos recursos naturais das suas regiões, através de comités de gestão locais.

Partilhou ainda informações sobre as principais conclusões da primeira reunião regional sobre “*Cooperação Transfronteiriça para a Gestão Eficaz do Património Mundial em África*”, realizada em Fevereiro de 2019, a 100 quilómetros da Reserva Natural Integral do Monte Nimba. A Reserva Natural Integral do Monte Nimba foi a primeira propriedade transfronteiriça inscrita na Lista do Património Mundial em África.

Concluiu a sua intervenção, apresentando três elementos importantes que, na sua opinião, poderão contribuir para a melhoria da gestão dos recursos naturais:

1. O desenvolvimento de programas integrados relacionados com as as-

pirações das comunidades e com os seus conhecimentos endógenos;

2. A concepção e operacionalização de acordos entre nações e a sua posterior implementação, garantindo a melhoria das condições de vida das comunidades;
3. A importância da promoção de mecanismos de financiamento inovadores e sustentáveis para a preservação dos recursos naturais, através da mobilização dos recursos nacionais.

Theresa Pirkl apresentou uma avaliação dos desafios persistentes⁵⁸ na Região dos Grandes Lagos e uma visão geral das iniciativas tomadas na transformação dos recursos naturais em veículos de prosperidade partilhada. Na sua avaliação, referiu-se à exploração e comércio ilícito dos recursos naturais que continuam a privar a região dos Grandes Lagos da sua prosperidade. Acrescentou que as economias paralelas, associadas às actividades criminosas e à conexão a actividades de grupos armados, perpetuam a insegurança e a instabilidade na região.

Acerca do papel da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (ICGLR) e da sua Iniciativa Regional contra a Exploração Ilegal de Recursos Naturais (RINR), Theresa Pirkl explicou que a ICGLR tem vindo a liderar esforços para o estabelecimento de um sistema eficaz na certificação da origem dos recursos naturais mais afectados. Contudo, os desafios persistem, como por exemplo, em aspectos relacionados com a vontade e o compromisso político, visto que uma vasta rede de actores estatais e não estatais, beneficiam da actual situação de instabilidade. Mencionou ainda, a iniciativa lançada pelo Gabinete do Enviado Especial para os Grandes Lagos em Abril de 2019 em Paris, com o objectivo de iniciar um diálogo político entre os países em causa (Burundi, República Democrática do Congo, Ruanda e Uganda). A iniciativa pretende determinar como assegurar o trabalho em conjunto, na mobilização do compromisso político necessário e concordar sobre acções conjuntas para o reforço

⁵⁷ O *Parque Nacional de Comoé*, situado no nordeste da Costa do Marfim (1,15 milhões de hectares) é uma das maiores áreas protegidas da África Ocidental. O parque caracteriza-se pela sua grande diversidade vegetal e pelo seu estatuto de uma das raras zonas da África Ocidental que manteve a sua integridade ecológica. O parque foi inscrito na Lista do Património Mundial em Perigo em 2003, devido ao potencial impacto do conflito civil, a diminuição das populações de grandes mamíferos, devido ao aumento da caça ilegal descontrolada e à falta de mecanismos de gestão eficientes. (UNESCO WHC).

⁵⁸ Alguns dos desafios mencionados incluem: pobreza, conflito armado, impacto das empresas de exploração de minérios, falta de cooperação entre os países, instabilidade política, falta de implementação de variada legislação e o comércio ilícito de recursos naturais.



Lago Victória, nascente do Nilo
Vitória. Norte de Jinja, Uganda

da cooperação económica no sector dos recursos naturais a nível regional. Salientou ainda, os esforços que têm vindo a ser desenvolvidos pelo Escritório do Enviado Especial, no fortalecimento da cooperação judicial na região e na prossecução de crimes relacionados com os recursos naturais.

Vladimir Russo fez uma apresentação sobre os aspectos relacionados com a gestão da *Bacia do Rio Cubango-Okavango*⁵⁹, um recurso partilhado por 3 países. Na sua opinião, a gestão adequada é um desafio fundamental para a região, tanto para os países a montante como a jusante. Explicou que a falta de uma boa gestão pode gerar

⁵⁹ A Bacia do Rio Cubango-Okavango é a quarta maior rede fluvial da África Austral, com cerca de 1600 km. É o único rio perene em África que flui para leste sem chegar ao oceano. Nasce em Angola, onde é conhecido por Rio Cubango em português, atravessa a Namíbia (sob o nome *kavango*) e desagua no delta do *Okavango* no Botsuana. É um dos últimos ecossistemas aquáticos quase imaculados no continente africano e na Terra. Reconhecido pela rica flora e fauna, apoia uma indústria turística que é a segunda maior fonte de rendimentos do Botsuana. Em 1994, os países concordaram em criar a Comissão Permanente da Bacia Hidrográfica do Rio Okavango (OKACOM) para melhorar a sua gestão, com a missão de desenvolver a bacia hidrográfica em benefício de todos os seus cidadãos sem degradar inaceitavelmente, a natureza deste icónico rio.

OKACOM. "Fact Sheet for the Cubango-Okavango". *Okacom.org*. Disponível em: <https://bit.ly/2HIHWa6> Acedido em 8 de Novembro de 2019.

A Bacia do Rio Cubango-Okavango foi designada como Património Mundial da UNESCO em Junho de 2014 (o milésimo local inscrito na lista). UNESCO. "World Heritage List: Okavango Delta". *Unesco.org*. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/1432> Acedido em 12 de Novembro de 2019.

conflitos entre nações, povos e, a nível local, entre as comunidades de ambos os lados da fronteira. No contexto da Bacia do Rio Cubango-Okavango, a partilha de recursos não se trata apenas dos recursos hídricos, mas refere-se também à preservação da biodiversidade, aos recursos socioeconómicos e à coabitação pacífica das populações que dependem directamente desses mesmos recursos.

A sua intervenção incidiu sobre os desafios que Angola enfrenta na gestão dessa região, face ao seu desenvolvimento socioeconómico. Referiu-se também aos vários conflitos significativos que a região viveu no passado, incluindo a guerra civil de 40 anos em Angola. Vladimir Russo explicou que esses factores prejudicaram seriamente o desenvolvimento de uma estratégia regional para a gestão integrada da bacia hidrográfica. Graças à paz na região, a cooperação transfronteiriça entre Angola, Namíbia e Botsuana pôde finalmente ser concretizada. As consultas regulares desenvolvidas nesse quadro resultaram na preservação e conservação da flora e fauna únicas das regiões do rio e do delta. No entanto, recentemente surgiram novos problemas. Por exemplo, houve um aumento da caça furtiva, do comércio ilegal de marfim, de sobre-exploração dos recursos naturais e do comércio ilegal de madeira. Esses representam agora os principais problemas para a região. Como resultado, algumas das questões permanentes, tais como a falta de comunicação entre as partes interessadas locais, são actualmente a principal fonte de tensões. Concluindo, o interveniente propôs que nas medidas tomadas para evitar os conflitos relacionados com os recursos naturais que é essencial o envolvimento das comunidades locais e a mobilização de fundos para a gestão dos recursos naturais para a comunidade.

Sessão plenária

A sessão prosseguiu com uma troca de impressões sobre os temas apresentados com a plateia. O público reiterou as causas e os tipos de conflitos motivados pelos recursos naturais em África apresentados pelos discursantes. A recomendação de mecanismos endógenos e institucionais na prevenção dos conflitos no continente, também foi abordada. Houve um acordo geral sobre a necessidade de se investir em mais pesquisa e mais produção de conhecimento e a sua integração nas várias intervenções na prevenção de conflitos. A necessidade de mecanismos de financiamento inovadores no apoio da gestão sustentável dos recursos naturais no continente, também foi realçada. Foi proposto um plano para a mobilização de recursos nacionais e inovadores a nível nacional e regional para o apoio do crescimento económico do continente. Também foram feitas sugestões para a utilização de modelos inovadores, como, por exemplo, a promo-

ção da economia azul⁶⁰, para a valorização da contribuição dos recursos naturais na economia nacional, através da revisão das condições, incluindo o cancelamento de dívidas, assim como forjar parcerias estratégicas com o sector privado.

As discussões também chamaram a atenção para a questão da transumância⁶¹ transfronteiriça e outros conflitos relacionados com o uso dos recursos naturais em África, bem como as crises de segurança que afectam toda a região. É importante realçar que a UA respondeu, propondo firmar uma parceria com a UNESCO para a melhoria da gestão da transumância transfronteiriça em África.

⁶⁰ A Economia Azul é o uso sustentável dos recursos oceânicos para o crescimento económico, melhoria dos meios de subsistência, do emprego e da saúde do ecossistema oceânico. Banco Mundial. "What is the Blue Economy?" WorldBank.org. 6 de Junho de 2017. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/in-jographic/2017/06/06/blue-economy> Acedido em 12 de Novembro de 2019.

⁶¹ A acção ou a prática de movimentação de gado de um local de pastagem para outro, num ciclo sazonal, normalmente, para terras baixas no Inverno e para terras altas no Verão (*Dicionário Oxford*).



© Tim Copeland

Delta do Okavango, Botsuana

No final da sessão, foram apresentadas as seguintes recomendações:

Reconhecendo as boas práticas da gestão dos Locais do Património Mundial da UNESCO, reservas da biosfera e geoparques, através do fortalecimento do conhecimento tradicional e indígena, exortamos os **Governos** a promover boas práticas para a preservação, compatibilidade e uso sustentável dos recursos naturais partilhados, a nível nacional e transfronteiriço;

Uma vez que vários conflitos importantes no continente estão relacionados com a má utilização dos ecossistemas transfronteiriços, nomeadamente nas regiões do Sahel, Grandes Lagos, Lago Chade e Bacia do Congo, incentivamos os **Estados** a fortalecer ainda mais a colaboração entre si, para garantir a gestão sustentável dos recursos naturais partilhados.

Encorajamos os **Parceiros do Sector Privado, as Agências de Desenvolvimento e a Sociedade Civil** a apoiar os esforços dos países no estabelecimento de mecanismos de financiamento endógenos inovadores e sustentáveis para a gestão dos recursos naturais de África;

Dado que a geologia e a riqueza mineral de África são parte dos activos mais importantes do continente, instamos os **Países, a Comissão da União Africana e a ONU** a desenvolver mecanismos nacionais e regionais para a gestão transparente das indústrias extractivas, incluindo o desenvolvimento e a aplicação de estruturas regulamentares e operacionais de consulta.



*O Parque Nacional da Virunga foi inscrito na Lista do Património Mundial em Perigo.
O gorila da montanha está classificado como espécie mundial rara e ameaçada.*

iii.1.3
Não deixar
ninguém para
trás: promover
a integração
de refugiados,
repatriados,
deslocados e
migrantes em
África

Moderadora: Marema Toure Thiam, Chefe do Sector das Ciências Humanas e Sociais do Escritório da UNESCO em Dakar.

Membros do Painel

1. **Ahmed Skim,** Director dos Assuntos de Migração, Delegado no Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional e Responsável pela Migração e Residência dos Marroquinos no Estrangeiro, Marrocos;
2. **S. Ex.^a Rebecca Otengo,** Embaixadora da República do Uganda e Presidente do Subcomité para os Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos da União Africana, Uganda;
3. **S. Ex.^a Jean Léon Ngandu-Ilunga,** Embaixador da República Democrática do Congo na Etiópia, União Africana e UNECA, RDC;
4. **Santa Ernesto,** Directora Nacional para as Políticas Familiares do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Angola;

Introdução

A sessão iniciou com um pequeno vídeo abordando questões globais relacionadas com os refugiados, repatriados, deslocados internos e migrantes em África⁶², seguido de uma breve introdução da moderadora, **Marema Touré Thiam**.

Apresentando uma visão geral do contexto, Marema Thiam explicou que actualmente existem cerca de 68 milhões de deslocados forçados em todo o mundo e mais de um terço estão em África, perfazendo um total de 6,3 milhões de refugiados e requerentes de asilo e 14,5 milhões de deslocados⁶³.

Como resultado, a União Africana escolheu como tema do ano para 2019, “*Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos: Rumo a Soluções Duradouras para a Deslocação Forçada em África*”. A decisão da UA na escolha deste tema incentivou os líderes africanos a reconhecer a necessidade de respostas abrangentes e inclusivas aos principais desafios migratórios. Os líderes também precisam de enfrentar as dinâmicas e os desafios dessas tendências migratórias no continente e no estrangeiro.

Marema Thiam argumentou ainda que a elevada escala da crise de deslocamento é agravada pelos riscos de tráfico, violações dos direitos humanos, falta de assistência humanitária adequada, violência sexual e de género, detenção de requerentes de asilo, deportação, xenofobia e discriminação geral de refugiados. Salientou que a sessão se iria debruçar sobre as melhores práticas dos países identificados pela União Africana como bons exemplos, para que a agenda política e essas práticas possam servir de exemplo para outros países, para a melhoria das suas políticas de apoio a refugiados, repatriados, deslocados internos (DI) e migrantes.

⁶² Vídeo disponível em: <https://bit.ly/2HHHFUC>

⁶³ Nota conceptual da União Africana sobre o tema do ano: “*Refugees, Returnees and Internally Displaced Persons: towards Durable Solutions to Forced Displacement in Africa*”. CONSELHO EXECUTIVO, Trigésima Quarta Sessão Ordinária. 07 - 08 de Fevereiro de 2019. Adis Abeba, Etiópia. Disponível em: <https://data2.unhcr.org/en/documents/details/67990>



Apresentações e debates principais

Ahmed Skim partilhou a experiência de Marrocos na gestão da questão da migração no seu país e explicou que a migração tornou-se um factor desenvolvimento e um veículo de solidariedade em Marrocos.

Desde 2012 que o governo marroquino tem vindo a afectar recursos consideráveis no desenvolvimento e implementação de uma estratégia nacional abrangente, com um conjunto de políticas públicas intersectoriais e multidimensionais para dar resposta às necessidades de migrantes, refugiados e requerentes de asilo no país. Esta política abrangente resultou na nomeação de Marrocos como *Campeão da União Africana para a Migração e Sua Majestade*, o Rei Mohammed VI, foi nomeado *“Líder da União Africana sobre a Questão da Migração”*.

A Política Nacional de Imigração e Asilo de Marrocos (PNIA, na sigla francesa) adoptada em Setembro de 2013 é uma iniciativa do Rei de Marrocos, após a publicação de um relatório do Conselho Nacional de Direitos Humanos sobre a

situação preocupante de migrantes no território marroquino.

Baseada na promoção dos direitos humanos, a PNIA engloba a seguinte visão e estratégia:

Coerência com políticas sectoriais do país que visam facilitar a integração dos migrantes no país;

- Implementação do quadro regulatório e convencional que rege a situação dos migrantes e requerentes de asilo, em conformidade com as políticas e tendências globais;
- Políticas de natureza humanista com base nos princípios da solidariedade e responsabilidade com vista a garantir os direitos humanos dos migrantes em Marrocos.

O programa operacional da PNIA assenta nestes pilares e é implementado em coerência com as políticas sectoriais direccionadas para a integração de migrantes e requerentes de asilo. Nesta perspectiva, são prestados serviços nos domínios da educação, cultura, juventude e desporto, serviços médicos e de saúde, assistência social e humanitária, formação técnico-profissional e emprego.

Para fazer face aos efeitos das migrações, a UNESCO trabalha com parceiros do sector público e privado e da sociedade civil, para fomentar um ambiente inclusivo para aqueles que tiveram de abandonar os seus lares por questões de ordem climática, económica ou política.

Para a execução da PNIA, foi estabelecida uma estrutura governamental de três níveis:

A Comissão Interministerial: Composta por ministros relevantes e pelas suas equipas responsáveis pelas questões relacionadas com a migração;

- O Comité Directivo: Composto por ministros responsáveis pela prestação de serviços de apoio à migração;
- Os Comités Programáticos ou Sectoriais: Responsáveis pela tradução da estratégia nacional nas respectivas políticas sectoriais.

Desde a adopção da PNIA, registaram-se progressos consideráveis. A integração inclusiva resultou na abertura dos serviços básicos a todos os imigrantes, refugiados e requerentes de asilo. Nos domínios da educação e da cultura, as escolas em Marrocos, públicas ou privadas, desde essa altura, estão abertas tanto a crianças imigrantes como a qualquer outra criança marroquina. Os jovens imigrantes também partilham o mesmo acesso a estabelecimentos culturais e desportivos. Os centros de

formação técnico-profissional e as associações de artes e ofícios tradicionais, também estão abertos a imigrantes e a requerentes de asilo, complementados pela facilitação do respectivo visto de trabalho. No que diz respeito aos serviços médicos e de saúde, o Ministério da Saúde marroquino também garante ao imigrante, o acesso a hospitais e clínicas de saúde. Relativamente aos aspectos relacionados com a habitação, a lei foi modificada de forma a permitir que os imigrantes usufruem dos mesmo benefícios que os cidadãos marroquinos.

Para além das medidas para o acesso a serviços básicos aos novos imigrantes, também se fizeram esforços significativos para normalizar o estatuto dos que se encontram em situação irregular no país. O Ministério das Relações Exteriores criou o Gabinete de Refugiados para a implementação do Estatuto dos Refugiados. Até 2017, cerca de 50 000 imigrantes ilegais conseguiram regularizar o seu estatuto legal.

O sucesso dessa política só foi possível graças ao estabelecimento de quadros

A degradação ambiental e a falta de meios de subsistência alternativos provocaram o aumento da pobreza na região do Sahel. A segurança e as ameaças terroristas exacerbaram os desafios diários, tornando a migração a única saída possível para milhares de africanos.



institucionais, orçamentais e administrativos adequados, os alicerces para a promulgação efectiva desta política pública, inclusiva e responsável para os imigrantes e os requerentes de asilo.

O embaixador **Jean Leon Ngandu-Ilunga** declarou que a reacção à situação dos refugiados, dos deslocados internos e dos fluxos migratórios e os desafios enfrentados pela República Democrática do Congo (RDC), um país que tem sofrido com as repetidas crises humanitárias), estão intimamente ligados à sua história e à sua geografia. A RDC partilha uma fronteira extensa e permeável com 9 países diferentes, o que resulta muitas das vezes, na erupção de conflitos e revoltas violentas nas proximidades territoriais da RDC, provocando o seu alastramento ao país. Desde o início da década de 1960 e até aos dias de hoje, a RDC tem vindo a registar um fluxo grande e recorrente de refugiados.

Após o genocídio em Ruanda, em 1994, a RDC recebeu mais de 1 milhão de refugiados, alguns dos quais armados. Após receber os novos deslocados do seu país vizinho, registraram-se por consecutivo uma série de confrontos militares e surtos violentos sucessivos. Os efeitos residuais desses conflitos continuam a infligir um sofrimento incalculável a milhões de civis, particularmente na parte oriental da RDC, resultando em milhares de mortes de congoleses. As atrocidades cometidas contra a população civil e a impunidade que alguns barões de guerra e líderes de milícias parecem usufruir, dificultam a promoção de uma cultura de paz.

As iniciativas para a promoção do diálogo, da reconciliação e da restauração da coesão social entre as comunidades e com os países vizinhos são passos fundamentais para atingir soluções duradouras para os deslocados.

A nível nacional, a maioria dos refugiados - estimados em 538 511 em 2019 - provem de países vizinhos da África Central e Oriental. O deslocamento forçado devido aos conflitos violentos residuais causados por grupos armados e milícias continua. Actualmente existem cerca de 2 milhões de deslocados internos (DI) na RDC, em particular, nas duas províncias da região de Kivu nomeadamente, Tanganyika e Kasai.

Uma outra categoria importante a ser considerada no quadro global do tema do ano da CUA, são a dos ex-comba-

tentes, elementos fundamentais para a sustentabilidade da paz em África. O desarmamento, a desmobilização e a reintegração (DDR) dos ex-combatentes é um passo crítico para a paz sustentável e a reconciliação pós-conflito.

No contexto específico da RDC e tendo em consideração a história dos conflitos e a multiplicidade das milícias armadas, felizmente, cada vez ex-combatentes optam por se integrar nos programas de DDR. Esta aderência é de uma importância extrema.

Contudo, é imperativo que haja uma gestão eficaz do programa de DDR relativamente aos membros de milícias. Actualmente, o financiamento é inadequado, o que se torna um grande desafio para os esforços de construção da paz. A reintegração das pessoas desmobilizadas na vida civil requer uma atenção urgente às suas necessidades económicas, que no caso de não serem satisfeitas, podem levar a mais frustrações e a riscos que prejudicam o processo de paz.

A prioridade atribuída pelos membros da comunidade internacional à crise humanitária, nem sempre é consistente nas várias regiões do mundo. Por exemplo, os antigos países jugoslavos receberam vários milhares de milhões de dólares para apoiar os programas de reconstrução pós-conflito. Infelizmente não se vê o mesmo entusiasmo e compromisso para com os países africanos e a RDC em específico.

No que diz respeito às actividades a favor dos ID e dos refugiados, deve-se dar mais proeminência às melhores práticas que contribuem para a promoção da cultura de paz e da convivência pacífica como as seguintes:

- A inclusão das necessidades socioeconómicas básicas das comunidades anfitriãs congoleesas em programas para refugiados, DI, repatriados e milícias desmobilizadas, contribuem para facilitar a convivência pacífica e uma cultura de paz;
- A disponibilização de terra para actividades agrícolas e pecuária, pelo governo anfitrião, para os refugiados, deslocados internos no seio das comunidades de acolhimento, facilita a coexistência e o o bem-estar e prosperidade comuns;
- A criação de comités conjuntos compostos por comunidades locais, refu-

giados e ID para garantir uma arbitragem justa dos conflitos;

- Implementação de programas de educação e desporto inclusivos fomentam a harmonia entre os jovens nacionais, os refugiados e deslocados e as várias famílias através (em cooperação com o ACNUR).

Os programas DDR e os esforços de reconstrução pós-conflito são apenas uma parte da solução. A exploração ilegal de minerais e outros recursos naturais abundantes que alimentam os conflitos são outros aspectos significativos que devem ser abordados. É de realçar, que no contexto da RDC e da região, os desafios são consideráveis dada a complexidade dos conflitos, quer seja pelas suas implicações internas e externas, agravadas pela exploração de “minérios de sangue”, quer pela insegurança longa e recorrente, que dura há quase 25 anos.

Em virtude da primeira visita oficial do Secretário-Geral da ONU à RDC, é importante registar os progressos e desafios da Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO). Com mais de duas décadas, a MONUSCO é a maior operação de manutenção da paz da ONU. Contudo, e apesar da sua presença permanente no país, os conflitos persistem. Dada a natureza do conflito, em particular, os aspectos de uma guerra assimétrica que se vive no terreno, a MONUSCO deve alterar os seus métodos de intervenção, para pôr fim aos conflitos prolongados.

A reapreciação do *modus operandi* da MONUSCO, em parceria com as Forças Armadas congolenses, para fazer face aos grupos armados e às milícias, é crucial para pôr fim à trágica situação humanitária na RDC Oriental. Uma análise séria e intransigente da fonte das causas e das responsabilidades internas e externas dessas tragédias é necessária, não meramente para encontrar culpados, mas para a construção de alicerces sólidos na reconciliação.

As recentes e inovadoras iniciativas adoptadas pelo novo Presidente da RDC na promoção da cultura e eficácia da paz e da reconciliação no país e na região dos Grandes Lagos incluem:

A nível interno

- Libertação de todos os presos políticos, retorno de todos os exilados políticos e concessão de amnistia;

- Diálogo permanente e pacífico com o presidente cessante e grupos políticos para garantir a coesão nacional e a transição pacífica de governo;

- Abertura de espaços políticos e mediáticos e liberdade cívica.

A nível externo

- Prosseguir com o mecanismo de diálogo e consulta permanente, com os Chefes de Estado e de Governo dos países da Região dos Grandes Lagos, no restabelecimento de medidas de construção da confiança e promoção de um clima de paz e cooperação.

A embaixadora **Rebecca Otengo** prosseguiu com a sua apresentação sobre a experiência do Uganda, explicando que o seu país, como Estado-membro da UA, preside o Comité responsável pelo tema do ano, denominado “*Refugiados, repatriados e DI, rumo a soluções de sustentabilidade*”. Para efeitos da sua intervenção, esclareceu que o foco da apresentação era sobre o Uganda como estudo de caso e não na qualidade da presidência do Comité da UA.

A política do Uganda em relação aos refugiados e aos DI baseia-se numa abordagem humanista. Todo o ser humano tem direitos, independentemente da sua origem e estatuto. Para os ugandenses, “éramos todos refugiados” e a determinada altura “*fomos apoiados pelos nossos vizinhos*”, existindo portanto, um forte sentimento de pan-africanismo relativamente ao tratamento dos refugiados no Uganda.

Historicamente, o Uganda tem sido um país anfitrião para os refugiados, datando de 1924, muito antes da sua independência, a primeira vez que recebeu refugiados do país vizinho, Ruanda. Após a Segunda Guerra Mundial, durante a década de 1940, 8000 refugiados polacos foram levados para o Uganda enquanto o país estava sob o protectorado britânico. No início da década de 1960, os refugiados ruandeses foram novamente acolhidos no Uganda devido aos confrontos étnicos. Ainda durante a mesma década e após o assassinato do presidente pan-africanista da RDC, Patrice Lumumba, o Uganda recebeu refugiados do país. Muitos dos recém-chegados da RDC viveram no Uganda durante gerações, ao ponto de, actualmente fazerem parte das tribos locais e serem considerados como parte da mesma família das comunidades anfi-



Militar das Forças Armadas da República Democrática do Congo (FARDC), na base de Kanyabayonga da Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO). Junho de 2014, Kanyabayonga, República Democrática do Congo

triãs. Em Julho de 2019, o Uganda é o segundo país com maior acolhimento de refugiados do mundo, com mais de 1 313 802 refugiados.

O Uganda aborda esta questão sensível de uma forma dinâmica. Para além de implementar a sua política em relação aos refugiados e aos DI de acordo com os quadros legais, o país também adoptou os seguintes planos de acção:

- O Uganda é signatário da Convenção de Refugiados de 1951 e do seu protocolo de 1967, e está comprometido na protecção de pessoas que fogem da perseguição individual.
- O Uganda é signatário da Convenção da Organização da Unidade Africana (OAU) de 1969, que concede aos refugiados que fogem de conflitos, o estatuto de refugiados em massa.
- Os compromissos com as obrigações internacionais, bem como o respeito pelos tratados dos direitos humanos, são reafirmados pela Declaração dos Direitos da Constituição do Uganda de 1995.
- A gestão de refugiados é uma função do Governo Central, segundo a Constituição do Uganda: Sexto Capítulo, Artigo 189, alínea (5).
- A Lei dos Refugiados de 2006 e as regulamentações de 2010 são os quadros legais que regem a gestão dos refugiados no Uganda.
- Nas suas políticas, o Uganda baseia-se nos lemas *A África que queremos* da Agenda 2063 da UA e *Não*

deixar ninguém para trás da Agenda 2030 da ONU.

Na esfera política, o Uganda incorpora a questão dos refugiados de forma inclusiva. Sob a tutela do Primeiro-Ministro, o Ministério para a Prontidão de Desastres e Refugiados é responsável por todas as políticas direccionadas ao tratamento dos refugiados.

O Uganda utiliza um modelo singular, que inclui a integração de refugiados entre as comunidades de acolhimento e disponibiliza condições para os refugiados se tornarem membros produtivos da sociedade ugandense. A cada família de refugiados é concedida terra para o seu estabelecimento e cultivo. Neste contexto, o Uganda contribui para o Objectivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2 *Erradicar a Fome* da Agenda 2030 da ONU.

Com esta política inclusiva, os refugiados são capacitados para se tornarem economicamente independentes, sendo-lhes concedido muitos dos mesmos privilégios que os nacionais usufruem. Os refugiados também têm acesso a serviços públicos básicos, tais como educação e saúde e acesso a serviços notariais para obtenção de documentos de identificação e outro tipo de documentação legal. Esta abordagem está em conformidade com os ODS 4 e 3, que exigem, respectivamente, acesso universal à educação de qualidade e saúde de qualidade e bem-estar para todos. Os filhos dos refugiados frequen-



Refugiados do Sudão do Sul no campo de refugiados de Bidi Bidi, no noroeste do Uganda, Novembro de 2016



Cuidar dos refugiados nos países de acolhimento, instalando-os em campos onde recebem os primeiros cuidados e apoio, é apenas o primeiro passo no processo de apoio aos refugiados.

tam as mesmas escolas que os filhos dos cidadãos ugandenses, partilham os mesmos serviços de saúde pública e têm a sua livre circulação garantida.

Entre os muitos desafios relacionados com o acolhimento de refugiados, a ameaça contínua a ser a propagação de doenças transmissíveis - doenças susceptíveis de prevenção através de vacinas e doenças epidémicas como o Ébola. As autoridades fornecem serviços adequados de saúde e triagem, contudo, muitos refugiados, devido ao medo de discriminação e de uma possível expulsão do país anfitrião, abstêm-se de recorrer aos serviços médicos. Apesar disso, o Uganda pretende dar a estes refugiados, as mesmas condições

de tratamento que disponibiliza aos seus próprios cidadãos.

Para além disso, é necessário o desenvolvimento de parcerias no apoio activo da segurança e da protecção dos refugiados enquanto estes estejam nos países de acolhimento, especialmente em locais onde os refugiados provêm de um contexto militante. O tráfico de pessoas é um fenómeno grave e recorrente nas comunidades de refugiados e os autores destas actividades hediondas escondem-se, muitas vezes, entre os refugiados.

Os refugiados, pela natureza das suas circunstâncias, são muito empreendedores, mais do que os seus anfitriões ugandenses. Como tal, este aspecto contribui para o aumento do desemprego nas regiões de acolhimento, à medida que os refugiados competem com os nacionais por oportunidades de emprego.

O Uganda investe cerca de 342 milhões de USD por ano na protecção, gestão e integração social dos refugiados. Devido à contínua instabilidade em alguns países, o fluxo de refugiados não se atenua, pelo contrário, tem vindo a aumentar progressivamente. Esta situação requer a alocação contínua de recursos económicos do Uganda e continua a pressionar a provisão de serviços sociais e de terra, resultando também do aumento da população.

Santa Ernesto, na sua apresentação sobre a situação e estado de vulnerabilidade dos refugiados, afirmou que Angola é um país que respeita os direitos humanos inerentes, independentemente da origem do indivíduo. Historicamente, o governo angolano manteve sempre as suas fronteiras abertas aos refugiados, acolhendo “irmãos e irmãs” da vizinha República Democrática do Congo, provenientes dos conflitos étnicos na região de Kasai⁶⁴ (RDC).

O executivo angolano e os seus parceiros empenham-se com a promoção dos direitos desses cidadãos no seu território nacional. Esses direitos abrangem também pessoas com maior risco

⁶⁴ A província de Kasai é uma das 26 províncias da República Democrática do Congo, supostamente mais pobre e profundamente afectada por um conflito em 2016. Este conflito entre um chefe e o governo, intensificou-se após a sua morte, quando os seus seguidores recrutaram milhares para formar uma milícia. Em 2017, o conflito foi estabilizado, mas ainda ocorrem surtos recorrentes de violência (Unicef, Maio de 2018).

de vulnerabilidade, especialmente as mulheres, idosos, crianças, pessoas com deficiência, ex-combatentes e refugiados. Existe um quadro legal em vigor desde 2017, para a promoção dos direitos dessas pessoas.

A legislação no país, mais especificamente a Lei nº 10/15, de 17 de Junho, sobre o Direito de Asilo e o Estatuto dos Refugiados, garante a qualquer cidadão estrangeiro ou apátrida, em caso de perseguição por razões políticas⁶⁵, o direito de asilo na República de Angola. Este enquadramento jurídico está em conformidade com os instrumentos normativos internacionais, tais como a Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 e o seu Protocolo de Conferência de Nova Iorque de 1967 e a Organização da Convenção da Unidade Africana de 1969, que rege os Aspectos Específicos dos Problemas dos Refugiados em África.

Uma das melhores práticas de Angola em relação a este tema a salientar, é a criação de Centros de Acolhimento de Refugiados e Requerentes de Asilo (CARRAS). Resumindo, a abordagem centra-se na perspectiva de assistência aos refugiados provenientes da RDC, na província nordeste da Lunda Norte e é uma parceria de trabalho entre o Governo de Angola, o ACNUR e outras agências. Um exemplo destes CARRAS é o município do Lóvua, onde foram criados centros de acolhimento projectados para receber 30 mil refugiados, com possibilidade de expansão para acolher até 50 mil.

Estes centros satisfazem as necessidades básicas dos refugiados e dos requerentes de asilo, com medidas que vão desde a protecção à criança, acesso à educação, inclusão produtiva com distribuição de suprimentos e insumos agrícolas, providência de apoio alimentar, energia, água e saneamento, melhoria da habitabilidade e garantia de segurança. Para além disso, o enquadramento legal em vigor e os esforços e disposições no tratamento dos refugiados e das pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente do deslocamento em Angola, também fornecem as condições adequadas para o retorno seguro e digno ao seu país de origem.

No final da sessão, foram apresentadas as seguintes recomendações:

Apelamos à **União Africana, às Comunidades Económicas Regionais (CER), aos Países Africanos e aos Países de Trânsito e de Destino** que adoptem medidas, quadros legais e políticas que tenham em conta as questões de género, a nível local, regional e nacional, abordando a violência contra a mulher e o tráfico humano;

Apelamos às **Organizações Internacionais e aos Países** que aumentem o investimento nacional e público na disponibilização de abrigos, instalações de abastecimento de água e de saneamento básico adequadas, serviços de saúde e de educação de qualidade (que incluam o uso das TIC) e serviços de acolhimento de crianças e outros serviços que tenham em consideração as questões de género para refugiados e deslocados, complementadas por iniciativas de longo prazo para garantir o direito à habitação, à terra e à propriedade;

Exortamos os **Países** a priorizar a ratificação, adopção e implementação de quadros legais e políticas-chave, em particular a Convenção de Kampala e o Protocolo de Maputo e, em colaboração com a **CUA**, estabelecer um mecanismo de revisão anual para monitorar e controlar o cumprimento das recomendações, a fim de melhorar a protecção das mulheres e crianças e eliminar práticas prejudiciais que agravem a sua vulnerabilidade em situações de deslocamento;

Apelamos à **CUA** e aos **Países** que adoptem processos, práticas e estruturas eficazes para mitigar e gerir os efeitos das alterações climáticas e reduzir os danos potenciais associados ao deslocamento relacionado com as alterações climáticas, incluindo sistemas de protecção social que reforcem a resiliência das mulheres e das crianças deslocadas.

⁶⁵ Algumas das razões incluem ameaças graves ou perseguições, como consequência da sua actividade em favor da democracia, independência nacional, paz entre os povos, liberdade e direitos humanos.

iii.1.4
África Global:
Explorar a
Presença Africana
no Mundo

Moderadora: Zeinab Badawi, Jornalista da BBC e produtora da série sobre a História Geral da África

Membros do Painel

1. **Augustin Holl**, Presidente do Comité Científico Internacional para os novos volumes da História Geral da África;
2. **José Chala Cruz**, Secretário Executivo da Cooperação de Desenvolvimento Afro-Equatoriano (CODAE), Equador;
3. **Abdi Kusow**, Professor do Departamento de Sociologia da Universidade do Estado de Iowa, Estados Unidos da América;
4. **Jason Theede**, Especialista Sénior em Mobilidade Laboral e Desenvolvimento Humano, Organização Internacional para as Migrações (OIM).
5. **Ziva Domingos**, Director Nacional dos Museus, Representante de Angola no Comité do Património Mundial.

Introdução

A sessão iniciou com a exibição de um pequeno vídeo sobre questões globais relacionadas com a presença africana no mundo⁶⁶, seguida de uma breve introdução pela moderadora **Zeinab Badawi**.

Referindo-se à sua própria herança, lembrou aos oradores e ao público que, para os africanos e os afrodescendentes, conhecer a sua história significa celebrar o seu passado comum: um processo que melhor os prepara para o seu futuro. A presença africana em todo o mundo, nas suas mais variadas facetas culturais, sociais e históricas, estende-se desde o Médio Oriente, pelo Oceano Índico até à Europa e atravessa o Atlântico até às Américas.

Neste contexto, a UNESCO lançou a História Geral da África (HGA) em 1964, para ajudar os jovens em África e na diáspora, a conhecerem melhor o seu passado e identidade comuns. Este programa oferece outra visão da história, livre de narrativas nacionais e reivindicações de identidade. Mais importante,

Trajes tradicionais angolanos na Abertura da Bienal, a 18 de Setembro de 2019.

⁶⁶ Vídeo disponível em: <https://bit.ly/38J1arL>.



conta a história da África e do seu povo, vista de uma perspectiva africana.

Os novos volumes da História Geral da África apresentam o conceito de África Global ao propor uma reinterpretação inovadora das relações entre África e a sua diáspora. Para além disso, 2019 marca o 30º aniversário da Declaração de Yamoussoukro sobre a Cultura de Paz. Nesta Declaração, foram reiterados valores, atitudes e comportamentos africanos comuns, para permitir que o continente e os seus povos se desenvolvam de uma forma pacífica, duradoura e inclusiva.

Perante este cenário, a moderadora convidou os participantes do painel a se exprimir sobre a relação entre os africanos nascidos no continente africano e os nascidos na diáspora, para discutir o que realmente significam essas mesmas relações e o possível potencial de criação de sinergias. A jornalista encorajou os oradores a captar essas discussões no âmbito da Cultura de Paz.

Apresentações e debates principais

José Chala Cruz explicou que a presença de afrodescendentes na América Latina é significativa, com cerca de 200 milhões de pessoas, representando 30% da população da região. No entanto, apesar da considerável representação de afrodescendentes na região, as interpretações históricas e culturais dos países da América Latina são geralmente veiculadas através de uma visão eurocêntrica. A presença africana nas Américas é frequentemente reduzida a um número demográfico, mas não deveria ser meramente interpretada no contexto da escravatura. Deve antes, ser explicada através das profundas contribuições sociais feitas pelos afrodescendentes à região.

O Secretario-Executivo do CODAE ofereceu duas perspectivas gerais através das quais os afrodescendentes são reconhecidos: por um lado, a comunidade é vista a partir da óptica do capitalismo e da acumulação primitiva do capital na forma de escravatura. Por outro lado, o entendimento é formado através do prisma com base numa perspectiva civilizacional, que toma em consideração a diáspora africana como representativa das antigas civilizações africanas.

É importante reconhecer que as influências africanas nas Américas, nos seus aspectos artísticos, culturais e espirituais, são muitas vezes



subestimadas e deturpadas. Muito pouco esforço se tem feito para reconhecer o conhecimento tradicional e técnico desse grupo. A diáspora africana, em particular na América Latina, tem contribuído com a sua profunda marca espiritual, sob as formas de sincretismo religioso, folclore ancestral e mitológico e práticas rituais, para a região e para a paisagem cultural global. Os laços que unem as Américas à África, na partilha de um passado colonial comum ligado à presença africana, preservaram e mantiveram tradições africanas consideradas mais conservadoras do que aquelas encontradas na África de hoje.

No que diz respeito ao comércio de escravos transatlântico e como este moldou a identidade afro-equatoriana e por extensão, o resto da América do Sul, José Cruz indicou que é fundamental compreender a memória colectiva das sociedades como um todo e não apenas que a memória das diásporas africanas tem raízes profundas em África. A maioria dos afro-equatorianos são descendentes de Angola e do Congo, um aspecto evidenciado pelos apelidos, que indicam a sua origem ancestral. Realçou ainda que, as pessoas continuam a lutar pelos seus direitos e pela sua identidade como afrodescendentes e realçou a necessidade do reconhecimento das origens africanas pela sociedade equatoriana, na sua constituição nacional.

A diáspora africana nas Américas, resultante do legado da escravatura, tem sido uma complexa e entrelaçada parte da história e da cultura do hemisfério ocidental. As expressões culturais tradi-

A cultura e as tradições afro-americanas estão no centro de várias iniciativas, como as lideradas pela Colombia's Cantadora Network, uma rede de cantoras que usam a música tradicional afro-colombiana para preservar a sua cultura e promover a paz.

cionais que sobreviveram ao comércio de escravos transatlântico eram uma forma de suportar a desumanização da escravatura. Hoje o desafio é relacionar as diásporas, de forma eficaz, nas perspectivas e identidades formadas, com a própria África. Nesse sentido, persiste uma grande lacuna entre a diáspora africana na América Latina e a sua raiz ancestral, embora a lacuna nesse relacionamento não seja exclusiva dessa região. Existe uma memória viva baseada em laços culturais vibrantes entre os povos de África e os povos das Américas, daí que a questão seja fazer a ponte entre os continentes para reunificar esses mesmos povos.

O interesse do **Prof. Abdi Kusow** é de compreender a multiplicidade da diáspora, historicamente entendida como entidades social e geograficamente deslocadas. A diversidade da diáspora africana, em todas as suas formas e expressões, passou a ser amplamente identificada, meramente, como “negra” devido, em parte, às últimas impressões deixadas pelos exploradores ocidentais do século XIX. Hoje, a diáspora africana é completamente diferente, composta por uma infinidade de identidades, em todo o mundo e até mesmo na própria África. Existe, no entanto, um consenso crescente de que a diáspora africana deve ser entendida como uma estrutura de articulação do grau de continuidade e descontinuidade, comunalidades e diferenças, transmitidas pelas dimensões espaço-temporais, entre e dentro das comunidades da diáspora africana.

No entanto, embora a diáspora africana tenha origens diferentes, com uma existência viva diversificada, os laços que a une baseiam-se em experiências comuns. Experiências baseadas na história, raça, aspectos sociais, culturais e religiosos, e, claro, a experiência comum de escravatura e de colonialismo. Neste sentido, esta experiência de discriminação e de sistemas de tratamento social e político, arbitrariamente impostos como cidadãos de segunda classe, gerou uma experiência histórica geral enfrentada pelos africanos e pelos afrodescendentes e que tem resistido ao teste do tempo. Assim, no caso dos africanos no continente africano, a experiência colonial e pós-colonial, embora fundamentalmente diferente da experiência da rota transatlântica dos escravos e da ex-

periência colonial das Américas, adquiriu um grau de semelhança.

É importante realçar que uma identidade comum não deriva simplesmente, da noção de cor da pele. À luz do número significativo de africanos que compõem a diáspora contemporânea, cujas identidades (nacionais, culturais ou étnicas) são distintas da diáspora histórica, a questão é se o elo comum da experiência de uma África global é suficiente para ancorar uma identidade comum, quando se trata da diáspora histórica e contemporânea.

Nas várias partes do mundo, a diáspora ocupa espaços sociais, culturais e económicos diferentes e as suas respectivas experiências determinam como entendem a sua identidade. As relações entre a multiplicidade da diáspora africana e a sua terra ancestral, tanto ao redor do mundo como no continente, nem sempre são harmoniosas. Muitas das vezes existe animosidade no que diz respeito ao acesso e à competição por recursos, educação e emprego, em que grupos diferentes lutam entre si e interpretam-se uns aos outros de forma negativa. Neste contexto, é necessário, portanto, tentar superar as divisões existentes na diáspora.

Relativamente à cultura e em que medida é que esta pode moldar as experiências comuns como uma espécie de iniciativa pan-africana, é imperativo abandonar a ideia de uma África indiferenciada e de uma diáspora africana indiferenciada. As populações da diáspora nos outros cantos do mundo têm uma única compreensão da própria África, alienada da variedade de culturas, línguas e realidades económicas no continente. Por outro lado, os africanos também precisam de compreender a diáspora nas suas múltiplas identidades e culturas formadas.

Jason Theede falou sobre como potencializar o capital da diáspora para o desenvolvimento. Em alinhamento com o ODS 17 sobre *Parcerias* da Agenda 2030 da ONU, se pudermos ter o apoio das diásporas, ao mesmo tempo que impulsionamos a agenda de desenvolvimento, a colaboração entre esse grupo - reconhecido pela UA como a 6ª região da África - e as pessoas no continente, irá em última análise, transformar a África num continente mais pacífico. A diáspora africana tem tido um papel na promoção do desenvolvimento muito



Bailarinos tradicionais africanos nas comemorações do Dia da Paz em Darfur, Sudão 2010.



Danças tradicionais africanas durante a comemoração do Dia Internacional da Paz em Bujumbura, Burundi 2017.

antes da comunidade internacional ser apercebido. Os recursos dessas comunidades que atravessam fronteiras são imensamente variados e vão desde competências, conhecimentos e ideias até ao capital cultural, financeiro e vínculos comerciais. O objectivo agora é aprender a explorar esse capital da diáspora de forma a ser mais favorável ainda ao desenvolvimento do continente africano.

O ano de 2019 assinalou o 400º aniversário do início do comércio de escravos transatlântico. O governo do Gana reconheceu a importância deste aniversário ao implementar o *Ano do Retorno*. Esta iniciativa permitiu o retorno da diáspora, para que esta conhecesse as suas raízes e pudesse voltar a assumir a cidadania no país.

Em 2018, as remessas globais atingiram um recorde de quase 700 mil milhões de dólares, o que é significativamente mais do que o investimento estrangeiro directo. Deste avultado montante, a África representa cerca de 10%, contanto entre 60 e 70 mil milhões de dólares. A maior parte desta remessa é recebida em 4 países, incluindo a Nigéria, Marrocos, Egipto e Gana. Uma questão de importância vital que precisa de ser realçada neste contexto, é o elevado custo da transferência de remessas. Na África do Sul, por exemplo, os custos associados a estas transacções podem chegar aos 15%, o que representa um obstáculo significativo no aproveitamento do potencial da contribuição da diáspora para o desenvolvimento do país. A Organização Internacional para as Migrações (OIM) tem vindo a traba-

lhar não apenas para maximizar as remessas, mas também para envolver a diáspora, dado que a maioria das tendências migratórias são intracontinentais ou inter-regionais.

Com base na sua experiência de longa data, a OIM formulou uma abordagem estratégica inclusiva centrada em três eixos principais “3E para a Acção”⁶⁷:

Envolver, Engajar e Empoderar as comunidades transnacionais como agentes para o desenvolvimento. Cada área envolverá uma série de intervenções de governos e outros actores, através de assessoria de políticas e programação. Contudo, para colher realmente os dividendos dessa abordagem, é de extrema importância estabelecer uma relação baseada no respeito mútuo, na comunicação aberta e no estabelecimento de confiança entre todas as partes interessadas.

O **Dr. Ziva Domingos** avaliou o conceito de África Global e recomendou que o debate iniciasse com uma série de diálogos interculturais, em primeiro lugar entre os diversos povos, comunidades e culturas de todo o continente. Acrescentou que após estabelecermos a primeira condição, podemos examinar como aumentar o diálogo intercultural entre a África como um todo e as diásporas africanas, bem como outros povos espalhados pelo mundo.

O Director Nacional dos Museus realçou como a seu ver a África Global invoca questões relacionadas à posição de África em relação à globalização, que por sua vez levanta questões de igualdade, oportunidade, direitos humanos e justiça social, entre outras. Argumentou que o discurso em torno da África Global requer uma compreensão aprofundada da memória histórica do continente, abordando a situação da escravatura e as lutas pela independência. Quando se trata do comércio de escravos transatlântico, salientou que o maior êxodo forçado da história humana aconteceu no contexto do comércio de escravos e que a maior parte dos africanos que atravessaram o oceano para as Américas veio de Angola. Estima-se que o número de pessoas capturadas ou vendidas durante o comércio de escravos seja de 12 milhões de afri-

canos. A maioria desse contingente veio da África Central, do qual quase metade partiu do porto de Luanda, em Angola.

As instituições africanas desempenham um papel importante na consolidação dos esforços pan-africanos na preservação e promoção do património cultural do continente. No entanto, ambas as questões têm vindo a ser tratadas separadamente. O exemplo da história das rotas de comércio de escravos oferece uma perspectiva africana global e única sobre o tema, um acúmulo de visões variadas e distintas de países, regiões e diásporas em todo o mundo e no continente. Instituições como a UNESCO e a União Africana precisam de elaborar programas e combinar esforços, na construção de uma plataforma comum para a partilha de experiências da diáspora e para garantir a relação entre esta e o continente.

O **Prof. Augustin Holl** referiu-se ao importante trabalho realizado no âmbito da História Geral da África (HGA), publicado pela UNESCO. Como conceito, “África Global” remove as barreiras entre os africanos continentais e as pessoas de ascendência africana em todo o mundo. Tem sido difícil compreender os afrodescendentes em qualquer parte do mundo sem nos referirmos a África; e é igualmente impossível fazer sentido do destino contemporâneo de África sem referências às múltiplas e variadas vagas da diáspora.

De acordo com as pesquisas actuais, o continente Africano é o berço da humanidade. A primeira expansão ocorreu entre 2,5 e 1,8 milhões de anos atrás. A segunda expansão ocorreu após o surgimento do *Homo sapiens* em África, há cerca de 300 mil anos. O que tecnicamente chamamos de diáspora é a introdução de uma nova população numa área já povoada. Se olharmos para a história humana através de uma perspectiva de longo prazo, o maior desenraizamento dos africanos ocorreu através de sistemas consecutivos de escravatura: tanto a leste como a ocidente. Este desenraizamento iniciou-se no século VII com a expansão do Islamismo quando os africanos eram vendidos e transportados através do Oceano Índico para vários países da Ásia. Depois disso, no século XV, exploradores europeus circun-navegaram África e começaram a enviar africanos para o Caribe, América do Norte

⁶⁷ N. da T.: Do inglês: “3Es for action”: *to Enable, Engage and Empower transnational communities as agents for development.*

e América do Sul, através da *Travessia do Atlântico*⁶⁸. Os africanos estão sempre em movimento, dentro e fora do continente. Actualmente temos uma mistura de diáspora técnica e africanos contemporâneos em diferentes partes do mundo.

Do ponto de vista da HGA, o que a história nos diz sobre as tensões entre pessoas com uma história e uma identidade comuns? Na experiência inicial da diáspora, os africanos foram vítimas dos processos. Primeiro houve resistência, depois resiliência e, finalmente, a criação de novas identidades como agentes emancipados e livres. O exemplo representativo é a Revolução Haitiana que culminou na sua independência em 1804 e que resultou na criação de novas identidades. Na segunda metade do século XX, temos o exemplo do Pan-africanismo, que uniu as pessoas na luta pela liberdade e pela independência num movimento global pela descolonização e capacitação de África.

O conceito de África Global, como demonstrado nos novos volumes da HGA IX a XI, leva em conta essa perspectiva de longo prazo para dar sentido ao lugar dos africanos e das pessoas de ascendência africana na era contemporânea.

Sessão plenária

A sessão foi concluída com o intercâmbio entre os membros do painel e a plateia sobre questões relacionadas com a representação da diáspora africana, a sua relação com o continente africano, bem como as reparações pela escravatura. Os membros da plateia foram diligentes em reconhecer que a história e o património não são estáticos e são propensos a influências que moldam e dão forma a novas identidades. Por conseguinte, as comunidades quer na diáspora histórica, quer na diáspora contemporânea podem resgatar os seus costumes e culturas, forjando laços estreitos com o continente. Também foi salientado que em algumas partes do mundo, a diáspora representa a sua origem étnica e não a própria África e este é um desenvolvimento importante que requer uma melhor compreensão.

Está a ser concluído um documentário sobre a HGA que será disponibilizado gratuitamente, a emissoras, universidades e outras instituições para alcançar um público maior. A intenção da HGA não é apenas contar a história de África e da sua diáspora pela perspectiva dos africanos, mas também emprestar a propriedade da narrativa aos africanos, ao longo da sua história.

Realçando que a educação é fundamental para incutir o conjunto de valores de tolerância nos cidadãos do continente, para que as pessoas possam melhor compreender o significado e os benefícios da diversidade, solidariedade e convivência, assim como trabalhar em conjunto e em harmonia, a sessão concluiu que a UNESCO deveria desempenhar este papel na estimulação de tais processos de aprendizagem, especialmente concentrando-se na juventude africana.

Constatando o reconhecimento da UA da diáspora como a 6ª região, observou-se que durante a Guerra Fria, grande parte do pan-africanismo foi fortemente impulsionado pelas diásporas africanas fora do continente, reafirmando assim, a noção de que, ser africano é muito mais do que apenas viver no continente e que o espírito do pan-africanismo ainda está muito vivo.

Sobre a questão dos afrodescendentes, os participantes concordaram que havia a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas para enfrentar a ex-

⁶⁸ N. da T.: *Middle Passage* (“*Passagem do Meio*”, “*Passagem Atlântica*”): expressão que designa a violenta e traumática travessia atlântica dos escravos entre o continente africano e as Américas.

clusão social, política e económica das afro-comunidades na América Latina. Pediram o apoio da UNESCO na continuação da realização de pesquisas que explorem as influências afro em todo o mundo. Também pediram à UNESCO e à UA para apoiar na mobilização dos meios de comunicação social como um instrumento para combater preconceitos e como meio para a divulgação da situação dos afrodescendentes e do povo africano.

Os participantes recomendaram que os países e a UA trabalhassem, em conjunto, no desenvolvimento de interacções duradouras e mutuamente benéficas entre a diáspora e os seus países de origem, para o fortalecimento da relação. Organizações como a UNESCO desempenham um papel fundamental na união dos africanos através da cultura, das artes, dos valores partilhados e de outras expressões. Em suma, promover uma cultura de paz.

No final da sessão, foram apresentadas as seguintes recomendações:

À **UNESCO**, que prossiga no apoio ao reconhecimento, valorização e promoção da contribuição, a nível técnico, científico, cultural e humano, da população afrodescendente na construção de uma nova sociedade mundial. A UNESCO deve ainda expandir o seu programa educacional baseado na História Geral da África, de material didáctico e escolar e outros materiais de ensino, em particular através da educação não formal e informal, do ensino superior, assim como através da informação destinada ao público em geral.

Os **Países Africanos** devem promover activamente, a adopção e integração da História Geral da África nos seus currículos e no sistema de educação intersectorial.

A **União Africana** e as **Organizações Regionais** devem adoptar resoluções pertinentes que vinculem os Estados-membros a promover as relações entre África e os afrodescendentes em todo o mundo. A União Africana e as organizações regionais devem ainda apoiar a colaboração intercontinental para a promoção dos direitos humanos dos afrodescendentes.

Todos os **Estados, Organizações da Sociedade Civil, Organizações Intergovernamentais, Organizações e Redes** que trabalham na promoção dos direitos humanos devem promover políticas públicas e intervenções para a eliminação do racismo e da discriminação racial. Devem prosseguir acções para a protecção dos direitos humanos das pessoas de ascendência africana e a revisão anual dos mecanismos promulgados para a monitorização de tais políticas.

iii.1.5
Por uns
Mídia Livres,
independentes e
Pluralistas para
Promover a Paz e
o Desenvolvimento
em África

Moderadora: Georja Calvin-Smith,
Jornalista da France 24.

Membros do Painel

1. **Al Amin Yusuph**, Conselheiro para a Comunicação e Informação, Escritório da UNESCO em Harare;
2. **Jérôme Traoré**, Ex-Presidente do Tribunal de Justiça da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), Burquina Faso;
3. **Al-Shaymaa J. Kwegyir**, ex-Deputada e Activista para apoio às pessoas com albinismo, Tanzânia;
4. **Teixeira Cândido**, Secretário-geral do Sindicato dos Jornalistas Angolanos, Angola.

Introdução

A sessão iniciou com um pequeno vídeo ilustrativo das ligações entre os média, informação e comunicação e a cultura de paz, seguido de uma breve introdução pela moderadora **Georja Calvin-Smith**.

Ela argumentou que mídia livres, independentes e pluralistas, garante o acesso livre à informação a todos, possibilita o diálogo, incentiva a liberdade de expressão e estimula uma maior participação política. Prosseguiu afirmando que, os média também servem como um mecanismo de responsabilização social, levantando questões significativas como a corrupção, irregularidades políticas ou abusos de direitos humanos que de outra forma, poderiam não ser abordados ou debatidos publicamente. Reiterou que, por essa razão, é verdade que os média independentes reforçam o Estado de Direito e a boa governança. Como tal, mídia livres, independentes e pluralistas vibrantes desempenham um papel fundamental no criação de um espaço público democrático e onde uma cidadania informada se possa expressar, partilhar e debater as suas opiniões. O papel que os jornalistas e actores dos média desempenham na garantia do livre fluxo de informações é fundamental, para constituir

Devido ao seu potencial no alcance de grandes audiências, a rádio permite alcançar as áreas mais remotas e desenvolver as sociedades do conhecimento que tentamos desenvolver em África.





um ambiente político saudável que garanta uma participação maior e inclusiva da sociedade, onde todas as vozes contribuam para o diálogo.

Realçou que a liberdade de expressão é um direito humano fundamental garantido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pela Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos. Como tal, os média desempenham um papel crucial na promoção da paz e da justiça em todo o continente africano, tornando a defesa da integridade e segurança dos profissionais que actuam nos meios de comunicação social, de suma importância para a promoção da cultura de paz em África.

De seguida, a moderadora procedeu à apresentação dos membros do painel e convidou-os a tomar a palavra e a partilharem as suas opiniões sobre a melhor forma de proteger a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa e de que forma é que os média podem ser utilizados para promover a paz e o desenvolvimento sustentável em África.

Apresentações e debates principais

Jérôme Traoré falou sobre a constituição do Tribunal de Justiça da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), criado em 1993 após a Revisão do Tratado de Lagos da CEDEAO de 1975. No entanto, explicou que os primeiros juízes só conseguiram prestar o seu juramento em 2001. O Tribunal iniciou os seus trabalhos durante esse período e, desde 2005, a jurisdição do Tribunal foi alargada para incluir os Direitos Humanos.

O Tribunal garante os direitos e liberdades consagrados nos instrumentos regionais e internacionais e na área da liberdade de imprensa. O Tribunal contribui para os esforços para pôr termo à impunidade de crimes contra os jornalistas, compensando as vítimas e incentivando os Estados a reformular as suas legislações. Os quadros normativos utilizados pelo Tribunal para a tomada de decisões incluem:

- *Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos;*
- *Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos;*

Muito ainda há a fazer para garantir a segurança dos jornalistas em África que arriscam as suas vidas para fornecer informações independentes e credíveis.



Uma apresentadora da Radio Shabelle lê as notícias. A rádio continua a ser uma das principais fontes de informação na Somália.

- *O Tratado Revisto da CEDEAO de 24 de Julho de 1993 e os instrumentos legais específicos relacionados com a CEDEAO;*
- *Protocolo Suplementar sobre a Democracia e Boa Governança da CEDEAO – cujo Art.º 1, alínea k) garante a liberdade de imprensa dos Estados-membros da CEDEAO.*

Até à data, o Tribunal de Justiça da CEDEAO teve de proferir vários acórdãos em casos de violações dos direitos dos jornalistas no exercício das suas funções. A grande maioria destas sentenças foi proferida contra o Estado da Gâmbia durante o regime de Yahya Janneh. Para dar exemplos concretos de acções empreendidas pelo Tribunal, Jérôme Traoré citou os casos de:

- *Chefe Ebrimah Manneh vs. A República da Gâmbia, 2008:* Um jornalista do *The Daily Observer* foi supostamente preso em Banjul em 2006 pelo Serviço de Inteligência gambiano sem um mandado e em segredo. Actualmente está dado como desaparecido. O Tribunal concluiu que a detenção e a prisão de Ebrimah Manneh foram arbitrárias. Ordenou a libertação de Ebrimah Manneh e condenou o governo gambiano dar-lhe uma indemnização no valor de 100 000 dólares.
- *Musa Saidykhan vs. A República da Gâmbia, 2010:* Saidykhan foi preso em 2006 sem um mandado e sem notificação da acusação. O Tribunal decidiu que a sua detenção foi arbitrária e condenou a Gâmbia a pagar-lhe 200 000 dólares de indemnização.
- *Deyda Hydara Jr. e Outros vs. A República da Gâmbia, 2014:* Este caso é

um ponto de viragem no que diz respeito ao envolvimento do Tribunal de Justiça da CEDEAO. Um jornalista do *Jornal Point*, foi morto a tiro a caminho do local de trabalho. O Tribunal proferiu algumas decisões importantes: primeiro, ordenou ao governo gambiano que pagasse 50 000 USD pelos danos sofridos e depois solicitou ao governo gambiano que reformasse a sua legislação, incluindo a protecção dos jornalistas em conformidade com o art.º 66 do Tratado Comunitário Revisto (que impõe aos Estados-Membros a obrigação de assegurar um ambiente seguro e propício para a prática do jornalismo). O Tribunal criticou a Gâmbia por não ter iniciado os procedimentos para encontrar os autores do crime. O Tribunal constatou uma violação da liberdade de expressão relacionada com o ataque à integridade física do jornalista.

- *A Federação de Jornalistas Africanos e Outros vs. A República da Gâmbia, 2016:* O Tribunal considerou que forçar jornalistas ao exílio era uma restrição ao exercício da liberdade de expressão dos jornalistas. Esta decisão marca uma determinação do Tribunal de Justiça da CEDEAO, no desempenho do seu papel pleno, na protecção dos direitos e liberdades dos cidadãos comunitários, em especial a protecção e a garantia de liberdade de imprensa, fundamentais para um Estado de direito democrático.

Estes quatro casos são referências cruciais para a jurisprudência do Tribunal de Justiça da CEDEAO quando se trata da protecção de jornalistas contra a detenção arbitrária, ataques à integridade física e ameaças às suas vidas. A garantia da liberdade de imprensa é fundamental para a democracia e o Estado de Direito.

Os tribunais nacionais também são chamados a garantir essa protecção dado que, ao contrário do Tribunal de Justiça da CEDEAO, os tribunais nacionais têm total jurisdição penal a nível nacional. Como resultado, os tribunais nacionais podem ser os primeiros a garantir a protecção dos jornalistas contra os diversos tipos de violações a que são normalmente sujeitos no exercício de suas funções.

Al-Shaymaa J. Kwegyir explicou que o albinismo é a ausência congénita de qualquer pigmentação ou coloração numa pessoa, devido a uma deficiência na produção de melanina. De acordo

com a raiz latina da palavra “*albus*”, que significa branco, aqueles que estão sujeitos a este traço hereditário não possuem pigmentação na pele, olhos e cabelo.

Devido à estigmatização social, as pessoas com albinismo (PcA) sofrem de discriminação, exclusão social e muitas vezes são alvo de violência. Em determinados contextos sociais, as PcA são desprezadas e os seus direitos humanos básicos, negados. Deve ser salientado que a discriminação contra as pessoas com albinismo não se restringe apenas ao contexto africano, mas é de facto, uma questão mundial.

A UNESCO realizou uma campanha nacional nos meios de comunicação social na Tanzânia, para promover o bem-estar das pessoas com albinismo. Os objectivos visavam capacitar os líderes locais e o governo na mobilização e sensibilização dos cidadãos do país sobre as PcA. A organização adoptou uma série de medidas para transmitir a mensagem, inclusive através de abordagens socio-culturais que promovem atitudes positivas e também pela criação de um sistema de educação inclusiva: actualmente, as crianças com albinismo frequentam a escola com as outras crianças. A UNESCO analisou, pesquisou, organizou discussões em grupos e conduziu entrevistas em programas de rádio para cobrir o tema do albinismo na Tanzânia. O programa de rádio mudou a percepção das pessoas sobre o albinismo, auxiliando a transformação do paradigma social, orientada agora para uma perspectiva mais positiva. Isto verificou-se através de uma avaliação da intervenção, que demonstrou que em locais onde os programas de rádio podiam chegar às pessoas, houve uma redução significativa dos preconceitos e concepção errónea sobre as PcA. Para além disso, a UNESCO realizou uma campanha nacional através de painéis publicitários que também ajudou a mobilizar a atenção do público para a situação da PcA, mostrando assim, que os média podem ter um impacto maciço nas crenças das pessoas sobre o tema do albinismo.

Al Amin Yusuph salientou que um dos principais domínios da UNESCO é o sector da Comunicação e da Informação. A abordagem da organização abrange uma ampla variedade de áreas que incluem:

- Promoção do desenvolvimento dos média e avaliação da situação segurança usando os indicadores adequadas;
- Promoção de iniciativas para o fortalecimento da capacidade dos média públicos e privados e dos média comunitários;
- Apoio no desenvolvimento de ferramentas dos média tradicionais e dos novos média, como por exemplo, os Indicadores de Universalidade da Internet, desenvolvidos pela UNESCO;
- Promoção da liberdade de imprensa e coordenação do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa e inúmeras outras comemorações na defesa dos vários mídias, pluralistas e livres.

Um exemplo concreto do trabalho da UNESCO sobre este tema é um projecto que ocorreu durante o período 2014-2016, com a cooperação e financiamento da Agência de Desenvolvimento do Azerbaijão. O objectivo da intervenção visou a sensibilização da comunidade Masai, na Tanzânia, sobre a mutilação genital feminina (MGF) e a mobilização dos líderes na condenação deste acto. Sendo considerado um ritual habitual, a MGF é vista como um ritual feminino de passagem para a idade adulta e o casamento. Utilizando as rádios comunitárias, este projecto envolveu líderes tradicionais e religiosos e jovens meninas e mulheres que praticaram esse ritual, num diálogo para abordar os desafios de saúde associados à MGF e à gravidez precoce. Progressivamente, os anciãos fizeram uma declaração condenando a MGF. Após o término do projecto, a rádio comunitária tornou-se um espaço onde as pessoas podiam alertar a comunidade sobre possíveis casos de MGF. Este

A colocação de crianças albinas em centros especiais para garantir a sua segurança levanta questões de inclusão e de direitos humanos.

Crianças do Centro Infantil de Buhangija, Tanzânia.



projecto demonstra como os média locais podem ser um parceiro muito forte no desenvolvimento e promoção em questões de género e direitos humanos.

Sessão Plenária

A sessão terminou com interações entre os participantes do painel e a plateia. Os membros da plateia expressaram que, uma vez que a questão dos salários tem um impacto considerável na independência dos jornalistas, os sindicatos devem desempenhar um papel importante nesta questão e na melhoria dos acordos colectivos sobre os salários. Relativamente ao Tribunal de Justiça da CEDEAO, os membros da audiência reiteraram que os países africanos devem comprometer-se formalmente a respeitar os instrumentos internacionais e regionais aos quais aderiram, sobre a protecção da liberdade de expressão e dos direitos dos jornalistas. Também concordaram que a aplicação da lei e dos instrumentos legais é onde reside o maior desafio. Outro desafio a superar é o facto de os governos nem sempre cumprirem com as decisões do Tribunal. Neste sentido, é necessário mudar a mentalidade dos profissionais nos sistemas judiciais dos países, para que haja um reconhecimento explícito que a liberdade de expressão é um elemento fundamental para a construção da democracia. A audiência também reiteraram que os jornalistas não são inimigos do estado ou inimigos dos governos, mas que podem ajudar a transmitir as suas mensagens.

Os tribunais internacionais são fundamentais para a defesa da liberdade de expressão e da protecção dos jornalistas, dado que na maior parte das vezes são o último recurso quando o poder judicial nacional não consegue dar resposta às suas reivindicações. No entanto, os jornalistas precisam de estar cientes de que os Tribunais Internacionais de Justiça não podem lidar com casos por iniciativa própria: as vítimas precisam de direccionar o caso ao próprio tribunal. No âmbito da CEDEAO, a Gâmbia foi o único país a ser processado, mas isso não significa que não haja violações nos outros Estados-membros.

A perspectiva de mudança no que diz respeito às novas formas de jornalismo foi abordada através do testemunho sobre pessoas com albinismo em que a activista da Tanzânia reiterou o papel

que os média podem desempenhar na mudança da mentalidade das populações locais, levando à redução das práticas discriminatórias e da violência contra esse grupo vulnerável da população.

A questão da independência dos jornalistas na procura da verdade também foi debatida. Alguns oradores indicaram que muitas vezes, as condições sociais adversas enfrentadas pelos jornalistas, são um factor-chave que mina a sua independência.

O plenário também abordou a necessidade de melhorar a alfabetização midiática dos usuários africanos. Segundo os oradores, mais de 700 milhões de cartões SIM estão activados em África, o que, em teoria, significa que mais de 73% da população africana tem acesso à internet. Contudo, a maioria dos usuários de internet não sabe como processar a informação. Por isso, é importante intensificar o apoio da UNESCO aos países que necessitam de programas de alfabetização em tecnologias da informação.

No final da sessão, foram apresentadas as seguintes recomendações:

Constatando com profunda preocupação, que, de acordo com a UNESCO, mais de 86% dos casos de pesquisa sobre os assassinatos de jornalistas em África continuam pendentes (2006-2018), apelamos a **todos os Governos e Organizações Internacionais** para que apoiem actividades de capacitação de funcionários judiciais (juízes, procuradores, advogados) no que se refere à liberdade de expressão e aos padrões de segurança de jornalistas para promover a paz e o Estado de direito;

Reconhecendo que o acesso à informação e à informação pública pelos cidadãos dos países, reduz a corrupção e permite uma maior responsabilização e prestação de contas e reconhecendo que apenas 20 países africanos adoptaram a legislação de acesso à informação (AAI), pedimos aos **Governos Africanos** que adoptem legislação relativa ao acesso à informação como meio de promoção da liberdade de expressão e da paz em África.

Reconhecendo a crescente popularidade dos meios de comunicação sociais e com estes, os perigos decorrentes da desinformação e falta de informação que ameaçam a paz no continente africano, recomendamos ainda aos **Governos, às Organizações Internacionais e à Sociedade Civil** que invistam na capacitação das pessoas de modo a que tenham uma apreciação crítica sobre as informações que obtêm, através dos programas de Alfabetização Midiática e Informacional (AMI).

Considerando que a maioria das pessoas com albinismo (PcA) continuam a sofrer da violência, discriminação e exclusão no continente africano, instamos a **UNESCO** e a **Comissão da União Africana** que intensifiquem o seu apoio aos países, na adopção e promoção de acções que visem a eliminação do preconceito e da discriminação contra as PcA. A UNESCO e a AUC devem também encorajar os países na adopção de políticas e estratégias para combater a exclusão e as dificuldades das PcA.

Reconhecendo que os sistemas judiciais nacionais devem ser os primeiros a garantir a protecção dos jornalistas contra os ataques à sua integridade no exercício da sua função, instamos os **países** a reforçar a sua independência e a aplicação das disposições legais previstas nos instrumentos nacionais, regionais e internacionais para defender os jornalistas e os profissionais dos meios de comunicação social da prática de delitos.

Cientes de que os Tribunais Regionais do Tribunal de Justiça da CEDEAO não têm jurisdição penal, apelamos à **CUA** que considere a implementação de um tribunal penal autónomo e a possibilidade da implementação de uma câmara penal no Tribunal de Justiça.





iii.2 SESSÕES PARALELAS DO FÓRUM DE IDEIAS

Foram realizadas seis sessões paralelas durante 5 dias, permitindo aos participantes aprofundar melhor algumas das questões apresentadas durante o Fórum de Ideias.



iii.2.1 Abordar os desafios da alfabetização de crianças desfavorecidas através da utilização tecnologia de ponta e parcerias inteligentes

Moderador: Yao Ido, Director do Escritório Regional da UNESCO para a África Ocidental, Abuja

Membros do Painel

Prof. Stephanie Gottwald, Linguística e Alfabetização, Tufts University e Directora de Conteúdo, *Curious Learning*

1. **Creesen Naicker**, Director, Parceria de Distribuição, *Curious Learning*
2. **Loise Danladi Musa**, Secretária Executiva da Agência Estadual de Educação em Massa Bauchi, Nigéria
3. **Zulmira Rodrigues**, Chefe da Secção de Cooperação com Organizações Regionais em África, Departamento de África, UNESCO
4. **Mari Yasunaga**, Especialista de Programa, Secção para a Juventude, Alfabetização e Desenvolvimento de Competências, UNESCO

Introdução

O moderador abriu a sessão salientando a centralidade da alfabetização para a educação e desenvolvimento, especialmente em África, onde a taxa de alfabetização de adultos é de apenas 60%. Após uma breve ilustração sobre a visão geral do progresso da alfabetização, dos desafios e das tendências que ainda remanescem, a sessão explorou como a tecnologia digital pode apoiar a aprendizagem da alfabetização de crianças em idade escolar primária. Reflectiu também sobre algumas iniciativas concretas, tendo como alvo, crianças carenciadas em África.

Para combater a exclusão escolar e promover a Cultura de Paz, a necessidade de promover o acesso à educação a todas as crianças em África, tem-se tornado cada vez mais importante. A estratégia adoptada pela UNESCO e pelo XPRIZE e os seus parceiros consiste em agir para garantir o acesso à educação através de tecnologias do século XXI.

Apresentações e debates principais

Mari Yasunaga iniciou a sessão resumindo os principais progressos e desafios da alfabetização:

A alfabetização faz parte dos direitos humanos, capacita as pessoas e é o motor para o desenvolvimento sustentável. Nos últimos 50 anos, houve um aumento significativo na taxa global de alfabetização de adultos de 56% para 86%. No entanto, devido ao crescimento demográfico, o número real de adultos que não sabe ler e escrever, aumentou em relação a 50 anos atrás. Actualmente, pelo menos um em cada sete adultos não tem competências básicas de alfabetização (750 milhões). O progresso na alfabetização tem sido desigual entre países e populações e África é a região onde os desafios de alfabetização continuam a ser significativamente elevados. Além disso, as competências de aprendizagem necessárias têm vindo a evoluir com o aumento da exigência por competências de alfabetização mais avançadas e competências digitais de leitura e escrita, mediadas por textos.

- No entanto, a alfabetização básica continua a ser ainda uma séria fonte de preocupação para todas as faixas etárias. Cerca de uma em cada seis crianças e adolescentes que deveriam estar na escola (258 milhões), estão fora do sistema de ensino. Em África, a proporção é de uma em cada cinco, para crianças em idade escolar primária e esse número aumenta assim nos níveis pós-primários. A proporção no ensino secundário superior é de 58%. Para além disso, 617 milhões de crianças e adolescentes não estão a conseguir adquirir as competências mínimas de leitura e aritmética, enquanto que dois terços deles estão de facto na escola.
- Para enfrentar essa crise de aprendizagem, são necessárias medidas para superar as múltiplas causas: 1) factores externos com impacto na aprendizagem, como por exemplo, a pobreza; 2) factores educativos, incluindo a falta de acesso e qualidade de educação insuficiente; e ainda 3) ambientes alfabetizados inadequados onde as pessoas adquiram, apliquem, mantenham e progridam nas competências de alfabetização.

Prosseguiu em seguida, com uma breve introdução dos desafios e oportunidades



do ensino e aprendizagem de alfabetização apoiados pela tecnologia digital:

- O ritmo de desenvolvimento da tecnologia digital é muito rápido, o que gera oportunidades e desafios aos sistemas de educação nacionais. Para além disso, as abordagens de aprendizagem e ensino existentes não estão necessariamente preparados para reagir às transformações daí resultante. Neste mundo digital em evolução, é necessário constantemente testar e ajustar as abordagens de educação. Tem havido casos, por exemplo nas questões de privacidade, onde as regulamentações não estão totalmente desenvolvidas para a gestão dos riscos para os indivíduos e sociedades. Ao mesmo tempo, a tecnologia digital está a proporcionar enormes oportunidades para a promoção da alfabetização em contextos multilíngues, incluindo a manutenção e a revitalização das línguas e das culturas locais indígenas, bem como o desenvolvimento local do conteúdo, em particular, onde apenas 5% das 7000 línguas vivas do mundo estão representadas num espaço digital.

Zulmira Rodrigues apresentou uma perspectiva da colaboração conjunta com a *Curious Learning* da nova iniciativa de aprendizagem precoce. A iniciativa foi inspirada no projecto UNESCO/XPRIZE sobre Aprendizagem Precoce, realizado na Tanzânia entre 2016 e 2019.

- De acordo com o Instituto de Estatística da UNESCO (IEU), em África, quase 9 em cada 10 crianças e adolescentes não alcançam os níveis mínimos de alfabetização e aritmética após frequentarem 3 a 4 anos de escola. Para encontrar soluções de baixo custo e de grande escala para este problema, foram desenvolvidas uma série de iniciativas utilizando tecnologias do século XXI. Uma das iniciativas, conhecida como *Global Learning XPRIZE*, uma parceria entre a XPRIZE Foundation, UNESCO, PMA e o Governo da Tanzânia, teve início em Outubro de 2016. O XPRIZE foi inspirado no trabalho realizado pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (*Massachusetts Institute of Technology - MIT*), pela Tufts University e pela iniciativa *One Laptop per Child*⁶⁹ na Etiópia, ini-



ciado em 2011 e que resultou na criação da *Curious Learning*.

- Na Tanzânia, 3000 crianças foram capacitadas através da auto-aprendizagem em competências de leitura, escrita e aritmética básica, em Kiswahili. O Google forneceu *tablets* gratuitas. Enquanto que no início da intervenção, 90% das crianças-alvo eram na sua maioria analfabetas, 15 meses depois (em Janeiro de 2019) esse número foi reduzido para metade. Usando as aplicações de código aberto do XPRIZE e outras ferramentas similares, a iniciativa-piloto da *Curious Learning* testou o uso de *smartphones* na alfabetização precoce e na aquisição de habilidades aritméticas em 15 outros países ao redor do mundo, vários dos quais em África.
- Os *smartphones* têm sido cada vez mais reconhecidos como instrumentos acessíveis e económicos para a adopção de *softwares* gratuitos, de código aberto e escaláveis. Os *tablets*, por serem mais caros e complexos em termos de manutenção, são mais apropriados para governos com níveis de recursos significativos. Sempre que é necessário uma solução para reduzir o custo unitário, o potencial dos telemóveis é o preferido.

Prosseguiu a sua intervenção, fazendo a descrição da nova iniciativa do Projecto de Aprendizagem Precoce que está a ser desenvolvida pela UNESCO e pela *Curious Learning*.

- A UNESCO e a *Curious Learning* têm vindo a desenvolver um programa de cinco anos sobre a aprendizagem nas

As tecnologias digitais têm um papel essencial no envolvimento das crianças das classes iniciais no desenvolvimento da alfabetização de qualidade.

⁶⁹ N. da T.: “Um computador portátil para cada criança”

idades iniciais do ensino, dando oportunidades de aprendizagem à 100 milhões de crianças em idade escolar primária, em países com um elevado número de crianças fora do ensino escolar e crianças na escola que não atinjam a proficiência básica em alfabetização. Este programa pretende promover a aprendizagem móvel, baseado no *software* gratuito e de código aberto projectado para telemóveis pela Curious Learning.

- O projecto pretende ser implantado em duas fases. Na primeira fase, as intervenções pretendem beneficiar 20 milhões de crianças desfavorecidas, com difícil acesso à educação e com diferentes perfis⁷⁰ em cinco países, um perfil por cada uma das sub-regiões de África. Os países serão escolhidos com base na disponibilização e prontidão a participar. O projecto proposto iniciará com 6 línguas em cada país incluindo o inglês ou francês, árabe ou português, dependendo da língua oficial de instrução., a para além de 5 idiomas locais. O *software* será personalizado para se adaptar ao contexto cultural de cada um dos grupos linguísticos. Para o efeito, uma variedade multidisciplinar de especialistas nacionais será formada, a nível nacional, nomeadamente, da educação, línguas locais e tecnologia digital. Esta formação de especialistas irá contribuir para o desenvolvimento de capacidade nacional, permitindo também o ajuste do *software* para outros idiomas. O *software* incluirá um sistema de monitoramento, o qual irá permitir avaliar os resultados de aprendizagem inicial e adquirida, assim como a eficácia da abordagem.
- Na segunda fase, o projecto será implementado em 15 outros países, através da localização do *software* pelas equipas nacionais do projecto, de acordo com as condições socio-culturais e geo-económicas locais das populações-alvo.
- O projecto irá promover o estabelecimento de parcerias a nível nacional e internacional, incluindo a colaboração com actores do sector privado, nomeadamente, com empresas ligadas à pro-

dução de *smartphones* e de provisão de serviços de telecomunicações.

- O projecto também procurará novas formas para incluir num futuro desenvolvimento do *software* a inclusão de temas, como por exemplo, cidadania e educação em saúde, emio ambiente, etc. O projecto pretende ainda apoiar os países no desenvolvimento de um programa, que proporcionará uma segunda oportunidade para a reintegração de crianças fora da escola nas estruturas de educação formal. Também explorará o uso do *software* como uma ferramenta pedagógica para complementar o ensino nas escolas.

Loise Danladi Musa partilhou a experiência da *School Meet the Learner Approach (SMLA)*⁷¹ na Nigéria:

- Na Nigéria, muitas mulheres não puderam frequentar a escola devido a restrições sócio-culturais e de segurança. Para promover o seu acesso à educação, a UNESCO apoiou na implementação do projecto SMLA. Este projecto foi desenvolvido para favorecer a utilização de *tablets*, proporcionando assim, oportunidades de aprendizagem de alfabetização a 50 mil mulheres e meninas. O projecto já tinha sido implementado anteriormente no Senegal, através de uma parceria conjunta da UNESCO e duma entidade do sector privado, (*Proctor & Gamble*) e o Ministério da Educação. Mais tarde foi adaptado para implementação no nordeste da Nigéria, onde o Boko Haram predomina.
- O governo está interessado e engajado no projecto, tendo disponibilizado *tablets* e mobilizado outros departamentos governamentais na sua implementação. A TV estatal adaptou o conteúdo do programa e começou a transmiti-lo. Como resultado, muito mais pessoas do que o inicialmente previsto, aderiram ao projecto.
- Na parte norte da Nigéria, devido ao extremismo violento, as crianças não têm mais do que 3 horas de aulas por dia no ensino básico. Mesmo quando estão na escola, a sua presença não garante que elas estejam a aprender como deveriam. Para as meninas é ainda mais desafiante, pois geralmente, elas casam numa idade precoce.

⁷⁰ Crianças deslocadas e refugiadas, crianças fora da escola, crianças em áreas remotas, crianças em risco de extremismo violento e crianças na escola com baixos resultados de aprendizagem.

⁷¹ Abordagem “*Escola ao Encontro dos Alunos*”

- O projecto permitiu que as meninas e mulheres aprendessem desde casa, reduzindo a sua vulnerabilidade ao extremismo violento. Além disso, teve o efeito colateral de fazer com que as mulheres actuassem como intermediárias para que os seus maridos aprendessem a ler e a escrever que caso contrário, a vergonha de ser analfabeto os dissuadiria de se envolverem em programas de educação de adultos.

Devido ao enorme sucesso do programa, actualmente pretende-se expandir a iniciativa à outras regiões da Nigéria.

Stephanie Gottwald fez uma breve introdução sobre a “*Curious Learning*”:

Iniciada em 2011, a “*Curious Learning*” é uma iniciativa de pesquisa que explora como a tecnologia digital pode melhorar a aprendizagem de alfabetização das crianças, envolvendo especialistas do MIT, da Universidade Tufts, Universida-

de Estadual Georgia e outros parceiros. Esta iniciativa desenvolveu aplicativos de auto-aprendizagem em telemóveis e computadores acessíveis e baratos.

- Os aplicativos foram testados em vários países, incluindo África do Sul, em áreas rurais na Índia, num bairro de lata no Uganda, com crianças que não conseguem frequentar a escola nos EUA e com refugiados da Síria (com o apoio da NORAD). Na Etiópia, as crianças de uma aldeia sem escola receberam *tablets* instalados com aplicativos de alfabetização especializados, em inglês e com rastreador de dados de utilização. As aldeias eram visitadas periodicamente para avaliar a utilidade dos aplicativos. As evidências demonstraram que as crianças usavam os seus *tablets* 6 horas por dia e estavam a aprender tanto quanto aprenderiam se estivessem a

Rapazes zambianos usam software de código aberto.



frequentar uma escola primária num país desenvolvido.

- O conteúdo foi adaptado para 48 línguas, incluindo 18 idiomas locais. Os aplicativos estão disponíveis na *Google Play Store*.

Stephanie Gottwald prosseguiu, disponibilizando mais informações sobre o projecto UNESCO-*Curious Learning Early Learning* e explicou que:

Os aplicativos podem ser facilmente localizados em cada país e que cada equipa de cada país terá apoio para desenvolver a sua capacidade.

- As crianças aprendem a ler. Precisamos enriquecer os ambientes alfabetizados. Para a promoção das línguas africanas, as abordagens de aprendizagem em família também podem ser eficazes.
- Os países e parceiros são convidados a colaborar e a apoiar este projecto. Existe também a necessidade de an-

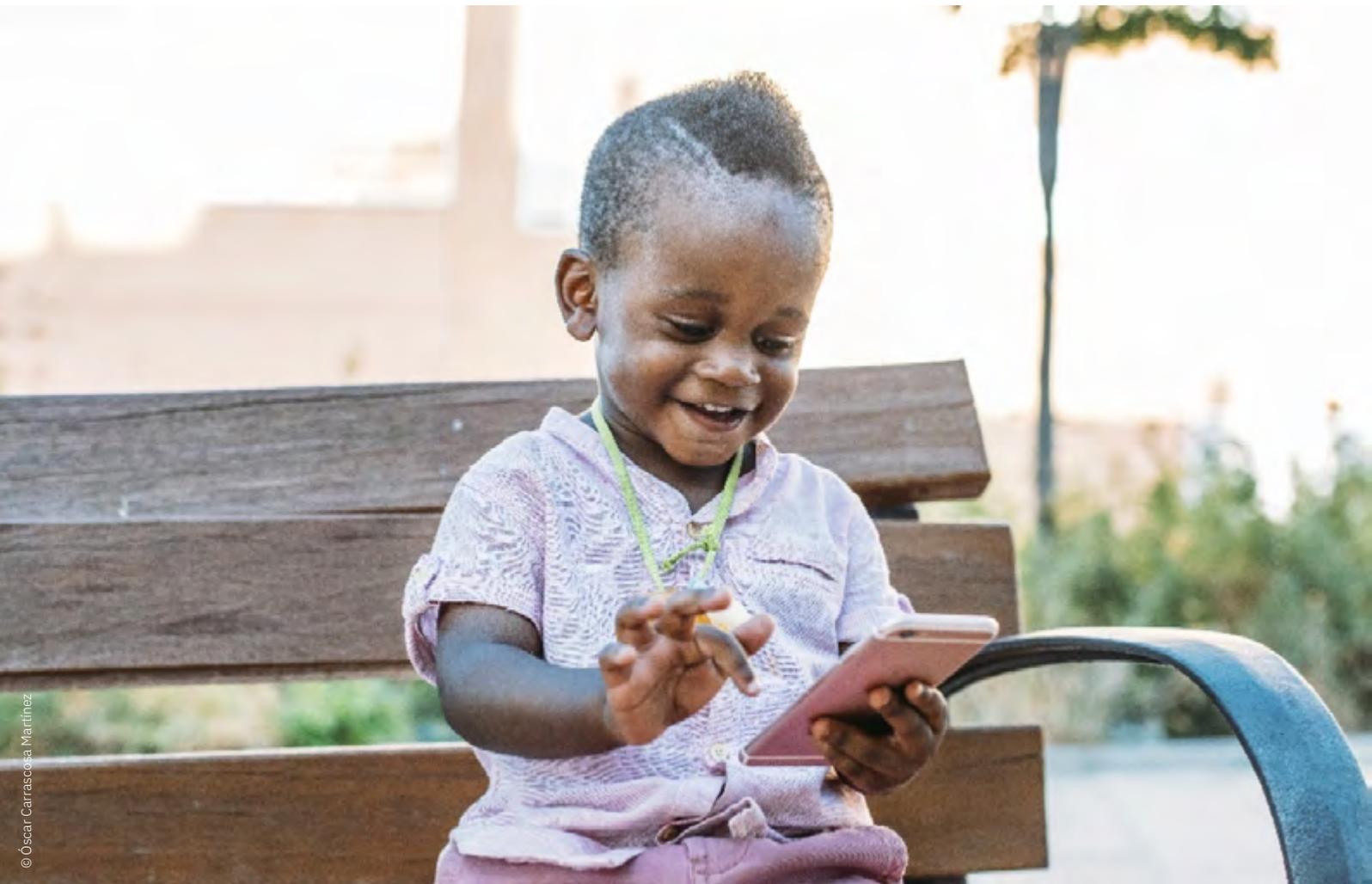
gariar recursos técnicos e financeiros, a nível local e nacional.

Creesen Naicker dirigiu-se à audiência para partilhar a experiência da iniciativa *Curious Learning* na África do Sul:

A parceria com a *Curious Learning* na promoção de abordagens baseadas na língua materna para a aprendizagem da alfabetização envolveu as 11 línguas oficiais da África do Sul. O projecto-piloto demonstrou que a abordagem fonética para o ensino da leitura era particularmente notável nas crianças Zulu e levou a uma mudança de abordagem por parte dos professores, do método alfabético para o método silábico. Isto só aconteceu porque a complexidade da língua Zulu, que por exemplo, tem palavras com muitas letras, tornando muito difícil que as crianças conseguissem memorizar as letras.

- Em 2017, os aplicativos foram adaptados para *smartphones*. O uso de *smartphones*, além de ser mais ba-

A longa distância para a escola, os maus resultados de aprendizagem, as turmas superlotadas, a disparidade de género e o impacto dos conflitos na educação. Estes são desafios que podem ser superados através do uso de tecnologia.



rato, demonstra uma grande capacidade de alcance. Segundo as pesquisas, até 2025, acredita-se que haverá cerca de 634 milhões de assinantes de *smartphones* em África, cerca de 52% de toda a população⁷². A *Curious Learning* tem uma parceria com a Google e está a desenvolver um ecossistema para explorar os recursos existentes que ajudarão a impulsionar a inovação com as empresas de telecomunicações em África.

- O sistema não requer internet, permitindo desta forma que os aplicativos possam ser transferidos ao emparelhar os *smartphones*, e fazer a transferência paralela sem necessidade de internet.

Sessão plenária

A sessão continuou com interações com a plateia onde se sublinharam as seguintes questões:

No que diz respeito à **escolha da língua**, ficou esclarecido que a escolha será feita em função da política e ao enquadramento linguístico de cada governo. Contudo, foi dado ênfase em iniciar o projecto com a língua materna antes da transição para a língua franca, conforme recomendado nas directrizes de alfabetização da UNESCO.

O Secretário Executivo da Academia Africana de Línguas (ACALAN)⁷³, Dr. Lang Fafa Dampha saudou a iniciativa e exprimiu o seu interesse em aderir. Em muitos países africanos, as línguas não são impostas pelos quadros nacionais e as pessoas usam a sua própria língua. Como parte das diversas actividades da ACALAN, a sua organização desenvolveu 20 sistemas de escrita e facilitou a harmonização dos sistemas de escrita. Em colaboração com a UNESCO, também analisa questões relacionadas com as línguas africanas no ciberespaço, por exemplo. A proposta foi bem recebida e é uma oportunidade de reforço da diversidade linguística e que ajudará a reduzir a duplicação de esforços.

⁷² GSMA 2018.

⁷³ A ACALIN foi fundada em Dezembro de 2000 pelo então Presidente da República do Mali. Em Janeiro de 2006 tornou-se uma instituição especializada da União Africana. A ACALIN tem a tarefa de desenvolver e promover as línguas africanas para que possam ser utilizadas em todos os domínios da sociedade em parceria com as línguas herdadas da colonização: inglês, francês, português e espanhol. <https://acalan-au.org>

Em relação às **abordagens de ensino e aprendizagem**, várias questões foram levantadas. Por exemplo, (i) a necessidade de reduzir o relativo excesso de horas diárias (6 horas/dia) do uso do telemóvel pelas crianças e, para isso, monitorizar o tempo de utilização do telemóvel, obedecendo a um tempo mínimo de aprendizagem indicativo necessário para que as crianças dominem as competências básicas de alfabetização; (ii) a aprendizagem da alfabetização deve ser combinada com a aquisição de outras competências; (iii) a compreensão da viabilidade da auto-aprendizagem sem qualquer apoio humano, bem como o medo do impacto negativo no desenvolvimento socio-emocional das crianças, deve ser abordado através da sensibilização (iv) deveria haver esclarecimento sobre quais são as faixas etárias-alvo; (v) deveria haver mais conteúdos locais (por exemplo, folclore, música, histórias); (vi) a aprendizagem deve ser inclusiva (por exemplo, crianças com deficiência, género); deveria haver também uma compreensão profunda dos possíveis aspectos negativos.

Para algumas dessas questões, houve esclarecimentos. Por exemplo, o *software* foi projectado para uma aprendizagem de 12 meses, para que as crianças adquiram competências básicas de alfabetização. Pode ser adaptado localmente, usando as línguas locais. Em relação ao tempo e duração da aprendizagem, a *Curious Learning* salientou que o resultado do rastreamento e monitoramento da utilização, revelou que as crianças usavam o telemóvel apenas 6 horas por dia, com o propósito de aprender e usavam os seus telemóveis de manhã cedo ou ao final da tarde. Sobre as faixas etárias, a *Curious Learning* disse que a importância da alfabetização emergente é comprovada pela ciência cognitiva. O número de palavras que as crianças ouvem nos primeiros dias de vida molda a base da sua compreensão posterior. É importante falar com as crianças desde o seu nascimento. Mas este projecto terá como alvo crianças em idade escolar primária. Também é importante garantir ambientes alfabetizados ricos para as crianças desde o nascimento até aos 8 a 10 anos de idade. Também é importante ajudar os pais a aprender linguagem e outras competências das quais possam precisar para apoiar os seus filhos.



Em relação à inclusão, o *software* desenvolvido pela *Curious Learning* pode ser adaptado às necessidades de crianças com deficiência, como por exemplo, crianças com dislexia. A adaptação da tecnologia digital facilita a democratização do desenvolvimento de conteúdo local. Sobre o impacto socio-emocional do *e-learning* sem apoio, consultar o estudo realizado pela UNESCO com o apoio da Universidade de Dar es Salaam⁷⁴ na Tanzânia.

O público também se referiu à importância da **monitorização e a avaliação dos impactos dos projectos**, especificamente na avaliação dos resultados de aprendizagem antes e após a implementação das intervenções pré e pós-curso. Um dos painelistas explicou que as iniciativas anteriores desenvolveram um sistema de monitorização. As competências de alfabetização das crianças foram testadas antes e depois dos cursos de alfabetização. Por exemplo, com o UNICEF, a *Curious Learning* testou os níveis de proficiência de alfabetização de crianças antes e depois da utilização dos aplicativos. Revelou que, com 22 horas de utilização dos aplicativos digitais, as crianças alcançaram uma proficiência em alfabetização equivalente à de dois meses de formação em alfabetização em escolas primárias bem equipadas.

Também se discutiram aspectos relacionados com o **uso da tecnologia digital**. Por exemplo, ficou claro que esses projectos são particularmente úteis em países em situações de conflito e pós-conflito. Normalmente, muitas das crianças nesses territórios são marginalizadas e excluídas do sistema de educação. Os *tablets* e os telemóveis podem ser um meio alternativo viável para satisfazer as suas necessidades de aprendizagem.

Foram expressas algumas preocupações sobre os **possíveis vínculos entre o projecto proposto e os sistemas de educação formal**, de forma que as crianças excluídas da escola possam ser integradas nos sistemas de educação formal após a conclusão da aprendizagem. O governo desempenha um papel importante na garantia de que o conteúdo de aprendizagem seja equivalente à aprendizagem prescrita no currículo nacional.

No final da sessão, foram apresentadas as seguintes recomendações:

Instamos os **Países** a expandir o acesso das crianças a oportunidades de aprendizagem significativas, para a aquisição de competências básicas de alfabetização através da tecnologia digital, especialmente as crianças mais vulneráveis, susceptíveis de serem excluídas da aprendizagem de qualidade, incluindo crianças deslocadas e refugiadas, crianças fora do sistema de ensino, crianças com deficiência, crianças vivendo em ambientes inseguros e em áreas rurais remotas e crianças afectadas por desastres naturais ou provocados pelo homem;

Reconhecendo as oportunidades oferecidas pelas tecnologias do século XXI, apelamos à **UNESCO** que apoie os países na promoção de programas de alfabetização apoiados pela tecnologia digital, através de uma abordagem da aprendizagem holística e humanística, que englobe as dimensões cognitivas, sociais e emocionais, para que os alunos sejam aprendizes autónomos ao longo da vida. A UNESCO também deve ajudar os países a explorar as formas mais eficazes de integrar essa aprendizagem no ensino escolar e fora do ensino escolar através de abordagens de aprendizagem em família. Os projectos de alfabetização devem também estar vinculados a outras áreas, tais como planeamento familiar, educação em saúde sexual e reprodutiva, educação para o desenvolvimento sustentável e cidadania global;

Os participantes aplaudem e apoiam a iniciativa UNESCO-*Curious Learning*, dado que a qualidade da aprendizagem de alfabetização, auxiliada pela tecnologia digital, melhora a relevância dos conteúdos e processos de aprendizagem relativamente ao perfil, contexto, necessidades e aspirações da criança. Os participantes aplaudem o ênfase no uso das línguas africanas e o desenvolvimento de conteúdos e culturas locais, bem como pelo facto de esta iniciativa ser uma solução económica para uma segunda oportunidade de educação dos excluídos;

Encorajamos os **Países** a mobilizar recursos nacionais e externos adequados e a adoptar iniciativas semelhantes, para que as crianças desfavorecidas possam adquirir as competências necessárias, para se tornarem cidadãos de pleno direito e contribuir para o desenvolvimento dos seus países.

⁷⁴ Para mais detalhes por favor consultar o relatório da pesquisa: <https://bit.ly/2w06RDD>.

iii.2.2 Estado de Paz e Segurança em África

Moderadora: Ana Elisa Santana Afonso, Directora do Escritório de Ligação da UNESCO com a União Africana e a Comissão Económica das Nações Unidas para a África e Representante da UNESCO na Etiópia.

Membros do Painel

1. **Michelle Ndiaye**, Directora do Programa *Paz e Segurança em África* do Instituto de Estudos de Paz e Segurança (IPSS)⁷⁵, Universidade de Adis Abeba, Etiópia;
1. **Dr. Yonas Adaye Adeto**, Director do Instituto de Estudos de Paz e Segurança (IPSS) da Universidade de Adis Abeba, Etiópia;
2. **S. Ex.^a Afonso Eduardo Inguila**, Embaixador e Director da Divisão de África, Médio Oriente e Organizações Regionais do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Angola;
3. **Prof. Samuel Kale Ewusi**, Director do Programa Regional de África, Universidade das Nações Unidas para a Paz;
4. **Charles Binam Bikoi**, Secretário Executivo do Centro Internacional de Pesquisa e Documentação sobre Tradições e Línguas Africanas (CERDOTOLA);
5. **Seraphine Kando**, Oficial de Direitos Humanos da Comissão da União Africana;
6. **Ibrahim Ceesay**, Director Executivo e Fundador da Iniciativa dos Artistas Africanos pela Paz.

Introdução

Esta sessão foi dedicada à apresentação do Relatório Anual de 2019 sobre o Estado de Paz e Segurança em África do Instituto de Estudos de Paz e Segurança (IPSS) da Universidade de Adis Abeba (Etiópia).

Afonso Eduardo Inguila destacou o papel que Angola tem vindo a desempenhar na contribuição para a paz em África. Realçou que “*sem paz, não haverá progresso, nem harmonia*”. Afonso Inguila contextualizou esta declaração com o exemplo de Angola durante a guerra, quando houve estagnação do desenvolvimento, ruína das empresas, mortes e destruição de propriedades. Tendo em consideração a história de Angola, que agora usufrui da paz, afirmou que todos os Estados africanos precisam de trabalhar em conjunto e fazer com que África seja um continente unido em conformidade com a Agenda 2063 da UA.

O **Dr. Yonas Adaye Adeto** apresentou o *Relatório Anual sobre Arquitectura de Paz e Segurança Africana (APSA) 2019*, que fornece uma visão geral sobre os conflitos ocorridos no continente em 2018. O relatório afirma que, em qualquer ano específico e em qualquer questão particular, os eventos e os desenvolvimentos em toda a África tendem a evocar impulsos múltiplos e contrastantes. Devido à sua própria acção ou por padrão, o continente tem ciclicamente breves períodos de progresso seguidos de períodos mais longos de grandes desafios que podem ser interpretados como narrativa dominante de África.

De uma maneira ou de outra, a complexidade das questões de paz e segurança que o continente enfrenta regularmente, acabam por definir, não apenas como estas questões são vistas pelos seus próprios cidadãos e por pessoas de fora, mas também, o seu estatuto nas questões mundiais. O APSA tornou-se o principal relatório anual do *Fórum de Alto Nível de Tana sobre Segurança em África*, oferecendo uma análise sinóptica das questões prementes de paz e segurança no continente e como complemento das reuniões formais dos chefes de Estado e dos governos africanos, reunindo-os num ambiente informal e colaborativo.

Não se pretende, e nem se sequer seria possível, documentar todos os desafios de paz e segurança que o continente enfrentou num determinado ano, num único relatório. Pretende-se mais chamar a atenção para aqueles desafios considerados mais pertinentes e transversais, particularmente em termos de estrangulamentos e danos que causaram aos cidadãos africanos e aos Estados. O objectivo final do Relatório APSA é o de revitalizar e fortalecer a apropriação e o compromisso africano na conceptualização e implementação de medidas proactivas e inovadoras em resposta aos desafios impostos pelas situações de paz e segurança no continente (Relatório APSA, 2019).

O **Prof. Samuel Kale Ewusi** realçou que a educação para a paz pode ser uma das soluções para a paz duradoura.

Charles Binam Bikoi debruçou-se sobre a epistemologia e a gramática africana na cultura de paz. Alguns dos pontos-chave discutidos abordaram as línguas utilizadas para promover a paz em África. “*Quando usamos uma língua*

⁷⁵ N. da T.: *Institute for Peace and Security Studies (IPSS)*



Dia Internacional da Paz, Juba, Sul do Sudão, Setembro de 2011.

estrangeira falamos com a mente, quando usamos a língua materna, falamos com o coração”, afirmou.

Ibrahim Ceesay salientou que a juventude está a preencher as lacunas que os líderes criaram. A juventude africana é resistente e está bastante empenhada a contribuir para o desenvolvimento sustentável no continente. Realçou também que apesar de todas as dificuldades enfrentadas eles demonstraram-se à medida de alcançaram feitos impressionantes.

Seraphine Kando reiterou que não podemos falar de paz sem a promoção dos direitos humanos. Os nossos quadros legais precisam de proteger todas as pessoas e vários grupos da nossa sociedade.

Sessão plenária

Os intercâmbios com a audiência resultaram nas seguintes conclusões:

Salientou-se que a segurança humana, contrariamente a definição da segurança convencional e mais centrada no Estado, é fundamental para enfrentar os desafios emergentes, como o sofrimento e a angústia das pessoas, ameaças não convencionais (por exemplo, doenças transmissíveis), a migração e as alterações climáticas. O impacto de novas e diversas formas de conflito também foi discutido, como por exemplo, conflitos prolongados, como os vividos na África Central, na RDC, no Sudão do Sul e no Darfur, conflitos comuns e comunitários, terrorismo e extremismo violento.

Estas questões foram consideradas mais prementes nas regiões do Sahel, na África Central e no Corno de África, especialmente na Somália devido à presença persistente do Al-Shabaab, que afectou os países vizinhos e a bacia do Lago Chade, devido à actividade dos grupos insurgentes. Apesar disso, em 2018 houve menos disputas eleitorais em relação aos anos anteriores. A IPSS ressaltou que *“não estamos realmente seguros em África. Não temos os meios e as ferramentas necessários para lidar proactivamente com os conflitos e não estamos a dar respostas adequadas aos desafios”*.

Durante o debate, foi argumentado que a situação africana reflecte as tendências globais. Como tal, a paz e a segurança são questões globais, que só podem ser alcançadas através de soluções globais. No entanto, alguns par-

ticipantes levantaram dúvidas sobre a disposição dos africanos em acreditar em si mesmos e o desejo de trabalhar em conjunto para lidar com os conflitos do continente. Como resultado, e apesar de o continente despender muito dos seus recursos no combate dos conflitos, os participantes descreveram de que forma os esforços são muitas vezes frustrantes: uma vez resolvido um conflito, outro acabou de surgir. Para além disso, os conflitos resolvidos têm uma elevada probabilidade de recaída, estimando-se que seja à volta dos 40%.

Uma das razões é o facto da implementação de projectos das Comunidades Regionais e da UA nas áreas de conflito ser inadequada para lidar com a natureza multidimensional dos problemas. Por exemplo, a pobreza e o desemprego foram identificados como alguns dos problemas subjacentes. Assim, a assinatura de um acordo continental de livre comércio foi vista como um passo positivo, mas para muitos não ficou claro de que forma os países participantes promoverão o comércio ao mesmo tempo que continuam a lutar. Em vez disso, os participantes identificaram a prevenção, os mecanismos de alerta prévio, os esforços conjuntos na gestão de conflitos e a valorização da dimensão de género na resolução dos conflitos, como fundamentais para a construção da paz.

No final da sessão, foram apresentadas as seguintes recomendações:

Considerando que a paz e a segurança são problemas globais que exigem soluções globais, por um lado e que os conflitos têm múltiplas causas, solicitamos às **Nações** e às **Entidades Internacionais** que priorizem o tratamento multidimensional dos conflitos em África, tendo em consideração também, a questão da criação de riqueza e o desenvolvimento socioeconómico dos países;

Considerando que o desemprego e o subemprego dos jovens podem ser uma fonte de conflito, convocamos os **Governos**, com o apoio da **UNESCO**, a fortalecer a educação e a formação para a empregabilidade dos jovens e a dar prioridade à educação para a paz, nomeadamente com foco na capacitação das mulheres, no ensino superior e na formação de professores;

Solicitamos que as questões sobre os direitos humanos sejam integradas num programa inclusivo de paz em África no quadro da **União Africana**, trabalhando também com diferentes instituições;

Recomendamos que, a pesquisa e a reflexão sobre a epistemologia e a gramática africana sobre a cultura de paz no âmbito da Aspiração 5 da Agenda 2063, seja fortalecida em conformidade com a Carta da Renascença Cultural de África;

Propomos que o Relatório Anual de 2019 sobre o Estado de Paz e Segurança em África do Instituto para Estudos de Paz e Segurança (IPSS) da Universidade de Adis Abeba (Etiópia) faça parte das futuras edições da “*Bienal de Luanda - Fórum Pan-Africano para a Cultura de Paz*”, para demonstrar as tendências do estado de paz em África;

Solicitamos à **UNESCO** a celebração, em 2022, do centenário do nascimento do Presidente Agostinho Neto que, através do seu trabalho artístico, promoveu a libertação do seu país e a unidade do povo angolano.



iii.2.3 Financiamento sustentável das Reservas da Biosfera em África – AfriBioFund

Moderador: Khaled Salah, Director do Escritório Regional Multissetorial para a África Central em Iaundé, Camarões

Membros do Painel

1. **Noeline Raondry Rakotoarisoa**, Chefe de Secção da Rede do MAB: Reservas da Biosfera e Capacitação, Chefe da Região da África do Secretariado do Programa Homem e a Biosfera, UNESCO;
2. **Ousmane Doré**, Director-Geral para a África Central do Banco de Desenvolvimento Africano;
3. **Prof. Adepoju Adeshola**, Director-Executivo do Instituto de Pesquisa Florestal da Nigéria (FRIN), Presidente da Rede de Reservas da Biosfera em África (AfriMAB).

Introdução

O moderador **Salah Khaled** apresentou a sessão, afirmando que o tema do painel é uma das prioridades centrais da UNESCO, dado que as reservas da biosfera são uma contribuição essencial para a implementação dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). De facto, combinam estreitamente, as necessidades de conservação da biodiversidade com o desenvolvimento socioeconómico das comunidades locais. As reservas da biosfera são locais únicos para a compreensão e gestão das mudanças e interações entre os sistemas sociais e ecológicos, incluindo a gestão da prevenção de conflitos e a gestão das alterações climáticas. São lugares que fornecem soluções locais para desafios globais. Assim, o financiamento sustentável das reservas da biosfera é uma questão crucial que requer mobilização a todos os níveis.

Apresentações e debates principais

A sessão reuniu 20 participantes de 12 países, com o objectivo de sensibilizar para a iniciativa AFriBioFund e proporcionar uma compreensão comum das

questões e desafios relacionados com a gestão sustentável das reservas da biosfera em África. Para além disso, a sessão proporcionou a oportunidade de partilha de experiências sobre a cooperação entre a UNESCO e o BDA sobre o financiamento sustentável das reservas da biosfera.

A sessão salientou o facto de que existem actualmente 701 Reservas da Biosfera (RB) em 124 países, incluindo 21 locais transfronteiriços. A África abriga 79 RB em 29 países, incluindo 3 países transfronteiriços, abrangendo uma área total de 83 milhões de hectares e albergando 21 milhões de pessoas. Mais de 50% das RB africanas localizam-se em países menos desenvolvidos (17 de 29 países e 38 de 68 locais). Essas RB enfrentam grandes obstáculos na sua gestão devido à falta de financiamento estratégico duradouro para a construção de capacidades humanas, técnicas e institucionais.

Raondry Rakotoarisoa apresentou a iniciativa AfriBioFund destacando a sua abordagem inovadora e a sua contribuição ao fortalecimento da Rede Africana de Reservas da Biosfera e na implemen-

tação dos ODS em África. As Reservas da Biosfera (RB) são “*locais de aprendizagem para o desenvolvimento sustentável*” ao nível local, nacional, regional e global. São locais de testagem de abordagens interdisciplinares para uma melhor compreensão e gestão das mudanças e das interações entre os sistemas sociais e ecológicos, incluindo a gestão da prevenção de conflitos e a gestão da biodiversidade e das alterações climáticas. A UNESCO tem vindo a trabalhar com o Banco de Desenvolvimento Africano (BDA) no desenvolvimento de uma parceria estratégica a favor do Fundo AFRIBIO. Este fundo será uma grande contribuição no apoio aos Estados-membros africanos na implementação dos ODS da Agenda 2030, em particular o ODS 15 (*Ecossistemas Terrestres e Biodiversidade*) e o ODS 13 (*Combater as Alterações Climáticas*). De facto, a disponibilidade de financiamento sustentável melhorará o desempenho das Reservas de Biosferas individuais e da rede regional em África. O Fundo é uma iniciativa fortemente apoiada pelos Estados-membros através do Projecto da

Reserva da Biosfera do Delta do Saloum, a cerca de 150 km a sudeste de Dacar, Senegal.





Partilhada por quatro países do Centro-Norte de África, o Chade, o Níger, a Nigéria e os Camarões, a bacia do Lago Chade tem vindo a enfrentar desafios cada vez maiores em termos de clima e degradação ambiental. O projecto BIOPALT, implementado pela UNESCO e pela Comissão da Bacia do Lago Chade, aborda os factores ambientais que contribuem para a crise, bem como os conflitos e as ameaças terroristas que afectam a região.

Resolução 2 da 39ª Conferência Geral da UNESCO em 2017⁷⁶.

O **Prof. Adepoju Adeshola** falou sobre a Rede Africana de Reservas da Biosfera: a manifestação do forte compromisso dos Estados em garantir a reconciliação entre a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos recursos naturais para o desenvolvimento sustentável das comunidades.

Ousmane Doré referiu-se ao Banco de Desenvolvimento Africano como um parceiro-chave para o financiamento sustentável das reservas da biosfera.

Sessão plenária

As interações com o público focaram-se especialmente nos procedimentos operacionais do AfriBioFund. Neste contexto, foi especificado que o Fundo não só apoiará os países africanos na criação de novas reservas da biosfera, mas também apoiará as reservas da biosfera existentes de forma multifacetada, nomeadamente em questões de conservação, pesquisa, formação, monitorização ecológica e desenvolvimento socioeconómico sustentável das comunidades locais.

Foi sugerido que o AfriBioFund pudesse aproveitar das lições e experiências de iniciativas semelhantes anteriores como o Fundo do Património Mundial Africano ou o Fundo Florestal da Bacia do Congo. As ligações e sinergias com outros fundos, como por exemplo o Fundo para o Clima, devem também ser exploradas. Neste contexto, foi especificado que a singularidade do AfriBioFund se baseia, em particular no facto de ser o primeiro Fundo, a combinar simultaneamente a conservação com o desenvolvimento.

Por último, dada a extensão da degradação do ecossistema, foi recomendado que o AfriBioFund seja operacionalmente flexível e possa financiar acções de impacto rápido, com enfoque nas actividades de geração de rendimentos da economia verde. Também foi salientado

que o fundo deve financiar actividades de pesquisa que fazem parte da função logística da RB.

No final da sessão, foram apresentadas as seguintes recomendações:

Apelamos à **UNESCO, ao BDA e aos Países** que para a criação do AfriBioFund se baseiem nas experiências e nas lições aprendidas de iniciativas como o Fundo Florestal da Bacia do Congo e o Fundo do Património Mundial Africano e a criação de vínculos e sinergias com outros fundos, como por exemplo, o Fundo para o Clima; Apelamos ao **BDA** que garanta que o AfriBioFund seja operacionalmente flexível e possa financiar acções de impacto rápido, com foco em actividades baseadas na economia verde e que beneficiem as comunidades locais.

⁷⁶ O projecto da resolução recomenda “a criação de um fundo fiduciário para o financiamento sustentável da Rede Africana de Reservas da Biosfera (AfriBioFund) sob a orientação do Secretariado da UNESCO com instrumentos e estruturas adequadas que atraiam e inspirem a confiança dos potenciais contribuintes e beneficiários”.

UNESCO. “Resolução 15 aprovada pela Conferência Geral na sua 39ª sessão, 39 C/Resolução 15”. Disponível em:

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000260889>

iii.2.4 Introdução

Vulnerabilidade Costeira na África Central

Capacitação Institucional em Ciências Oceânicas e Vulnerabilidade Costeira na África Central

Esta sessão foi organizada em conjunto pelo Governo de Angola e pelo Secretariado da Comissão Oceanográfica Intergovernamental da UNESCO (COI-UNESCO) com o apoio do sector Prioridade África e Relações Externas da UNESCO. A sessão teve como objectivo o fortalecimento da apropriação de uma iniciativa em desenvolvimento entre os países da África Central (Angola, Camarões, Congo, República Democrática do Congo, Gabão e Guiné Equatorial) e o Secretariado da Comissão Oceanográfica Intergovernamental da UNESCO.

A sessão, composta por dois painéis de discussão, foi aberta em conjunto por:

1. **Francisca Delgado**, Ponto Focal da Comissão Oceanográfica Intergovernamental de Angola (COI);
2. **S. Ex.^a José Diekumpuna Sita N'Sadisi**, Embaixador e Delegado Permanente de Angola para a UNESCO, e presidente do Subgrupo para a África Central da UNESCO;
3. **S. Ex.^a Maria Antonieta J.S. Baptista**, Ministra das Pescas e do Mar da República de Angola.

Combater a vulnerabilidade costeira tornou-se uma prioridade para a UNESCO e para os países africanos num contexto de alterações climáticas com vista a minimizar o impacto ambiental, económico e social.

Comentários de boas-vindas

O Ponto Focal angolano da COI/UNESCO no Ministério da Pesca e do Mar angolano, **Francisca Delgado**, deu as boas vindas aos participantes. De seguida, o Embaixador **Sita** dirigiu-se à sessão elogiando o grande esforço do Subgrupo da África Central no desenvolvimento desta iniciativa, através de uma abordagem inclusiva e consultiva, fomentando a liderança das instituições nacionais e sub-regionais adequadas na definição de prioridades.

A **Ministra Maria Baptista** tomou a palavra, enfatizando a necessidade de uma acção conjunta no estabelecimento de uma verdadeira cultura de paz e de desenvolvimento sustentável, ambas no cerne do mandato da UNESCO. Salientou que *“os países devem agir num espírito de responsabilidade partilhado pela manutenção de uma cultura de paz global. A UNESCO desempenha um papel único na promoção da educação e no desenvolvimento de uma cultura científica e de uma Cultura de Paz no combate às alterações climáticas e à poluição dos oceanos.”* Sublinhou ainda, a importância da formação dos jovens, cujo papel será essencial na promoção de uma cultura de paz.



1.1. Acções para minimizar o impacto negativo das alterações climáticas na economia azul

Durante esta sessão, **Pier Paolo Balladelli**, Coordenador Residente do Sistema das Nações Unidas em Angola, centrou a sua apresentação sobre os importantes resultados que advieram da consciencialização global sobre as alterações climáticas: a duplicação, no espaço de dez anos, da área de superfície das zonas marinhas protegidas, as melhorias legais e judiciais contra a pesca ilegal e o fim do declínio dos recursos piscícolas.

Contudo, ainda é necessário superar desafios importantes da vulnerabilidade costeira. Chamou a atenção ainda, para a urbanização costeira descontrolada na frágil zona costeira, para a acidificação do oceano com um impacto dramático na vida marinha e humana e para as inundações devido à progressão das chuvas e dos eventos climatológicos extremos.

2.1 O papel da Comissão Oceanográfica Intergovernamental da UNESCO (COI/UNESCO) na promoção das ciências oceânicas e a sua contribuição para a Década dos Mares e Oceanos Africanos

O Secretário Executivo da COI, **Vladimir Ryabinin**, durante a sua saudação por video, apresentou as suas desculpas por não poder estar fisicamente presente. A sua intervenção debruçou-se sobre o trabalho realizado no âmbito da Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, com data prevista de implementação a partir de Janeiro de 2021. Mandatada pela Assembleia Geral da ONU, a COI/UNESCO é responsável pela coordenação da fase preparatória da década, em estreita consulta com os Estados-membros, agências das Nações Unidas, bem como com os parceiros institucionais e as organizações não-governamentais e todas as partes interessadas relevantes. Em relação à Iniciativa de Vulnerabilidade Costeira, afirmou que esta *“contribuirá para a gestão da zona costeira e da área marinha, para a promoção da economia azul, para a capacitação em ciências oceânicas e para o combate à erosão costeira na África Central”*.

3.1 Iniciativa para o fortalecimento das ciências oceânicas e para o combate da vulnerabilidade costeira na África Central.

Justin Ahanhanzo, ponto Focal e Coordenador da Iniciativa, apresentou uma breve visão geral da geografia peculiar do continente africano, limitado pelo Oceano Atlântico, pelo Oceano Índico, pelo Mediterrâneo e pelo Mar Vermelho. Os mares e os oceanos que fazem fronteira com África oferecem recursos naturais incomparáveis, incluindo a pesca, gás, hidrocarbonetos costeiros e *offshore*, fontes excepcionais de energia marinha renovável, rotas marítimas e portos para transporte e comércio internacional e regional. A este respeito, mencionou o discurso do Presidente Mandela na Conferência da Cidade do Cabo em 1998, para recordar o paradoxo da abundância relativamente ao continente africano.

Referindo-se à iniciativa de capacitação institucional em ciências oceânicas e ao combate à vulnerabilidade costeira na África Central, salientou a necessidade da elaboração de um inventário das capacidades institucionais e dos recursos humanos dos países em causa. Afirmou que, para alcançar resultados a longo prazo, *“os especialistas desses países devem desempenhar um papel principal e é imperativo que invistam massivamente nas infra-estruturas de pesquisa científica básicas, tecnológicas oceânicas e nas inovações.”*

A vulnerabilidade costeira é um círculo vicioso que gera uma cadeia de vulnerabilidades, incluindo: vulnerabilidade de bens e propriedades costeiras, ecológica, económica, social e societária, e de perda de vidas assim como vulnerabilidade criada devido à migração de populações.

Por último, Justin Ahanhanzo mencionou as várias iniciativas africanas adoptadas pelas Cimeiras de Chefes de Estado da União Africana, incluindo a Estratégia Marítima Integrada da África 2050, a Década dos Mares e Oceanos Africanos, a Carta de Lomé e outras iniciativas, como parte da visão da União Africana 2063.



A juventude africana está cada vez mais envolvida com as questões de alterações climáticas - Jovens manifestando para uma melhor gestão climática na África do Sul.

3.2. Situação das Estações de Pesquisa Oceanográfica em Angola

A **Dra. Filomena Vaz Velho**, Ponto Focal da COI no Ministério das Pescas e do Mar em Angola, fez uma apresentação sobre o estado dos sistemas de observação e monitorização do ambiente marinho e costeiro em Angola. Os programas de monitorização estabelecidos baseiam-se numa série temporal, que permite ao ministério conhecer a variabilidade temporal e sazonal dos ecossistemas marinhos e costeiros angolanos. A medição da condutividade, temperatura e profundidade abrangem o período entre 1997 e 2019. Explicou ainda, que estão a ser realizados estudos para o conhecimento da circulação e da variabilidade da corrente no Atlântico tropical. Os parâmetros físico-químicos, nomeadamente a salinidade, o nível de nutrientes e minerais, o nível de oxigénio dissolvido, também são considerados, o que per-

mite determinar as zonas de mínimo de oxigénio, bem como o fenómeno da acidificação. A Iniciativa de Vulnerabilidade Costeira na África Central abre novas perspectivas de expansão e aprofundamento da investigação a nível sub-regional.

3.3. Monitorização Ambiental das Áreas Operacionais Petrolíferas em Angola

O **Dr. Manuel Xavier** apresentou um conjunto de protocolos complexos e completos, que cumprem os padrões internacionais que regem a monitorização ambiental das áreas de operações petrolíferas. Estes padrões legais internacionais são cada vez mais vinculativos para garantir a protecção e segurança das operações, bem como a integridade dos ecossistemas associados às áreas exploradas. Dado ao facto de se tratar de informação classificada, não foi possível entregar o ficheiro aos organizadores.



No final da sessão, foram apresentadas as seguintes recomendações:

Solicitamos o apoio da **União Africana** para o desenvolvimento de um programa continental e pan-africano sobre a vulnerabilidade costeira em África, no contexto da Agenda 2063 e em particular da “Estratégia Marítima Integrada da União Africana até 2050”, da “Década da União Africana para os Mares e Oceanos Africanos (2015-2025)” e da “Carta Africana de Protecção e Segurança Marítima e Desenvolvimento em África”;

Solicitamos o apoio de outras entidades regionais, do **sistema das Nações Unidas** e de outros **parceiros multilaterais de desenvolvimento** e dos **Governos dos Países Interessados da África Central** para o desenvolvimento e implementação do programa-quadro sub-regional.

Considerando que a complexidade da zona de confluência representada pelo litoral e tendo em conta o mandato intersectorial e multidisciplinar da UNESCO, convidamos a **UNESCO**, incluindo a **Comissão Oceanográfica Intergovernamental** a apoiar a definição, formulação, desenvolvimento e implementação da iniciativa sub-regional de forma intersectorial. Para cumprir com estas recomendações, solicitamos a criação de uma Equipa de Trabalho para supervisionar os processos.

iii.2.5 Reflexões sobre as políticas actuais de integração da população de ascendência africana e dos migrantes contemporâneos

Moderador: Luis Kandjimbo, Director-Geral do Instituto Superior Politécnico Metropolitano de Angola

Co-moderador: Dimitri Sanga, Director do Escritório Regional Multi-sectorial da UNESCO para a África Ocidental e o Sahel

Membros do Painel

1. **Edizon Federico Leon Castro**, Professor e Investigador sobre a Diáspora Africana, Equador;
2. **Susana Matute**, Directora de Políticas Públicas Afro-Africanas, Ministério da Cultura, Peru;
3. **Prof. Abdi Kusow**, Departamento de Sociologia, Universidade do Estado de Iowa, Estados Unidos da América;
4. **Cornélio Caley**, Conselheiro do Ministério da Cultura, Angola

Demograficamente, a diáspora representa uma parte significativa da África Global. No geral, a diáspora é mais educada e qualificada do que a sua contraparte continental. Além disso, tem contribuído significativamente para o desenvolvimento dos países de destino. Esta sessão foi concebida para aprofundar a discussão sobre o tema de como abordar a relação entre a diáspora e o continente africano, procurando assim reduzir o espaço entre teoria e prática no que se refere aos laços que ligam o conceito de África Global e o se encontra na realidade mundial.

É necessário distinguir entre a diáspora clássica, de longa data, e a contemporânea. A relação da diáspora contemporânea com o continente baseia-se fundamentalmente no seu poder económico, representado em parte, pelo volume financeiro que as remessas desempenham. A União Africana deve explorar formas eficazes de melhor utilização dessas remessas, entre outros atributos não financeiros da contribuição da diáspora para o desenvolvimento do continente.

No que diz respeito à diáspora clássica (de longa data), existe a necessidade da implementação de um sistema em que hajam incentivos para lhes proporcionar uma melhor compreensão do continente, para uma possível contribuição, com as aptidões e competências úteis para o desenvolvimento de África. Contudo, ao fazê-lo, há que ter em conta a possibilidade de aumentar as desigualdades entre a diáspora que regressa e a população local, uma vez que é provável que isso se traduza numa maior polarização da sociedade.

A diáspora desempenhou no passado, um papel significativo na formação intelectual do Pan-Africanismo e ajudou a moldar os movimentos de libertação que levaram à autodeterminação e à independência de vários países africanos. Nesta medida, a União Africana e os seus Estados-membros devem, por conseguinte, esforçar-se para alcançar essa diáspora através do estabelecimento de mecanismos relevantes com vista a revigorar estes laços com o continente, e de preferência delineando-os a nível político.

Embora seja legítimo esperar que a diáspora contribua para o desenvolvimento do continente, deve ser tido em consideração que esta é uma relação de dois sentidos, uma vez que a própria África precisa de contribuir para manter e explorar mais aprofundadamente esta ligação entre a diáspora e o continente.

O **Dr. Abdi Kusow** reiterou a forte presença da diáspora africana nas Américas. O Brasil ocupa um lugar de destaque, onde 35 a 40% da população do país são descendentes africanos. Nos Estados Unidos os afrodescendentes representam cerca de 25% da população total. Esta diáspora histórica influenciou substancialmente as sociedades do Novo Mundo, moldando as arenas políticas, económicas, sociais e culturais. Portanto, a questão é saber

Escolas em Livingston, no leste da Guatemala. A cidade foi em tempos o maior porto da Guatemala no Mar das Caraíbas. Hoje é povoada principalmente por latinos, maias, afro-caribenhos e garifunas, descendentes dos povos da África Ocidental, África Central, ilhas das Caraíbas e arahuacos.



© Arian Zweegers

até que ponto, as populações desses países se consideram como diáspora africana? Até que ponto os países (como por exemplo, o Brasil) que embora não sejam africanos, mas que detêm uma influência africana considerável no seu estado e na sua construção social, têm em consideração o entrelaçamento histórico, étnico e cultural com a África? Estas questões exigem que o conceito de diáspora africana, a chamada 6ª região de África segundo a União Africana, seja definido de uma forma mais clara.

A diáspora africana também tem dado a sua contribuição no Ocidente e no resto do mundo, no que diz respeito à evolução social e política, inclusive na ajuda na formulação dos ideais dos direitos humanos, emancipação e liberdade.

Em contrapartida, a diáspora dentro e fora do continente desempenha um papel significativo no desenvolvimento e nas aspirações do continente africano. Como já dito, a diáspora clássica ou histórica teve uma influência fundamental no movimento pan-africano; também desempenhou um papel significativo na luta pela independência e nos processos de libertação. Além disso, a diáspora é portadora de capital, experiência e *know-how*, juntamente com outros elementos essenciais para o desenvolvimento da sua origem ancestral. As remessas são um exemplo importante desta forma de contribuição. Contudo, as futuras gerações de africanos continuam à espera para ver os efeitos e os resultados concretos desta tendência.

Edizon Federico Leon Castro partilhou a sua experiência do Equador. Ele explicou que ao pisar o continente africano pela primeira vez, a seu ver a questão dos novos desafios teóricos ao considerar a diáspora como a 6ª região da África é outra vez reiterada.

Edizon Castro afirmou que é importante, quando se considera a experiência dos países da América Latina, determinar o significado da diáspora na existência de povos de ascendência africana. Afirmou ainda que a existência dos afrodescendentes nesses países foi sustentada graças ao facto de serem assumidos como filhos da diáspora africana, iniciada pelo sequestro inicial de seres humanos no contexto da escravatura e que resultou na fragmentação, dispersão e desarticulação de múltiplas identidades locais.

No debate sobre a questão da reparação pela escravatura, reiterou que existem inúmeras formas de reparação, que incluem os processos de auto-reparação. A este respeito, não é suficiente limitar-nos à propagação da paz, que muitas vezes é usada como uma afirmação sem conteúdo, mas sim procurar processos de solidificação de identidades como membros da diáspora.

A partir dos movimentos *Negritude* e *Pan-Africanismo* que surgiram na América, os povos afro-americanos apelam às suas raízes e ao seu projecto em África, uma pertença que dá lugar a um sentimento ancestral que molda as suas próprias identidades. Doravante, a construção destas variadas identidades africanas deve assumir-se no intrincado tecido cultural e existencial, que deve incluir a memória oral.

Sublinhe-se que a África tem uma posição geopolítica primordial no mundo, onde a hegemonia é ferozmente contestada. Como é que a diáspora se encaixa no tabuleiro de xadrez geopolítico? Daí a necessidade de compreender a diáspora como uma entidade política, que por si só, é um conjunto de identidades que constituem um processo de institucionalização da 6ª região de África. O diálogo intercultural tem de prevalecer como canal de intercâmbio entre a diáspora e o continente africano.

Cornélio Caley salientou que as actuais tendências migratórias, em particular dos africanos subsaarianos para a Europa, são na sua maioria atribuídas à chamada “mão-de-obra não qualificada”. Estas migrações clandestinas para o sul da Europa, que continuam apesar da perigosa viagem transmediterrânea, são alimentadas em parte por razões políticas ou até por epidemias, como por exemplo, o vírus Ébola, que estão a devastar o continente.

Estas reflexões nem sempre estão disponíveis de forma acessível a todas as instituições e partes interessadas dos Estados membros da UA. Contudo, as reflexões sobre a busca da paz entre os africanos remontam aos tempos de luta contra os sistemas coloniais, ou seja, assentam sobre o grande movimento pan-africano. Os africanos evoluem nas ideias de solidariedade, fraternidade e desenvolvem-se em momentos de luta armada pela libertação nacional, culminando com a independência. Nesse contexto específico, foi o abraço histó-

rico e solidário entre os africanos que conduziu à eventual liberdade e independência nacional em massa no continente, embora com o passar do tempo, o abraço solidário tenha diminuído.

A proclamação da Organização da Unidade Africana em 1963 pode ser interpretada como um acto político para encontrar a paz entre os africanos. Seguiram-se tempos turbulentos em que os cidadãos de um país tiveram de procurar a paz no país vizinho, devido aos conflitos étnico-políticos que surgiram em quase todo o continente africano. Foram feitas muitas tentativas e resoluções para promover a paz entre os países vizinhos. Para isso acontecer, tudo dependia essencialmente da herança colonial dos estados herdados e independentes. Esta situação ainda prevalece, embora, e felizmente, em menor escala.

Hoje, existe um movimento de elites, não só em direcção à Europa (sob a forma de fuga de capitais e o fenómeno da fuga de cérebros), mas também em direcção aos países africanos mais estáveis, por exemplo, a África do Sul. Por essa razão, o movimento xenófobo surgiu e precisa de ser seriamente analisado e contrariado. Precisamos de ter um esforço concertado, mutuamente benéfico e sustentável para combinar migração com desenvolvimento, estabelecer redes transnacionais de criadores e artistas e cidades como paraísos culturais. Tudo isto pode transformar a migração num factor positivo e sustentável.

Desde a sua independência, Angola tem feito e continua a fazer a sua parte na integração dos povos de origem africana. No entanto, é necessário introduzir políticas a nível da UA para reverter a fuga de cérebros do continente e estimular encontros interculturais como a Bienal de Luanda. Este tipo de fóruns irá encorajar e fortalecer ainda mais o intercâmbio com as diáspora, especialmente entre os jovens.

Susana Matute afirmou que quando se trata da diáspora histórica africana no Peru e, por extensão, em toda a América Latina, a questão em causa é como conciliar a identidade afro com a identidade nacional. Até que ponto existe um atrito entre essas identidades, especialmente quando se tem em consideração a mistura de etnias, culturas e histórias, predominantes na América Latina? Comparativamente, o exemplo da identidade nacional angolana que está

estabelecido naturalmente em África, pelo que não há necessidade de reconquistar a sua identidade como diáspora. Independentemente disso, afirmou que os elementos fundamentais partilhados são as experiências comuns. Como membro da diáspora africana no Peru, Susana Matute salientou que esta foi a sua primeira experiência em África, reiterando ainda a necessidade de revigorar os vínculos entre as Américas e o continente africano.

Explicou também que como Directora de Políticas Públicas Afro-Africanas, o seu trabalho centra-se na implementação de políticas públicas a favor da população afro-peruana no âmbito da Década Internacional de Afrodescendentes. E que a 14 de Julho de 2016, o Estado peruano, através do Decreto Supremo 003, aprovou o Plano Nacional de Desenvolvimento da População Afro-Peruana (PLANDEPA), tornando-se assim a primeira política pública destinada a garantir a atenção e a protecção dos direitos da população afrodescendente no Peru. O PLANDEPA consiste em quatro objectivos estratégicos:

(i) Visibilidade estatística; (ii) Garantir o direito à igualdade e à não discriminação; (iii) Promoção do desenvolvimento social, político, económico, produtivo e cultural com identidade e igualdade de oportunidades; e (iv) Promoção da cidadania, da sua participação e contribuição para a tomada de decisões.

A Direcção de Políticas para a População Afro-Peruana é responsável pela concepção e implementação do PLANDEPA e desenvolveu uma estratégia de intervenção que inclui duas dimensões: sectorial e territorial.

Sessão Plenária

As discussões em plenária realçaram as questões de violência estrutural infligidas à diáspora africana assim como de que modo a escravatura moldou as sociedades nas Américas e a importância de restabelecer laços entre a diáspora e o continente africano.

Os membros do painel reiteraram a necessidade de fazer a distinção entre diáspora histórica e diáspora contemporânea. Também quiseram esclarecer as definições, dada a multiplicidade e complexidade dessas identidades, nascidas do processo da diáspora. Salientaram que essa foi uma das lutas, baseada numa história de violência física, psico-

lógica e intelectual. Os processos de independência da libertação em África são lembranças fortes do passado colonial.

Um membro da audiência salientou que, no quadro do diálogo intercultural, os fundamentos não devem ser negligenciados. Mais especificamente, quis destacar as actuais relações de poder assimétricas ou emergentes entre as diásporas e os africanos. Estas relações de poder assimétricas podem manifestar-se de ambos os lados por uma miríade de razões. A questão é saber onde é que estas discussões pertinentes à diáspora e à África Global estão a ter lugar. Dentro ou fora de África?

Embora haja a necessidade de dar à diáspora uma oportunidade de visitar e descobrir África, por si própria, é preciso lembrar que este é um processo árduo. Foram também levantadas questões sobre as dificuldades da mobilidade global, apesar dos avanços da globalização. Para além disso, o actual contexto político presente em partes do Norte e Sul global, de populismo, nacionalismo e xenofobia, dificulta o potencial do retorno à África. Além disso, as disparidades entre a diáspora e as comunidades locais em África também incorrem na dimensão da desigualdade e distribuição de riqueza. O regresso das diásporas ricas à realidade da pobreza e do subdesenvolvimento que se verifica em todo o continente é uma causa para uma maior polarização.

A questão da diáspora histórica europeia, presente em África, que anseia por voltar a restabelecer a ligação com os seus antepassados, à semelhança da forma como os descendentes afro de todo o mundo anseiam por restabelecer a ligação com o continente africano, também deverá ser tida em consideração. O mundo de hoje é uma encruzilhada de civilizações e, como tal, a inclusão da cultura europeia em África (a diáspora europeia) na história global de África, também é uma necessidade. Portanto, o conceito de diáspora precisa de ser visto de uma forma fraterna e solidária, independentemente da origem, forma ou constituição desta diáspora.

Um jovem estudante da plateia salientou que existe um remanescente da memória colonial em forma de língua. A língua é um código, e hoje, grande parte da África ainda fala o código do colonialismo.

Foram levantadas questões sobre o desenvolvimento e o papel desempenha-

do pelas remessas, o capital da diáspora e até mesmo as reparações para as futuras gerações africanas. Em especial, é necessário que haja previsão no que se refere à questão das reparações à escala geracional; quais seriam os resultados e as necessidades da primeira, segunda e terceira gerações de africanos e afrodescendentes?

Conferências como esta, organizadas pela UNESCO, a União Africana e o Governo de Angola neste Fórum Pan-Africano para a Cultura de Paz, são oportunidades para ultrapassar o fosso entre as diásporas e o continente africano, a nível internacional e intra-regional. Este espaço de diálogo intercultural permite analisar as facetas complexas e entrelaçadas da partilha de experiências e a solidificação destes laços de uma forma institucional.

No final da sessão, foram apresentadas as seguintes recomendações:

Recordando que a diáspora tem vindo a desempenhar um papel importante na formulação intelectual do Pan-Africanismo e no fomento de movimentos de libertação conducentes à autodeterminação e independência em vários países africanos, convidamos a **União Africana e os seus Estados-membros** a estabelecerem canais de comunicação relevantes com a diáspora, a fim de revitalizar os seus laços com o continente.



As relações de poder assimétricas podem ser estabelecidas através dos africanos e das diásporas - Comunidade da diáspora africana em Nova Iorque, numa acção de sensibilização sobre a seca e a fome em África.

iii.2.6
O Processo de Baku: Promover o diálogo intercultural para a segurança humana, a paz e o desenvolvimento sustentável - Lições e perspectivas

Moderador: Vasif Eyvazzade, Secretário do Grupo de Trabalho Internacional, “Processo de Baku”, Vice-Chefe da Administração, Chefe de Departamento do Ministério da Cultura da República do Azerbaijão.

Membros do Painel

1. **S. Ex.^a Anar Karimov**, Embaixador e Delegado Permanente do Azerbaijão junto da UNESCO;
2. **Prof. Mike Hardy**, Director Executivo, Centro para a Confiança, Paz e Relações Sociais, Universidade de Coventry, Assessor do Governo do Azerbaijão (por vídeo);
3. **Hugue Charnie Ngandeu Ngatta**, Especialista de Programa para Ciências Sociais e Humanas, Escritório Regional para a África Ocidental, UNESCO Abuja.

Introdução

A sessão centrou-se no Processo de Baku, uma plataforma estabelecida para criar um espaço positivo para uma troca aberta e respeitosa de opiniões entre indivíduos e grupos, com diferentes origens étnicas, culturais, religiosas e linguísticas, vivendo em diferentes continentes e com base na compreensão e respeito mútuos. O enfoque das discussões foram em torno do envolvimento do Governo do Azerbaijão na promoção do diálogo intercultural, bem como em possíveis oportunidades de cooperação com África, inclusive através do Processo de Baku, para o avanço do diálogo intercultural em prol da segurança humana, da paz e do desenvolvimento sustentável.

O encontro iniciou-se com a descrição do Processo de Baku, destacando o contexto histórico do envolvimento do Governo do Azerbaijão e a sua contribuição para o Processo. Seguiu-se um pequeno vídeo⁷⁷ sobre o Processo de Baku, relacionado com o avanço do diálogo intercultural para a segurança humana, a paz e o desenvolvimento sustentável. Posteriormente, foi apresentada uma visão geral, analisando as relações entre o Processo de Baku e a Bienal, com foco especial nos países africanos. A ameaça global da coexistência entre as diversas culturas foi um dos elementos-chave salientados nesta sessão.

⁷⁷ Vídeo disponível em: <https://youtu.be/QvKNOHqZMio>.

Apresentações e debates principais

O embaixador **Anar Karimov** descreveu brevemente a relação entre o Azerbaijão e a África, e destacou os desafios enfrentados em questões de cultura de paz. Referiu-se ao compromisso a longo prazo do Governo do Azerbaijão com a África, que remonta aos anos 60, quando 8000 estudantes africanos receberam bolsas de estudo no Azerbaijão, incluindo o antigo Presidente de Angola. Informou também que o seu país continua envolvido com a África, baseando-se numa visão estratégica de uma África desenvolvida. Explicou que o objectivo da parceria é apoiar a enfrentar as dificuldades do continente, nomeadamente a pobreza, as epidemias e as guerras, através dos seguintes pilares: 1) Assistência e envolvimento através da Agência de Desenvolvimento Internacional do Azerbaijão⁷⁸, em particular, na África Subsaariana; 2) Assistência ao desenvolvimento e capacitação, em particular, na educação de meninas⁷⁹; e 3) Protecção do património cultural através da oferta de formação e capacitação centrada em questões que protegem esses mesmos locais, por exemplo, no Mali. Ambas as actividades citadas nos pontos 2 e 3 são realizadas através do apoio de um acordo de financiamento em parceria com a UNESCO.

Embora tenha elogiado a crescente participação dos países africanos no Fórum Mundial de Diálogo Intercultural (FMDI), alegou também à necessidade de uma presença africana mais forte e de construção de sinergias e cooperação apropriadas, para o aumento da influência do continente no Fórum. Expremiu a sua gratidão por ter tido a oportunidade de se reunir com os vários directores dos escritórios da UNESCO em África e que o ajudarão a contextualizar o futuro apoio através da UNESCO ao continente. Expressou ainda o seu desejo de garantir que mais instituições africanas, especialistas e boas práticas do conti-

⁷⁸ A Agência de Desenvolvimento Internacional do Azerbaijão (AIDA) foi criada em 14 de Setembro de 2011 sob a tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República do Azerbaijão. O principal objectivo é apoiar os esforços da comunidade internacional na resolução dos problemas sociais em todo o mundo. <http://aida.mfa.gov.az>.

⁷⁹ Citou como exemplo a mudança de comportamento entre o projecto de meninas adolescentes no Quênia e os esforços para acabar com a Mutilação Genital Feminina entre os Maasai, na Tanzânia.

nente estejam envolvidos e sejam inseridos, com maior repercussão, no WFID. Realçou que o Processo de Baku é uma plataforma global que procura envolver mais parceiros, como por exemplo, a União Africana. Deixou claro que o Processo estava pronto para a criação de mais oportunidades para um maior envolvimento dos países da África. Realçou ainda a necessidade de construção de sinergias e cooperação através de parcerias público-privadas. Concluiu, apelando ao estabelecimento de interacções entre a Bienal de Luanda e o Processo de Baku de forma permanente, recomendando ao mesmo tempo, que se fizesse seguimento do fórum com acções concretas.

O **Prof. Mike Hardy** fez a sua apresentação via vídeo⁸⁰. Começou por salientar os aspectos técnicos e intelectuais da preparação do Processo de Baku e as diligências da Equipa de Trabalho para a preparação do FMDI. Relacionou o Processo de Baku com a oportunidade de examinar, pensar e trocar ideias sobre a paz e segurança. Realçou que as alterações climáticas e a pobreza são os maiores desafios enfrentados pela humanidade, reiterando que as alterações climáticas representam uma grande ameaça à segurança, impulsionando a migração e o deslocamento de pessoas. Referiu-se as três principais questões discutidas no 5ª FMDI de Baku: 1) Diálogo intercultural: cultura, arte e património hereditário; 2) Mulheres como contribuintes importantes para o diálogo intercultural e 3) Diálogo intercultural entre as religiões do mundo. Realçou ainda, a necessidade dos Estados-membros, através dos seus Chefes de Estado e ministros, se juntarem ao Processo de Baku como um movimento global para a promoção do diálogo intercultural.

Hugue Ngatta apresentou o trabalho da Secção de Diálogo Intercultural na sede da UNESCO, parte do Sector de Ciências Sociais e Humanas.⁸¹ Utilizou testemunhos e exemplos para demonstrar a cooperação entre a UNESCO e o Azerbaijão no Processo de Baku e no FMDI. Salientou alguns dos exemplos, referindo-se às cinco funções da UNESCO:

O Processo de Baku apoia o **Laboratório de Ideias** da UNESCO, dado que ajuda a lançar mais luz sobre o diálogo intercultural e o



avanço da pesquisa, produção de conhecimento e inovação nesta área, na construção de sociedades mais pacíficas e inclusivas;

1. A função de clearing house⁸², sob a qual foi possível a reactivação do Fórum Académico das Cátedras da UNESCO sobre o Diálogo Inter-Religioso para a Compreensão Intercultural e a sua institucionalização no FMDI, desde a primeira edição, em 2015. A publicação do “*Interculturalism at the Crossroad*”⁸³ (2017) foi mencionada como um produto-chave desta Rede UNITWIN⁸⁴ revigorada, graças à plataforma oferecida pelo FMDI. A E-Plataforma sobre o projecto ICD, financiado pelo Azerbaijão sob a modalidade de Fundo Fiduciário com a UNESCO e a sua contribuição para reunir especialistas de todas as regiões do mundo para inventariar, avaliar e fazer recomendações sobre ferramentas, iniciativas e práticas inovadoras para promover o ICD. Muitas delas reflectem-se num portal electrónico interactivo, que deverá ser melhorado, graças à Fase II recentemente aprovada deste projecto.
2. Em relação à contribuição para a **função normativa da UNESCO**, salientou que o Processo de Baku e o WFID são uma plataforma única que traduz na prática alguns dos principais instrumentos da UNESCO no campo da cultura. Da Declaração Universal sobre Diversidade Cultural (2001) à Convenção sobre

⁸⁰ Vídeo disponível em: <https://bit.ly/2WTGLNx>.

⁸¹ Este sector é a entidade técnica de apoio da UNESCO no Processo de Baku.

⁸² N. da T.: *Mecanismo de Facilitação e Intercâmbio de Informações*

⁸³ N. da T.: “*Interculturalidade das Encruzilhadas*”

⁸⁴ N. da T.: *University Twinning and Networking*

a Protecção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005), assim como à Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Intangível (PCI) de 2003 e à Convenção do Património Mundial (CPM)⁸⁵ de 1972, o FMDI de Baku é um ponto de encontro para o diálogo genuíno das culturas. A cultura *azeri* e as das diferentes nações do mundo estão ali reunidas, com interações frutíferas: da comida à música, ao património mundial, passando pelo *Old Baku Tour*.

3. A função da UNESCO como **capacitador dos seus Estados-membros** também é fortalecida através do Processo de Baku e do FMDI. Referiu as intervenções dos co-oradores e as estatísticas providenciadas por muitos dos Estados-membros participantes do Fórum, às diferentes sessões, ao Fórum Ministerial e à variedade de temas abordados, com partilha de informações, transmissão de conhecimentos e apresentação de boas práticas. O FMDI de Baku é de facto uma oportunidade única de capacitação e trabalho em rede, para a qual o Fórum Académico das Cátedras da UNESCO sobre o ICD traz outra perspectiva.
4. O Processo de Baku e o FMDI são uma **Plataforma de Cooperação Internacional**, que se alimenta da quinta função da UNESCO. Esta função pretende reforçar o trabalho da organização no diálogo intercultural, ao mesmo tempo que cria sinergias com parceiros-chave, incluindo com outras agências da ONU e outras organizações e membros da equipa de trabalho e ou aqueles encaminhados ao FMDI. Acima de tudo, salientou como essa plataforma de cooperação internacional e as suas contribuições fortalecem o papel da UNESCO como agência líder da ONU para a IDRC (2013-2022) e a implementação eficaz de seu plano de acção.

Como conclusão, Hugue Ngatta informou a audiência sobre a Década Internacional para a Aproximação das Culturas (2013-2022)⁸⁶, que serve como um

seguimento da Década Internacional para uma Cultura de Paz e Não-Violência para as Crianças do Mundo que o Fórum de Luanda está a realizar. Portanto, é importante construir pontes entre Luanda e Baku e, ao fazê-lo, garantir que haja uma presença e contribuição mais eficaz de África no FMDI. Para finalizar, informou que a próxima Conferência Regional sobre a Governança da Diversidade, será realizada em Acra, Gana, de 10 a 11 de Outubro de 2019, como uma oportunidade para mobilizar especialistas, instituições e outros actores africanos sobre temas relevantes do Processo de Baku. Isto permitirá que partes interessadas intream para garantir uma maior presença africana no próximo Fórum Mundial do Diálogo Intercultural de Baku como solicitado pelo Governo do Azerbaijão.

No final da sessão, foram apresentadas as seguintes recomendações:

Considerando a implementação da “Década Internacional para a Aproximação das Culturas” (2013-2022), apelamos à criação de **sinergias entre o “Processo de Baku” e a “Bienal de Luanda - Fórum Pan-Africano para a Cultura de Paz”**;

Assegurar a **participação de jovens africanos** no “Processo de Baku”, com vista a promover o diálogo intercultural e a cultura de paz e encorajar a **participação de todos os países africanos**.

⁸⁵ *World Heritage Convention (WHC)*

⁸⁶ A “aproximação de culturas” implica que a segurança internacional e a inclusão social não podem ser alcançadas de forma sustentável sem um compromisso baseado nos princípios da dignidade humana, o convívio e a solidariedade: as pedras angulares da convivência humana, em

todas as religiões e ideologias. <https://en.unesco.org/decade-rapprochement-cultures>



iii.3 FÓRUM DA JUVENTUDE

O Fórum da Juventude da Bienal de Luanda foi concebido para proporcionar uma plataforma de intercâmbio de experiências, para incentivar reflexões e recomendações e para o estabelecimento de uma aliança de parceiros múltiplos sob o tema Juventude, Paz e Segurança e Criatividade, Empreendedorismo e Inovação no continente.

Embora o fórum tenha proporcionado uma grande oportunidade para um envolvimento significativo dos jovens e formulação de acções prioritárias concretas para o progresso da agenda continental, foi lamentável que, devido a restrições orçamentais, apenas alguns jovens pudessem comparecer. Para minimizar esse problema, foi criada uma plataforma online 3 semanas antes do evento, aumentando o envolvimento de muitos mais jovens nas áreas temáticas em foco.

A discussão online teve lugar através das redes sociais (eventos do Facebook) em que participaram 1300 jovens. Durante as discussões online, as contribuições foram avaliadas, discutidas e reunidas para serem inseridas nas recomendações da Declaração da Juventude, adoptada no fórum pelos jovens participantes. Além disso, foi feito um apelo para que as propostas de projecto estivessem alinhadas com os temas do Fórum da Juventude. Como resultado, várias propostas de projectos de alta qualidade foram recebidas e avaliadas, das quais cinco foram seleccionadas e submetidas ao Fórum dos Parceiros da Bienal de Luanda.

A Declaração da Juventude foi submetida enriquecida com mais discussões e deliberações durante o fórum, registando também as recomendações das sessões dos painéis. A Declaração foi então transformada no Compromisso da Juventude que foi adoptado e apresentada na secção de fecho Fórum como resultado do segmento do Fórum da Juventude da Bienal de Luanda.





iii.3.1 Juventude, Paz e Segurança

O Fórum da Juventude, com o tema de fundo “*Juventude e a Cultura de Paz*”, providenciou uma plataforma de diálogo e reflexão aos jovens do continente e da diáspora. A primeira sessão do fórum incidiu sobre o tema “*Juventude, Paz e Segurança*”.

Moderador: Bonheur Djerabe Djatto, Especialista em Tecnologias de Informação e Comunicação / Alerta Precoce e Prevenção de Conflitos da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC).

Membros do Painel

1. **Mfrekeobong Ukpanah**, Chefe da Rede de Jovens para a Paz e Segurança da União Africana;
2. **John Paul Ekene Ikwelle**, Presidente da Rede Pan-Africana da Juventude para uma Cultura de Paz;
3. **Achakele Christian Leke**, Coordenador do Cantinho da Juventude Local, Camarões;
4. **Noemio Dylan Mukoroli**, Coordenador Regional para a Rede Pan-Africana de Jovens para uma Cultura de Paz, África do Sul.

Com vista a proporcionar aos jovens africanos a oportunidade de fazerem ouvir as suas vozes, estão a ser criadas plataformas regionais, quer através de actividades presenciais, como a Conferência da Juventude Africana realizada em Nairobi em 2018, quer virtualmente aquando da preparação para a Bienal de Luanda.

Introdução

A sessão iniciou com a exibição de um vídeo⁸⁷ como introdução do tema, seguido da apresentação do moderador, que esclareceu o objectivo da sessão. Foi pedido aos participantes que partilhassem de uma forma mais ampla os seus conhecimentos e experiência no processo de implementação das Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas (RCNU) 2250 e 2419 e o Artigo 17.º da Carta Africana da Juventude, nos respectivos países e em África.

As suas contribuições e intercâmbio com o público foram organizadas em torno das seguintes questões:

1. Qual é o nível de popularização e apropriação das RCSNU 2250 e 2419 no seu país e sub-região, por governos e organizações da juventude? Existe um plano de acção no seu país ou noutra sub-região para a sua implementação?
2. Se existe um Plano de Acção Nacional (PAN) para a implementação do Artigo 17.º e das RCSNU 2250 e 2419 no seu país, é este o resultado de uma acção do governo ou da pressão e advocacia da sociedade civil e ou parceiros técnicos? Representa ele o culminar de um processo inclusivo que envolve vários parceiros, incluindo organizações da juventude?
3. Qual das recomendações de estudos independentes sobre *Juventude, Paz*

⁸⁷ Vídeo disponível em: <https://youtu.be/CAYT3yM2X1Q>



e *Segurança* se aplica ao seu país? Estão especificadas no Plano de Acção Nacional para a implementação do Artigo 17.º da Carta Africana da Juventude e das RCSNU 2250 e 2419? O que se pode ser considerar como boas práticas do processo de aplicação do Artigo 17.º das RCSNU 2250 e 2419 do seu país?

4. De acordo com o estudo independente sobre *Juventude, Paz e Segurança*, os jovens estão ausentes dos processos de paz porque são vítimas da “violência da exclusão” em seis áreas principais: (i) integração política, (ii) integração económica, (iii) educação, (iv) igualdade de género; (v) injustiça e direitos humanos e (vi) desvinculação e reintegração. Em qual das seis áreas existem maiores desafios ao seu país? Em qual destas áreas pode o seu país considerar-se um exemplo?
5. No desenvolvimento e implementação do seu país de um Plano de Acção Nacional para o Artigo 17.º das RCSNU 2250 e 2419, qual dos estudos independentes sobre *Juventude, Paz e Segurança* se aplicará especificamente ao seu país? E qual dos estudos pode ser especificado no Plano de Acção Nacional na implementação do Artigo 17.º e das RCSNU 2250 e 2419?
6. Como podem os jovens e as organizações de juventude do seu país e em África em geral, apropriarem-se do Artigo 17.º e das RCSNU 2250 e 2419 e defender a sua implementação?
7. Após a aprovação das RCSNU 2250 e 2419, o Conselho de Paz e Segurança da União Africana (CPS), na sua 807ª reunião sobre “*Juventude, Paz e Segurança*”, realizada a 8 de Novembro de 2018 no Egipto, apelou a “*todos os Estados-Membros a implementar urgentemente a Resolução 2250, a remover todos os obstáculos estruturais à participação efectiva dos jovens, a mobilizar os recursos necessários e a desenvolver Planos de Acção Nacionais de longo prazo para o envolvimento e participação na promoção da paz e da segurança, bem como nos processos de desenvolvimento nacional*”. Considera que este apelo é suficiente para criar uma plataforma inclusiva para a participação dos jovens? Caso contrário, o que mais

pode ser feito pela União Africana para acelerar a implementação do Artigo 17.º e as resoluções 2250 e 2419, nos seus Estados-membros?

Apresentações e debates principais

Mfrekeobong Ukpanah

África continua a enfrentar diversas ameaças à paz e à segurança decorrentes de uma combinação de vários factores, entre outros a instabilidade política, protestos contra a marginalização e exclusão, crime organizado transnacional (armas, drogas e tráfico humano), o fundamentalismo e o extremismo violento. Considerando que, enquanto que diversos intervenientes instigam e sustentam estes conflitos, os jovens africanos têm sido muitas vezes vistos como os autores da violência, sem que se preste alguma ou nenhuma atenção aos seus papéis e contribuições em acções preventivas cada vez mais importantes e numerosas. Com efeito, a juventude do continente está activa na construção de uma cultura de paz entre os seus pares e de uma sociedade mais abrangente. No entanto, jovens homens e mulheres apenas estão envolvidos em intervenções de paz como beneficiários, faltando o reconhecimento das suas competências para liderar, implementar e monitorizar as intervenções de paz.

Essas percepções erróneas da contribuição da juventude facilitaram a promulgação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas (RCSNU) sobre a *Juventude, a Paz e a Segurança* (JPS). Em Dezembro de 2015, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) adoptou a histórica RCSNU 2250, que reconhece o papel significativo da juventude na promoção da paz e segurança, onde se incentiva a sua participação significativa através de cinco pilares: 1) participação, 2) prevenção, 3) protecção, 4) parcerias e 5) desvinculação e reintegração. A RCSNU 2250 mandou a elaboração de um Estudo do Progresso independente sobre *Juventude, Paz e Segurança* (JPS), a peça que faltava e que documenta as contribuições e os desafios enfrentados pelos jovens na procura da paz e segurança. O documento inclui recomendações estratégicas para a implementação da RCSNU 2250 para integrar a nomeação de pontos focais JPS, que encabeçarão a coligação nacional JPS, com o objec-



A Unit4heritage foi apoiada pela UNESCO na preservação do património cultural na luta contra a sua destruição por grupos extremistas. Desde que foi acolhida pela comunidade internacional, a juventude foi identificada como um dos principais agentes para a promoção da paz e da preservação cultural nessa campanha.

tivo de implementar os compromissos da RCSNU 2250. Exorta os organismos regionais e continentais a apoiarem o desenvolvimento de políticas que abordem as questões da JPS em parceria com a juventude. Incentiva a ONU, entre outras, a prestar apoio financeiro a organizações lideradas e orientadas para os jovens, garantindo assim um envolvimento periódico entre as Nações Unidas e os jovens através de uma participação inclusiva no CSNU, em especial para os jovens dos países da agenda do CSNU.

Em Junho de 2018, o CSNU adoptou ainda a RCSNU 2419, que incentiva a participação efectiva dos jovens nas negociações e implementação da paz. Esta medida acelerou a elaboração de uma política global sobre a participação da juventude nos processos de paz. O documento identifica a participação dos jovens em processos de paz em 3 níveis: 1) no interior, 2) em torno e 3) fora da sala e faz recomendações substanciais para a inclusão dos jovens em todas as fases e modalidades dos processos de paz e o estabelecimento de redes de juventude de mediação privilegiada, também para a implementação eficaz e a durabilidade dos acordos de paz.

A este respeito e no âmbito dos esforços da aplicação do Artigo 17.º da Carta da Juventude da UA de 2006 (CAJ) e das RCSNU 2250 e 2419, o Departamento de Paz e Segurança (DPS) da Comissão da União Africana (CUA) lançou o Pro-

grama Africano Jovens pela Paz (Y4P)⁸⁸ em Setembro de 2018, em Lagos, Nigéria, com o objectivo primordial de incluir, investir e associar-se à juventude para a promoção da paz e segurança sustentáveis em África.

O Artigo 17.º da CAJ estipula que os Estados-membros da UA trabalhem com a juventude sobre a paz e segurança em sete áreas: (i) construção de capacidades; (ii) promoção de uma cultura de paz através da educação e do diálogo; (iii) condenação de conflitos armados e prevenção da escravatura sexual dos jovens; (iv) protecção da população civil, incluindo os jovens, durante conflitos armados; (v) mobilização da juventude para a reconstrução de zonas devastadas pela guerra, incluindo a ajuda às vítimas de guerra; (vi) Promover acções de paz, reconciliação e reabilitação; e (vii) promover a recuperação física e psicológica e a reintegração social das vítimas jovens. É neste contexto que o Programa Africano Jovens pela Paz procura empenhar, envolver e colaborar eficazmente com a juventude (a nível individual e em organizações), na promoção da paz e segurança no continente. Espera-se que isto contribua para mudar a percepção negativa da juventude como promotores de violência.

Além disso, no âmbito dos esforços para mobilização do apoio político para a im-

⁸⁸ Youth for Peace (Y4P) Africa Program.



plementação do programa, o Programa Africano Jovens pela Paz defendeu e garantiu a primeira sessão aberta do Conselho de Paz e Segurança da UA (CPS) sobre *Juventude, Paz e Segurança*, realizado a 8 de Novembro de 2018, na comemoração do Dia da Juventude Africana.

As decisões-chave do comunicado da 807.ª reunião do CPS incluem: (i) apelo aos Estados-membros para que implementem urgentemente a RCSNU 2250 e 2419 e outros instrumentos regionais e continentais relativos à paz e segurança dos jovens; (ii) nomeação de cinco Embaixadores Africanos Jovens pela Paz (AYAP) regionais para defender a promoção da paz, em colaboração com o Enviado para a Juventude da UA; (iii) a finalização da política em curso sobre a paz e segurança da juventude; e (iv) a realização de um estudo para avaliar o papel e as contribuições da juventude para a paz e segurança no continente. O CPS também institucionalizou uma sessão anual sobre a JPS. Estão em curso planos para validar o estudo e o quadro continental sobre a JPS, ancorado ao Artigo 17.º da CAJ e da RCSNU 2250. Esperamos que o quadro continental sirva de guia aos Estados-Membros no desenvolvimento de planos de acção nacionais, tal como mandatado pelo CPS: na construção e reforço das capacidades da juventude; no apoio dos diversos esforços e intervenções da juventude em matéria de paz e seguran-

ça; no desenvolvimento do plano estratégico de cinco anos (2020-2024); e na selecção do AYAP que, em colaboração com o Enviado para a Juventude da UA, defenderá a coexistência pacífica em África, especialmente entre os jovens. O relatório do estudo, o quadro continental e o AYAP serão apresentados e inaugurados na 2.ª sessão do CPS sobre JPS, em Novembro de 2019.

As consultas a nível regional e nacional do estudo mandatado pelo CPS forneceram provas inquestionáveis das incríveis acções de jovens homens e mulheres em todo o espectro de paz e segurança, incluindo, mas não se limitando às seguintes:

- Na **África Ocidental**, a *Sanctuary of Hope and Charity Foundation*⁸⁹, uma organização orientada para a juventude, está a sensibilizar os jovens das escolas e das universidades para os perigos do abuso de drogas e da criminalização do tráfico de droga. Em colaboração com a agência no cumprimento da lei da droga da Nigéria, bem como com os médicos psiquiátricos, o grupo atingiu mais de 8000 jovens em 12 dos 36 estados da Nigéria. A organização também ajudou no resgate de 31 jovens do abuso de drogas.
- Nos **Camarões**, através do seu programa *Youth Initiative for Inclusive*

⁸⁹ N. da T.: *Fundação do Santuário da Esperança e da Caridade*.





“16 dias de activismo para o fim da violência contra as mulheres e as raparigas” - Sensibilização dos jovens numa competição inter-escolar em torno da paz e do conhecimento da lei.

*Dialogue (YILD)*⁹⁰, o *LifeAid* defende os jovens como precursores do diálogo inclusivo na crise anglófona em curso. Esse trabalho inclui diplomacia de mediação de vaivém entre as partes em litígio. O grupo está também a implementar acções de sensibilização sobre as consequências da crise, chamando a atenção para questões como, por exemplo, a situação das pessoas deslocadas e o aumento do risco de extremismo e radicalização violento nas zonas anglófonas.

- No **Ruanda**, uma organização juvenil mobiliza as pessoas contra discursos de ódio e ideologias genocidas e organiza formação, conferências e fóruns de diálogo com o objectivo de impedir uma reincidência do genocídio de 1994 e de todas as formas de crimes de atrocidade.
- Na **Somália**, o Centro de Empoderamento da Juventude trabalha para promover a participação da juventude, especialmente as mulheres jovens, na tomada de decisões contra os obstáculos sistémicos e culturais em Burao, na região de Togheer. O grupo conseguiu influir as autoridades tradicionais e religiosas na atribuição de lugares a jovens e mulheres no processo de tomada de decisão.
- No **Zimbabué**, a Community Solutions Zimbabwe (CSZ) iniciou e implementou a Iniciativa de Defesa e

Construção de Capacidade da Juventude para a Paz e Reconciliação Nacional. O grupo tem estado empenhado na advocacia direccionada, na Comissão para a Paz e Reconciliação Nacional (CPRN), para incentivar uma participação da juventude significativa no diálogo liderado pela CPRN, que facilitou a transição política pacífica. As suas intervenções criaram consciencialização especialmente dentro da estrutura da CPRN, que actualmente se esforça cada vez mais em garantir uma participação significativa dos jovens em todas as iniciativas de paz e reconciliação. Também ajudou a aumentar a confiança entre os jovens do país e a CPRN, uma vez que os jovens agora estão engajados e a participar activamente em todas as consultas de sensibilização da CPRN nas 10 províncias.

O compromisso de educação para a paz por diversas organizações da juventude, incluindo as que trabalham em comunidades remotas na implementação de clubes de paz e no recrutamento de pares mediadores nas escolas é estratégico, dado que existe um longo caminho a percorrer na construção de uma cultura de paz nos alunos. O objectivo é incutir estes valores nos jovens para que não sejam facilmente descartados, à medida que vão amadurecendo.

Vários jovens também recorreram às artes, à música, ao cinema e ao desporto, por exemplo, para promover a paz e

⁹⁰ N. da T.: *Iniciativa Juvenil para o Diálogo Inclusivo*



fomentar a coesão nas suas comunidades. Estas iniciativas são bastante apelativas, dado que se trata de espaços onde os jovens facilmente se reúnem e onde podem ser atraídos/incentivados para a paz. Por isso, concebi aquilo a que chamo de abordagem CAR (Criativo, Apelativo/Atractivo e Recompensador), como medida para a promoção da paz. Tendo isto em mente, a equipa do Programa Africano Jovens pela Paz, com o apoio da liderança da UA, vai criar um esquema de recompensa anual para os jovens construtores da paz.

O Programa Africano Jovens pela Paz também recorrerá às mais variadas formas, criativas e atractivas para promover a paz em todo o continente. Os exemplos acima são apenas pequenas provas do envolvimento dos jovens como agentes da paz no continente. O Programa Africano Jovens pela Paz está convencido de que, caso lhe seja proporcionado oportunidade e espaço para operar, a juventude africana promoverá, sem dúvida e eficazmente, a paz sustentável nos sectores formais ou informais.

Para promover a paz, a segurança e o desenvolvimento sustentáveis, são necessárias várias estruturas, políticas, programas e mudanças de atitude. Por exemplo, precisamos de rever estratégias para capturar o coração, a mente e a alma da juventude para a paz. Não estamos apenas interessados na sua promoção da paz, mas estamos sobre-

tudo interessados em que sejam pacíficos e “infectem” o mundo com a paz que carregam (como diz o ditado “*não se pode dar o que não se tem*”). Temos de trabalhar para controlar e silenciar os pensamentos negativos e incitantes que penetram diariamente nas nossas mentes, uma vez que toda a violência no mundo é uma manifestação directa da mente humana e por isso, temos de pôr a mente em ordem. Faço especificamente as seguintes recomendações:

Aos Governos

Agradecemos as diversas políticas, programas e plataformas para facilitar o envolvimento e empenho dos jovens. Contudo, estas políticas e programas são insuficientes e não facilitam necessariamente a inclusão activa e a participação dos jovens na sua concepção e implementação. Sendo a juventude a maioria e a mais poderosa camada da população do continente, temos de deixar de conversar e passar à acção, garantindo o envolvimento e a participação significativa dos jovens.

Providenciar o espaço político e os recursos necessários para apoiar a agência da juventude. Criar deliberadamente espaços para os jovens, incluindo em posições-chave na presidência, no governo e no sector privado.

Alocar recursos financeiros dedicados para apoiar o enorme trabalho que tem vindo a ser feito pelos jovens na construção da paz, no empreendedorismo e na inovação.

Disponibilizar as infra-estruturas necessárias para reforçar as capacidades dos jovens, apoiando também a sua criatividade, empreendedorismo e inovação, para que com o seu eficaz contributo, se impulsione a 4ª revolução industrial no continente e além-fronteiras.

À Juventude

Que se erga a Juventude Africana e afirme a sua liderança em todas as esferas. Que acorde da letargia, das circunstâncias e de discursos de culpabilização e crie o futuro que deseja e merece. Não há espaço para manter na autocomiseração. Já não podemos dar-nos ao luxo de chorar ou lamentar a falta de empregos, como sinónimo de marginalização e exclusão. Temos de nos levantar e agitar o *status quo*, sacudir os obstáculos e construir a paz, promover a coesão e criar oportunidades de emprego e de meios de subsistência.

Não espere que lhe ofereçam um lugar à mesa. Levante-se, pacificamente, para exigir e ocupar o seu lugar na mesa. Se for necessário, crie mesas inclusivas para que as alterações que deseja que aconteçam. Tenha um impacto que não podendo ser compreendido, não possa ser também negado e dessa forma, ninguém negará a sua presença ou impacto, mas que pelo contrário, irá *influir* na sua participação nas mesas de tomada de decisão e implementação.

Abstenha-se de competições pouco saudáveis que a coloquem contra a sua agência. Fomentar a parceria colaborativa com os recursos disponíveis, enquanto explora mais oportunidades; forjar e manter fortes ligações com as respectivas agências de juventude e garantir fluxos estratégicos, assim como informações e comunicações eficazes. Adopte uma abordagem ascendente e construa a confiança com a sua agência.

Podemos fazer tudo isto e muitos mais porque somos a população mais potente do continente: temos força física, sabedoria para a criatividade e inovação imbatíveis e inconcebíveis. Por isso, erga-se, active o seu subconsciente, desenvolva intenções positivas, insista em estratégias para implementar essa intenção e possuir o interminável desejo ardente de criar uma África melhor.

Levante-se, assuma a liderança para conceber, implantar e implementar a paz sustentável, o desenvolvimento e progressos tecnológicos no continente e além-fronteiras.

Nunca será melhor altura para agir do que agora: cultivar, colher e converter a enorme energia que existe na Juventude Africana para a promoção da paz, estabilidade e desenvolvimento sustentáveis para a concretização da África que, colectivamente queremos, desejamos e merecemos.



John Paul Ekene ikwele

Depois de tantos anos de negação, a ONU através das Resoluções 2250 e 2419 do CSNU passou finalmente da conversa para a acção, reconhecendo o enorme e quintessencial contributo dos jovens para a paz e a segurança em todo o mundo. Antes de isto acontecer em 2015, a União Africana (talvez sem o saber) já tinha feito o mesmo reconhecimento em 2006, ao abrigo do Artigo 17.º da Carta Africana da Juventude, que começava com estas palavras: *“Tendo em conta o importante papel da juventude na promoção da paz e da não-violência e as cicatrizes físicas e psicológicas duradouras resultantes do envolvimento na violência, no conflito armado e na guerra, os Estados Partes devem: [trabalhar com a juventude para a paz e segurança em sete áreas]...”*

Apesar de terem assumido a liderança nesta matéria, vários países em África, especialmente a Nigéria, ainda não enquadraram internamente estes quadros jurídicos. Há duas semanas, mais de 60

organizações juvenis com o apoio da CEDEAO, UA, WANEP, GIZ, BAYWOOD Foundation e PAYNCoP⁹¹ juntaram-se e concordaram em impulsionar o envolvimento dos jovens nas arquitecturas de paz e segurança que existem na Nigéria sob o lema: *Youth4Peace Naija*, usando um plano de acção. Por isso, é seguro dizer que as organizações da juventude estão a fazer a sua parte. Mas o mesmo não se pode dizer do governo nigeriano. Embora existam processos em vigor como o Centro de Alerta Precoce, o que realmente falta é a presença da juventude nesses processos e arquitecturas.

⁹¹ Com base no apoio da UNESCO para o envolvimento da juventude, foi criado em Dezembro de 2014, a PAYNCoP (Rede Pan-Africana da Juventude para a Cultura da Paz). É composta por 60 membros fundadores, dos quais os Conselhos Africanos da Juventude e as Organizações Juvenis e a Diáspora se envolveram em acções de promoção de uma cultura de paz e de não-violência no continente, criando sinergias entre o enviado especial da UNESCO, Forest Whitaker Fundação para a Paz e Reconciliação (WPDI), Organizações Africanas da Juventude e da Diáspora.

Evento sobre Liderança Política entre os jovens, em Abuja, Nigéria, Fevereiro de 2015: A juventude tem de ser incluída no quadro político para contribuir como agente crucial para a paz e a segurança, agora e no futuro.

São vários os desafios para a participação dos jovens na Nigéria, embora até certo ponto em 2018, a integração política da juventude tenha sido fomentada pela redução da exigência de idade para cargos electivos através da campanha “Not Too Young To Run”⁹². São aconselhadas a tomada de várias medidas, para um melhor envolvimento dos jovens nos processos de paz:

1. O primeiro passo é unir e trabalhar em coligações e parcerias com a juventude, através da PAYNCoP. O trabalho que a rede tem conseguido fazer nos seus 5 anos de existência é notável e transformador. Existem várias outras coligações lideradas por jovens que têm vindo a fazer um excelente trabalho em torno da paz e da segurança em África, às quais os jovens poderiam aderir.

2. O segundo passo é avaliar a implementação dos quadros acima referidos nos Estados-membros da UA. Esta pode ser uma recomendação da Declaração da Juventude no final da Bienal do Fórum da Juventude de Luanda.
3. Por último, os jovens do continente, especialmente os que estão aqui na Bienal, têm agora de trabalhar no sentido da profissionalização do trabalho que está a ser efectuado por grupos de jovens, de modo a podermos apresentar jovens especialistas que possam representar a comunidade juvenil africana em todos os níveis.

É um passo na direcção certa, o facto de o Conselho de Paz e Segurança da União Africana ter aberto novas portas para o envolvimento dos jovens em questões relacionadas com a paz e a segurança na União Africana, através da adopção do Programa Africano Jovens pela Paz (Y4P). Tenho participado acti-

Evento sobre Liderança Política entre os jovens, em Abuja, Nigéria, Fevereiro de 2015: A juventude tem de ser incluída no quadro político para contribuir como agente crucial para a paz e a segurança, agora e no futuro

⁹² N. da T.: Tradução do inglês: “Não se é demasiado jovem para concorrer”.



vamente nas actividades do Y4P e tem sido uma viagem refrescante. Contudo, são necessárias muitas abordagens ou quadros intencionais para eliminar as barreiras estruturais que dificultam o contributo significativo e a participação dos jovens nas arquitecturas de paz e segurança em todo o continente, especialmente, a nível nacional. Os Estados-membros da UA não devem continuar a alienar os jovens das discussões nacionais de paz e segurança e devem evoluir do tratamento dos jovens como beneficiários, para trabalhar com eles como parceiros e líderes. É o único caminho a seguir para uma paz e segurança sustentáveis em África.

Achakele Christian Leke,
Coordenador do Cantinho da Juventude
Local nos Camarões

O papel dos jovens na construção da paz é muito crítico não só porque sempre foram vistos como arruaceiros ou beneficiários, mas porque demonstraram inovação, empenho e paixão na promoção da paz nas suas comunidades. Por exemplo, nos Camarões, a minha organização, *Cantinho da Juventude Local*, tem vindo a trabalhar nas prisões para apoiar a reabilitação e reintegração dos reclusos através do desenvolvimento do empreendedorismo. Hoje temos mais de 5000 prisioneiros a beneficiar dos nossos programas, com 300 deles envolvidos na venda de bens e serviços que eles próprios produzem. Na verdade, produziram o que estou a usar hoje. Tornaram-se naquilo a que chamamos “*prisonpreneurs*” (*reclusos empreendedores*).

Estes esforços juvenis tornaram-se um esforço legítimo com a adopção da RCSNU 2250 e 2419. Através desta experiência nos Camarões, eles provaram ser fundamentais porque as vozes dos jovens camaroneses contribuíram para o processo de desenvolvimento dessas resoluções. Por exemplo, os jovens participaram efectivamente na elaboração da declaração de Amã. Na minha qualidade de membro da equipa de advocacia juvenil da UNOY, também participei no processo de advocacia da resolução. Infelizmente, apesar da adopção destas resoluções, os jovens empenhados continuam a não ter apoio em termos de financiamento nem oportunidades para participar em processos formais e informais de paz. No entanto, penso que o desafio que enfrentamos enquanto jo-

vens é que não estamos a trabalhar no sentido de assegurar a implementação destas políticas nas nossas comunidades e países. Não podemos esperar que o governo venha implementar essas políticas por nós. Temos de ser nós a começar e ao fazê-lo estaremos a criar o nosso próprio espaço. Quando estes espaços tiverem impacto, os governos não terão escolha a não ser seguir-nos e apoiar-nos. Esta é a minha experiência nos Camarões e o meu envolvimento com a juventude em toda a Comunidade.

Outro grande desafio, que nos está a afectar, a nós os jovens, é a falta de capacidade. Pela minha experiência, a maioria de nós na sociedade civil e na construção da paz quer permanecer como activista, não queremos dedicar-nos à investigação e a contar as nossas próprias histórias. A culpa não é só nossa, mas sei que nos falta capacidade. Focamo-nos muito no activismo mas negligenciamos como usar a influência e estrategicamente construir o nosso próprio espaço. Quantas vezes é que nós, como jovens, fizemos eventos em que fazemos recomendações políticas? É difícil fazer recomendações políticas e não falar da sua implementação. Vamos começar a mudar esta narrativa. Por exemplo, o trabalho da nossa acção para combater o discurso de ódio em colaboração com a UNESCO não se focou apenas na capacitação. Abriu-se uma avenida para o conhecimento. Isto deu-nos a oportunidade para solicitar a pesquisa sobre o “*Discurso de Ódio e Conflitos Violentos nos Camarões*”⁹³, o que nos permitiu obter provas concretas de discurso de ódio e levou à formulação de recomendações políticas fundamentais.

Acima de tudo, o meu conselho é que não precisamos de deixar de fazer o que estamos a fazer pelas nossas comunidades, mesmo quando não há apoio. Sugiro que procuremos activamente estabelecer parcerias com outras organizações. Temos de nos concentrar na construção da nossa capacidade pessoal e das nossas redes, de forma a garantir que os nossos projectos sejam concebidos e implementados de forma eficiente. Pela minha experiência, é sempre importante para nós procurar parceiros-chave. Não devemos esque-

⁹³ Para mais informações, consultar: <https://legideon.org/index.php?page=view/article/649/Hate-Speech-a-Violent-Conflict-Driver-in-Cameroon-LOYOC-Has-Asserted>

cer a importância da orientação e das relações intergeracionais. Podemos ser inteligentes e enérgicos, mas mentores e indivíduos mais velhos do que nós são muito importantes devido à sua experiência. Por último, gostaria de concluir, repetindo que as resoluções e as políticas só serão importantes para nós, caso iniciemos a sua implementação nas nossas comunidades.

Noemio Dylan Mukoroli,
Coordenador Regional para a África Austral da Rede Pan-Africana da Juventude para a Cultura de Paz (PAYNCoP)

Relativamente às RCSNU 2250 e 2419, estas não são suficientemente conhecidas e adequadas aos governos e organizações da juventude. Há muito desenvolvimento jovem na Namíbia, no entanto o desenvolvimento da juventude abrange áreas da agricultura, literacia financeira e industrialização. Os jovens continuam a ser marginalizados em questões da paz e da segurança. As questões de paz e segurança são consideradas intervenções de grande relevo e existe um sentimento de que não podem ser deixadas nas mãos dos jovens. Embora a agenda de desenvolvimento sustentável tenha um grande nível de participação de jovens do país, é dada pouca ênfase na paz e na segurança. Não existem acções para liderar a implementação das RCSNU 2250 e 2419. Esta situação coloca os jovens em grande desvantagem, uma vez que não lhes dá margem de manobra para defenderem essa questão.

No Artigo 17.º da Carta Africana da Juventude (CAJ) que aborda o direito à educação, a capacidade de participar livremente na vida cultural da sua comunidade e a promoção e protecção da moral e das ideias tradicionais, esta é talvez uma questão que os jovens defendam. O direito à educação é uma grande questão política no meu país. A Constituição coloca uma grande ênfase jurídica na questão. Existem certas organizações da juventude que defendem esta questão, como por exemplo, a Organização Nacional de Estudantes da Namíbia (NANSO). No entanto, não existe nenhuma acção para implementar o Artigo 17.º da CAJ da UA. A advocacia em torno do direito à educação é meramente uma questão de princípio, mas não há nada de substancial que se refira directamente a um plano de acção.

De todas as áreas, as que representam um maior desafio no meu país são a integração política e a integração económica. Relativamente à Integração Política, a Namíbia é uma democracia relativamente jovem. Tendo conquistado a independência em 1990, há muita coisa que ainda precisa de ser feita para consolidar a nossa democracia: a integração política é uma delas. No que diz respeito ao nosso Parlamento, é vergonhoso dizer que, 29 anos após a independência, os jovens ainda não estão representados plenamente na legislatura. A legislatura ainda é dominada pela velha guarda que se recusa renunciar ao poder em detrimento dos mais jovens e capazes.

No entanto, uma intervenção notável é a criação do Parlamento da Criança. O objectivo deste parlamento é incluir os jovens nos processos de tomada de decisão. No entanto, este órgão preocupa-se principalmente com questões relacionadas com as crianças. Para além disso, o parlamento pode passar por vezes 6 anos sem ter uma sessão, o que leva ao questionamento da eficácia da instituição.

Outro exemplo pungente é o Colégio Eleitoral recentemente detido pelo partido no poder do país, SWAPO, para a escolha dos membros do seu partido para os assentos parlamentares. Os membros jovens do partido saíram em números para contestar. Contudo, e como já um pouco esperado, a velha guarda mobilizou-se e dominou novamente os assentos partidários e os jovens namibianos viram isto como uma tomada de poder do processo parlamentar. Apenas um pequeno número de jovens conseguiu passar. Isto responde à questão da integração política: os jovens não são integrados.

A Integração Económica é uma área em que os jovens têm consistentemente vindo a exigir um maior para si próprios. A economia da Namíbia é muito exclusiva no sentido de que não inclui mulheres e jovens. O caso mais notável de tentativa de inclusão de jovens na economia foi a criação do *Small and Medium Enterprise Bank* (Banco das PME). A prioridade do Banco das PME era oferecer apoio económico aos jovens da Namíbia e, de facto, o banco concedeu facilidades de crédito não-colateral às PME de jovens. Infelizmente, este apoio foi de curta duração devido a má gestão do banco e este acabou por fechar. Esta situação afectou profundamente os jovens, uma vez que os levou de volta à

estaca zero. Em termos de verdadeira integração económica, existem alguns exemplos de algumas iniciativas, mas nada substancial para satisfazer a questão da integração.

Como recomendação para o caminho no futuro: o mais importante é aumentar as plataformas de envolvimento dos jovens. Este é um conceito que permite aos jovens desenvolver planos de acção e comparar estratégias com outros jovens. Iniciativas como a Bienal de Luanda são fundamentais, pois permitem um escrutínio crítico das políticas. Os jovens podem tomar posse, envolvendo-se ainda mais em plataformas de envolvimento cívico, como fóruns públicos e conferências. É nestas plataformas que os jovens poderão desenvolver as redes de juventude.

Em segundo lugar, as organizações juvenis como a NANSO e o Conselho Nacional da Juventude devem reconfigurar-se e reestruturar as suas políticas baseadas na juventude. As políticas não podem ser apenas teóricas, devem ser operacionalizadas em estratégias concretas. As RCSNU 2250 e 2419 e o Artigo 17.º da CAJ da UA não são suficientes por si só, uma vez que não se referem à prestação de contas, monitorização e avaliação. Não existe responsabilização dos países, caso estes não dêem prioridade à remoção de barreiras que dificultem a implementação efectiva das resoluções 2250 e 2419 do CSNU. Para além disso, não existe nenhum comité para a avaliação dos resultados de implementação das duas resoluções da ONU nos países.

Sessão Plenária

O intercâmbio entre os membros do painel e o público demonstraram que:

1. Parece haver um mal-entendido geral entre a maioria dos jovens do continente sobre o conteúdo das Resoluções 2250 e 2419 do CSNU e do Artigo 17.º da Carta Africana da Juventude;
2. Existe um equívoco comum de que estas resoluções dizem apenas respeito a países em situação de conflito armado e de pós-conflito;
3. Parece haver falta de vontade política, por parte das autoridades públicas do continente, na implementação destes instrumentos normativos internacionais relativos à juventude, à paz e à segurança.

Para além disso, todos os participantes concordaram unanimemente que a implementação destes instrumentos normativos em África é também da responsabilidade dos próprios jovens e das suas organizações. Concordaram também, que é importante que os jovens sejam mais proactivos e unidos, à medida que procuram compreender melhor o significado das RCSNU 2250 e 2419 e do Artigo 17.º da Carta Africana da Juventude. Devem também trabalhar no sentido de encontrar formas para a implementação de todos os quadros.

iii.3.2 Criatividade, Empreendedorismo e Inovação

A segunda sessão do Fórum da Juventude foi dedicada ao tema **“Criatividade, Empreendedorismo e Inovação”**.

Moderador: Marius Tchakounang, Chefe do Campus Digital Francês da AUF (Camarões).

Membros do Painel

1. **Fadwa Gmiden**, Vice-Presidente da Rede Pan-Africana da Juventude para a Cultura de Paz (Tunísia);
2. **Zié Daouda Koné**, Centro de Incubação e Inovação da Comissão Nacional para a UNESCO (Costa do Marfim);
3. **Dora Massounga**, Directora Executiva do *Warisse* (Gabão);
4. **Yvette Ishimwe**, Directora-Geral do IRIBA WATER GROUP LTD (Ruanda);
5. **Maxwell Katekwe**, Chefe de Monitoramento e Avaliação do *Restless Development* (Zimbabuê);
6. **Jofre Euclides Dos Santos**, Director-Geral do Instituto da Juventude, Angola.

A sessão iniciou com a exibição de um vídeo⁹⁴ que ilustra a relação entre a criatividade, o empreendedorismo e as aspirações da juventude em relação à integração económica.

⁹⁴ Vídeo disponível em: <https://bit.ly/2VsQsSo>

Cada vez mais jovens africanos escolhem o empreendedorismo quer para criar riqueza e obter lucro (empreendedorismo económico), quer para criar valor social e garantir a autonomia financeira (empreendedorismo social). Este espírito empreendedor criativo e inovador dos jovens tem-se vindo a implantar e a manifestar em quase todas as áreas da vida social e económica dos países no continente.

Baseada em histórias de sucesso, esta 2.ª sessão do Fórum da Juventude da *Bienal de Luanda* visou destacar, não só as soluções concretas e as boas práticas dos próprios jovens em termos de inovação empresarial, mas também os desafios, em termos de financiamento, formação e apoio, que viveram e ainda enfrentam diariamente, como empreendedores sociais ou económicos.

As contribuições dos membros do painel e o intercâmbio com o público giraram em torno das seguintes questões:

1. Foi por necessidade ou por vocação que se tornou um empreendedor? Há quanto tempo existe a sua empresa? Qual é a sua área de actividade? De que forma é que o seu projecto empresarial é inovador? Quais são os desafios, em termos de financiamento, formação e apoio, que enfrentou ou que enfrenta diariamente como empreendedor?



2. Considera-se um empreendedor económico ou social?
3. Quais são as perspectivas da sua empresa em termos de rentabilidade e criação de emprego nos próximos cinco anos?
4. Que políticas públicas para o apoio da criatividade, o empreendedorismo e a inovação dos jovens estão em vigor no seu país? Que proporção destas políticas está reservada à promoção das empresas na economia social e solidária, ou seja, empresas sem fins lucrativos ou de baixo nível, ao serviço do interesse geral ou mútuo, cuja principal *raison d'être* não é a maximização dos lucros, mas sim a satisfação de determinados objectivos ou necessidades económicas, sociais, culturais ou ambientais?
5. É a favor de uma iniciativa programática pan-africana sobre a criatividade juvenil, empreendedorismo e inovação, tal como o *1Millionby2021*⁹⁵?

⁹⁵ Esta é uma iniciativa do Presidente da CUA lançada em Abril de 2019 para alcançar milhões de jovens através de oportunidades de Educação, Emprego, Empreendedorismo e Envolvimento (4 E), com o objectivo de potencializar o dividendo dos jovens em África e acelerar o desenvolvimento socioeconómico no continente africano.

Apresentações e debates principais

Fadwa Gmiden, Vice-Presidente da Rede Pan-Africana da Juventude para a Cultura de Paz (Tunísia)

Tornei-me empreendedora, por necessidade e por opção. O meu negócio está na área da engenharia de *software*, com foco na arquitectura, *design* e segurança. A minha experiência académica e profissional foi moldada pelo tempo que passei nos Estados Unidos, na Bélgica e na Tunísia. Independentemente do tamanho e da localização geográfica das empresas, reparei que muitas se confrontavam com os mesmos problemas típicos, quase imperceptíveis e de maneira repetitiva. O meu projecto visa permitir que as empresas identifiquem esses problemas antes de se tornarem demasiado grandes ou impossíveis de resolver. Ao contrário do consultor típico, eu não dou a solução: eu providencio o conjunto de ferramentas que permite às empresas descobrir como obter as melhores soluções quando enfrentam um problema.

Os desafios que enfrentei variam por natureza, desde o financeiro ao intelectual:

- Melhoria de competências: Deparo-me frequentemente numa situação de necessidade de procurar formação fora da Tunísia para melhorar as mi-



nhas competências, o que consome tempo e dinheiro.

- Apoio: Dificilmente consigo encontrar pessoas que fazem um trabalho semelhante, o que dificulta a troca de experiências para melhorar o meu conhecimento ou possibilitar um apoio prático mútuo.
- Financiamento é um outro grande desafio: estou a construir a minha empresa com fundos pessoais.

Vejo-me como uma empreendedora económica. Para o meu negócio, a frase-chave é “crescimento lucrativo”. A empresa tem de cumprir ambos os objectivos em simultâneo: é importante obter lucro, mas também é importante singrar numa direcção que permita o crescimento. Estou a trabalhar na expansão deste projecto, para outras indústrias e na procura de potenciais “facilitadores” para atingir esse objectivo nos próximos cinco anos.

A decisão tomada pelo Governo tunisino no apoio à inovação e ao empreendedorismo, que teve maior impacto, foi a *Lei das Startup*, que permitiu às empresas emergentes (*startups*) a possibilidade de crescer e aceder a fundos e apoio especiais.

No que diz respeito à iniciativa da CUA *1Millionby2021*: Concordo plenamente com esta iniciativa, dado que este tipo de iniciativas proporcionam esperança e motivação à juventude africana. Também dá um sentimento de pertença a um grupo: “*Estou a passar por muitos problemas, mas não estou sozinho.*” “*Vamos ser capazes de ultrapassar estes desafios, porque todos já os conhecem.*”

Zié Daouda Koné,
Centro de Incubação e Inovação da
Comissão Nacional para a UNESCO
(Costa do Marfim)

De acordo com as estatísticas, enquanto 10 a 12 milhões de jovens entram anualmente no mercado de trabalho em África, apenas três milhões de postos de trabalho são criados, deixando cerca de 7 a 9 milhões de desempregados. Assim, a criação formal de emprego não cresce apenas ao mesmo ritmo que a disponibilidade de mão-de-obra jovem, como um número significativo de jovens continua sem qualificações para satisfazer as exigências do mercado de trabalho.

Para mim, é uma escolha para criar valores, participar no desenvolvimen-

to do tecido económico do meu país, e por acréscimo, também do continente. Isto permitiu-me construir capacidade e competências em várias áreas, o que me ajudou a obter uma visão holística das minhas actividades. Permitiu-me também compreender melhor a visão do desenvolvimento a nível nacional, regional e continental.

O centro de incubação e o laboratório de inovação social existe há pouco mais de 2 anos. Reforçamos a capacidade de jovens empreendedores com formação adaptada à realidade das suas actividades. Por exemplo, na construção de capacidades em investigação de mercado, contabilidade simplificada, educação financeira, gestão e angariação de fundos. Fazemos domiciliação e ligação de *startups*. Este centro é inovador porque é o primeiro centro de incubação da UNESCO gerido com e por jovens. Trabalhamos em busca de processos inovadores em termos de competências do século XXI, novos negócios e crescimento de sucessos em todos os sectores de actividade. Concentramos todos os decisores do ecossistema empresarial num só local. Os resultados inovadores nos sectores agrícolas, em construção permitem repensar o nosso modo de vida e a reciclar os nossos resíduos.

O primeiro grande desafio é o acesso da juventude rural a estes serviços para o apoio aos seus negócios. O segundo é conseguir o apoio de instituições estatais que muitas vezes não estão em sintonia com as expectativas dos empreendedores.

Somos empreendedores sociais que criamos valor social satisfazendo a necessidades sociais específicas. Isto requer conhecimento do ambiente em que nos encontramos, através da produção de formação adaptada, tal como a formação em gestão de projectos, educação digital, governação e estudos de mercado, no contexto e implementação de processos essenciais à criação de valor acrescentado social e inclusivo.

Em termos de perspectiva futura, pretendemos: (i) a criação e implementação de centros de incubação noutras cidades da Costa do Marfim; (ii) criar sinergia e parcerias com universidades para o aumento do acesso aos recursos intelectuais, ou seja, estudos, teses e artigos científicos; (iii) a formação de mais de 20 000 jovens em empreendedorismo nos próximos 5 anos; e (iv) a facilitação



tação de *startups*, de pelo menos 50% destes jovens, em empresas próprias.

A iniciativa mais promissora do Governo foi a criação da Agência para o Emprego da Juventude, pelo Ministério da Promoção da Juventude e Emprego dos Jovens, um balcão único para o emprego dos jovens na Costa do Marfim, que desenvolve programas de apoio aos jovens em inovação e empreendedorismo.

De salientar que o emprego dos jovens encontra-se em 4º lugar nas prioridades do plano social do governo. Foram desenvolvidas iniciativas, tais como a *Acting for Young People* (Acção para a Juventude), para o financiamento de projectos individuais ou colectivos e a criação do Balcão do Emprego. O Ministério, através da Direcção das Associações, apoia também organizações juvenis e algumas empresas na economia social e solidária, mas, por enquanto só estão em curso estudos para o fortalecimento do estatuto destas empresas.

No que diz respeito à iniciativa da CUA *1 Million by 2021*, sim, precisamos de

uma iniciativa Pan-Africana com uma política estruturante, tendo em conta as aspirações dos jovens. Multiplicar os projectos de investimento no desenvolvimento de competências dos meios de mão-de-obra local (actualmente indisponíveis), mas também a pensar nos mais novos, que serão a próxima geração de candidatos ao emprego. De acordo com a ONU, estima-se em 2050, haverão cerca de 23 milhões de novos candidatos ao emprego por ano. Como tal, iniciativas como esta Bienal, com enfoque na questão do emprego, do empreendedorismo, da educação e do envolvimento, são eventos importantes para a capacitação dos jovens e para permitir o desenvolvimento inclusivo e sustentável dos nossos países.

As políticas para a juventude devem ter em consideração as comunidades regionais e o contexto da evolução das nossas economias. As iniciativas que promovem com sucesso as inovações em termos de emprego e criatividade decentes para os jovens, devem ser

O Presidente Cyril Ramaphosa lançou a iniciativa YES com o objectivo de garantir estágios profissionais remunerados aos sul-africanos.

O emprego jovem tornou-se uma preocupação para muitos países africanos que se reflecte nos centros de incubação ou de iniciativas de emprego jovem para que os jovens se possam tornar os empresários do amanhã.

replicadas nas cinco regiões e acompanhadas por um fundo de apoio aos jovens empreendedores.

Dora Massounga,
Directora-geral da Warisse (Gabão)

Num país onde as taxas de desemprego são elevadas, especialmente entre as mulheres e os jovens, e onde o potencial turístico ainda é amplamente subutilizado, o empreendedorismo neste domínio parece ser uma solução lógica. Este é o objectivo que a *Warisse*, uma *startup* de turismo sediada no Gabão, está prestes a alcançar. Sou uma das fundadoras e a minha formação é em gestão turística. Explicarei como a nossa empresa pretende criar empregos sustentáveis, envolver as comunidades locais e promover a distribuição de receitas e, ao mesmo tempo, incentivar a preservação do património cultural.

Os desafios diários incluem desde a falta de financiamento, até à falta de competências em áreas críticas. Também é um desafio evoluir num ambiente que ainda não está familiarizado com a cultura do empreendedorismo. No entanto, estamos determinados a trazer mudanças ao ambiente onde os jovens trabalham, aos seus países e ao continente, porque acreditamos que os jovens africanos podem alcançar algo significativo, caso lhes sejam dadas as oportunidades certas.

O Gabão, tal como muitos outros países da África Subsariana, caracteriza-se por uma elevada taxa de desemprego⁹⁶, com muitas mulheres e jovens - alguns com educação superior - a lutar para encontrar um emprego decente. Como uma das soluções para enfrentar a crise, o governo gabonês está a incentivar cidadãos desempregados a investirem no empreendedorismo. Ao longo dos últimos anos, tem havido várias iniciativas para diversificar a economia do país e promover o empreendedorismo, especialmente entre os jovens. Isto tem vindo a ser realizado principalmente através da implementação de um quadro jurídico adaptado ao empreendedorismo e da criação de um balcão único para o registo de empresas, formação,

oferta de oportunidades de tutoria e melhoria do acesso ao financiamento.

O sector do turismo do Gabão apresenta a oportunidade perfeita para alcançar a promoção do empreendedorismo, porque a indústria ainda está numa fase inicial. O Gabão é um país muito bonito, com recursos naturais e culturais extremamente ricos. No entanto, o sector do turismo está em mau estado devido à falta de diversidade e prestação de serviços de má qualidade aos potenciais clientes. Esta é a razão pela qual escolhemos criar a *startup Warisse*, uma empresa que pretende criar uma experiência de turismo única no Gabão.

Sou uma profissional no ramo de viagens e turismo, com uma paixão por serviços de excelência de atendimento ao cliente e determinada para o sucesso. Para além da *Warisse*, sou também a fundadora da *AZ Travel Consulting and Services*. Antes de me tornar empreendedora, tive o privilégio de trabalhar em todo o mundo para grandes marcas da hotelaria, como os hotéis *Garden Court*, *Marriott International*, *Park Inn* e *Radisson Blu*.

Após a minha licenciatura em Gestão Turística pela Universidade de Joanesburgo, comprometi-me a contribuir para o desenvolvimento do sector do turismo no meu país. Pensei que isso poderia ser alcançado baseando as minhas actividades empresariais em parcerias estratégicas e na participação da comunidade de acolhimento. O meu objectivo é expandir a minha experiência e criatividade para benefício das minhas próprias empresas na geração de lucros, mas, acima de tudo, gostaria também de contribuir para a geração de empregos e contribuir para a redução da pobreza no Gabão.

Em 2019, fui seleccionada para participar na Iniciativa *Mandela Washington Fellowship para Jovens Líderes Africanos* e tive também a oportunidade de participar numa experiência de desenvolvimento profissional numa organização sediada nos EUA.

O projecto *Warisse* começou por ser uma empresa privada e uma iniciativa social. O meu co-fundador e eu queríamos utilizar bem o nosso conhecimento, experiência e criatividade para enfrentar este grande desafio: a inadequação da oferta turística no Gabão. Já somos empreendedores há algum tempo, tendo ambos deixado os nossos empregos,

⁹⁶ De acordo com o Banco mundial, em 2015, a taxa de desemprego no Gabão era de 35,7% para os jovens entre os 15 e os 24 anos e 26% para o grupo etário dos 25 aos 34 anos. Para as mulheres a taxa era o dobro em comparação à dos homens. Relatório disponível em: <https://bit.ly/3cfxS6d>.

em busca de algo com maior significado. Depois de nos conhecermos no início de 2018 e de nos termos apercebido que partilhávamos a mesma visão para o turismo no nosso país e que até ali tínhamos lutado por conta própria, decidimos unir esforços e trabalhar juntos neste projecto. Lançámos oficialmente o *Warisse* em Novembro de 2018.

O projecto *Warisse* oferece viagens, passeios e actividades guiadas que expõem os turistas à *beleza escondida do Gabão com base na sua cultura, tradições, povo e natureza. Afastando-se da forma tradicional de encarar a promoção do turismo, Warisse foca-se na oferta de uma experiência única ao cliente.*

O conceito de *Warisse* é usar a internet como factor proporcionante. Basicamente, os utilizadores navegam numa plataforma *web* onde podem ver, reservar e adquirir uma variedade de experiências turísticas únicas que se adequem às suas preferências. O objectivo é recorrer à tecnologia para simplificar os processos de compra e aumentar a satisfação dos clientes, ao mesmo tempo que se certifica de que a experiência de compra é também *única. Isto pode ser alcançado, caso a cada cliente seja oferecido uma qualidade de serviço de excelência.* A empresa trabalha com uma série de parceiros, fornecedores e operadores turísticos, bem como com muitas comunidades locais. Com a ajuda destes parceiros, temos vindo a oferecer continuamente, uma variedade de experiências. Estas experiências podem ser categorizadas como: Tradições Culturais, Natureza e Vida Selvagem, Gastronomia, Aventura, Artes e Artesanato, Passeios e Excursões Rodoviárias.

O projecto *Warisse* dá resposta a várias necessidades, quer sejam económicas ou sociais, criando, por exemplo, actividades geradoras de emprego e de rendimentos através do turismo, para as populações locais que muitas vezes são pobres e não têm outros meios de sobrevivência. A empresa também trabalha na valorização e conservação do património cultural, diversificando a economia e promovendo o Gabão como destino turístico, para clientes locais e visitantes internacionais. A este respeito, o projecto *Warisse* pode, portanto, ser considerado uma empresa com preocupações sociais.

A empresa, que depende fortemente de parcerias estratégicas com outras

PME e comunidades locais, espera criar cinquenta (50) empregos directos e indirectos nos próximos cinco (5) anos. Espera também gerar um volume de negócios acumulado de cerca de 150 000 USD que será distribuído por todos os parceiros.

Um dos maiores desafios enfrentados pelas *startups* é a falta de financiamento para lançar e executar a sua estratégia de negócio nas melhores condições. O projecto *Warisse* não é excepção, mas em vez de esperar por uma subvenção ou por um grande financiamento, escolhemos abrir o nosso caminho até ao sucesso. Também nos candidatamos frequentemente a concursos para *startups* e programas de empreendedorismo sempre que a oportunidade se apresenta.

Para além disso, existe também o facto de o empreendedorismo não ser bem compreendido nem encorajado em algumas sociedades africanas. Os pais dos jovens empreendedores raramente apoiam os seus esforços, pois preferem que estes prossigam carreiras mais tradicionais em áreas como a medicina, o direito, a banca ou até mesmo a política. Para fazer face a esse desconforto social, acreditamos que é importante o desenvolvimento de uma rede de empreendedores que se possam relacionar e apoiar mutuamente nesta luta diária. Seria também útil ter mentores que possam aconselhar e partilhar a sua experiência em situações semelhantes, o que ajudaria e poderia orientar os jovens empreendedores. Por conseguinte, iniciativas como a #1Millionby2021 são muito bem-vindas e altamente encorajadas para a expansão da massa de empreendedores africanos.

Yvette Ishimwe,
Directora-Geral do IRIBA Water Group Ltd
(Ruanda)

Diria que me tornei empreendedora por necessidade e por escolha profissional. Há muito tempo, quando ainda frequentava o ensino médio, a minha visão era ser empreendedora, mas não sabia em qual negócio me aventurar. Em 2015, após a minha família se ter mudado da cidade de Kigali para uma aldeia rural na parte leste do Ruanda, tive uma experiência em primeira mão, sobre as dificuldades no acesso a água potável. Esta situação inspirou-me a iniciar o *IRIBA Water Group* como um empreendimento para resolver o problema da comunida-

de e também para me ajudar a alcançar a minha aspiração profissional. O *IRIBA Water Group* existe há 3 anos e 4 meses. Concentramo-nos principalmente no tratamento e abastecimento de água às comunidades rurais e urbanas. O *IRIBA Water Group* fornece soluções de negócio inovadoras para facilitar o acesso a água potável no Ruanda. Melhoramos as soluções existentes e adaptamo-las de uma forma financeiramente sustentável, ao mesmo tempo que nos mantemos acessíveis ao grupo populacional de rendimentos mais baixos.

Temos um método de distribuição em três vertentes:

1. Construimos a preços acessíveis, estações de tratamento de água rurais em vales de difícil acesso e depois bombeamos e canalizamos a água para as comunidades usando energia solar;
2. Fornecemos a preços acessíveis, sistemas de tratamento de água a escolas e hospitais, para dar acesso fácil a água potável às pessoas.
3. Instalámos a baixo custo, postos de ATM de água potável em zonas urbanas de baixo rendimento, mercados e subúrbios, para permitir que as pessoas com baixos rendimentos tenham acesso fácil a água potável.

Um dos maiores desafios que temos enfrentado é o acesso ao capital para o redimensionamento e replicação da nossa solução. A necessidade dos nossos serviços é enorme, mas falta-nos financiamento para alcançar todo o nosso potencial de mercado.

Considero-me uma empreendedora com preocupações sociais. Isto porque estou mais motivada na criação de valor social orientado para resolver as questões mais prementes de África, garantindo ao mesmo tempo a independência e sustentabilidade financeira.

Nos próximos 5 anos, o *IRIBA Water Group* estima criar cerca de 91 postos de trabalho no Ruanda e no país⁹⁷ vizinho. Em termos de rentabilidade, pretendemos atingir um volume de negócios anual equivalente a 750 000 USD, com uma margem de lucro de 20%.

O governo do Ruanda está a fazer um trabalho incrível, na criação de políticas favoráveis aos jovens com negócios. Por exemplo:

- Para os jovens que se dedicam à produção, existe um programa denominado ZAMUKANA UBUZIRANENGE com mandato para ajudar os jovens produtores e empreendedores a obterem a certificação dos seus produtos à medida que as suas empresas crescem. Geralmente, isto é feito de forma a não impôr demasiado requisitos aos jovens ou aos seus negócios, no período em que as suas empresas ainda são muito pequenas.
- A formação profissional está a ser apoiada a alto nível para dotar os jovens de experiência prática, o que lhes permitirá criar inovações empresariais e, por sua vez, criar mais empregos.
- Estão a ser implementadas várias oportunidades de financiamento direccionadas aos jovens do país. Por exemplo, o *YouthConnekt Africa* e o Fundo de Desenvolvimento Empresarial foram introduzidos para apoio aos jovens. Tem havido muitos beneficiários destas iniciativas, com muitos jovens ainda a beneficiar do programa.
- Existe uma câmara para jovens empreendedores na Federação do Sector Privado no Ruanda. O mandato desta câmara é defender os jovens empreendedores e os seus negócios criativos, bem como proporcionar capacitação nos diferentes aspectos do negócio, incluindo, impostos, registo de propriedade intelectual e outras áreas importantes.
- Estão em curso, vários eventos de mobilização para incentivar a confian-

Conferência YouthConnekt em Kigali, Ruanda, Julho de 2017



⁹⁷ Actualmente esperamos a expansão para a República Democrática do Congo ou para o Uganda.

ça dos jovens à medida que procuram iniciar a sua empresa ou implementar as suas ideias inovadoras.

Todas estas oportunidades se aplicam especialmente às empresas que se dedicam a resolver um determinado desafio social, económico ou ambiental no país. Relativamente à Iniciativa *1Million* da CUA, sou a favor de uma iniciativa programática pan-africana sobre a criatividade, empreendedorismo e inovação da juventude. Penso que esta iniciativa criará a *África que queremos*, mais resiliente e auto-sustentável.

Maxwell Katekwe,
Chefe de Monitoramento e Avaliação do
Restless Development (Zimbabué)

Um ambiente pacífico cria espaço para que os jovens sejam criativos e inovadores e que o empreendedorismo prospere, o que é fundamental para a **África Que Queremos**. Sou embaixador da paz desde que fui embaixador de histórias, pela primeira vez, em 2017 no Zimbabué e na África Austral, num projecto-piloto e de testagem desta ferramenta. Dediquei o meu tempo a esta questão quando estava a trabalhar num projecto chamado “*Promovendo uma Cultura de Paz entre os jovens*” em Mufakose, Ushewokunze e Hopley Farm no Zimbabué. O projecto foi concebido para promover a paz e a tolerância entre os jovens, dotando-os de conhecimentos, competências e atitudes sobre como viver pacificamente uns com os outros, apesar das suas diferenças. Na altura, em 2018, aproximavam-se as eleições no Zimbabué. Realizei 30 sessões de diálogo comunitário com a ajuda de outros jovens, que alcançaram 489 jovens (211 homens e 278 mulheres) em quatro meses.

A paz é um conceito de amizade e harmonia social na ausência de hostilidade e violência. Os conflitos trazem numerosos encargos para a sociedade e para a economia. Sem paz, as tendências destrutivas da nossa espécie continuarão a aproximar-nos da catástrofe. Os jovens precisam de identificar experiências comuns, semelhantes e partilhadas e reconhecer que, apesar das diferenças, temos de começar a construir uma relação cordial para sustentar a paz. As diferenças devem ser celebradas dentro das comunidades e devem ser um sinal de força. Em 2016, a economia global perdeu 14,3 biliões de dólares devido à vio-

lência e ao conflito. Por isso, a paz também é importante para a prosperidade.

Vários tópicos foram abordados nas sessões de diálogo em que participei. Muitas destas conversas abrangeram temas como cultura e diferenças culturais, comunicação, autoconsciência, empatia, respeito, paz e construção de relações. Através destes intercâmbios, os jovens reflectiram sobre as principais fontes de mal-entendidos, conflito e violência na escola, no seu bairro, no casamento e na igreja.

- As sessões criaram espaços seguros para os jovens partilharem e reflectirem sobre as suas experiências. Os círculos de histórias foram de natureza participativa e deram a oportunidade para que todos partilhassem os seus pensamentos e experiências pessoais.
- Os círculos de histórias geraram muita informação útil ao utilizar questões em aberto, que deram espaço para reunir várias perspectivas contextuais e diversificadas por parte dos participantes.
- Para além disso, os círculos de histórias são mais para ouvir do que para contar, por isso, desafiaram os jovens a ouvir criticamente a opinião dos outros, em vez de dominarem as discussões.

O manual⁹⁸ é muito detalhado, pelo que proporciona ao facilitador um bom conteúdo sobre tópicos a abordar.

As sessões de diálogo intercultural utilizam a metodologia dos círculos de histórias, o que incentivou os jovens a partilharem as suas experiências em alguns tópicos. Uma avaliação das sessões mostrou que os jovens foram capacitados em questões essenciais de competências interculturais, tais como o respeito, a autoconsciência, a empatia, a capacidade de escuta e a construção de relacionamentos. As competências adquiridas promoveram a paz, a construção comunitária, a reconciliação e a celebração no curto período em que o projecto foi implementado. A longo prazo, as competências adquiridas ajudarão os jovens a obter algumas das características do empreendedorismo social: autoconfiança, perseverança, liderança, espírito de equipa e adaptabilidade. Todas estas, essenciais para o empreendedor.

O retorno dos participantes demonstrou um elemento importante da metodolo-

⁹⁸ Para mais detalhes por favor consultar o manual: <https://bit.ly/2V8zybo>.

gia, uma vez que não se resume apenas à compreensão mútua, mas também desafia os indivíduos sobre o que pensam e porquê, e o que farão com o conhecimento adquirido.

Empreguei a metodologia dos círculos de histórias para abordar as questões de violência baseada no género (VBG) e abuso de drogas, reunindo jovens de diferentes distritos para a partilha destas questões.

- As competências interculturais são necessárias em qualquer sociedade à medida que expõem as causas dos mal-entendidos, dos conflitos e da violência e facilitam soluções geradas localmente e que, em última análise, promovem a tolerância, a paz e a harmonia.
- É necessário também contextualizar as solicitações ou área de foco para a discussão do diálogo, por exemplo, numa das áreas, os participantes tiveram de debater questões relacionadas com a VBG.

São necessários recursos financeiros para mais actividades relacionadas com a construção da paz, a fim de permitir a promoção de uma cultura de paz entre os jovens.

No Zimbabué existe a Política Nacional da Juventude, que orienta o empreendedorismo e a criatividade dos jovens. Estipula que o empoderamento da juventude é a criação de um ambiente favorável para que os jovens tenham liberdade de escolha, participação e tomada de decisões em questões que os afectem. Também fala de inclusão e de não deixar nenhum jovem para trás em referência aos jovens com deficiência, uma vez que cerca de 10% dos jovens do Zimbabué têm algum tipo de deficiência. A política da juventude reconhece o desemprego e o acesso limitado às oportunidades sócio-económicas estão entre os grandes desafios que os jovens enfrentam no Zimbabué. Os objectivos de capacitação e participação da juventude do país incluem:

1. Assegurar uma participação significativa dos jovens aquando do planeamento, implementação, monitoria e avaliação dos programas e projectos da juventude;
2. Facilitar a criação e o financiamento de grupos de jovens e de ONG lideradas por jovens e assegurar a sua participação nos processos de tomada de decisão a todos os níveis;

3. Promover a criação de um Fórum Nacional da Juventude para todos os jovens e organizações da juventude.

O ODS 16 *Paz, Justiça e Instituições Eficazes* é essencial e deve ser alcançado até 2030. No mesmo contexto, para alcançar a Agenda 2063 da UA, a manifestação concreta do movimento pan-africano para a unidade, a auto-determinação, a liberdade, o progresso e a prosperidade colectiva, é necessário paz. A realização plena da Agenda 2063 da União Africana e o desenvolvimento de África dependem fortemente da utilização do potencial da juventude do continente. Sou a favor da Iniciativa “1 Milhão até 2021” que visa alcançar, concretamente, milhões de jovens africanos de todo o continente com oportunidades e intervenções em áreas-chave de *Emprego, Empreendedorismo, Educação e Envolvimento (4E)*, dado que irá acelerar o desenvolvimento socioeconómico no continente. Para alcançar os quatro E, tem necessariamente de haver paz, daí a Paz para a Prosperidade.

Jofre Euclides dos Santos,
Director-Geral do Instituto da Juventude,
Angola

Angola é um país com uma população maioritariamente jovem: os dados do último recenseamento populacional mostram que cerca de dois terços da sua população tem menos de 25 anos. Por conseguinte, seria insensato lançar as bases do desenvolvimento socioeconómico do país sem ter em consideração este factor. A principal preocupação do governo é, portanto, trabalhar para assegurar o presente e o futuro da juventude angolana, a fim de a tornar um contribuinte capaz para o desenvolvimento sustentável do país.

O governo atribui importância capital à juventude, dado que este grupo demográfico é o principal recurso capaz de contribuir para a transformação económica e social. Como tal, o governo apoia este grupo com uma série de iniciativas. A Constituição da República de Angola prevê, nos termos do artigo 81.º, que os jovens beneficiem de uma protecção especial para o usufruto dos seus direitos económicos, sociais e culturais, entre os quais destacamos os seguintes:

1. educação, formação profissional e cultura;
2. acesso ao primeiro emprego, trabalho e segurança social.



Em 2013, o governo angolano encetou um vasto processo de consulta a jovens. Mais de 200 reuniões foram realizadas em todos os municípios e províncias do país com a participação de mais de 50 000 jovens, culminando no Fórum Nacional da Juventude, em Setembro do mesmo ano. Isto resultou em 65 recomendações estruturadas em 10 domínios principais, dos quais gostaria de destacar as áreas do emprego, da formação profissional, da educação e do acesso às TIC.

As recomendações e as áreas foram incluídas no Plano Nacional de Desenvolvimento da Juventude, em alinhamento com o Plano Nacional de Desenvolvimento 2014-2017. Continua as principais preocupações dos jovens, enquanto a sua implementação traça uma abordagem transversal através de uma estreita articulação entre o Ministério da Juventude e os outros ministérios. Este plano também formou a orientação para a formulação de políticas orientadas para a juventude, permitindo aos actores públicos e privados o alinhamento de estratégias, compreensão mútua dos seus objectivos e definição das acções comuns mais eficazes e coerentes.

Estas áreas correspondem a um programa de acção de 4 eixos em que gostaria de enfatizar o primeiro: a inserção dos jovens na vida profissional. Para apoiar a implementação do plano, foram im-

plementados os seguintes instrumentos: criação do Instituto da Juventude Angolana e reforço do Fundo de Apoio à Juventude e ao Desporto.

Neste período, com o intuito de promover a criatividade, o empreendedorismo e a inovação, o Governo investiu fortemente em centros de formação profissional, escolas de artes e ofícios e instituições do ensino superior. Gostaria de chamar especial atenção para a criação do Centro Tecnológico Nacional da Universidade Agostinho Neto, onde foram desenvolvidos os seguintes programas para estimular a criatividade dos jovens inventores:

Programa de Empreendedorismo Comunitário: beneficiou 12 430 jovens dos quais 5528 tiveram acesso ao micro-crédito;

1. Incubadora de empresas do INEFOP;
2. 66 Centros Municipais de empreendedorismo e serviços de emprego em todo o país;
3. CLESE (Centro Local de Empreendedorismo e Serviços de Emprego);
4. Criação e Expansão da Rede de Mediatecas (88 centros fixos e 6 móveis);
5. Criação de Praças Digitais;
6. Programa Pró-Juventude: Uma linha de crédito para apoiar o jovem empreendedor;

O emprego jovem é de uma importância cada vez maior para os governos africanos - Jovens de uma iniciativa angolana de promoção da capacidade empresarial dos jovens.

7. Realização de Feiras de Inovação: que já arrecadaram muitas medalhas para o país;
8. Vários pavilhões de artes e ofícios foram criados;
9. 79 instituições do ensino superior que promovem a criatividade e a inovação baseadas na investigação científica e na utilização da tecnologia, beneficiando mais de 300 000 estudantes.

Foram criadas mais de 700 unidades de formação em instituições privadas e públicas, disponíveis para a formação de jovens e outros cidadãos em tecnologia através do denominado programa Cinfotec (Centro Integrado de Formação Tecnológica).

Em 2018, o Plano de Desenvolvimento Nacional, (PND 2018-2022), que abrange os níveis de planeamento nacional, sectorial e provincial, foi aprovado com o quadro para a implementação do desenvolvimento de longo prazo para o país.

No mesmo sentido, a Política Nacional da Juventude foi aprovada em Julho de 2019, tendo como objectivo principal a preparação e a melhoria das novas gerações de angolanos. Isto ajudará a transformar homens e mulheres com competências criativas, em cidadãos competentes. Permitir-lhes-á também cumprir o seu papel no processo de reconstrução e desenvolvimento do país.

Desenvolvimento

Os jovens angolanos são muito criativos e inovadores por natureza, o que os torna empreendedores por excelência. Isto deve-se, em parte, à história do país e ao legado dos nossos antepassados. Os angolanos estão habituados a encontrar soluções para os muitos desafios sociais que enfrentaram e sempre foram muito pró-activos e resilientes.

Em Angola, as questões relacionadas com a juventude são tratadas pelo governo com um elevado sentido de responsabilidade. Como tal, isto tem conduzido à inserção bem-sucedida de muitos jovens no mercado de trabalho, o que por sua vez, resultou numa melhoria significativa da qualidade de vida de muitos jovens.

O governo angolano apoia e incentiva a criatividade, o empreendedorismo e a inovação através da sustentação das iniciativas dos jovens, desenvolvimento de programas e projectos específicos e através da criação de estruturas que facilitem o acesso dos jovens à formação. Algumas das medidas implementadas, incluem: parcerias com os bancos na concessão de créditos subsidiados, advocacia junto a entidades privadas para o financiamento de projectos dos jovens, promoção do auto-emprego, investimento financeiro e apoio institucional, incorporado no acompanhamento, facilitação e acesso ao financiamento e valorização da criatividade, da capacidade de inovação e do espírito gerador de rendimento empresarial.



Recomendações:

1. Promover o auto-emprego e o desenvolvimento do espírito empresarial dos beneficiários dos programas de formação profissional;
2. Aumentar o apoio às iniciativas e ao empreendedorismo dos jovens para fomentar a criação de emprego;
3. Apoiar a formação de acordo com as necessidades do mercado;
4. Apoiar os empreendedores na superação dos vários desafios na implementação do negócio, disponibilizando formação e consultoria;
5. Promover a investigação aplicada em empreendedorismo e desenvolvimento de negócios;
6. Incentivar a investigação, incluindo a dos próprios jovens estudantes, para o início das actividades empresariais, com base em factos científicos;
7. Promover a prestação de formação adequada na área de educação empresarial e de empreendedorismo;
8. Criar redes de centros de incubação para facilitar a interacção nas actividades económicas dos jovens;
9. Desenvolver uma agenda de promoção de empreendedorismo nas 18 províncias do país;
10. Implementar programas facilitadores da formalização das pequenas empresas de jovens;
11. Criar mais praças digitais em todas as províncias para facilitar o acesso à Internet aos jovens;
12. Promover a formação em empreendedorismo nas instituições educacionais e profissionais;
13. Expandir a rede de centros de investigação tecnológica no país;
14. Promover a valorização e a divulgação das invenções dos jovens angolanos como contributos para o desenvolvimento sustentável do país;
15. Aumentar a monitorização das *startups* tecnológicas: apoiar a gestão e formalização das suas actividades, sempre que necessário;
16. Desenvolver linhas de crédito que facilitem a geração de pequenos negócios para os jovens;
17. Consolidar programas de empreendedorismo nas instituições de educação e formação com o intuito de promover comportamentos, competências e acções para a criação de emprego num espírito de iniciativa, criatividade e autonomia;
18. Incentivar o empreendedorismo e as pequenas e médias empresas, apoiando empreendedores emergentes e impulsionando a rede de incubadoras para o surgimento de novas empresas;
19. Pôr em prática e fazer da gestão da investigação científica, uma componente fundamental na promoção da inovação;
20. Exigir que as instituições terciárias invistam mais na componente de investigação científica e inovação.

Sessão Plenária

Durante o intercâmbio entre os membros do painel e a plateia, tornou-se evidente que, apesar de alguns o fazerem por vocação, muitos jovens empreendedores tornaram-se empreendedores por necessidade, para fugir ao desemprego.

Entre os desafios que os jovens empresários enfrentam diariamente incluem-se: a pressão familiar e a falta de apoio, dado que muitas famílias não acreditam no empreendedorismo e, em vez disso, incentivam os empreendedores a procurar emprego como assalariado na função pública, que acreditam proporcionar mais garantia e segurança. Além disso, os jovens empresários têm um acesso muito limitado ao financiamento para iniciar e desenvolver mais as suas empresas. Lutam ainda também para ter acesso a uma formação adequada e acessível. Outro desafio é o facto de muitos trabalharem isoladamente em consequência da falta de solidariedade e de interacção em rede.

Embora os intercâmbios tenham salientado a existência, em muitos países, de iniciativas políticas e programáticas para o empreendedorismo jovem, também é verdade que estas iniciativas governamentais nem sempre são suficientes. Muitos dos apoios governamentais são considerados insuficientes para enfrentar os desafios enfrentados por um elevado número de jovens que exigem a integração laboral, através de empregos remunerados ou através da criação do seu próprio de emprego.

O Fórum da Juventude encerrou com a declaração de “Compromisso da Juventude Africana para uma Cultura de Paz”, que inclui 12 compromissos e recomendações à União Africana, às Comunidades Económicas Regionais e à Rede Pan-Africana da Juventude para uma Cultura de Paz (PAYNCOP).



COMPROMISSO DA JUVENTUDE AFRICANA PELA CULTURA DE PAZ

Nós, jovens líderes africanos a viver em África e na diáspora, a participar do Fórum da Juventude da “Bienal de Luanda - Fórum Pan-Africano pela Cultura de Paz”; Fórum, realizado em Luanda (Angola), de 19 a 20 de Setembro de 2019, sob o tema geral “Juventude e Cultura de Paz”, dividido em dois subtemas: “Juventude, Paz e Segurança” e “Criatividade, Empreendedorismo e Inovação”;

Felicitamos o Governo da República de Angola, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a União Africana (UA) pela iniciativa conjunta de criar uma bienal da Cultura de Paz em África, inspirada na Carta da Renascença Cultural de África;

Agradecemos ao Governo da República de Angola e ao seu povo pelas calorosas boas-vindas e hospitalidade; assim como à UNESCO e ao Escritório Regional das Nações Unidas (ONU) para a África Central (UNOCA) pelo seu apoio logístico;

Recordando a Resolução 2250 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que afirma que “(...) os jovens devem participar activamente no estabelecimento da paz duradoura e trabalhar pela justiça e reconciliação e que a importância demográfica da juventude de hoje é um activo que pode contribuir para a paz duradoura e prosperidade económica”; reforçada pela Resolução 2419, que apela “(...) a todos os actores relevantes, que considerem formas de aumentar a representação inclusiva dos jovens, para prevenção e resolução de conflitos, inclusive ao negociar ou implementar acordos de paz, que seja tomada em consideração a participação activa e os pontos de vista da juventude, reconhecendo que a marginalização da juventude é prejudicial para o estabelecimento de uma paz duradoura e na luta contra o extremismo violento como e quando precursor do terrorismo”;

Recordando a convocação do Conselho de Paz e Segurança (CPS) da União Africana, na sua 807ª reunião sobre “Juventude, Paz e Segurança”, realizada em 8 de Novembro de 2018 em Adis Abeba (Etiópia), para “*todos os Estados-membros implementarem urgentemente a Resolução 2250 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, remover todos os obstáculos estruturais à participação efectiva da juventude, mobilizar os recursos necessários e desenvolver planos de acção nacionais de longo prazo, para o efectivo envolvimento e participação da juventude na promoção da paz e segurança, assim como nos processos nacionais de desenvolvimento*”;

Considerando o Artigo 17.º da Carta Africana da Juventude (CAJ) que reconhece o “papel importante da juventude na promoção da paz e da não-violência” e convidando os Estados Partes, inter alia, a “*fortalecer a capacidade da juventude e organizações de jovens na construção da paz, prevenção de conflitos e resolução de conflitos, através da promoção da educação intercultural, educação para a cidadania, tolerância, direitos humanos, democracia, respeito mútuo pela diversidade cultural, étnica e religiosa, assim como a importância do diálogo, cooperação, responsabilidade, solidariedade e cooperação internacional*”;

Reconhecendo a competência dos jovens em África e na diáspora, no que concerne à temática da Cultura, Paz e Segurança, Empreendedorismo e outros;

Reconhecendo a crescente necessidade de mecanismos inovadores para apoiar metodologias de abordagem trans- e interdisciplinares para responder aos complexos desafios à escala local e global, relacionados com a urbanização, migração, alterações climáticas, gestão de recursos, disparidades de género e sociais;

Reconhecendo o duplo papel das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) como 1) acelerador para a inovação, e 2) ameaça à privacidade e segurança através da manipulação e uso de dados e reconhecendo também a rápida adopção de tais sistemas tanto a nível local, como a nível global;

Reconhecendo a importância da criatividade e inovação através da promoção do empreendedorismo, não apenas económico, mas também social, como um dos

meios para a construção e consolidação de uma cultura de paz, por intermédio da criação de riqueza e valor social e, empoderamento de indivíduos e comunidades;

Considerando que 42% da população do continente africano terá entre 15 e 24 anos até 2030 e que existe uma crescente necessidade de mecanismos mais localizados e inclusivos na implementação das RCPSUN 2250 e 2419 e do Artigo 17.º da Carta Africana da Juventude nas várias economias de escala;

Considerando a falta de divulgação e conhecimento limitado das RCPSUN 2250 e 2419 e do Artigo 17.º da Carta Africana da Juventude, devido à percepção de que estas resoluções se referem apenas a países em situações de conflito armado e em situações de pós-conflito; e considerando também a limitada vontade política das autoridades públicas na implementação destes instrumentos normativos internacionais relacionados com a juventude, paz e segurança;

Conscientes da necessidade de sermos proactivos e da nossa responsabilidade em apoiar na implementação destes instrumentos normativos, assim como também a necessidade do Governo de ser mais receptivo e aberto à inovação;

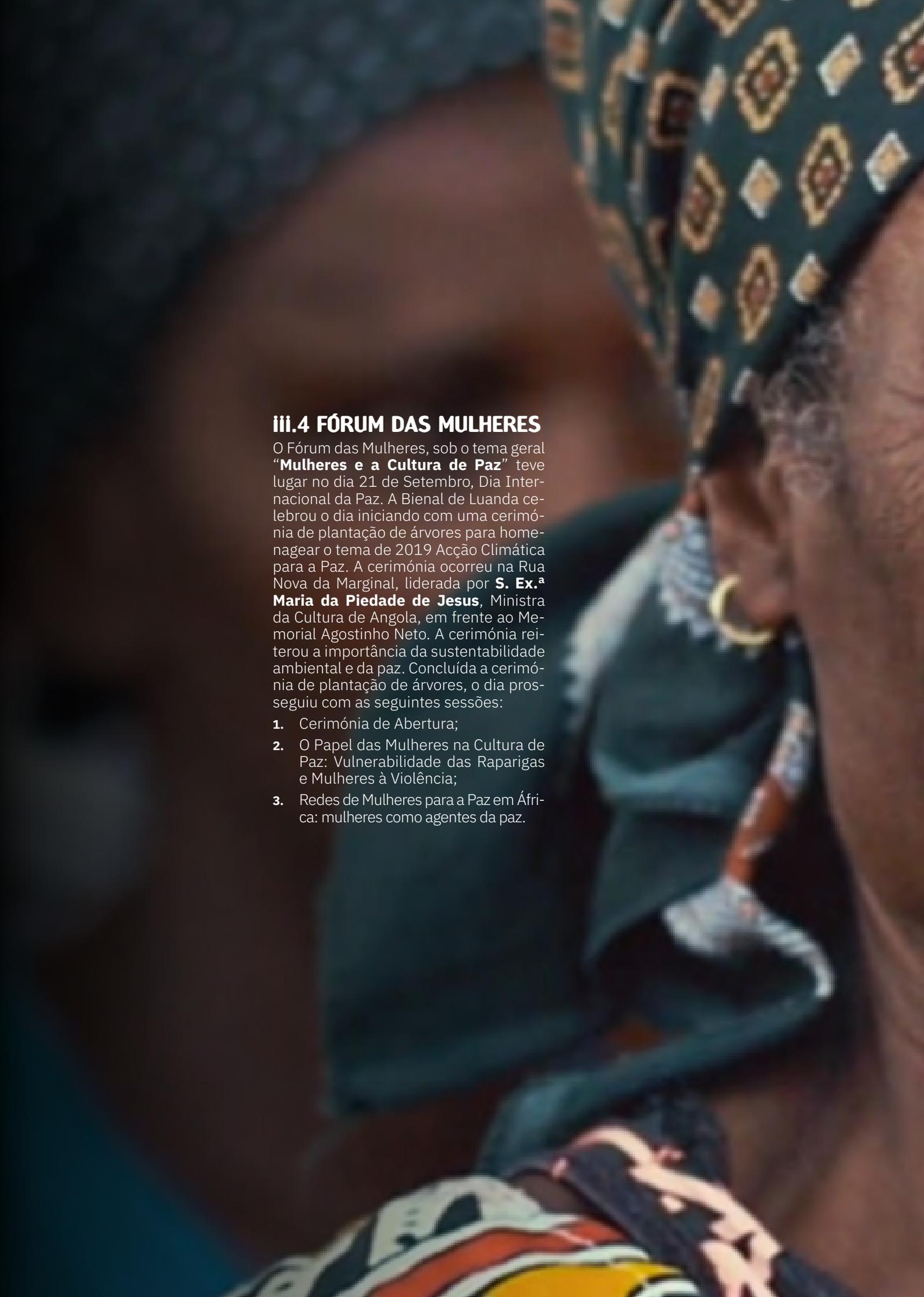
Nós estamos comprometidos, através das nossas associações e organizações:

1. a adoptar estes instrumentos normativos e a disseminá-los no seio da juventude dos nossos países;
2. a proceder à realização de estudos nacionais sobre o estado de implementação das resoluções 2250 e 2419 do CPSUN e do Artigo 17.º da Carta Africana da Juventude;
3. a expandir a nossa parceria com o sector privado, para implementar projectos e programas relacionados com estes instrumentos normativos, em particular projectos e programas ligados à juventude em geral;
4. a assumir responsabilidades e a capacitarmo-nos como bons negociadores e lobistas para que possamos interagir de forma eficaz e eficiente com o sector público, e a encorajar uma cultura de cidadania activa e de liderança;
5. a encorajar uma cultura de resiliência, autonomia, solidariedade e partilha, através da criação de plataformas e da participação da juventude em fóruns sobre empreendedorismo;
6. a envolver, monitorizar e dar seguimento aos mecanismos utilizados com o objectivo de criar e manter empregos para os jovens, as suas carreiras e empregabilidade;
7. a defender a inclusão da competência da juventude do continente africano e da diáspora nos sectores públicos e privados;
8. a envolver-nos na investigação, desenvolvimento de capacidades e digitalização para medir o impacto social, económico e político do nosso trabalho;
9. a apoiar o envolvimento activo com o sector privado e ferramentas inovadoras para a construção do empreendedorismo, da resiliência e da criatividade através da utilização de mecanismos fiscais;
10. a preservar e promover as nossas heranças culturais, material e imaterial, como meio para fomentar a coesão social e a reconciliação das culturas;
11. a apoiar o diálogo transgeracional para a partilha de conhecimento e troca de experiências;
12. a trabalhar, primariamente através das nossas organizações e outras, para o alcance da igualdade de género e da autonomia das mulheres e meninas.

Solicitamos:

1. À Rede Pan-Africana da Juventude para a Cultura de Paz (PAYNCoP) que coordene a nível continental, com o apoio da UNESCO e da UA, a realização de estudos nacionais, até 2020, sobre o nível de implementação das RCPSUN 2250 e 2419 e do Artigo 17.º da Carta Africana da Juventude e o seu relatório de 4 em 4 anos;
2. À UA que crie, com o apoio das agências e órgãos da ONU, uma entidade continental para o financiamento de projectos de empreendedorismo social e económico para jovens;
3. Às plataformas económicas regionais, com o apoio das agências e órgãos da ONU, que estabeleçam estruturas políticas para a promoção da criatividade, empreendedorismo, inovação e emprego para jovens;
4. À Rede Pan-africana da Juventude para a Cultura de Paz (PAYNCoP), em cooperação com outras organizações da juventude a nível sub-regional, regional e na diáspora, para garantir o monitoramento e seguimento destes compromissos e recomendações.





iii.4 FÓRUM DAS MULHERES

O Fórum das Mulheres, sob o tema geral “**Mulheres e a Cultura de Paz**” teve lugar no dia 21 de Setembro, Dia Internacional da Paz. A Bienal de Luanda celebrou o dia iniciando com uma cerimónia de plantação de árvores para homenagear o tema de 2019 Acção Climática para a Paz. A cerimónia ocorreu na Rua Nova da Marginal, liderada por **S. Ex.^a Maria da Piedade de Jesus**, Ministra da Cultura de Angola, em frente ao Memorial Agostinho Neto. A cerimónia reiterou a importância da sustentabilidade ambiental e da paz. Concluída a cerimónia de plantação de árvores, o dia prosseguiu com as seguintes sessões:

1. Cerimónia de Abertura;
2. O Papel das Mulheres na Cultura de Paz: Vulnerabilidade das Raparigas e Mulheres à Violência;
3. Redes de Mulheres para a Paz em África: mulheres como agentes da paz.



iii.4.1 Cerimónia de Abertura

A cerimónia de abertura das Mulheres e da Cultura da Paz foi presidida por **Zulmira Rodrigues**, Chefe da Secção de Cooperação com Organizações Regionais em África, Departamento de África na sede da UNESCO⁹⁹ e contou com a presença de:

1. **Anne Lemaistre**, Chefe de Escritório e Representante da UNESCO na Costa do Marfim;
2. **S. Ex.^a Specioza Naigaga Wandira-Kazibwe**, Ex-Vice-Presidente do Uganda, Membro e Representante da Rede Pan-Africana de Mulheres Africanas na Prevenção e Mediação de Conflitos (FemWise-África) em representação da Comissão da União Africana;
3. **S. Ex.^a Carolina Cerqueira**, Ministra de Estado para a Área Social da República de Angola

Dirigindo-se à Cerimónia de Abertura do Fórum das Mulheres da Bienal de Luanda, em nome de **Moez Chakchouk**, Director-Geral Adjunto para a Comunicação e Informação da UNESCO, **Ana Lemaistre** começou por enfatizar que ao se realizar o Fórum das Mulheres no mesmo dia do Dia Internacional da Paz, damos ênfase ao facto de que a paz só pode ser alcançada através do pleno reconhecimento dos direitos das mulheres e da sua contribuição para o desenvolvimento das sociedades. Referindo-se às más práticas como o casamento precoce e forçado e a mutilação genital feminina, salientou que, era lamentável que o progresso do continente africano no combate à violência sexual e à violência contra raparigas e mulheres continuasse a ser o mais lento em comparação com outras regiões do mundo. Neste contexto, referiu que em 2015, metade dos países africanos relatou que mais de 40% das mulheres tinham sido vítimas de violência, 20% dos quais eram casos de violência sexual.

Essas cifras reiteram que a necessidade de da paz para raparigas e mulheres não se refere apenas aos países em situações de conflito. Ana Lemaistre prosseguiu sublinhando a infeliz realidade das mulheres que frequentemente são excluídas das negociações de paz, apesar do papel chave que desempenham nas suas casas, comunidades e sociedades.

Ela prosseguiu referindo que a segunda prioridade da UNESCO, logo após África, é a *Igualdade de Género*. Essa orientação reflecte-se nos programas da organização que estão orientados para a criação de soluções inovadoras para o empoderamento das mulheres, mas que acima de tudo, manifestam os esforços significativos para a criação de um ambiente favorável de contribuição das mulheres para o desenvolvimento sustentável e a paz.

Reflectindo sobre as políticas e estratégias da UNESCO indicou que, a igualdade de género está difundida em todas as actividades e programas da organização, desde a educação às ciências, cultura e comunicação e informação. Essas políticas concentram-se na redução da exclusão e da sub-representação da mulher, bem como na aplicação de medidas para rentabilizar as oportunidades existentes, incluindo a transformação digital e as novas tecnologias para melhorar a posição das raparigas e das mulheres.

Concluiu afirmando que, a razão para se realizar um Fórum das Mulheres específico no Fórum para a Cultura de Paz da Bienal de Luanda é precisamente para sublinhar que as acções para uma maior e bem-sucedida pacificação das sociedades africanas, deve ter em conta os direitos de raparigas e mulheres. Desta forma, permitirá ao continente absorver a resiliência e o activismo das mulheres em África, ajudando também a celebrar seu papel como verdadeiras tecelãs da paz no continente.

Fazendo referência à sua própria experiência, **S. Ex.^a Specioza Naigaga Wandira-Kazibwe** falou sobre como foi crescer na era pós-independência do Uganda, “*nunca vendo nada a que se possa chamar de paz*”. Na sua opinião, após a luta de libertação, os homens em África começaram a lutar pelo poder, resultando em conflitos armados e nesse processo o desmantelamento das estruturas tradicionais africanas. No meio da confusão, a África parece ter-se esquecido de como gerir os conflitos.

Exortou ainda as pessoas na plateia a não esquecerem o impacto do colonialismo e do seu legado. Defendeu que os africanos deviam procurar compreender as causas da luta de África na busca de uma paz sustentável. “*Quando falamos de colonialismo, as pessoas dizem, porque é que os africanos falamos de colonialismo? É importante estarmos aqui reuni-*

⁹⁹ Zulmira Rodrigues foi também Coordenadora do Fórum de Ideias da Bienal de Luanda.



Cerimónia de Plantação de Árvores, na Nova Marginal em frente ao Memorial Agostinho Neto em Luanda: a Ministra da Cultura, Maria da Piedade de Jesus plantando a árvore da paz.

dos sob a égide da UNESCO e discutirmos o nosso futuro. Porque temos de saber a razão de estarmos desorganizados, o porquê de estarmos a lutar uns contra os outros, e o porquê de não conseguirmos orientar a nossa juventude”.

Em seguida, leu o discurso de Lord Macaulay ao Parlamento Britânico a 2 de Fevereiro de 1835, um discurso que achou ser bastante revelador:

“Viajei por toda a África e não vi uma pessoa que fosse um mendigo, que fosse um ladrão. Tal é a riqueza que vi neste país, valores morais tão elevados, pessoas de tal calibre, que eu penso que nunca conseguiríamos alguma vez conquistar essa terra, a menos que quebrássemos a espinha dorsal dessa nação, que é a sua herança espiritual e cultural e, portan-

to, proponho que substituamos o seu velho e antigo sistema de educação, a sua cultura, pois se os africanos pensarem que tudo o que é estrangeiro e inglês é bom e melhor do que o seu, eles irão perder a sua auto-estima, a cultura nativa e tornar-se-ão naquilo que nós queremos, uma nação verdadeiramente subjugada”.

Relativamente ao incomensurável papel desempenhado pelas mulheres africanas na história do continente, Specioza Kazibwe partilhou o seu próprio percurso como um exemplo da subestimação da importância das mulheres: *“Dediquei a minha vida a garantir que tinha a oportunidade de ser reconhecida na condição de mulher e mais tarde tornei-me a primeira executiva, vice-presidente mulher em África. Quero dizer-vos que sempre*



Phumzile Mlambo-Ngcuka (à esquerda) e Specioza Wandira Kazibwe (à direita) na reunião da delegação de alto nível das Nações Unidas e da União Africana em Bentiu, Sudão do Sul, 2018.

que falamos em capacitar as mulheres e somos uma activista das mulheres, as pessoas pensam que “não és suficientemente esperta”... mas depois de entrar nesse meio, fez-me abandonar o governo em 2003, demitindo-me como Vice-Presidente, para regressar à universidade, para estudar e tornar-me uma cientista social. Fiz antropologia, fiz sociologia... ninguém me consegue convencer de que há algo melhor do que ser africano, especialmente uma mulher africana.”

Ela prosseguiu o seu discurso recordando todas as mulheres africanas, das diferentes partes de África, que se juntaram aos esforços para unir os africanos e que trabalharam arduamente para reconstruir os valores e as tradições que são a espinha dorsal do continente. Ela perguntou: “Quem foi o responsável por esses valores morais? Quem foi responsável pela educação dos africanos antes do colonialismo chegar aqui? Quem foi responsável por assegurar que as crianças crescessem e fossem encaminhadas para as inovações tecnológicas? Foi a mulher africana”. Specioza Wangira sublinhou que a união de África tem sido a preocupação de mulheres de todas

as partes do continente e isso levou à criação do Comité Africano, entre cujos membros estavam as mulheres africanas mais proeminentes da época.

Reiterou este ponto referindo-se a 1987, quando a UNESCO ajudou a UA e o Uganda a apresentar a declaração de Kampala sobre a inclusão das mulheres no processo de paz. Isto aconteceu para garantir que todas as questões relativas às mulheres fossem integradas nas actividades da UA. Apelou à união das mulheres para garantir a implementação da Arquitectura de Paz e Segurança (APSA) da União Africana.

“A Agenda 2063, precisa que nós mulheres, não tiremos as mãos do volante em matéria de assegurar uma cultura de paz para facilitar o desenvolvimento sustentável”. Para o efeito, Specioza Kazibwe destacou o nascimento da FEMWISE, cujo objectivo é assegurar que as mulheres sejam as mediadoras para a paz, segurança alimentar e o acesso à educação para todos. Sublinhou ainda que a União Africana está pronta a trabalhar com as mulheres para garantir que assumam o seu lugar, de direito, em África.

No seu lançamento oficial do Fórum das Mulheres, **S. Ex.^a Carolina Cerqueira** reiterou também que a paz não se trata apenas da simples ausência de guerra, mas também sobre o desenvolvimento sustentável e sobre o respeito pelos direitos humanos. A este respeito afirmou, que a derrota definitiva das muitas formas de violência que ainda afectam as nossas sociedades é crucial para alcançar uma paz duradoura.

Para uma verdadeira cultura de paz, sublinhou que é *“fundamental não só eliminar a violência criminosa, geralmente sujeita ao escrutínio judicial, mas também que é importante eliminar “as formas de violência natural assimiladas” presentes nas relações familiares autoritárias, na violência doméstica, na violência contra os mais vulneráveis, nomeadamente as crianças, nas relações laborais autoritárias, nas relações racistas e sexistas.”* Expressou ainda que *“tudo isto é muitas vezes tão subtil nas nossas vidas e nas nossas sociedades, que nem sequer estamos conscientes do seu impacto perturbador na tranquilidade social e familiar.”*

Salientou que as mulheres representam mais de metade da população do continente e não são apenas os alicerces das famílias em toda a África, mas também são as mais empenhadas na educação, sensibilização e mobilização social das suas comunidades. Sublinhou ainda que as mulheres podem trazer a mudança de paradigma necessária, uma mudança em que os valores das mulheres e, em que a natureza feminina da alma humana trarão novas percepções do mundo e da vida. Esta mudança ajudará também na construção de novos diálogos tendo como base a generosidade, o altruísmo e humildade.

A Ministra de Estado referiu-se ao movimento de paz de Leymah Gbowee em 2011 na Libéria. Explicou que este movimento é um dos muitos exemplos de liderança das mulheres. Este movimento inspirou as mulheres a envolverem-se no processo de busca da paz, trazendo como consequência, a resolução eficaz dos conflitos no seu país. Elogiou as mulheres no Mali e na região do Sahel, onde têm desempenhado um papel tão fundamental na resolução dos conflitos étnicos. Falou também das mulheres no

Burundi¹⁰⁰ que foram fundamentais nas negociações de paz que conduziram ao período de transição e à implementação do Acordo de Paz de Arusha. No Quênia, as organizações de mulheres estão a mobilizar as mães contra a radicalização religiosa da juventude. Em Angola, as mulheres tiveram a sua quota-parte em recursos e apoio na luta pela libertação colonial e durante e após a guerra civil, continuando a promover o activismo pela paz, família e educação cívica comunitária. Mais recentemente no Sudão, mulheres como Alaa Salah tornaram-se ícones na mobilização de milhares de mulheres na busca da liberdade e da democracia. Todos estes movimentos são exemplos do forte empenho das mulheres na promoção da paz e da democracia nos vários países por toda a África.

Reiterou também a importância do aumento na participação e na visibilidade das mulheres no processo de tomada de decisão a nível nacional, regional e internacional e no fortalecimento dos esforços no acesso das mulheres à educação. Cidadãos educados são mais resilientes à alteração social e serão guardiões da lei e da ordem. As mulheres devem, portanto, estar presentes, serem ouvidas e serem corajosas o suficiente para permitir que o continente cultive a nova era de paz que todos procuramos.

Concluiu a sua intervenção dizendo que a Bienal de Luanda, ao reunir tantas vozes, povos, gerações e diversidade cultural, é a prova de que a paz é pertença de todos. Para que a paz seja duradoura, deve ser construída na compreensão mútua e na solidariedade intelectual da humanidade, onde os seus infinitos recursos de tolerância e dignidade devem ser dedicados para o alcance deste ideal.

¹⁰⁰ Acordo de Arusha para a Paz e Reconciliação do Burundi, amplamente conhecido como os Acordos de Arusha, foi um tratado de paz transitório, que pôs fim à Guerra Civil burundiana, assinado em Agosto de 2000.

iii.4.2 Papel das Mulheres na Cultura de Paz: Vulnerabilidade das Raparigas e das Mulheres à Violência

Moderadora: Georja Calvin-Smith,
Jornalista da FRANCE 24

Membros do Painel

1. **Askah Buraci Otao**, Professora da Escola Secundária para Raparigas Gionseri e beneficiária do “Programa de Orientação da UNESCO para fomenta o potencial das Raparigas em Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM)”, Quênia;
2. **Dra. Carmel Stella Matoko Mibanzila**, Directora do Hospital Base de Bacongo, República do Congo;
3. **Elisa Ravengai**, Coordenadora Nacional da Federação da Organização das Pessoas com Deficiência, Zimbabué;
4. **Iqbal El-Samaloty**, Secretária-Geral da Rede Árabe de Alfabetização e Educação de Adultos, Egipto;
5. **Loise Danladi Musa**, Secretária Executiva da Agência Estatal de Educação em Massa de Bauchi, Nigéria
6. **Júlia Quitócuá**, Directora Nacional dos Direitos da Mulher, Igualdade e Equidade do Género do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU), Angola

Introdução

A sessão iniciou com um pequeno vídeo¹⁰¹ após o qual a moderadora, **Georja Calvin-Smith**, fez a contextualização da área temática. Chamou a atenção para a vulnerabilidade das mulheres e das raparigas a muitas formas de violência na sociedade e salientou que todas as formas de violência baseadas no género constituem uma violação dos direitos das mulheres. Citando a elevada prevalência de violência contra as mulheres em África, falou sobre o facto de as mulheres e raparigas serem vítimas de escravatura e agressão sexual e física. Como exemplo, referiu a África do Sul, onde milhares de pessoas protestavam, pouco antes do início da Bienal, sobre o número de assassinios e crimes violentos cometidos contra as mulheres. Nas suas próprias palavras: “*esta semana, numa sessão de emergência no parlamento, o número de violência contra mulheres e crianças só naquele país foi comparado ao de uma nação em guerra. Pelo menos 2700 mulheres foram assassinadas por homens no ano passado e pelo menos 100 violações*

foram registadas diariamente. Há que lembrar que estes se referem apenas ao número dos casos que são relatados e apenas para a África do Sul”.

Prosseguiu reiterando que, embora haja cada vez mais relatos contra a repressão e abuso das mulheres em algumas comunidades do continente, essa crescente consciencialização tem ainda de ser acompanhada por suficientes medidas e tratada com a urgência adequada. Embora medidas estejam a ser tomadas e investimentos em termos de tempo, esforço e educação estejam a ser feitos, isso ainda está muito longe de ser suficiente. “*Todos os dias as mulheres morrem porque, na opinião daqueles que as rodeiam, o sua condição de mulher rotula-as como descartáveis. Muitas morrem, muitas mais são frequentemente violadas, vilipendiadas, marginalizadas e menosprezadas. Isto não é um drama. Isto não é um exagero. É um fardo que todos nós carregamos.*”

Georja Smith concluiu reiterando que “*a paz e a prosperidade não podem ser construídas nas nossas sociedades enquanto as suas fundações forem corroídas por atitudes que degradam 50 por cento da nossa população. O veneno não pára a meio caminho. Desde a educação, aos direitos humanos, à investigação e desenvolvimento e à saúde, a forma como tratamos as nossas mulheres afecta negativamente o progresso em todas as frentes.*”

Em seguida, apresentou o painel de profissionais, mulheres que dedicaram os seus esforços e conhecimentos na capacitação de mulheres e raparigas na luta para a redução da sua vulnerabilidade a todas as formas de violência. Os membros do painel representaram as cinco regiões do continente africano e as várias áreas programáticas da UNESCO.

Apresentações e debates principais

Askah Buraci Otao, professora da Escola Secundária para Raparigas Kereri, falou sobre o programa de orientação para a educação em Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM) da UNESCO no Quênia, com foco na experiência da sua escola.

Iniciou a sua intervenção, explicando como a menina africana tem vindo a ser marginalizada desde há muito tempo devido a equívocos culturais, não só em casa, mas também no meio académico. Isso levou a que houvesse um baixo número de mulheres em algumas carreiras,

¹⁰¹ Vídeo disponível em: <https://bit.ly/2vt96z9>.

especialmente as alocadas às STEM. No entanto, a introdução do programa de orientação das STEM da UNESCO para raparigas do ensino secundário revolucionou o pensamento de muitos no sector da educação, no que diz respeito à garantia de que as raparigas tenham igualdade de oportunidades de participação em cursos e carreiras das STEM, para um mundo mais seguro, justo e pacífico.

O programa de orientação iniciou-se em 2014¹⁰² e teve o teste-piloto no Quênia. Em 2015, a escola da professora Askah Otao foi seleccionada para participar no segundo ciclo do programa, o que permitiu que lunos e professores da escola frequentassem um “campo científico”. Os alunos tiveram a oportunidade de participar em actividades e cursos na área das STEM, com o objectivo de despertar o seu interesse e despertar o potencial das raparigas nas ciências.

Estes campos semanais envolveram discussões sobre escolhas de carreira, orientação de competências de vida, partilha de experiências com estudantes universitários das STEM, experiências científicas e visitas a indústrias. Askah Otao explicou que acompanhou quatro raparigas da sua escola no campo. O campo ajudou a quebrar normas e preconceitos sociais contra as capacidades da rapariga africana. A visita suscitou a curiosidade das raparigas, ajudando-as a relacionar as ciências com o seu dia-a-dia, enquanto as sessões de competências de “vida e sobrevivência” as ajudaram a perceber a melhor forma de passar a adolescência sem deixar que os seus desafios diários interferissem com o seu desempenho académico.

Depois de terminarem o campo, as quatro raparigas que frequentaram a Escola Secundária para Raparigas Kekeru organizaram um clube com 20 alunas, onde implementaram o programa de orientação. Em 2018, o número de membros do clube tinha aumentado para 50. A matrícula de raparigas em Química e Matemática aumentou 40% entre 2015 e 2017 e o número de raparigas a fazer Física nos exames finais quase triplicou de 57 em 2017 para 145 em 2019. Várias estudantes matricularam-se em cursos de



© Alice Ochianda

engenharia civil, tecnologias da informação, farmácia e agricultura em instituições terciárias em todo o Quênia.

Os professores que aderiram ao campo também relataram mudanças fundamentais no seu sistema de ensino, incluindo as TIC para tornar o ensino e a aprendizagem mais interactivos.

Em meados de 2015, mais de 400 raparigas do ensino secundário de todo o país tiveram a oportunidade de participar no projecto. No âmbito do programa, foram formados em STEM quarenta professores quenianos em ensino responsivo ao género e foram estabelecidas novas parcerias para melhorar a participação das mulheres nas STEM, a nível nacional, com ministérios relevantes, instituições governamentais, sector privado e indústrias focadas na ciência. Como resultado, este projecto deu muito mais visibilidade ao foco da UNESCO na abordagem do desafio da matrícula de raparigas em cursos de ciências e engenharias e as STEM tornaram-se uma referência nas estratégias para o empoderamento das raparigas através da educação.

Raparigas no Quênia que participam nas actividades de STEM.

¹⁰² Os Campos Científicos de Excelência anuais para a Orientação de Raparigas em Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM) é em conjunto organizado pelo Escritório da UNESCO em Nairobi, pelo Governo do Quênia, pela Comissão Nacional para a Ciência, Tecnologia e Inovação e pela Universidade de Nairobi.



A promoção da participação das mulheres e raparigas na educação das STEM é fundamental no combate à desigualdade entre homens e mulheres no acesso às profissões STEM.

Com base nos resultados, Askah Otao fez as seguintes recomendações:

1. Expansão dos campos das STEM a todas as raparigas do Quênia e do continente africano;
2. Inscrição de mais professores de Ciência e Matemática em programas paralelos, para que possam ser orientados sobre a melhor forma para reduzir a diferença de género nas STEM e sobre como lidar com as suas principais causas;
3. Sensibilização de administradores escolares e pais para garantir a mudança de atitudes sobre a capacidade das raparigas em disciplinas de ciências, desmantelando os estereótipos de género para raparigas e mulheres, para que estas possam ingressar em cursos e carreiras das STEM.

Dando testemunho relativamente a estratégias no apoio na luta contra a violência baseada no género na República do Congo, a **Dra. Carmel Stella Matoko Miabanzila**, com uma vasta experiência como médica no cuidado de mulheres sujeitas à violência sexual, falou sobre o contributo da UNESCO na promoção da paz e da não-violência nas escolas. Referindo-se aos recorrentes conflitos armados internos entre 1998 e 2012, a República do Congo pôs em prática um programa de tratamento físico e psico-

lógico de raparigas e mulheres vítimas de violência sexual durante os conflitos.

Em 2012, um incidente envolvendo uma série de explosões num depósito de munições em Brazzaville deixou um elevado número de vítimas, um incêndio que assolou a cidade e o deslocamento de muitas famílias. No rescaldo das explosões, observou-se um número elevado de incidentes de violência, nomeadamente contra as mulheres. Também se registou um aumento considerável de violência em locais de acolhimento de pessoas deslocadas. Foi decretado um plano de contingência da ONU e a UNESCO abraçou a tarefa de formar professores e educadores com o objectivo de erradicar a violência nestas situações precárias e em ambientes escolares. Esta iniciativa incluiu ainda uma campanha de sensibilização, centrada nas questões de género e na prevenção da violência nas escolas.

Em 2016, com base nesta experiência da UNESCO, foi elaborado um manual para professores e educadores com foco na transmissão de valores de paz aos alunos. Actualmente, este manual foi integrado no currículo dos professores e constitui a base para a educação moral e cívica. Os professores ajudam a sensibilizar para as questões de género, com especial ênfase na eliminação da violência baseada no género, promovendo ao mesmo tempo a coexistência pacífica.

A Dra. Carmel Miabanzila explicou que apoiou mais de 700 raparigas, vítimas de violência sexual, mesmo durante os períodos em paz. Existe uma necessidade desesperada de uma cultura de paz, dado que muitas vezes, a violência contra as mulheres é invisível, está escondida ou é negligenciada em África. Além disso, sublinhou que o trauma psicológico resultante da violência sexual, deixa cicatrizes invisíveis duradouras nas vítimas e o tratamento destas vítimas, é assim de importância vital. Os professores e educadores precisam de ter formação sobre como identificar sinais de trauma, tanto físicos como psicológicos, nas alunas, em fases iniciais. Precisam ainda de formação sobre qual a melhor abordagem adequada a estas questões sensíveis no ambiente escolar. Os professores podem incentivar as vítimas a procurar tratamento médico e a aumentar a sua resiliência para que possam ajudar outras pessoas em circunstâncias semelhantes. Desta forma, as próprias vítimas podem tornar-se agentes da paz.

A apresentação de **Elisa Ravengai** focou-se no papel das pessoas com deficiência (PcD) como agentes da paz. Quis enfatizar as necessidades das mulheres com deficiência e explorar como a UNESCO pode continuar a ajudar a melhorar a inclusão social e a participação de raparigas e mulheres com deficiência.

Elisa Ravengai explicou que as pessoas com deficiência representam 15% da população mundial. Dessa demografia, as mulheres e as raparigas com deficiência constituem a maior minoria e continuam a sofrer muitas violações dos direitos humanos. A sua marginalização e exclusão, devido ao duplo estigma e discriminação associadas ao seu género, resultam no seu acesso limitado à justiça e a informação crucial sobre saúde sexual e reprodutiva (SSR). As crenças e atitudes culturais negativas agravam essa situação. O artigo 6.º da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (UNCRPD)¹⁰³ reconhece que as mulheres e raparigas com deficiência estão sujeitas a múltiplas formas de discriminação e, como tal, exigem atenção e apoio específicos.

Explicou ainda que a cultura é um importante motor na marginalização das pessoas com deficiência e, por isso, a UNESCO tem um papel e mandato muito importantes a cumprir na mudança de mentalidades. Em determinadas sociedades do Zimbabué, a deficiência é frequentemente associada à feitiçaria e o nascimento de uma criança com deficiência é um mau presságio para a família. Esta visão hostil da deficiência traduz-se na baixa aceitação social e isolamento sofridos por pessoas com deficiência. As comunidades desempenham um papel fundamental na perpetuação desta discriminação e do estigma e, conseqüentemente, o medo e a vergonha em torno da deficiência impulsionam os pais a deixar os seus filhos na solidão,

segregando-os assim de outras crianças e da comunidade em geral. Esta forma de abuso protector aumenta a probabilidade de violência sexual e solidifica a invisibilidade das pessoas com deficiência nas esferas públicas.

Explicou que, depois de reconhecer os desafios enfrentados pelos PcD em 2013, o Governo do Zimbabué reviu a Constituição e ratificou a adopção da CNUDPCD (Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência). Estas medidas ajudaram a promover os direitos das pessoas com deficiência no país, apoiadas por quadros jurídicos e institucionais relevantes. O Zimbabué assinou também a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (CADHP).

Desde 2018, a UNESCO, no âmbito da iniciativa¹⁰⁴ Parceria das Nações Unidas para os Direitos das Pessoas com Deficiência (PNUDPCD), estabeleceu uma parceria com a Federação de Organizações das Pessoas com Deficiência no Zimbabué (FODPZ)¹⁰⁵ para garantir o envolvimento explícito e a participação de mulheres e raparigas com deficiência, incluindo as das zonas rurais, em todos os domínios da sociedade. A parceria visa também abordar normas sociais e culturais discriminatórias e promover os direitos de saúde sexual e reprodutiva de Pessoas com Deficiência.

Ao solicitar dois estudos qualitativos sobre: 1) “Pesquisa sobre as Necessidades, Preocupações e Aspirações de Raparigas e Mulheres com Deficiência” e 2) Revisão da Interface da Cultura, Género e Deficiência”, a UNESCO conseguiu reunir dados que registam as experiências deste grupo específico. Esta informação contribuirá para o diálogo com os governos e servirá de base para recomendações que procurem melhorar a prestação de serviços e o acesso à justiça.

¹⁰³ O artigo 6.º da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CNUDPCD) afirma que: 1) Os Estados Partes reconhecem que as mulheres e as raparigas com deficiência estão sujeitas a múltiplas discriminações e, a este respeito, tomarão medidas para assegurar o pleno e igual usufruto de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais; e 2) Os Estados-membros tomarão todas as medidas adequadas para assegurar o pleno desenvolvimento, a promoção e a capacitação das mulheres, com o objectivo de lhes garantir o exercício e gozo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais previstas na presente Convenção.

¹⁰⁴ A PNUDPCD apoia a plena aplicação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPCD), facilitando o diálogo político, a construção em coligação e o desenvolvimento de capacidades a nível nacional, regional e global.

¹⁰⁵ A Federação de Deficientes do Zimbabué é uma plataforma que congrega 14 organizações que defendem os direitos dos povos com deficiência no país. A PNUDPCD visa reforçar a parceria com organizações de deficientes e instituições de direitos humanos no acompanhamento da implementação da CDPCD.

A revisão da política de género do país revelou que o país já tinha adoptado quadros legais compatíveis sobre a deficiência. No entanto, a análise verificou que, apesar dos resultados positivos, ainda existe um longo caminho a percorrer para permitir que as mulheres e raparigas com deficiência usufruam plenamente de todos os direitos humanos e da liberdade fundamental. Como tal, foram feitas as seguintes recomendações ao Zimbabué, aplicáveis a todos os países de África:

1. As Comissões Independentes dos Direitos do Homem devem continuar a receber formação para identificar os direitos das pessoas com deficiência;
2. À medida que a nação avança num espírito de tolerância e reconciliação, a deficiência deve ser apoiada com recursos para integrar as questões que afectam a sua constitucionalidade no discurso nacional;
3. A Comissão Nacional de Paz e Reconciliação (CNPR) deve ser capacitada para a educação para as pessoas com deficiência, dado que está a criar espaço para conversações nacionais destinadas a alcançar a coesão social, económica e política e a transformação no Zimbabué;
4. É necessário que os ministérios pertinentes integrem a deficiência nos seus programas. Isto pode ser feito através do envolvimento pleno com organizações que trabalham com pessoas com deficiência;
5. Os programas de empoderamento económico das raparigas e das pessoas com deficiência devem trabalhar para combater a pobreza, dado que a pobreza aumenta a vulnerabilidade destes grupos já de si marginalizados;
6. As mulheres e as raparigas devem ser capacitadas com competências de advocacia na construção de confiança, de modo a aprenderem a articular as suas preocupações. Especialmente porque são frequentemente relegadas para a periferia da sociedade, devido ao seu baixo estatuto social e económico; e
7. As agências da UA e das Nações Unidas devem mobilizar recursos para que possam influenciar os governos a incorporar a CNPD e a ratificar o protocolo africano para a deficiência. A UA e as Nações Unidas devem igualmente ajudar a desen-

volver estratégias para implementar estes e outros tratados regionais e internacionais orientados para a promoção da igualdade entre homens e mulheres.

Em concordância com o princípio do ODS “*Não deixar ninguém para trás*” da Agenda 2030 das Nações Unidas e no espírito de promover a auto-representação, a inclusão e o envolvimento de raparigas e mulheres com deficiência é fundamental para uma paz sustentável. Elisa Ravengai concluiu salientando que: “*A paz começa comigo, contigo e com todos nós*”.

A apresentação de **Iqbal El-Samaloty** focou-se no projecto *Alfabetização de mulheres e raparigas marginalizadas através da tecnologia no Egipto*. Explicou que esta intervenção foi desenvolvida em conjunto com a UNESCO para ajudar a resolver o enorme desafio do analfabetismo no Egipto, onde 11,2 milhões de mulheres e adolescentes¹⁰⁶ são analfabetas.

A taxa de desemprego entre mulheres com mais de 15 anos é de 23,1%, aproximadamente três vezes superior à taxa de desemprego dos homens no país, que actualmente é de 8,2%. As mulheres são também mais frequentemente vítimas de violência doméstica. De acordo com o Conselho Nacional de Mulheres, 36% das mulheres casadas relataram ter sofrido violência física no casamento.

Em 2017, com o apoio da Microsoft e mais tarde (2019) do Weidong Group da China, a UNESCO implementou um projecto-piloto inovador, que oferecia materiais e ferramentas de aprendizagem baseados nas TIC para promoção da alfabetização de raparigas e mulheres. Este projecto foi implementado em colaboração com organismos governamentais, organizações da sociedade civil e parceiros de desenvolvimento para garantir a sustentabilidade e a apropriação nacional.

Em Gizé, 685 raparigas e mulheres com idades compreendidas entre os 16 e os 35 anos beneficiaram e desenvolveram competências de alfabetização e cálculo. Adquiriram ainda competências de alfabetização digital e compe-

¹⁰⁶ De acordo com o Instituto de Estatística do Egipto, o país tem actualmente uma taxa de analfabetismo de mais de 28,8%. Este valor representa 23,5% com mais de 15 anos de população masculina e 34,5% da população feminina do país. Isto equivalia a 18,8 milhões de pessoas em 2017.

tências para a vida e foram legalmente capacitadas, essencialmente, obtendo as chamadas “*competências de alfabetização funcional múltipla*”¹⁰⁷ conceptualizadas pela UNESCO.

O projecto adoptou um novo currículo de alfabetização desenvolvido por Iqbal El-Samaloty e pela sua equipa da Rede Árabe de Alfabetização e Educação de Adultos. Denominado *Mulheres e Vida*, este currículo é especificamente orientado para o empoderamento de raparigas e mulheres. O currículo incluiu ainda uma aplicação digital educacional, interactiva e transversal, que permite aos beneficiários tornarem-se membros activos das suas famílias e das suas comunidades.

A fase de aprendizagem consistiu de um programa abrangente de capacitação para a construção de conhecimentos, competências e carácter das alunas. Foram discutidos temas diferentes, como o casamento precoce, a mutilação genital feminina, a participação política e as relações familiares. O projecto também apoiou as mulheres a iniciarem pequenos negócios. Este programa capacitou ainda as mulheres aprendizes a agirem como agentes-chave de mudança e da paz nas suas comunidades, reduzindo assim a sua vulnerabilidade à violência e à exploração.

A alfabetização tecnológica requer menos tempo que os programas tradicionais de alfabetização. As alunas também estavam mais entusiasmadas a participar regularmente nas sessões com base na tecnologia do que a frequentar as aulas convencionais de alfabetização. No final da fase de aprendizagem das sessões de 2017 e 2018, as alunas efectuaram o exame da Autoridade de Educação de Adultos. A taxa de aprovação final no exame atingiu os 92%, o que é muito superior à média nacional.

Lois Danladi Musa fez uma apresentação sobre a iniciativa de educação básica feminina: *Escola de encontro ao*



Rapariga em Lilongwe a aprender costura e a adquirir competências em design de moda na sua máquina de costura especialmente adaptada.

aluno (School Meet the Learner Approach). Informou que o projecto foi iniciado para abordar o enorme problema do analfabetismo no Estado de Bauchi, na Nigéria. Actualmente, 10,5 milhões de crianças estão fora do sistema de ensino na Nigéria, um dos números mais elevados do mundo. 60% dessas crianças (6,3 milhões) estão no norte do país, sendo que 71% são meninas e mulheres (RMG 2015 da UNESCO). Esse número equivale a quase uma em cada três crianças do ensino primário e uma em cada quatro crianças do ensino secundário, que se encontram fora do sistema de ensino.

A elevada incidência de crianças fora do ensino no Nordeste da Nigéria deve-se, em grande parte, à insurgência do Boko Haram. O conflito armado do Boko Haram privou o acesso à educação a muitas crianças, incluindo meninas. Este conflito provocou 1,9 milhões de deslocados internos, 80% dos quais são mulheres e crianças. Para além da insurreição, as baixas percepções do valor da educação das meninas, as barreiras culturais e religiosas e os casamentos precoces estão entre as razões para o abandono precoce ou o baixo número de matrículas de raparigas. No Nordeste da Nigéria, 26% das mulheres entre os 20 e os 49 anos casaram aos 15 anos e mais de 56% casaram aos 18 anos (MICS 2015.)

O programa *Escola de encontro ao aluno* é uma abordagem inovadora desenvolvida pela UNESCO e implementada como projecto-piloto no Estado de Bauchi na Nigéria. Foi concebida para fazer face ao fraco acesso e à desigualdade de género na educação na zona nordeste, muitos dos quais resultan-

¹⁰⁷ A UNESCO considera uma pessoa funcionalmente alfabetizada quando esta consegue participar em todas as actividades em que a alfabetização é necessária para o seu funcionamento eficaz e também para permitir que continue a usar a leitura, a escrita e os cálculos para o seu próprio desenvolvimento e o da sua comunidade. A alfabetização múltipla refere-se à capacidade de interpretar as várias formas, fontes ou meios através dos quais obtemos informações. As quatro competências que compõem a alfabetização múltipla são a alfabetização visual, a textual, a digital e a tecnológica.



Meninas Fulani na Escola Primária Central Miga, Estado de Jigawa, Nigéria

tes de conflitos armados e de desafios culturais. Como o próprio nome sugere, leva a escola até aos alunos, através da utilização de aplicações informáticas desenvolvidas. Estas aplicações são instaladas em dispositivos móveis e computadores e utilizados mesmo em transmissões televisivas, com conteúdos de ensino para o ensino formal como para o não-formal. As escolas-alvo foram equipadas com computadores para complementar a aprendizagem, enquanto que a nível comunitário foram criados centros multimédia em áreas locais específicas para dar resposta às necessidades dos alunos da educação não-formal. Esta abordagem é uma solução *offline* baseada na auto-aprendizagem e na auto-avaliação.

Resultados

Utilizando esta abordagem inovadora à aprendizagem, foram observados os seguintes resultados:

- A capacidade de 10 000 raparigas com baixo desempenho no 2º ano do Ensino Secundário está a ser reforçada devido à digitalização de 56 conteúdos de aulas em seis áreas disciplinares. Estes conteúdos incluem Ciência Básica, Tecnologia Básica, Educação Física e Saúde, Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), Matemática e Inglês.
- Foram apoiadas 40 000 mulheres e raparigas analfabetas que tinham abandonado a escola para desenvolver a alfabetização e outras competências relevantes para o emprego e actividades de geração de rendimentos. Tudo isto está a ser conseguido através da digitalização e migração de 85 aulas para dispositivos móveis para estudantes e alunas do ensino não-formal.
- Adicionalmente, em colaboração com a Autoridade Local de Televisão de Bauchi e a Autoridade Nacional de Televisão (NTA), os conteúdos foram difundidos a um grupo ainda mais vasto para além das 50 000 visadas.

O projecto foi o resultado de uma parceria estratégica entre a UNESCO, o governo provincial e a *Proctor and Gamble*. Teve como base a história de sucesso de um projecto-piloto da UNESCO no Senegal, também financiado pela *Proctor and Gamble*. No projecto senegalês, as TIC foram utilizadas para acelerar e alcançar um maior número de pessoas pobres e analfabetas em situações de dentro e fora do sistema de ensino.

Júlia Quitócu fez uma apresentação sobre a Política Nacional para a Igualdade de Género em Angola, a que recorreu para ilustrar a perspectiva angolana sobre como os governos podem apoiar o empoderamento das mulheres.

O Governo de Angola reconhece os desafios que as raparigas e as mulheres enfrentam na sociedade, razão pela qual o país é um participante activo nos fóruns internacionais, ratificou quadros jurídicos internacionais e adoptou legislação interna. Em conformidade com os quadros jurídicos internacionais, como por exemplo, a *Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres* e a

*Plataforma de Acção de Pequim*¹⁰⁸, Angola promulgou a Lei contra a Violência Doméstica (Lei 25/11). O país também desenvolveu a Política Nacional para a Igualdade e Equidade de Género. Este conjunto de políticas visa mitigar a violência baseada no género e procura promover a harmonia no seio das famílias e dos agregados familiares através da alteração de normas sociais.

Existem diversas formas de violência a que as raparigas e as mulheres jovens são particularmente vulneráveis, especialmente quando se fala de casamento precoce. Face a isso, o Governo angolano aderiu à campanha da União Africana contra o casamento e a gravidez precoce. O Governo empenhou-se também em esforços de sensibilização para atenuar as taxas de gravidez precoce no país. Isto permite que as raparigas e mulheres jovens prossigam com a sua educação formal e aumentem o seu acesso a melhores oportunidades de emprego.

A violência doméstica em Angola continua a ser um desafio crucial para a sociedade, tendo em conta as elevadas taxas de violência contra as mulheres e o *feminicídio* (acto de matar uma mulher só porque é mulher). A nível nacional, o governo criou uma rede de centros de apoio às mulheres, para que possam ser informadas sobre os seus direitos, as suas obrigações enquanto cidadãs e como mulheres e sobre a sua protecção legal. Reconhecendo a violência menos visível e perpetrada por mulheres contra mulheres, o governo lançou um apelo para um maior respeito, tolerância e solidariedade entre as mulheres.

Reiterando o seu apreço pelos direitos humanos, o seu inerente valor universal e os direitos das raparigas e das mulheres, a política nacional de igualdade de género promove o papel das mulheres na sociedade, incentivando-as a participar nos processos de tomada de decisão e defendendo também a inclusão de mais mulheres em cargos de autoridade.

Em Angola, as mulheres representam mais de metade da população e, desta

percentagem, quase um terço é chefe da respectiva família. Muitas destas mulheres, chefes de família, são mães solteiras. Isto significa que a educação das crianças é sobretudo da responsabilidade das mulheres. Por isso, o acesso à educação, tanto das crianças como dos adultos, é fundamental para apoiar as mães carentiadas e as suas famílias, para que estas possam tornar-se participantes activas da sociedade. Este conjunto de políticas está orientado para a promoção das raparigas e dos papéis das mulheres na sociedade, proporcionando oportunidades e uma plataforma onde as suas opiniões são expressas e ouvidas. Isto permitirá-lhes contribuir para a (re)construção das suas próprias comunidades.

Sessão plenária

Durante a sessão, os membros do painel interagiram com a audiência sobre um leque diversificado de questões demonstrando os desafios que as raparigas e as mulheres enfrentam no continente africano. Partilharam as suas experiências sobre os projectos de capacitação de raparigas e mulheres por todo o continente. Estas melhores práticas, representam abordagens e soluções viáveis para abordar a vulnerabilidade das raparigas e mulheres no continente e houve recomendações para o aumento dessas mesmas abordagens e soluções. Alguns dos outros pontos de discussão são aqui destacados:

- A elevada vulnerabilidade de mulheres e raparigas que vivem com deficiência à violência sublinha a necessidade da sua inclusão nas iniciativas de promoção da paz. As mulheres e raparigas com deficiência e os pobres, normalmente, não têm acesso à educação devido às muitas barreiras sociais e físicas com que se deparam no seio das suas famílias e comunidades.
- Não são atribuídos papéis de decisão à maioria das mulheres, o que inibe seriamente a sua contribuição em questões que directamente as afectam.
- As jovens são vítimas de casamentos precoces forçados e de mutilação genital feminina; infelizmente, esta é uma questão persistente, que exige a duplicação dos esforços em todo o continente.
- As mulheres e as raparigas são vítimas de violência doméstica no seu agregado familiar e na esfera conjugal. Muitas não têm competências

¹⁰⁸ A Plataforma de Acção de Pequim é um quadro legal que procura abordar a igualdade de género, adoptado durante a Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres. A resolução foi aprovada para a promulgação de um conjunto de princípios para alcançar uma maior igualdade e oportunidade para as mulheres e que ainda continua, actualmente, a ser relevante, aquando da celebração do seu 24º aniversário no dia 15 de Setembro de 2019.

suficientes para saber que podem pedir ajuda e que existem quadros legais para resolver os seus problemas. Muitas mulheres também não possuem as competências necessárias, incluindo alfabetização e numeração básicas para se aventurarem em actividades económicas que lhes permitam escapar à dependência de homens e cônjuges abusivos.

- A sua orientação, quer seja para raparigas quer para as mulheres, é necessária para as dotar de competências e conhecimentos que lhes permita o aumento da sua confiança e auto-estima. O que também as habilitaria a tornarem-se membros activos das suas comunidades.
- São necessárias políticas nacionais de género em todos os países para combater a violência baseada no género. Por conseguinte, os governos devem criar quadros jurídicos para a protecção das mulheres contra a violência nas suas famílias, comunidades e sociedade em geral.
- Foi feito um apelo às mulheres para serem mais tolerantes umas com as outras, dado o elevado número de casos de violência de mulheres contra outras mulheres. A necessidade de advocacia e de sensibilização das mulheres para se tornarem agentes de paz, foi salientada, para uma vivência em harmonia e solidariedade umas com as outras.
- A educação foi enfatizada como um instrumento crucial no empoderamento das raparigas e das mulheres, no fortalecimento dos programas de alfabetização para facilitar a integração ideal na sociedade.
- Os membros do painel lamentaram as práticas e normas culturais que aumentam a vulnerabilidade das mulheres à violência, tais como: estar casado com até 4 esposas, clausura das mulheres em casa, a menos que lhes seja concedida permissão dos maridos para sair; a crença de que, uma vez que as raparigas quando se casem saiam de casa, não há necessidade de investir nelas e o facto de, em algumas sociedades, só os homens podem sustentar as suas mulheres e, por conseguinte, serem ridicularizados caso as suas mulheres trabalhem (uma vez que a mulher trabalhadora é vista como uma ameaça ao homem no agregado familiar). Em alguns casos, as mulheres também impõem os hábitos tradicionais, por exemplo, retirando as suas filhas da escola para ajudar nas tarefas domésticas e insistindo que façam mutilações genitais femininas para que se tornem melhores esposas no futuro.

No final da sessão, foram apresentadas as seguintes recomendações:

Reconhecendo a necessidade de construir sociedades pacíficas verdadeiramente inclusivas e reconhecendo que não pode haver sociedades pacíficas sem a realização efectiva dos direitos humanos das mulheres e raparigas, apelamos a todos **os Estados e Governos africanos** que desenvolvam e implementem políticas transformadoras e inclusivas de género que promovam: mudanças de atitudes; mudanças que encorajem a masculinidade positiva e apoiem a defesa contra práticas abusivas; e mudanças nas normas sociais que aumentem a vulnerabilidade das mulheres e raparigas à violência;

Reconhecendo que a educação é fundamental para a inclusão e a equidade e observando que muitas raparigas continuam a abandonar a escola ainda muito jovens, apelamos **aos Estados**, governos e organizações internacionais para que apoiem o acesso das mulheres e raparigas a uma educação de qualidade e inclusiva. A este respeito, recomendamos também a adopção da tecnologia como meio para a melhoria do ensino e a aprendizagem e como resposta às necessidades de ensino e aprendizagem das populações que foram deixadas para trás por programas educativos formais;

Além disso, reconhecendo a lacuna de género na ciência, tecnologia e inovação em geral em África, advogamos a intensificação dos programas de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM) para as raparigas, bem como criação de programas de orientação para a sua capacitação e participação eficaz em mecanismos de resolução de conflitos, bem como a redução da sua vulnerabilidade à violência baseada no género;

Reconhecendo o papel fundamental das mulheres africanas como agentes e promotoras da paz no continente e reconhecendo a sua capacidade limitada, que inibe o contributo para a redução da violência e a procura da paz, nós, os participantes na Bienal de Luanda, encorajamos o reforço da coordenação entre as agências das **Nações Unidas**, em especial da **UNESCO e da ONU Mulheres, da União Africana, das organizações de mulheres regionais e nacionais e da rede da sociedade civil**;

Reconhecendo que as raparigas e as mulheres com deficiência ainda enfrentam barreiras interseccionais e que carecem de apoio necessário para participar plenamente na sociedade e de acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que visa *“promover, proteger e garantir o pleno e igual exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais de pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente”*, recordamos **aos Estados** as suas obrigações de garantir e promover *“o usufruto pleno de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência sem qualquer tipo de discriminação com base na deficiência e no género”* e a cumprir as disposições estabelecidas, desenvolvendo e implementando as leis e políticas adoptadas, através de um processo de consulta estreita e da sua participação activa.

Propomos a organização de uma **conferência de seguimento**, para um maior intercâmbio de experiências e melhores práticas de paz e não-violência para e pelas mulheres. Propomos igualmente a realização de estudos sobre a liderança das mulheres, sobre o papel das mulheres nas medidas de prevenção de conflitos, bem como sobre o papel das mulheres na promoção de uma cultura de paz.

iii.4.3 Rede de Mulheres para uma Cultura de Paz

Moderadora: Ana Elisa Santana Afonso, Directora do Escritório de Ligação da UNESCO com a União Africana e a Comissão Económica das Nações Unidas para África e representante da UNESCO na Etiópia.

Membros do Painel

1. **S. Ex.^a Specioza Wandira-Kazibwe**, Ex-Vice-Presidente do Uganda e Co-Presidente da Rede Pan-Africana de Mulheres Africanas na Prevenção e Mediação de Conflitos (FemWise-África);
2. **Awa Ndiaye Seck**, Representante da ONU Mulheres na República Democrática do Congo;
3. **Victoire Lasseni-Duboze**, Presidente da Rede Pan-Africana de Mulheres para a Cultura de Paz, Gabão;
4. **Jeanne d’Arc Kanakuze**, Secretária Executiva do Colectivo *Pro-Femmes/Twese Hamwe*, Ruanda;
5. **Coumba Fall Venn**, Administradora do Centro Pan-Africano para o Género, a Paz e o Desenvolvimento da *Femmes Africa Solidarité (FAS)*, Senegal;
6. **Dra. Yemisi Akinbobola**, Co-fundadora da Rede de Mulheres Africanas nos Mídia (*African Women in Media (AWiM)*), Nigéria.

Introdução

A sessão foi apresentada por **Ana Elisa Santana Afonso**. Relembrando que em África, a luta pela liberdade nem sempre foi apenas obra dos homens, referiu-se a figuras históricas como a rainha angolana Njinga Mbandi (por volta de 1581/83-1663), a rainha senegalesa Ndete Yalla (1810-1860), a sul-africana Charlotte Max Eke (1874-1939) e Gisèle Rabe-sahala de Madagáscar (1929-2011), para citar algumas das muitas mulheres de diferentes origens e condições, que contribuíram significativamente para as lutas emancipatórias contra a escravatura e o colonialismo. Ao lutar pela liberdade e independência dos seus países e do continente afirmou que estas mulheres africanas lutavam ao mesmo tempo, para a sua própria emancipação.

Este activismo feminino não desapareceu. Conscientes da necessidade estratégica de nos unirmos e agirmos em prol da igualdade de direitos, um dos alicerces da paz e do desenvolvimento no continente, as activistas africanas e as suas organizações estão a formar cada vez mais entidades unificadoras nacionais e transnacionais. Esta sessão proporcionou a oportunidade de apresentar algumas destas organizações, que incluem, por exemplo: a “Rede Pan-Africana de Mulheres para a Cultura de Paz”, criada no Gabão em 2018 com o apoio da UNESCO e do Sistema das Nações Unidas; a “Rede Pan-Africana de Mulheres Africanas na Prevenção e Mediação de Conflitos” (FemWise-Africa) criada em 2017 pela Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana (UA); a “Mulheres África Solidariedade (FAS)”, criada em 2006 em Dacar, Senegal, que oferece formação académica e programas de desenvolvimento de capacidades através do seu Centro Pan-Africano para o Género, Paz e o Desenvolvimento; o Colectivo “*Pro-Femmes/Twese Hamwe*”, criado em 1992 no Ruanda e que recebeu o “*Prémio UNESCO-Madanjeet Singh para a Promoção da Tolerância e da Não-Violência*”¹⁰⁹ em 1996; e a rede “*African Women in Media (AWiM)*”, criada na Nigéria em 2016.

S. Ex.^a Dra. Specioza Wandira-Kazibwe explicou que a Rede de Mulheres Africanas na Prevenção e Mediação de Con-

¹⁰⁹ N. da T.: *UNESCO-Madanjeet Singh Prize for the Promotion of Tolerance and Non-Violence*



flitos, também conhecida como FemWise-Africa, foi criada pelos Chefes de Estado da UA em 2017, no âmbito da Arquitectura Africana de Paz e Segurança (APSA), como um mecanismo subsidiário do Painel de Sábios¹¹⁰. A criação da FemWise-Africa surgiu na sequência de compromissos e estudos de longo prazo da UA sobre o progresso das mulheres no continente e sobre os papéis que as

mulheres desempenham na prevenção e mediação de conflitos.

Em 2010, o Painel dos Sábios solicitou um estudo para analisar a erradicação da violência sexual contra as mulheres e as crianças em conflitos armados. Ao analisar as recomendações do estudo, chegou-se a um consenso no que se refere à necessidade institucional de mobilização das mulheres com uma agenda comum, no desenvolvimento de actividades estratégicas e pondo em prática procedimentos eficazes de monitorização e avaliação.

Actualmente, a rede é liderada por dois Co-Presidentes e um Comité Director, composto por painéis das CER (Comunidades Económicas Regionais), peritos em mediação, ONG, representantes das agências das Nações Unidas e outros parceiros. A Assembleia Geral é composta por todos os membros da FemWise-Africa e tem sido utilizada para recolha de ideias das mulheres de toda a África. A FemWise trabalha com

As mulheres podem tornar-se agentes primordiais na promoção da cultura de paz se forem mobilizados esforços para lhes dar a oportunidade de agir nesse sentido – Mulher guarda-florestal no Parque Nacional de Virunga.

¹¹⁰ O primeiro Painel foi nomeado em 2007 pela UA através do artigo 11.º do “Protocolo Relativo à Criação do Conselho de Paz e Segurança da União Africana”, com vista a apoiar os esforços do Conselho e do Presidente da Comissão da UA, nomeadamente na prevenção de conflitos. Ao criar o Painel de Sábios, a União Africana reconheceu a importância dos mecanismos tradicionais de resolução de conflitos e a sua relevância contínua na prevenção e mediação de litígios e conflitos na África contemporânea. Desde então (<https://unchronicle.un.org>) até agora houve 4 painéis nomeados, o 4º a ter um mandato de 2018 a 2022 e composto por S. Ex.ª Hifikepunye Pohamba (Namíbia), S. Ex.ª Ellen Johnson Sirleaf (Libéria), Dra. Specioza Naigaga Wandira Kazibwe (Uganda), Amr Moussa (Egito) e Honorine Nzet Bitéghé (Gabão) (<https://www.peaceau.org>).



A criação de redes de mulheres para as mulheres é essencial para reforçar o reconhecimento das mulheres como actores-chave na promoção da cultura de paz.

ONGs, governos, mulheres na política, mulheres individuais, activistas na área da paz, mulheres na área de direito, mulheres na agricultura, mulheres na educação e muitas outras organizações semelhantes. É importante sublinhar que a FemWise-Africa não é uma ONG. É um mecanismo governamental de integração de esforços das mulheres, para garantir a sua participação em actividades de mediação e de construção da paz.

Awa Ndiaye Seck começou por recapitular a génese das mulheres da ONU. Explicou que a organização foi criada no âmbito da reforma das Nações Unidas em 2010, para uma melhor coordenação dos esforços das Nações Unidas no progresso da agenda para a igualdade de género, com ênfase no empoderamento das mulheres a nível nacional, regional e internacional. A ONU Mulheres foi dotada de três mandatos:

1. O **mandato normativo**: apoio na implementação efectiva da Resolução 1325¹¹¹ do CSNU;
2. O **mandato operacional** inclui os cinco pilares diferentes de acções da organização:
 - liderança e participação das mulheres;
 - empoderamento económico das mulheres;

¹¹¹ A Resolução 1325 foi o primeiro documento formal e jurídico do Conselho de Segurança que exigia às partes em conflito, a prevenção das violações dos direitos das mulheres, o apoio à participação das mulheres nas negociações de paz e na reconstrução pós-conflito e a protecção das mulheres e meninas da violência sexual e baseada no género.

- eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres;
- mulheres, paz e segurança; e
- planeamento e orçamentação sensíveis ao género;

3. O **mandato de coordenação** foca-se na coordenação entre o sistema das Nações Unidas e a parceria com governos, parceiros de desenvolvimento, organizações da sociedade civil, empresas, fundações, bem como indivíduos empenhados.

Prosseguiu agradecendo aos organizadores da Bienal para a Cultura de Paz e reiterou o compromisso da ONU Mulheres na parceria com a UNESCO, a União Africana e outras entidades. Esta parceria ajudará a apoiar eficazmente a implementação da cultura de paz, uma iniciativa que contribui tanto para o mandato operacional como para o mandato de coordenação da ONU Mulheres. Compreendendo os desafios na implementação e no apoio de movimentos como este, solicitou o apoio de todos para rentabilizar *“esta oportunidade de reunir as nossas energias e os nossos mandatos para contribuir eficazmente para uma melhor gestão e utilização deste movimento de cultura de paz”*.

Victoire Lasseni-Dubozé iniciou a sua intervenção informando sobre a secção do Gabão da *Rede Pan-Africana de Mulheres pela Cultura da Paz e do Desenvolvimento Sustentável*. Legalmente reconhecida pela legislação de associação gabonesa, a rede foi criada em 16 de Junho de 2018, na sequência de uma assembleia geral constituinte facilitada com o apoio da UNESCO. É constituída por 123 associações e organizações, incluindo a *Associação Gabonesa de Cegos e Deficientes Visuais*. À semelhança desta última, composta por mulheres e homens, a *Rede Pan-Africana de Mulheres para a Cultura de Paz e Desenvolvimento Sustentável* é uma rede inclusiva composta por associações e organizações de mulheres, mas que também está aberta a associações e organizações de homens.

Reunindo associações, fundações e institutos de investigação interessados na promoção das mulheres, a ambição da Rede é contribuir para a construção e consolidação de uma cultura de paz. Para isso, a Rede visa:

- Contribuir para que o Gabão atinja os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, incluindo os ODS 5 e 16¹¹²;
- Desempenhar o papel de vigilante e de mediador em caso de crises ou conflitos;
- Promover o empoderamento e a liderança das mulheres;
- Contribuir para a preservação e promoção do património natural e cultural do Gabão, numa perspectiva de diálogo entre culturas e civilizações;
- Forjar parcerias, no Gabão e ou no estrangeiro, que possam ajudar a alcançar o seu objectivo organizacional.

A *Rede Pan-Africana de Mulheres para a Cultura da Paz* está representada em todo o país por sucursais e é composta por quatro órgãos: (i) Assembleia Geral; (ii) Gabinete Executivo; (iii) Comité de Peritos; e (iv) Conselho de Mulheres Sábias.

O Gabinete Executivo é composto por 12 membros, com um perfil diversificado em termos de formação e idade (30% dos membros têm mais de 60 anos e 70% têm menos de 40 anos) e é responsável pelo funcionamento operacional diário e pela implementação das decisões e deliberações da Assembleia Geral. O mandato do Presidente é de três anos, renovável apenas uma vez.

O Comité de Peritos, composto por indivíduos com competências diversas e reconhecidas pelos seus pares, é o órgão técnico consultivo que apoia a Comissão Executiva.

O Conselho das Mulheres Sábias reúne mulheres sábias, ou seja, mulheres detentoras de conhecimento endógeno. É também um órgão consultivo técnico especializado em conhecimentos tradicionais sobre o património cultural material e imaterial. O Conselho é composto por dezoito pessoas, com dois especialistas representando cada uma das nove províncias.

No âmbito do seu plano de acção para 2019-2021, a *Rede Pan-Africana de Mulheres para a Cultura da Paz e do Desenvolvimento Sustentável: (PANWCoPSD)* prevê, entre outras:

1. Contribuir para o desenvolvimento de um Plano de Acção Nacional para a implementação da Resolução 1325 do CSNU. Graças à advocacia da Rede, o Governo adoptou esta recomendação no seu Conselho de Ministros. Esta acção apoiará igualmente os esforços

para a implementação da Década Nacional da Mulher (2015-2025);

2. Sensibilizar os jovens para a protecção e preservação da biodiversidade, promovendo assim a paz ecológica, através da organização de um festival de música que reunirá 10 000 jovens de várias nacionalidades entre os 8 e os 18 anos de idade, na capital Libreville;
3. Contribuir para a capacitação de cinquenta pessoas com deficiência visual através da formação em leitura e escrita em *braille*;
4. Estabelecer um programa que ajude a resolver o fenómeno das “crianças de rua”;
5. Desenvolver um programa-piloto para a reintegração de mulheres e raparigas reclusas que tenham cumprido as suas penas. Isto exigirá a realização de um estudo para documentar a situação deste grupo;
6. Estabelecer um programa-piloto nas escolas primárias e secundárias para a formação de pares moderadores em comunicação não violenta, para desencorajar abusos físicos e verbais e prevenir conflitos entre os jovens.

A PANWCoPSD pretende tornar-se uma empresa verdadeiramente social no período de 2019 a 2021, planeando criar pelo menos dois postos de trabalho permanentes para complementar o trabalho que está a ser realizado pelos voluntários.

Estes exemplos mostram que para além do trabalho sobre os ODS 5 e 16, a PANWCoPSD pretende também contribuir para a realização do ODS 4¹¹³, em particular na promoção de uma cultura de paz e não-violência nas escolas. A Rede está empenhada na implementação da *Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres*.

O desenvolvimento e implementação de um plano de acção nacional para a implementação da Resolução 1325 do CSNU mostra que a Rede está também a operacionalizar o programa da Comissão da União Africana para as Mulheres, a Paz e a Segurança em África. No entanto, este programa, tal como outras iniciativas da UA, da UNESCO e do Sistema das Nações Unidas, não consegue

¹¹² ODS 5 *Igualdade de Género*; ODS 16 *Paz, Justiça e Instituições Eficazes*.

¹¹³ ODS 4 *Educação ao Longo da Vida*

prosperar sem solidariedade. Como dizem os provérbios africanos, “*um dedo não lava a cara*” e “*uma mão não bate palmas*”.

A PANWCoPSD também apoia a ideia de colaboração sob a forma de partilha de boas práticas e experiências entre redes de mulheres para a cultura de paz em África.

Jeanne d’Arc Kanakuze começou por explicar que após o genocídio de 1994 contra os Tutsis, o Ruanda considera o respeito pela dignidade humana e pela unidade nacional, a pedra basilar do seu desenvolvimento socioeconómico e da paz duradoura no país.

Vinte e cinco anos após o genocídio, a igualdade entre homens e mulheres e o empoderamento das mulheres têm estado na vanguarda do desenvolvimento nacional do país (Visão 2020, 2050, Estratégia Nacional para a Transformação 1- NST1). Neste contexto, o Ruanda estabeleceu um quadro jurídico e político que visa a participação efectiva das mulheres em todas as áreas no país.

Este quadro jurídico tem permitido às organizações da sociedade civil e às organizações de mulheres em específico, contribuir para a reconstrução da paz e para o desenvolvimento socioeconómico do país.

O Colectivo *Pro-Femmes/Twese Hamwe* foi fundado em 1992 com 53 organizações-membros que trabalham para a promoção da cultura de paz, igualdade de género, desenvolvimento socio-económico das mulheres e participação das mulheres na governação política.

O Colectivo esteve envolvido na implementação do Programa *Campanha de Acção para a Paz*, centrando na cultura de paz, na supervisão e assistência a viúvas, órfãos e crianças não acompanhadas, na construção de habitações para as mulheres e na recuperação sócio-económica.

Em reconhecimento desses esforços, receberam vários prémios, nomeadamente:

- *Prémio UNESCO-Madanjeet Singh para a Promoção da Tolerância e da Não-Violência*, Novembro de 1996;
- *Prémio para a Promoção dos Direitos da Mulher da Fundação Peter Gruber* em Dezembro de 2003, nos Estados Unidos da América;

- *Prémio Africano de Género* pela *Femmes Africa Solidarité (FAS)* no Senegal, em 2007;

- *Prémio Melhores Serviços Básicos para a Comunidade* pela *Iniciativa de Desenvolvimento Comunitário (ICD)* em Kigali, em 2007.

Quadro jurídico e regulamentar do Ruanda afecto às mulheres

O Governo está empenhado em melhorar a posição das mulheres através da:

1. Atribuição de pelo menos 30% dos cargos de órgãos de decisão às mulheres, contemplado na Constituição do Ruanda;
2. Introdução da Lei de Prevenção e Repressão da Violência Baseada no Género, que pune a violação e trata de todas as formas de violência baseada no género;
3. Promulgação da Lei dos Regimes Matrimoniais, Doações e Sucessões, concedendo igual direito a homens e mulheres, raparigas e rapazes à sucessão e herança dos seus pais. Esta lei confere às mulheres direitos iguais em matéria de uso da terra e à propriedade;
4. Introdução da Lei que rege a gestão fundiária no Ruanda e que garante a homens e mulheres a igualdade de direitos de acesso e utilização de terras e propriedades. Por consequente, o financiamento de actividades de mulheres aumentou de 36% em 2012 para 62,9% em 2016;
5. Promulgação da Lei do Trabalho que concede igualdade de oportunidades e igualdade salarial a homens e mulheres e proíbe o assédio sexual no local de trabalho;
6. A criação do Mecanismo Nacional para o Género, constituído pelo Ministério da Promoção do Género e da Família, o Conselho Nacional das Mulheres, a Comissão Nacional da Criança, o Observatório do Género e as mulheres parlamentares, todos contribuindo como catalisadores das mudanças actuais em matéria de igualdade de género e empoderamento das mulheres no Ruanda.

Área de Trabalho do Colectivo Pro-Femmes/Twese Hamwe

O genocídio de 1994 resultou em mais de 1 milhão de mortes e entre 250 000 e 500 000 mulheres foram violadas durante os cem dias de violência, deixando

mais de 50 000 viúvas e 75 000 órfãos, juntamente com a destruição do tecido social, da propriedade e das infra-estruturas comunitárias.

O *Colectivo* aproveitou a vontade política de reconstrução do país com base nos princípios do respeito, dignidade humana, unidade, reconciliação nacional, na luta contra todas as formas de discriminação e promoção da igualdade de direitos para todos.

Mais concretamente, estas são as contribuições do *Colectivo Pro-Femmes/Twese Hamwe*

- O grupo criou bases de intercâmbio e diálogo entre as mulheres do país, entre as que se encontravam no exílio, as viúvas vítimas do genocídio e as autoras do crime de genocídio, o que exemplifica a complexidade no contexto de construção de paz;
- Mobilizaram as mulheres para o seu envolvimento efectivo na justiça tradicional Gacaca¹¹⁴, uma justiça de reconciliação;
- O *Colectivo* trabalhou na capacitação das mulheres na governação, participação no processo democrático e eleitoral, na liderança, no poder económico, no empreendedorismo feminino, na construção da paz, na unidade e reconciliação e justiça social;
- Também reforçam e apoiam as mulheres em todos os níveis na política, oferecendo orientação às que têm ambições políticas, ajudando as candidatas a todos os níveis através de um programa de liderança de mulheres denominado *As Mulheres São Capazes*;
- O *Colectivo* implementou um quadro de consulta regional para as mulheres da região dos Grandes Lagos “COCA-FEM-GL” para a promoção da coexistência pacífica transfronteiriça entre as mulheres da região. O objectivo deste quadro é a construção de uma voz forte para as mulheres, que ajude a dar

¹¹⁴ O Tribunal Gacaca é um sistema de justiça comunitária inspirado na tradição ruandesa onde o termo *gacaca* pode ser traduzido como *relva ou relvado*, neste caso, o local onde a comunidade se reúne para resolver litígios. Este sistema tradicional de justiça comunitária foi adoptado em 2001 para se adaptar às necessidades do Ruanda, na sequência do genocídio de 1994, tendo os desafios governamentais para fazer justiça em tão grande escala. Os Tribunais *Gacaca* foram introduzidos como uma forma de justiça transitória destinada a promover a cura comunitária e a reconstrução, colocando a justiça nas mãos de cidadãos de confiança.



resposta às suas exigências de paz, segurança, participação na governação e promoção dos seus direitos.

A longo prazo, o *Colectivo* continuará a reforçar os seus programas, incluindo a cultura de paz, a liderança das mulheres, o empoderamento económico, a participação das mulheres na governação, bem como o reforço das capacidades institucionais e organizacionais. Actualmente, a sua organização está a construir um centro de excelência para a liderança das mulheres e a cultura de paz no fortalecimento da capacidade das mulheres em África e na facilitação dos estudos e da investigação, bem como o desenvolvimento de parcerias com outros.

Segundo **Coumba Fall Venn**, a maioria dos conflitos armados ocorrem principalmente no interior dos Estados e continuam a ocorrer em muitos países africanos. Para além dos conflitos intra-estatais armados, o terrorismo e a violência eleitoral são outras das formas emergentes de luta no continente, que representam um desafio sem precedentes para a segurança colectiva, em especial para as mulheres e os jovens.

Mesmo os conflitos latentes afectam homens e mulheres de formas diferentes, devido à sua constituição biológica e à maior vulnerabilidade sócio-económica das mulheres e responsabilidades que normalmente carregam no seio das suas famílias. Quando existem conflitos, geralmente as mulheres são

Os empoderamento das mulheres tem sido possível em alguns países africanos que reconhecem as mulheres como um actor fundamental no desenvolvimento económico do país.

as mais expostas à violência, à precariedade, à destruição social e às difíceis condições de vida.

No Sahel, a propagação do extremismo violento representa uma ameaça real à vida das mulheres. Ao rejeitar os *diktats* (*decretos*) que lhes são impostos pelo extremismo violento, as mulheres querem proteger as suas famílias e as suas comunidades da polarização e das ameaças. As mulheres construtoras da paz são apanhadas entre o aumento e a extensão do extremismo nas suas comunidades e os constrangimentos que lhes são impostos pelas políticas antiterroristas que limitam o seu acesso ao financiamento e aos recursos.

Esta situação agrava as condições sócio-culturais e económicas já existentes para contribuir para a exclusão e marginalização das mulheres. Dificulta igualmente o seu empoderamento e a sua participação na tomada de decisões políticas e estratégicas destinadas a eliminar o extremismo violento.

Privadas de espaço de expressão na arena política, as mulheres têm estabelecido estratégias evasivas e têm investido em organizações da sociedade civil. É através destas associações que elas actuam, tentando alterar as desigualdades no poder. Desta forma, estão na linha da frente nos esforços de prevenção e de resposta. Sensibilizam e implementam actividades de prevenção, através de redes de mulheres para a paz, para a gestão não-violenta de conflitos e para a cultura de paz.

Sendo assim, a paz está intimamente ligada à igualdade de género e ao empoderamento das mulheres. A participação das mulheres na promoção da paz é imperativa para um desenvolvimento sustentável, participativo e inclusivo. Esta participação é um contributo significativo que corrige as desigualdades de género, contribuindo simultaneamente para a luta pela estabilidade política, pelo crescimento económico, pelo respeito dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. O potencial para uma paz duradoura é assim retido, caso as mulheres se limitem à vitimização, em detrimento de uma participação efectiva como promotoras da paz e da segurança humana.

Notoriamente e apesar do reconhecimento destas realidades, as mulheres continuam a ser deixadas de fora no processo de procura de soluções para

uma paz duradoura e são marginalizadas no processo de desenvolvimento. A ausência das mulheres nos processos de prevenção e de construção da paz é obviamente surpreendente, dado que estão cada vez mais envolvidas no conflito, quer como combatentes, quer como activistas da paz.

Como demonstrado em muitos estudos, as mulheres constituem mais de metade da população mundial e, quer como sobreviventes, combatentes ou pacificadoras, devem desempenhar um papel crucial na prevenção de conflitos e na manutenção da paz no mundo, tal como refere a Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre as mulheres, relativa à paz e à segurança. Apesar deste compromisso de alto nível pela Resolução 1325 do CSNU, a participação das mulheres na prevenção de conflitos e na construção da paz continua a ser reduzida devido a obstáculos como a falta de educação, o fraco acesso à informação, a persistência de um ambiente sócio-cultural desfavorável às mulheres e, em muitos casos, as limitadas oportunidades do seu envolvimento na tomada de decisões. Estas situações são ainda agravadas pela lentidão da vontade política para a sua inclusão e consideração, bem como pelos preconceitos sócio-culturais prevaletentes.

De facto, verificou-se que os que estão à mesa das negociações são frequentemente os mesmos que estão a travar as guerras. Apesar de constituírem metade da população, as mulheres, geralmente as vítimas e as sobreviventes, são esquecidas e as suas preocupações quase nunca tidas em consideração. No entanto, a sua situação, a sua posição e as suas experiências deveriam dar-lhes legitimidade para contribuírem para a procura de soluções duradouras. Estudos demonstraram que, os acordos de paz assinados que não beneficiaram das contribuições das mulheres estão condenados ao fracasso no espaço de 10 a 15 anos.

É importante recordar a importância do investimento no reforço da capacidade institucional na melhoria dos serviços às mulheres, no aumento da sua participação no processo de decisão política e na sua mobilização nos esforços de construção da paz, em conformidade com a Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Com efeito, quando as mulheres estão envolvidas





É necessário capacitar as mulheres para se tornarem agentes da prevenção e resolução de conflitos. Isto pode ser feito através da educação nas escolas e em workshops de informação nos campos de refugiados - Mulheres que participam numa reunião comunitária realizada no Centro Polivalente da ONU Mulheres no campo de refugiados de Ngam, Camarões.

e mobilizadas como intervenientes activas na construção da paz, estabeleceu-se uma relação de confiança entre as várias comunidades e as populações. Quando as mulheres atingem o nível de liderança, a mudança transformadora e o desenvolvimento positivo podem ser encorajados e mantidos. Por último, quando as mulheres são capacitadas e lhes é dada a oportunidade de melhorar os seus meios de subsistência, isso pode criar um enorme dividendo para a paz nas comunidades.

Assim, as acções da *Femmes Africa Solidarité (FAS)* visam consolidar as suas conquistas no Sahel, no Rio Mano e nos Grandes Lagos. Estas acções visam também reforçar e catalisar a contribuição das organizações de mulheres para a paz. O *Centro Pan-Africano para o Género, a Paz e o Desenvolvimento*, um Centro de Excelência, criado em Dacar em 2006, baseia-se precisamente nesse conceito e oferece assim formação académica e programas de desenvolvimento de capacidades.

A FAS tem contribuído para a *Rede de Mulheres para a Cultura de Paz* desde o seu lançamento em 2013 pela UNESCO e os seus parceiros.

A **Dra. Yemisi Akinbobola** prestou testemunho sobre o seu trabalho como jornalista na promoção dos direitos e capacitação das mulheres através de uma perspectiva mediática.

“Entre 2010-2014, fundei e dirigi o site de notícias *IQ4News*. Estes quatro anos proporcionaram-me experiência em primeira mão em empreendedorismo mediático, gestão de equipas transfronteiriças, trabalho com plataformas

digitais e outros aspectos do negócio mediático e produção de notícias que advêm do facto de ser editora. Em 2014 decidi arquivar o *IQ4News* apesar de ser rentável, uma vez que tinha pouco espaço para inovação. Depois, seguiu-se um ano de reflexão: “O que faço a seguir? Como poderei causar um maior impacto? Como poderei partilhar as minhas experiências com outras mulheres da comunicação social?” Em 2015, conseguimos financiamento para produzir uma reportagem de investigação sobre o tráfico de jogadores de futebol. Esta reportagem investigativa ganhou o Prémio de Jornalismo Africano CNN para a Reportagem Desportiva em 2016. No entanto, como mulher nos meios de comunicação social, cedo percebi que não havia uma rede através da qual pudesse obter o apoio necessário para dar os próximos passos na minha carreira, ou mesmo identificar esses passos.

Assim, em Agosto de 2016, criei a página do Facebook *African Women in Media (AWiM)* como um grupo. Isto atraiu algum interesse, mas foi só em Outubro de 2016, durante um Fórum dos Mídia no programa *Finalistas dos Prémios CNN/Multichoice* em Joanesburgo, que me apercebi da necessidade urgente de uma rede pancontinental que nos ligasse, a nós mulheres dos mídia, em torno de objectivos pancontinentais urgentes. Os participantes no fórum queixaram-se profundamente da falta de apoio às mulheres nos meios de comunicação social. Queriam o tipo de apoio que eu procurava desde 2014, e isso levou-me a prosseguir com a implementação da minha visão para a AWiM.

O que começou como um grupo do Facebook e como agenda de investigação no meu papel académico transformou-se numa conferência anual. Actualmente temos três conferências anuais de sucesso sob a nossa alçada, construindo no processo, relações frutíferas com organizações como a Comissão da União Africana, o Instituto de Governança dos Recursos Naturais, a GIZ, a Organização Internacional para as Migrações, a *Google News Initiative*. Trabalhámos também com agências noticiosas como *AllAfrica*, *Royal Media Group*, *Standard Media Group*, entre outras.

As conferências *African Women in Media* reúnem os agentes interessados dos meios de comunicação social e põem em prática algumas das soluções de que falamos com paixão, como o empoderamento económico das mulheres através dos subsídios na produção de conteúdos mediáticos na nossa *Pitch Zone* (*rampa de lançamento*). O nosso trabalho baseia-se em três pilares: (i) Intercâmbio de conhecimentos entre o meio académico e a indústria; (ii) Capacitação económica das mulheres, e (iii) Visibilidade. A nossa missão é melhorar a forma de funcionamento dos média em relação às mulheres africanas. Inspiramos, apoiamos e capacitamos. Os nossos membros reúnem mulheres africanas de diversas origens dos meios de comunicação social, desde conteúdos factuais a conteúdos fictícios, *marketing* e comunicação, universidades, empreendedorismo e muito mais. Com um foco pancontinental, o nosso objectivo é apoiar e colaborar com os órgãos de comunicação social regionais e nacionais.

Os nossos Prémios AWiM apoiaram a produção de sete projectos factuais, alguns já concluídos, outros em curso. Na conferência *African Women in Media 2019* em Nairobi, na sequência do assassinato do jornalista Hodan Nalayah¹¹⁵, que estava agendado para discursar, lançámos o nosso Prémio *Narrativas em Mudança*. Agradecemos à família Nalayah por nos ter permitido renomear o prémio para *Hodan Nalayah Changing*

Narratives Award (*Prémio Hodan Nalayah Mudança de Narrativas*).

Nos próximos 12 meses, planeamos desenvolver redes de investigação e colaborar com a comunidade da *Wikimedia Nigeria* para aumentar o número de mulheres africanas com perfil na Wikipédia. As nossas áreas de foco baseiam-se na definição do perfil das mulheres africanas que contribuam para a construção da paz e resolução de conflitos, das mulheres africanas na tecnologia e das mulheres africanas nos meios de comunicação social. Já estamos a planear a Cimeira AWiM2020, com o tema *Reimagining Futures: Peace, Media and Society 5.0*¹¹⁶. Esta cimeira terá como base as lições aprendidas até agora.

Entre as lições aprendidas, em termos de apoio prático às mulheres africanas nos meios de comunicação social, contam-se as seguintes:

1. A necessidade de mais mulheres nos meios de comunicação social a serem orientadas para a liderança;
2. A necessidade de apoio financeiro à produção de reportagens completas, porque a atribuição de recursos nas organizações de comunicação social não só é limitada, como também pode ser feita em função do género;
3. A necessidade de construção de relações mais fortes entre as mulheres africanas nas indústrias dos média, com uma comunicação social internacional mais vasta. Isto incluiria a prestação de formação essencial sobre a forma de divulgação de reportagens.

Contudo, estas medidas não serão suficientes, e é por isso que estamos em processo de elaboração de estratégias para uma transição de uma série de conferências para uma ONG internacional, reforçando assim ainda mais, o nosso mandato para inspirar, apoiar e capacitar. Há apelos no sentido de unirmos forças com outras redes de mulheres em torno dos valores da FEMWISE, pelo que este Fórum das Mulheres na Bienal para a Cultura de Paz, em Luanda, surge no momento oportuno.

Aquando da preparação para a minha intervenção neste Fórum das Mulheres, fiz uma simples pergunta aos nossos membros: “*Acha que as mulheres*

¹¹⁵ Hodan Nalayah foi uma executiva dos média, consultora de *marketing*, activista social e empresária somali-canadiana. Foi presidente da Agência de Integração Cultural e vice-presidente da *Sales & Programming Development* da *Cameraworks Productions International* tendo sido morta num ataque extremista na Somália, em Julho de 2019.

¹¹⁶ N. da T.: *Re-imaginando Futuros: Paz, Meios de Comunicação Social e Sociedade 5.0*

nas redes e organizações dos meios de comunicação social, como a *African Women in Media (AWiM)*, deveriam unir forças para a prevenção e gestão de conflitos em toda a África e trabalhar para proteger as raparigas e as mulheres vulneráveis à violência?” A resposta retumbante que tive foi “Sim!”.

E assim, ao explorar o posicionamento da AWiM na união com as várias redes de mulheres pela paz em África em torno do éthos da FEMWISE, ao mesmo tempo que valorizamos a nossa complementaridade, permite-me explorar três áreas-chave: O que as mulheres nos média devem fazer, porquê e como a AWiM apoiará as mulheres nos média nesse contexto.

O que os meios de comunicação social deveriam estar a fazer, e mais importante ainda, o que as mulheres nos meios de comunicação social deveriam estar a fazer:

1. **Reportagens sensíveis e equilibradas:** São ingredientes essenciais para a comunicação de conflitos e não foi surpresa verificar que todos os nossos membros que responderam à minha pergunta, realçaram este ponto. A necessidade de um tratamento cuidadoso na redacção de reportagens de conflitos, como disse Liliane Kambirigi-Sebatigita, membro da AWiM e conselheira de comunicação e relações com os meios de comunicação social reformada na ONU, significa garantir que as reportagens dos meios de comunicação social sobre conflitos utilizem uma “*linguagem não conflituosa [e] evitar polémicas desrespeitosas*”. A face humana, a compaixão e o conhecimento dos contextos locais são particularmente importantes neste processo. Quando falamos de compreensão dos contextos locais, falamos também da importância para os meios de comunicação social internacionais de não se limitarem a lançarem jornalistas de pára-quadras para as zonas de conflito no continente, mas ao invés, trabalharem com os jornalistas locais africanos, nestas comunidades de conflito, que compreendem verdadeiramente as questões, os contextos e os antecedentes.

A reportagem de conflitos exige vários níveis de sensibilidade, não garantindo no mínimo que conflitos como a insur-

reição no Magrebe, as várias guerras civis e os conflitos cívicos sejam noticiados pelos meios de comunicação social internacionais nos contextos em que estes actos de violência ocorrem. Não devem ser reportados no contexto de estereótipos mal informados, nem no contexto da guerra global contra o terrorismo ou, pior ainda, de uma guerra africana singular (ver obra de Ricchiardi 2006; Musa & Yusha’u, 2013);

1. **Precisão:** As nossas reportagens informam o público, os nossos decisores e consequentemente influenciam as políticas, tratados e respostas humanitárias. Sempre que não somos objectivos ou imparciais nas nossas reportagens, interferimos involuntariamente no processo de resposta rápida e nos processos de resolução de conflitos. Isto sublinha a importância da divulgação da informação correcta e da criação de processos e sistemas eficazes no combate às notícias falsas e à desinformação. Isto inclui o apelo a que cada país seja inequívoco quanto à forma como irá abordar a desinformação nos seus Planos de Acção Nacionais para alcançar a Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas;
2. Por último, de que forma estamos a **documentar, a monitorizar e a reportar** mecanismos internacionais e pancontinentais como a Declaração e a Plataforma de Acção de Pequim, os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, a RCSNU 1325, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) e a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos? Estes mecanismos foram criados para promover a paz, a segurança e os direitos das mulheres e das raparigas em África.

Por que razão as mulheres nos meios de comunicação social o devem fazer:

A razão pela qual as mulheres nos meios de comunicação social devem seleccionar estas áreas específicas (reportagens equilibradas, rigorosas e monitorizadas) como agendas e desenvolver códigos de ética internos em torno destas, é evidente na RCSNU 1325. Isto porque as mulheres e as raparigas são frequentemente as mais atingidas e sofrem várias formas de violência e exploração durante os conflitos. Então, qual é a diferença entre

os homens e as mulheres que relatam os conflitos? Na prática ser repórter mulher na linha da frente implica determinados riscos não tão comuns com os homens, por exemplo, a violência e o assédio sexual. E a presença da feminilidade em ambientes hostis, estereotipicamente centrados nos homens, é susceptível de provocar reacções.

Em termos da nossa narrativa, a própria experiência de ser mulher, as experiências vividas adquiridas a partir das nossas várias dimensões sócio-culturais africanas, significam que vemos o mundo através de um determinado prisma. Consequentemente, quando relatamos histórias de conflito e o seu impacto nas mulheres e nas raparigas, as nossas experiências partilhadas permitem-nos relatar através desta lente que só nós, enquanto mulheres africanas nos meios de comunicação social, conseguimos fazer.

A questão fundamental a responder pelas mulheres africanas dos meios de comunicação social, gira em torno da forma como podemos utilizar a nossa posição e experiências vividas para não nos limitarmos só a contar histórias com um toque humano cuidadoso, mas fazê-lo de forma a capacitar as mulheres sobreviventes de conflitos a falarem. Como podemos usar a nossa posição para desafiar as normas patriarcais tradicionais? Como apoiante da AWiM, Larissa Buschmann, Coordenadora do Programa para o Género e os Meios de Comunicação Social da *Free Press Unlimited*, salienta: nós, mulheres dos meios de comunicação social, devemos “investigar como estes [mecanismos] são implementados e partilhar quaisquer resultados (positivos ou negativos) com [o] público em geral para continuar o diálogo, encorajar os activistas individuais, as bases e as OSC e lembrar aos decisores políticos que temos um longo caminho a percorrer”.

Infelizmente, muito poucas mulheres africanas dos média são destacadas para fazerem reportagens durante conflitos. Além disso, na preparação deste fórum, analisei o Plano de Acção Nacional de quatro países africanos (Nigéria, Quênia, Sudão do Sul e República Democrática do Congo). Destes quatro países, apenas o Sudão do Sul mencionou e disponibilizou especificamente jornalistas do sexo feminino como parte da sua estratégia. Os PAN apresentam as

mulheres como mediadoras e os média como os responsáveis pelo aumento da consciencialização. Quando reunimos ambos, as mulheres e os meios de comunicação social, cria-se uma nova oportunidade para o apoio das jornalistas na utilização da sua profissão, tanto no aumento da sensibilização como na mediação. Os meios de comunicação social comunitários e as parcerias com mulheres nacionais e internacionais nas associações dos média são importantes a este respeito. A união de esforços com outras organizações sob a FEMWIFE proporcionará oportunidades para a criação de canais de acesso a locais e pessoas que de outra forma estariam fora de alcance. Neste contexto, a AWiM pode ser um mediador na intermediação destas relações, facilitando e apoiando os produtores dos meios de comunicação social na procura de histórias que contribuam significativamente para o impacto, a mudança e a construção da paz.

Para o fazer, qual deverá ser o apoio da AWiM:

Como organização que reúne profissionais dos média do sexo feminino, as acções prioritárias propostas pela AWiM destinam-se a contribuir para os *quatro pilares básicos* da RCSNU 1325, uma visão que privilegia a unificação dos projectos, a fim de os pôr em prática em torno da prevenção e gestão dos conflitos e da violência baseados no género:

- 1. Investigação e Advocacia para Ambientes Favoráveis:** Compreender as experiências vividas das mulheres em reportagens de conflitos

Devido à violência enfrentada por muitas mulheres em África, a sua presença nos meios de comunicação social pode se tornar um poderoso instrumento para denunciar a violência e situações de desigualdade, bem como um meio de contribuir para o seu empoderamento.



é essencial para orientar um objetivo de advocacia e de campanha para garantir que os países e organizações dos média criem o ambiente necessário para que as mulheres nos média executem o seu trabalho de forma eficaz. Do mesmo modo, compreender as experiências vividas das vítimas femininas e sobreviventes de conflitos também pode orientar a orquestração de campanhas orientadas para a criação de ambientes propícios à prevenção da violência baseada no género. Esta agenda de advocacia visará os decisores a nível nacional, continental e global. Parte desta iniciativa de advocacia para a criação de ambientes favoráveis constitui uma ferramenta fiável na monitorização do cumprimento dos tratados assinados pelos países africanos e um meio de recolha de dados que apoiarão os jornalistas no desempenho das suas funções. No entanto, a segurança é indispensável na concretização destes ambientes favoráveis.

2. Formação em Sensibilização:

Apoio e promoção de histórias de impacto que aumentem a sensibilização para os incidentes e o impacto da violência baseada no género (VBG) nos sobreviventes, durante o conflito. As mulheres e as raparigas precisam de um local seguro onde possam falar da violência baseada no género, dos estereótipos de género e das desigualdades e onde tenham confiança para se manifestarem. Apoiar as jornalistas e mesmo as sobreviventes de conflitos, por meio de subsídios de reportagem e formação sobre técnicas alternativas de entrevista, como por exemplo, a entrevista de história oral. Métodos que ajudem a reconstruir narrativas a partir da base, que ajudem a documentar uma maior compreensão das questões de género e que criem o tipo de entrevista de toque humano que as mulheres nos média, podem encarnar.

3. Muitas vezes, o desalento para se manifestarem deve-se à falta de poder de decisão. Manifestar-se leva à consciencialização e esta consciencialização pode influenciar as políticas. Identificar o importante papel que as mulheres nos meios de comunicação social podem desem-

penhar é apenas o primeiro passo para ajudar as mulheres vítimas e sobreviventes de conflitos, para que se sintam suficientemente à vontade para começar a manifestar-se. Temos também de apoiar a formação destas mulheres dos média, em questões como entrevistar no contexto de uma reportagem sensível, como criar impacto no planeamento da sua história e, consequentemente, provocar mudanças sociais;

4. Meios de Comunicação Social Inclusivos em Termos de Género:

A orientação em liderança é a área de apoio número um, solicitado à AWiM. Aumentar o número de mulheres nomeadas para cargos de liderança em organizações e órgãos directivos da comunicação social é fundamental para a criação de um ambiente favorável, que também possa contribuir para a melhoria das reportagens sensíveis em torno de temas relacionados com o género, tais como a Violência Sexual e a VBG.

5. Para sermos bem-sucedidas, devemos também recrutar o apoio dos colegas do sexo masculino como aliados fundamentais na execução de iniciativas que visem alcançar o empoderamento socioeconómico das mulheres. O envolvimento das beneficiárias nas fases de concepção, implementação, monitorização e avaliação dos nossos programas e acções prioritárias, garante que as expectativas sejam bem geridas e que as lições aprendidas contribuam a satisfazer adequadamente as necessidades das pessoas que servimos.

Sessão Plenária

Durante os intercâmbios, tornou-se evidente a necessidade de dar prioridade aos seguintes aspectos:

1. Fortalecimento da cooperação entre a sociedade civil e as organizações governamentais;
2. Implementação de um vasto programa de investigação sobre a participação das mulheres na promoção de uma cultura de paz;
3. Fortalecimento das plataformas de intercâmbio de informações sobre mulheres e a cultura de paz; e
4. Fortalecimento da participação das mulheres nos meios de comunicação para uma cultura de paz.

Para além disso, as oradoras salientaram a necessidade de uma acção preventiva contra os conflitos através da educação, da cultura e da comunicação, sublinhando o papel das mulheres nos meios de comunicação social como importantes actores. Para tal, os parceiros sublinharam também a necessidade de evitar estruturas rígidas de coordenação, o que dificultaria o envolvimento activo das várias organizações parceiras.

No final da sessão, foram apresentadas as seguintes recomendações:

Reconhecendo o papel fundamental das mulheres africanas como promotoras da paz no continente e reconhecendo as suas limitadas oportunidades de se empenharem e contribuírem para as iniciativas nacionais, continentais e internacionais destinadas à redução da violência e à tomada de decisões de paz, incentivamos o fortalecimento da coordenação entre as **Nações Unidas**, em especial a **UNESCO e a ONU Mulheres, a União Africana, as organizações de mulheres regionais e nacionais e redes da sociedade civil**;

Proposta de organização de uma **conferência** para a partilha de experiências e melhores práticas de paz e não-violência, bem como investigação sobre liderança de mulheres, práticas de prevenção de conflitos e o papel das mulheres, incluindo as mulheres nos meios de comunicação social, na promoção e construção de uma cultura de paz.





iv. Festival de Culturas





Desfile de moda na Vila Marroquina.

O Festival de Culturas teve lugar no Museu Nacional de História Militar, na antiga Fortaleza de São Miguel e nas áreas adjacentes. Foi um evento multidisciplinar que proporcionou um espaço de intercâmbio entre expressões artísticas e culturais, contribuindo para a promoção de valores africanos de paz e de não-violência.

Dezasseis países participaram no Festival de Culturas, 10 de África e 6 outros: África do Sul, Angola, Bélgica, Brasil, Cabo Verde, Coreia do Sul, Cuba, Egipto, Etiópia, Itália, Quênia, Mali, Marrocos, Namíbia, Portugal e Ruanda. Este evento reuniu mais de 200 artistas e grupos musicais e culturais de diferentes modalidades. Cada país expôs parte da sua diversidade cultural em tendas e em espaços disponibilizados e dedicados à gastronomia e em palcos para espectáculos e eventos culturais.

Durante o evento foram realizadas diversas actividades artísticas e culturais exibindo amostras de danças tradicionais e contemporâneas, música, cinema, teatro, poesia, literatura, artes plásticas, diálogos, artesanato, gastronomia, robótica sustentável e oficinas de consciencialização ambiental e criativa e plataformas de conhecimento interactivas com oficinas de dança, incluindo semba, capoeira, *ballet* tradicional e

percussão, para além dos muitos e variados espectáculos e exposições.

No auditório do Museu houve exibição de filmes com especial destaque para a apresentação do filme “*The Mercy of the Jungle*” (*A Misericórdia da Selva*)¹¹⁷ do realizador ruandês Joël Karekezi e do filme angolano “*Para lá dos meus passos*”¹¹⁸, de Kamy Lara, vencedor do Festival de Cinema de Ouagadougou em 2019. A degustação gastronómica de Angola, Cuba, Egipto, Itália, Quênia e Marrocos permitiu aos visitantes enriquecer os seus paladares com a diversidade de sabores de África e de outros lugares.

O Festival de Culturas reuniu cerca de 15 mil participantes. Com um total de 156 manifestações artísticas, 58 foram apresentadas por países participantes enquanto 98 foram apresentadas por artistas angolanos. O *workshop Word Tree* registou 430 participantes, enquanto outros 555 se juntaram aos outros *workshops*. Mais de 5300 pessoas foram servidas nos 13 restaurantes e áreas alimentares disponibilizados.

Foram criados catorze *stands* para os países apresentarem a sua diversidade cultural, 6 galerias para exposições e escritórios para a gestão do evento. O Museu Nacional de História Militar beneficiou ainda de várias melhorias nas infra-estruturas, realizadas para a preparação da Bienal.

Marrocos construiu uma Vila Marroquina na Marginal de Luanda, para evidenciar a variedade do artesanato, a rica gastronomia e um desfile de moda, como testemunho da riqueza e diversidade do património cultural do país.

Como país anfitrião, Angola apresentou um pavilhão retractando a cronologia da paz desde 1975 até aos dias de hoje, uma reflexão sobre os 27 anos de guerra. A exposição foi também uma homenagem ao povo angolano que lutou, morreu e esperou pela paz. Prestou ainda homenagem aos refugiados que

¹¹⁷ *The Mercy of the Jungle* é um filme que conta a história de dois soldados ruandeses separados da sua unidade militar no início da Segunda Guerra do Congo e a sua luta pela sobrevivência num ambiente de selva hostil, no meio de um intenso conflito armado.

¹¹⁸ Neste filme “*Para lá dos meus Passos*” lançado em 2019, cinco bailarinos exploram os conceitos de tradição, cultura, memória e identidade, questionando a transformação e desconstrução destes temas nas suas próprias vidas.

atravessam as fronteiras para encontrar a paz em Angola.

A Fortaleza acolheu vários eventos paralelos, organizados por agentes culturais que se associaram à Bienal:

- Festival de Semba no *Palácio de Ferro* com a participação de mais de 3500 pessoas;
- Feira de Artesanato no *Largo do Pelourinho* que acolheu 52 *stands* com trajes africanos, artes e artesanato;
- Feira de Artes e Ofícios no *Triângulo da Ilha* com 25 tendas;
- Espectáculos e exposições no espaço cultural *Chá de Caxinde* com 400 visitantes;
- Exposição no *Centro Cultural Português* com 1000 visitantes;
- Exposição sobre o “*Património Histórico de Origem Portuguesa no Mundo*” no *Museu Nacional de História Natural*;
- Exposição sobre o 500º aniversário da morte de Leonardo da Vinci no *Centro Cultural Brasil-Angola*;
- Festival de Cinema Italiano.

Várias iniciativas foram levadas a cabo por entidades nacionais angolanas, associando-se à Bienal:

- Os *Correios de Angola* apresentaram uma colecção de cinco selos diferentes, concebidos e embalados em conjunto, para comemorar a Bienal de Luanda. O Ministro da Cultura e repre-

sentantes do Conselho de Administração dos Correios de Angola estiveram presentes no evento;

- O Fórum Inter-religioso para a Paz e Desenvolvimento Sustentável realizou-se no Memorial Dr. António Agostinho Neto e foi organizado pelo Conselho de Igrejas Cristãs em Angola (CICA). O Instituto Nacional para os Assuntos Religiosos acolheu 250 participantes de vários grupos religiosos, num debate teológico sobre o tema “*Como a religião pode contribuir para a paz e o desenvolvimento sustentável em Angola*”;
- No Dia Internacional da Paz (21 de Setembro), realizou-se no Campo dos Coqueiros um Serviço Ecuménico, com a participação de 2500 devotos de diversas origens religiosas, organizado pelo CICA e pela Aliança Evangélica de Angola.

Exposição de Arte durante o Festival de Culturas.







V. Encerramento da Bienal

O encerramento da Bienal de Luanda decorreu com duas sessões distintas:

1. a Cerimónia de Encerramento do Fórum de Ideias e
2. o Concerto de Encerramento.

V.1 Cerimónia de Encerramento

A cerimónia de encerramento do Fórum de Ideias foi presidida por **Zulmira Rodrigues**, Chefe da Secção de Cooperação da UNESCO com as Organizações Regionais e Coordenadora do Fórum de Ideias. A sessão teve início com a apresentação do:

1. Comunicado do Fórum Pan-Africano de Cultura de Paz para a primeira edição da Bienal de Luanda por **Safira Mahanjane**, Directora do Departamento de Alfabetização do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano, Moçambique.
2. Comunicado do Fórum Africano da Juventude para uma Cultura de Paz por **John Paul Ekene Ikwelle**, Presidente da Rede Pan-Africana da Juventude para uma Cultura de Paz (Nigéria) (Para o texto do Comunicado ver secção do Fórum da Juventude.



COMUNICADO DO FÓRUM PAN-AFRICANO PARA A CULTURA DE PAZ - BIENAL DE LUANDA

18 a 22 de Setembro de 2019

Luanda, República de Angola, 22 de Setembro de 2019

O Governo de Angola, a União Africana e a UNESCO organizaram de 18 a 22 de Setembro de 2019, a primeira edição da Bienal de Luanda - Fórum Pan-Africano para a Cultura de Paz. Durante cinco dias a capital de Angola reuniu mais de 800 participantes e delegados representando 17 delegações oficiais de diferentes países, bem como representantes de governos, da sociedade civil, do sector privado, de organizações internacionais, das áreas das artes e ciências, investigação e ensino de África, da sua diáspora e de outras regiões do mundo.

Reconhecendo os esforços investidos na organização deste evento, os participantes da Bienal de Luanda gostariam de agradecer aos organizadores e aos seus parceiros e felicitá-los pelo sucesso deste Fórum.

Considerando o exposto, os participantes da Bienal de Luanda:

Concordam que o Fórum Pan-Africano para a Cultura de Paz ocorra de dois em dois anos, como alavanca da paz e do desenvolvimento, centrado na dimensão humana e ancorado em aspirações e padrões universais de promoção dos direitos humanos;

1. Exortam a União Africana e a UNESCO a empreender acções visando a implementação e a operacionalização das recomendações decorrentes deste Fórum;
2. Solicitam o apoio dos governos dos Estados-membros africanos e dos países da diáspora africana para que tomem medidas em prol da Cultura de Paz a nível nacional e local;
3. Incentivam as comunidades económicas regionais, as instituições académicas e as associações profissionais, as organizações internacionais, o sector privado, a sociedade civil, os filantropos e personalidades influentes no continente e no exterior, a aderirem a este movimento, a fim de mobilizar esforços e recursos e a construir uma aliança de múltiplos parceiros para o empoderamento do povo africano, visando a transformação positiva das sociedades africanas;
4. Reconhecem o papel de liderança do Presidente de Angola, Sua Excelência João Manuel Gonçalves Lourenço, por acolher o evento e a mobilização de Chefes de Estado em apoio a este movimento, e solicitam o seu apoio adicional para garantir a continuidade do processo, bem como para facilitar o envolvimento de outros Chefes de Estado.

A Bienal compreendeu cinco eixos principais: o Fórum dos Parceiros - Aliança para África, o Fórum de Ideias, o Fórum da Juventude, o Fórum das Mulheres e o Festival de Culturas. Esses eixos criaram uma plataforma para a diversidade cultural e unidade africana, assim como um espaço para a constituição de parcerias inteligentes, sustentáveis e inovadoras, proporcionando também o intercâmbio internacional e entre países africanos, bem como reflexões sobre o futuro de África, para a divulgação de boas práticas e soluções para a prevenção de crises e resolução e alívio de conflitos.

FÓRUM DOS PARCEIROS

Com o objectivo de mobilizar parcerias, este Fórum, que reuniu representantes de instituições multilaterais, do sector privado, das redes de organizações da juventude e de actores culturais, formou a Aliança de Parceiros, tendo por objectivo essencial mobilizar recursos para a implementação de intervenções em todo o continente e na sua diáspora, com o fim de promover a paz.

Reconhecendo este mecanismo, nós, os participantes agradecemos aos parceiros pelo seu empenho, e exortamo-los a continuar a apoiar as diferentes iniciativas. A

este respeito e tendo em conta a importância da inovação para o desenvolvimento sustentável, apelamos:

1. Às Organizações das Nações Unidas, os bancos de desenvolvimento e outras organizações multilaterais, a continuar a defender iniciativas de promoção da Cultura de Paz como elemento indispensável de apoio aos esforços dos governos, na prossecução do desenvolvimento socioeconómico inclusivo e sustentável;
2. Ao sector privado a expandir e a reforçar a sua colaboração com o sector público, fortalecendo desta forma, em particular, a colaboração com a UNESCO, para facilitar a implementação de programas inovadores e abrangentes para a promoção da Cultura de Paz;
3. Aos Governos Africanos a facilitar ecossistemas políticos e jurídicos favoráveis à promoção e desenvolvimento do empreendedorismo cultural e social de jovens, mulheres e de povos endógenos. Exortamo-los também a promover as contribuições do trabalho dos artistas africanos em matéria de paz, tendo em conta as oportunidades oferecidas pelas artes em prol da reconciliação e da unidade africana.

FÓRUM DE IDEIAS

Reconhecendo que este Fórum constitui uma plataforma de diálogo sobre as melhores práticas e soluções comprovadas nas áreas de Educação, Cultura, Ciências, Comunicação e Informação e sobre o tema do ano da União Africana, que se centra em soluções sustentáveis para pessoas deslocadas, migrantes e refugiados;

Os participantes agradecem a todos os intervenientes que partilharam as suas experiências e exortaram as diferentes partes interessadas a apoiar a realização das seguintes acções:

Prevenção da violência e resolução de conflitos através da Cultura e da Educação

Reconhecendo as inegáveis ligações entre a Educação, a Cultura e a Paz, nós, os participantes, apelamos aos Estados Africanos, às Nações Unidas e, em particular, à UNESCO e à União Africana, a:

1. Promover conteúdos e abordagens educacionais informais, formais e não-formais intersectoriais, que respeitem a diversidade cultural, os valores da paz e da tolerância e que proporcionem espaços de diálogo e “convivência”, incluindo necessidades específicas de pessoas e minorias vulneráveis, com especial foco em pessoas com deficiência e pessoas com albinismo;
2. Constatando que milhões de crianças em idade escolar primária estão fora do sistema de ensino e que quase 9 em cada 10 crianças não alcançam os níveis mínimos de alfabetização e cálculo e que, muitas meninas ainda continuam a abandonar a escola precocemente, exortamos os governos e as organizações internacionais a providenciar e dar apoio na utilização de tecnologia do século XXI, como um meio para a melhoria do ensino e da aprendizagem, bem como a atender às necessidades de alfabetização e aprendizagem das populações que foram deixadas para trás;
3. Reconhecendo que a diversidade cultural e a valorização da cultura africana são essenciais para promover a auto-estima e a noção do pan-africanismo, instamos os países a desenvolver e a implementar políticas culturais inclusivas que garantam a preservação do património cultural material e imaterial, para promover a diversidade de expressão culturais e o acesso às práticas culturais e artísticas;
4. Continuar a apoiar e a promover artistas africanos e eventos culturais que, no âmbito da sua responsabilidade social, promovam o diálogo e uma cultura de paz, especialmente entre os jovens;

5. Promover o conhecimento cultural endógeno, as tradições e as formas de expressão cultural e artística que constituem mecanismos existentes para a prevenção e gestão de conflitos;
6. Proporcionar um ambiente tecnológico e financeiro favorável ao surgimento das indústrias criativas africanas e um programa de empreendedorismo digital inclusivo, que reflecta a diversidade cultural e linguística do continente.

Prevenção de conflitos sobre recursos naturais

Considerando que os recursos naturais são muitas vezes a fonte de conflitos, incluindo conflitos violentos, recomendamos que a UNESCO, a União Africana e os países:

1. Melhorem o conhecimento sobre a compatibilidade e o uso sustentável dos recursos naturais a nível mundial e transfronteiriço e, em particular, dos Sítios do Património Mundial da UNESCO, reservas de biosfera e geoparques, através da valorização do conhecimento tradicional e endógeno.
2. Considerando que vários dos mais importantes conflitos no continente estão relacionados a ecossistemas transfronteiriços, particularmente nas regiões do Sahel, Grandes Lagos, Lago Chade e Bacia do Congo, incentivamos os Estados a fortalecer ainda mais a colaboração entre os países afectados para garantir a gestão sustentável desses recursos naturais.
3. Neste contexto, encorajamos os parceiros do sector privado, as agências de desenvolvimento e a sociedade civil a apoiar os esforços dos países no estabelecimento de mecanismos de financiamento endógenos inovadores e sustentáveis para a gestão dos recursos naturais de África;
4. Reconhecendo que a geologia e a riqueza mineral de África são parte dos activos mais importantes do continente, instamos os países, a Comissão da União Africana e a ONU a desenvolver mecanismos nacionais e regionais para a gestão transparente das indústrias extractivas, incluindo o desenvolvimento e a aplicação de estruturas regulamentares e operacionais de consulta.

Gestão de água e vulnerabilidade costeira

Constatando que os oceanos, os rios e os lagos saudáveis são fundamentais para uma África pacífica e próspera, nós, os participantes, solicitamos à UNESCO, à Comissão Oceanográfica Intergovernamental e aos países:

1. Que estabeleçam mecanismos de cooperação entre os países para o aumento do conhecimento técnico-científico institucional em gestão de água e saneamento;
2. Que promovam e adoptem políticas e intervenções holísticas baseadas na ciência, incentivando a criação de estruturas multisectoriais, o reforço da pesquisa científica e do conhecimento informado na formulação de políticas;
3. Que desenvolvam programas para a expansão do conhecimento e sensibilização da população sobre a vulnerabilidade costeira como uma questão de segurança humana na sua dimensão económica, social e ambiental;
4. Que reforcem o conhecimento geral e a sensibilização para as alterações climáticas como uma questão de segurança humana nas suas várias dimensões (económica, social, ambiental), apelando à participação dos governos, da sociedade civil, das universidades, dos professores e dos estudantes.

Tema do ano da União Africana: refugiados, repatriados e pessoas deslocadas em África: rumo a soluções sustentáveis para a deslocação forçada

Com vista a acelerar a implementação da Agenda 2063 e do Roteiro Mestre da União Africana sobre Medidas Práticas para “Silenciar as Armas em África até 2020”, em particular no que diz respeito aos refugiados, repatriados e deslocados em África, instamos os Governos a tomar as seguintes medidas:

1. Adotar medidas, quadros legais e políticas públicas sensíveis às questões de género na gestão do apoio aos refugiados a nível local e nacional, a fim de combater a violência contra as mulheres e o tráfico de seres humanos, em colaboração com os países de origem, de trânsito e de destino;
2. Aumentar o investimento nacional e público na disponibilização de abrigos, instalações de abastecimento de água e de saneamento básico adequadas, serviços de saúde e de educação de qualidade (que incluam o uso das TIC) e serviços de acolhimento de crianças e outros serviços que tenham em conta as questões de género em zonas urbanas e rurais para refugiados e deslocados, complementados por esforços a longo prazo para garantir o direito à habitação, à terra e à propriedade;
3. Priorizar a ratificação, adopção e implementação de quadros legais e políticos-chave, em particular a Convenção de Kampala e o Protocolo de Maputo. Instamos também os governos a estabelecer um mecanismo de revisão anual para monitorização e controlo do cumprimento das recomendações, para a melhoria da protecção das mulheres e crianças e para a eliminação de práticas prejudiciais que agravem a sua vulnerabilidade em situações de deslocamento;
4. Adotar processos, práticas e estruturas eficazes para mitigar e gerir os efeitos das alterações climáticas e reduzir os danos potenciais associados ao deslocamento relacionado com as alterações climáticas, incluindo sistemas de protecção social que reforcem a resiliência das mulheres e das crianças deslocadas;

Por uns Média livres, independentes e pluralistas para fomentar a paz e o desenvolvimento em África

1. Constatando com preocupação que, de acordo com a UNESCO, mais de 86% dos casos de inquéritos de assassinatos de jornalistas em África continuam por resolver (2006-2018), apelamos a todos os Governos e organizações internacionais para que apoiem actividades de capacitação de funcionários na área da justiça (juízes, procuradores, advogados) no que tange a liberdade de expressão e padrões de segurança de jornalistas para promover a paz e o Estado de direito;
2. Reconhecendo que o acesso à informação de dados públicos pelos cidadãos, reduz a corrupção e permite uma maior responsabilização e reconhecendo que apenas 20 países africanos adoptaram a legislação de acesso à informação (AAI), exortamos os Governos africanos a aprovarem a legislação de acesso à informação (AAI) como meio de promoção da liberdade de expressão e da paz em África;
3. Reconhecendo a crescente popularidade dos meios de comunicação sociais e com estes, os perigos decorrentes da má informação e desinformação que ameaçam a paz no continente africano, recomendamos ainda aos governos, às organizações internacionais e à sociedade civil que invistam na capacitação das pessoas de modo a que tenham um pensamento crítico sobre as informações que obtêm, através dos programas de Alfabetização Mediática e Informacional (AMI).

O Processo de Baku: Promover o diálogo intercultural para a segurança humana, a paz e o desenvolvimento sustentável

Considerando que o Processo de Baku, uma plataforma mundial para a promoção do diálogo intercultural e que acontece de dois em dois anos no Azerbaijão; e que o número de países africanos que participam no fórum tem vindo a aumentar mas que ainda é insuficiente; e reconhecendo que a implementação da Década Internacional para a Aproximação das Culturas (2013-2022) beneficiaria das sinergias entre o Processo de Baku e a Bienal de Luanda - Fórum Pan-Africano para a Cultura de Paz, os participantes congratulam-se com o convite do Governo do Azerbaijão para ligar as duas iniciativas no que respeita à promoção intercultural do diálogo intercultural e da cultura de paz em África.

FÓRUM DAS MULHERES

1. Reconhecendo a necessidade de construir sociedades pacíficas e verdadeiramente inclusivas, reconhecendo que o cumprimento dos direitos humanos das mulheres e raparigas é sistematicamente retardado ou violado, apelamos a todos os Estados africanos para que intensifiquem o desenvolvimento e a implementação de políticas inclusivas e transformativas de género e que abordem a vulnerabilidade das mulheres e raparigas à violência, bem como intervenções de advocacia e educação contra práticas e normas culturais, sociais e políticas que perpetuem a vulnerabilidade das mulheres e raparigas à violência;
2. Reconhecendo que a educação é fundamental para a inclusão e a equidade, instamos especificamente que os Governos mais apoiem os programas de mulheres e raparigas para promover o seu acesso à educação inclusiva e de qualidade, incluindo a redução da sua vulnerabilidade à violência baseada no género;
3. Reconhecendo o papel crucial que as mulheres africanas desempenham como agentes e promotoras da paz no continente e reconhecendo o limitado espaço que lhes é concedido para contribuir para a redução da violência e, ser parte integrante dos processos de tomada de decisão relacionados com a paz, nós, participantes da Bienal, propomos uma maior coordenação entre as agências da ONU (em particular entre a UNESCO e a ONU Mulheres), a União Africana e organizações regionais e nacionais de mulheres e redes da sociedade civil para viabilizar esta agenda de maior integração e reconhecimento;
4. Propomos a organização de uma conferência subsequente a este Fórum, para a partilha de experiências e boas práticas sobre paz e a não-violência, bem como a realização de pesquisas orientadas sobre a liderança das mulheres, o seu papel nos métodos de prevenção de conflitos, as mulheres e os média e na promoção de uma cultura de paz.

África Global: Explorar a Presença Africana no Mundo

Os participantes recomendam:

1. Em conformidade com o seu mandato, a UNESCO irá prosseguir no apoio ao reconhecimento, valorização e promoção da contribuição, a nível técnico, científico, cultural e humano, do povo afro-descendente na construção de uma nova sociedade mundial, expandindo o seu programa educacional baseado na História Geral de África, através da educação não-formal e informal, do ensino superior, bem como através da informação destinada ao público em geral;
2. A todos os Estados africanos envolvidos, apelamos a que promovam activamente, a adopção e integração da História Geral de África nos seus respectivos sistemas de educação e currículos intersectoriais;
3. À União Africana e às suas organizações sub-regionais, recomendamos a adopção de resoluções pertinentes que vinculem os Estados-Membros a promover as relações entre África e os afro-descendentes em todo o mundo; e apoiar à colaboração intercontinental para a promoção dos direitos humanos dos afro-descendentes;
4. A todos os Estados, organizações da sociedade civil, organizações intergovernamentais, organizações e redes que trabalham para promover os direitos humanos, recomendamos a promoção de políticas públicas e intervenções para a eliminação do racismo e da discriminação racial, para a protecção dos direitos humanos das pessoas de ascendência africana e o estabelecimento de mecanismos de revisão anual para monitorizar a promulgação de tais políticas.

FÓRUM DA JUVENTUDE

Organizado em duas sessões sobre Juventude, Paz e Segurança e Criatividade, Empreendedorismo e Inovação, os participantes destacaram um conjunto de recomendações inseridas no “Compromisso Africano para a Juventude para a Cultura da Paz” (ver secção do Fórum da Juventude).

FESTIVAL DE CULTURAS

Complementar aos Fóruns intelectuais, a Bienal de Luanda disponibilizou uma plataforma para a exibição de manifestações e produtos culturais de 16 países, nomeadamente, África do Sul, Angola, Bélgica, Brasil, Cabo Verde, Coreia do Sul, Cuba, Egipto, Etiópia, Itália, Mali, Marrocos, Namíbia, Portugal, Quênia e Ruanda, reunindo mais de 200 artistas e grupos musicais e culturais de todo o mundo. O Festival registou uma participação de 15 000 pessoas.

Para além do entretenimento cultural, o Festival de Culturas proporcionou uma oportunidade de celebrar a diversidade cultural africana de todo o continente, criando assim interações entre as diversas culturas, os artistas e os espectadores.

CONCLUSÃO / CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, os participantes recomendam que se estabeleça um comité permanente para monitorizar a aplicação destas recomendações.

Gostaríamos de agradecer a todos os patrocinadores oficiais que tornaram possível a realização da 1.ª edição da Bienal de Luanda - Fórum Pan-Africano para a Cultura de Paz, nomeadamente a ENI, Total, Banco BNI, Royal Air Maroc. Gostaríamos ainda de agradecer a outros Patrocinadores Ouro pelo seu empenho e apoio financeiro que tornaram possível este notável evento.

Um especial agradecimento a todos os organizadores, aos seus colaboradores, aos intérpretes, aos meios de comunicação social, aos fornecedores de refeições, aos moderadores, aos oradores, aos técnicos e motoristas, pelo seu profissionalismo e empenho ao longo dos 5 dias deste evento.

A sessão fechou com duas apresentações finais realizadas por representantes dos organizadores da Bienal:

- **Salah Khaled**, Director do Gabinete Regional Multisectorial da UNESCO para África, em nome da UNESCO;
- **S. Ex.^a Aníbal João da Silva Melo**, Ministro da Comunicação da República de Angola, em nome de Angola.

No seu discurso durante a cerimónia de encerramento, em nome da Directora-Geral da UNESCO, **Salah Khaled** elogiou o resultado positivo da bem-sucedida primeira edição da Bienal de Luanda. Agradecendo ao Presidente de Angola, Sua Excelência João Lourenço, por esta parceria de sucesso, Salah Khaled afirmou que o que começou em 2013 em Luanda como reflexões para identificar o potencial da paz para África, é agora reforçado com a associação da CUA na optimização dos recursos endógenos de África para a paz.

A este respeito, afirmou que o primeiro recurso, os muitos actores em África, governos, organizações da sociedade civil, jovens mulheres, artistas, académicos, foram mobilizados e demonstraram o seu empenho nos objectivos, com a sua presença na Bienal de Luanda. Por isso, felicitou todos os que participaram na Bienal por *“fazer da cultura de paz um verdadeiro instrumento não só para os Estados, mas também para os cidadãos e para os povos”*. O segundo passo para a operacionalização da reflexão sobre a paz ocorreu quando o primeiro Fórum de Parceiros para a Cultura de Paz em África trouxe à Bienal representantes do sector privado, da rede de organizações desportivas e culturais e fundações de África, da diáspora e de outros lugares, ancorando assim o evento como um importante contributo para a construção da paz no continente. Para tal, expressou uma vez mais, em nome da Directora-Geral, o empenho da UNESCO na continuação do apoio deste evento e sublinhou também a gratidão da Directora-Geral pelo apoio das organizações parceiras e dos patrocinadores do sector privado que ajudaram a tornar a primeira edição da Bienal uma realidade.

Salah Khaled apelou a todos para que aproveitem a riqueza das discussões e conteúdos dos vários fóruns para os traduzirem em projectos e iniciativas concretas de promoção da paz e do desenvolvimento sustentável no continente.

Concluiu salientando que, a Cultura de Paz é a própria razão de ser da UNESCO, como o lema da organização o testemunha: *“Se as guerras nascem na mente do homem, é na mente dos homens que devem ser construídas as defesas da paz”*.

No seu discurso, o Ministro da Comunicação Social de Angola, **Sua Excelência João Melo**, começou por aplaudir a riqueza da diversidade da participação na primeira edição da Bienal, reunindo cerca de 3000 participantes de todo o mundo. Salientando o perfil dos participantes, elogiou o envolvimento de um conjunto tão variado de entidades, incluindo comunidades económicas regionais, instituições académicas, associações profissionais, organizações internacionais, sector privado, organizações da sociedade civil, filantropos e personalidades influentes do continente e do estrangeiro, demonstrando uma verdadeira coligação de parceiros. Aplaudiu, em particular, a presença dos três Chefes de Estado de Angola, da Namíbia e do Mali, da Directora-geral da UNESCO, do Presidente da Comissão da União Africana, do Prémio Nobel da Paz 2018, Denis Mukwege e do grande atleta africano, Didier Drogba, bem como de muitas outras entidades de alto nível, de África e do resto do mundo, empenhadas em apoiar África no momento em que o continente luta por um futuro em paz.

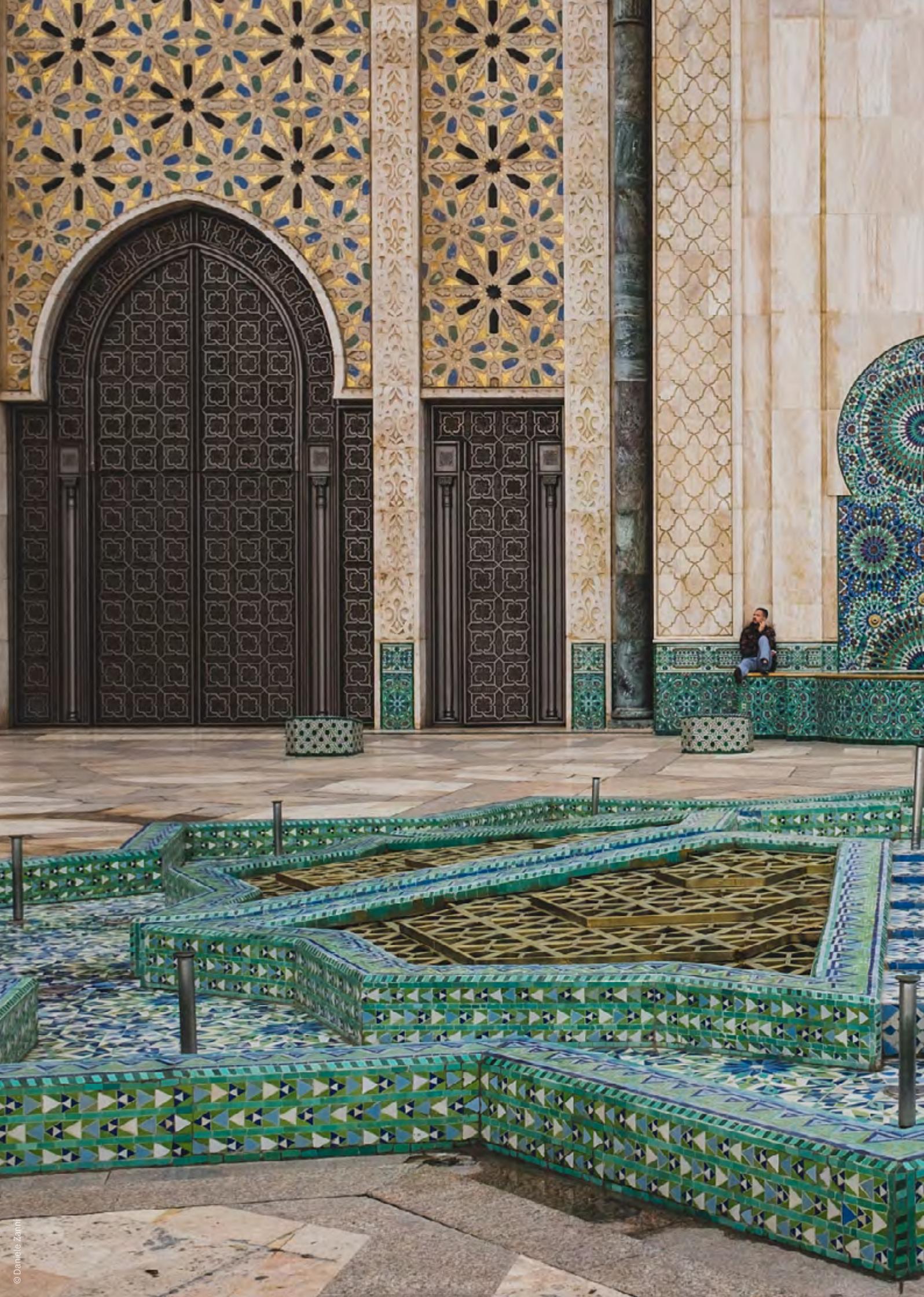
Referindo-se aos diferentes fóruns reunidos durante o evento, afirmou que a conclusão mais importante desta primeira edição da Bienal de Luanda é o reconhecimento de que, para alcançar a paz, é necessária uma coligação múltipla de parceiros para apoiar os africanos na transformação positiva das suas sociedades.

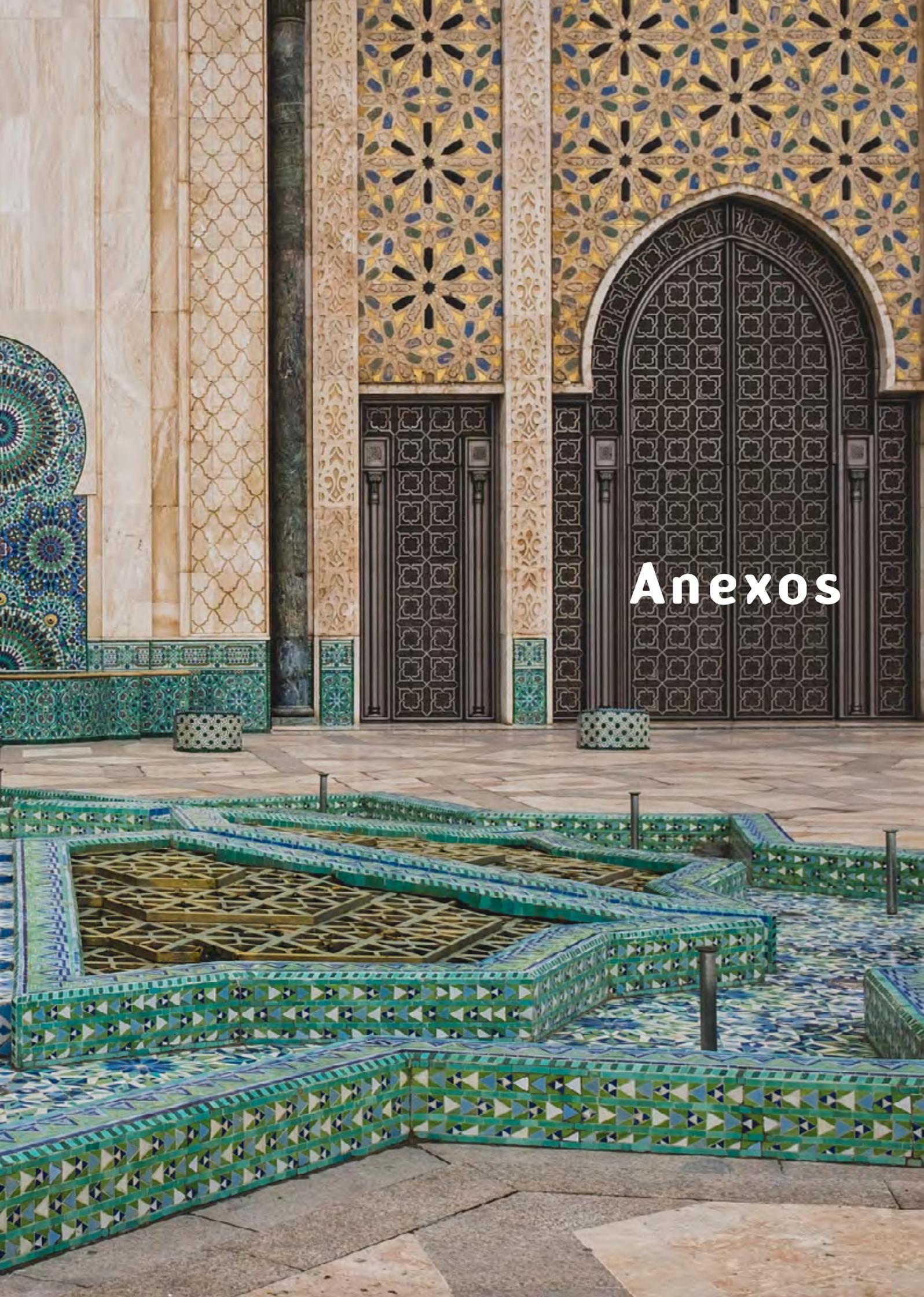
Referindo-se a seu próprio portfólio, reiterou a importância das recomendações e sugestões feitas aos meios de comunicação social no reforço do seu papel como promotores da paz e do desenvolvimento de África. Dando o exemplo de Angola, que após as eleições de 23 de Agosto de 2017 sublinhou a importância de ter uma comunicação social aberta, plural, livre e diversificada, o Ministro da Comunicação Social regozijou-se pelo facto que as mesmas recomendações terem sido adoptadas no âmbito da Bienal. Contudo, alertou também para a necessidade de se estar atento aos desafios contemporâneos da desinformação, das notícias falsas e dos discursos de ódio.

Concluiu o seu discurso, deixando duas sugestões concretas para a próxima edição da Bienal: 1) começar a trabalhar nas condições para facilitar a participação de pessoas vindas do estrangeiro o mais rápido possível e 2) proporcionar mais tempo para uma discussão mais aprofundada sobre a situação da diáspora africana.

V. 2 Concerto de Encerramento

Para concluir a celebração da primeira edição da Bienal de Luanda - Fórum Pan-Africano para a Cultura de Paz, realizou-se no dia 22 de Setembro, na Marginal de Luanda, um grande concerto com a actuação de mais de trinta e dois músicos angolanos, grupos musicais da África do Sul, Egito e Namíbia. O concerto contou com a presença de 7000 espectadores.





Anexos



Fórum Pan-Africano para a Cultura da Paz

A.1 Programa da Bienal



Bienal de Luanda

Fórum Pan-Africano para a Cultura de Paz



18 / 22
DE SETEMBRO
2019
LUANDA, ANGOLA

Partners'
forum
des
PARTENAIRES

Festival
DE CULTURAS

Fórum
DE IDEIAS

Fórum
DA JUVENTUDE

Fórum
DAS MULHERES

Sessões
PARALELAS

Aliança
para a **Africa**



16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES



17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO



Resumo

Nota conceptual	5
A Bienal de Luanda em poucas palavras... ..	7
O Fórum dos Parceiros: Aliança para a África.....	8
Fórum de ideias, Fórum de Jovens e Mulheres.....	10
Programa	12
Descrição das sessões	23
FÓRUM DOS PARCEIROS	23
FÓRUM DE IDEIAS	24
FÓRUM DA JUVENTUDE.....	26
FÓRUM DAS MULHERES	27
Informações práticas.....	28
Informações de segurança.....	29



Nota conceptual

O conceito de “Cultura de paz” foi definido pela primeira vez em África, durante o Congresso Internacional sobre “ a paz no espírito dos Homens ”, organizado pela UNESCO em Yamoussoukro, na Costa do Marfim, em 1989.

De acordo com a definição adoptada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, uma cultura de paz consiste em **“em valores, atitudes e comportamentos** que refletem e favorecem a convivialidade e a partilha fundadas nos princípios de liberdade, justiça e democracia, do respeito de todos os direitos do homem, da tolerância e da solidariedade que rejeitam a violência e tendem a prevenir conflitos, combatendo as suas causas profundas e resolvendo problemas pela via do diálogo e da negociação que garantam a todos o gozo de todos os direitos e os meios de participar plenamente no processo de desenvolvimento da sua sociedade ”.¹

Em África, o conceito de cultura de paz está enraizado **nos valores, sistemas de crenças e formas de espiritualidade, conhecimentos e tecnologias locais, tradições e formas de expressão** culturais e artísticas que contribuem para o respeito aos direitos humanos, a diversidade cultural, solidariedade e a rejeição da violência para construir sociedades democráticas.

A ideia de lançar a Bienal para uma cultura de paz inspira-se **na Carta da Renascença Cultural de África**², que defende que a cultura é o meio mais eficaz para permitir que África aumente a sua quota de produção científica mundial e supere os desafios da globalização.

Além disso, esta bienal está em plena sintonia com o Plano de Acção a favor de uma Cultura de paz em África, que foi adoptado em Luanda (Angola) durante o Fórum Pan-Africano “Fontes e recursos para uma Cultura de Paz” organizado conjuntamente pela UNESCO, União Africana e Governo de Angola em março de 2013. O Fórum permitiu, por um lado, o lançamento de um **Movimento continental e sustentável para uma cultura de paz em África** e, por outro lado, ajudou a sensibilizar e mobilizar campanhas a nível nacional sob o lema da União Africana **“Agir pela paz”**.

Após a adoção deste Plano de ação em Março de 2013, muitas iniciativas surgiram ao nível continental e nacional em vários países africanos, incluindo: a criação da **Rede de Fundações e Instituições de Pesquisa para a Promoção de uma Cultura de Paz em África** em Setembro 2013 em Addis Ababa; a criação da **Rede Pan-Africana da Juventude para uma Cultura de Paz** (PAYNCOP) em Dezembro de 2014, em Libreville; e o estabelecimento do projeto da **Rede**

1 Resolução da Assembleia Geral da ONU nº 52/13 de 1998

2 Carta da Renascença Cultural de África, União Africana, 24 de janeiro de 2006

Pan-Africana das Mulheres para a Cultura de Paz com a criação da primeira secção desta rede no Gabão em 2017³. **Campanhas de conscientização para o público e a juventude** foram lançadas, durante a celebração do 21 de setembro, Dia Internacional da Paz, nos Camarões, Congo, Gabão, Angola, São Tomé e Príncipe, Libéria, Mali, Burundi. Noutros países africanos, foram implementados **numerosos projetos e iniciativas no campo da construção da paz e da cidadania** mundial (ver Brochura África - Cultura de paz⁴).

Dois anos antes do final do prazo da iniciativa Silenciar as Armas da UA, a África ainda está longe de alcançar esta aspiração e o continente é palco de muitos conflitos, alguns novos, alguns prolongados, que causam a devastação e o êxodo das populações.

É neste contexto que, em janeiro de 2015, a 24ª sessão da **Assembleia dos Chefes de Estado e do Governo da União Africana aprovou** a Decisão 558 / XXIV, solicitando à Comissão da União Africana que “tome todas as medidas adequadas em consulta com a UNESCO e o Governo da República de Angola para a organização do Fórum Pan-Africano para uma Cultura de Paz, Bienal de Luanda”.

Durante a sua visita oficial à França em maio de 2018, o Presidente da República de Angola, S.E. o Sr. João Manuel Gonçalves Lourenço, reuniu-se com a Directora Geral da UNESCO, Sra. Audrey Azoulay, e reafirmou a intenção de Angola de sediar o **“Fórum Pan-Africano de uma Cultura de Paz, Bienal de Luanda”**, em parceria com a UNESCO e a União Africana. Neste sentido, um acordo foi assinado em dezembro de 2018, abrindo caminho para a realização da primeira edição da Bienal em setembro de 2019.

A Bienal da Cultura de Paz é um evento continental que contribuirá directamente para a implementação dos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 16 e 17** (Paz, justiça e instituições fortes / Parcerias) da **Agenda 2030 das Nações Unidas**, e as **Aspirações da Agenda 2063 União Africana** e, em particular, o projeto de “Agenda para a Paz” e “Silenciar as Armas até 2020”. A Bienal também faz parte da **estratégia operacional da UNESCO para a prioridade África (2014-2021)**, que visa fornecer “respostas africanas às transformações que afectam as economias e sociedades africanas”.

A bienal reunirá representantes de governos, da sociedade civil, do sector privado, da comunidade artística e científica, instituições académicas e organizações internacionais.

A primeira edição de setembro 2019 será **baseada em três eixos**:

- a. **Fórum dos Parceiros: Aliança para a África** é uma oportunidade única para participar na dinâmica do continente africano e para se engajar em programas estratégicos para a África através do fortalecimento de iniciativas e projetos comprovados para a paz e o desenvolvimento sustentável em todo continente.
- b. **Fórum de Ideias - Fóruns de Jovens e Mulheres**, três plataformas para reflexão sobre o futuro da África que estarão centradas na disseminação de boas práticas e soluções em prevenção, gestão e mitigação de conflitos.
- c. **Festival de Culturas** que visa expor a diversidade cultural dos países africanos e da diáspora africana, demonstrando a resiliência dos povos africanos ao conflito e à violência.

3 Como parte dessas redes, numerosas conferências internacionais foram realizadas na Costa do Marfim (Yamoussoukro, 2014), em Angola (Soyo, 2015 e Luena, 2016), Benim (Cotonou, 2015) Gabão (Libreville, 2014 e 2017), Gâmbia (Banjul, 2016), Nigéria (Abuja, 2017) e Paris, à margem da 39ª Conferência Geral da UNESCO em 2017.

4 <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000261366>

A Bienal de Luanda em poucas palavras...

UM ENCONTRO AFRICANO PELA PAZ:

- Uma plataforma para promover a diversidade cultural e a unidade africana
- Um lugar propício para intercâmbios culturais internacionais e intra-africanos
- Um encontro especial que reúne, a cada dois anos, actores e parceiros de um movimento pan-africano para a prevenção da violência e dos conflitos e a consolidação da paz.

OBJETIVO PRINCIPAL:

desenvolver o **Movimento Pan-africano para uma cultura de paz e não-violência**, através do estabelecimento de parcerias envolvendo:

- Governos
- Sociedade civil
- Comunidade artística e científica
- Sector privado
- Organizações internacionais

FORMATO:

5 dias a cada dois anos em Luanda, capital de Angola, em torno de 3 pólos:

- Fórum dos Parceiros: Aliança para a África
- Fórum de ideias / Fórum da Juventude / Fórum das Mulheres
- Festival das culturas

Edição 2019: 18 a 22 de setembro

O Fórum dos Parceiros: Aliança para a África

PARTNER'S FORUM / FÓRUM DOS PARCEIROS

É crucial mobilizar em torno de uma ambição comum: garantir que a construção democrática da África assente numa base económica humanista, social, cultural e sustentável.

- Com base nos testemunhos dos parceiros, exemplos de projetos, fóruns temáticos e redes de contatos, a UNESCO deseja envolver seus parceiros em **iniciativas que visam a paz e o desenvolvimento sustentável** para o continente africano e seu povo.
- O Fórum dos Parceiros oferece aos parceiros uma **oportunidade de expandir suas redes** com governos, setores públicos e privados, organizações internacionais, fundações, bancos de desenvolvimento, entre outros.
- A **Aliança de Parceiros para a Cultura da Paz em África** é uma modalidade essencial da estratégia de mobilização de recursos para a África, que apresenta as melhores práticas e soluções comprovadas para promover a paz e o desenvolvimento sustentável a um nível nacional e global.

ALIANÇA DE PARCEIROS PARA A CULTURA DA PAZ EM ÁFRICA

Objetivo:

mobilizar fundos e recursos para a implementação de projetos e iniciativas para cultura de paz em África e na Diáspora.

Um selo de qualidade para iniciativas e projetos: “Programas emblemáticos” da UNESCO, da União Africana, das Nações Unidas e de organizações não governamentais que já demonstraram impacto em vários países africanos, nas seguintes áreas:

- Capacitação de mulheres e jovens através da alfabetização e formação técnica e vocacional em desenvolvimento sustentável, digital e cultura
- Prevenção do extremismo violento e facilitação do diálogo através da educação para a paz, cidadania, mídia e patrimônio cultural
- Diversificação das economias africanas através do desenvolvimento de indústrias culturais e criativas e das profissões do meio ambiente e da biodiversidade
- Prevenção de conflitos em torno dos recursos naturais: água doce, floresta, fauna, subsolo, oceanos, etc.
- Estabelecimento de sistemas de aviso prévio e desenvolvimento de resiliência a crises, conflitos e mudanças climáticas
- Empoderamento da mídia e uso de tecnologias de informação e comunicação para promover a paz e a não-violência

A Aliança do parceiro reúne organizações africanas e não africanas comprometidas com a cultura de paz:

- Empresas do setor público e privado
- Fundações e organizações filantrópicas
- Governos e cooperação bilateral
- Bancos de Desenvolvimento
- Organizações da sociedade civil
- Eventos esportivos e festivais culturais
- Mídia pública e privada
- Organizações internacionais

A Aliança complementa estruturas de mobilização específicas para **Organizações da Sociedade Civil**, tais como:

- Rede de Fundações e Instituições de pesquisa para a promoção de uma cultura de paz
- Rede Pan-Africana dos Jovens para uma cultura de paz

Outros desportos e Organizações Culturais juntam-se à Aliança nos domínios do cinema, moda, artes cênicas, música, etc. como:

- Festival Pan-Africano de Cinema e Televisão (FESPACO) - Burkina Faso
- Mercado Abidjan de Artes Cênicas (MASA) - Costa do Marfim
- Festival Internacional de Moda Africana (FIMA) - Níger
- Festival de Música Urbana de Anoumabo (FEMUA) - Costa do Marfim
- Festival de Música Raggae (ROTOM Sunsplash) - Espanha
- AFRICALIA - Criatividade é Vida (Bélgica)
- Paz e desporto (Mônaco)
- ...

Fórum de ideias

Fórum de Jovens e Mulheres

FÓRUM DE IDEIAS

O tema principal:

construir e perpetuar a paz em África: um movimento multi-actores

Focos Temáticos:

- Refugiados, retornados e deslocados internos em África: rumo a soluções duradouras para o deslocamento forçado (tema do ano da União Africana para 2019)
- Africanidade global: destacando as ligações entre a África e as suas Diásporas
- Prevenção da violência, resolução e mitigação de conflitos através da cultura e da educação.
- Prevenção de conflitos em torno dos recursos naturais transfronteiriços
- Promoção de uma cultura de paz: o papel das mídias, incluindo as mídias tradicionais e digitais

FÓRUM DE JOVENS

Um espaço privilegiado para a juventude

espaços de reflexão e intercâmbio entre jovens africanos e a diáspora

Focos Temáticos:

- Juventude, paz e segurança
- Criatividade, empreendedorismo e inovação

Objetivos do fórum de ideias e da juventude

- Celebrar a diversidade cultural de África e promover a integração regional
- Fazer um balanço das acções empreendidas em África sobre a cultura de paz
- Promover o intercâmbio de boas práticas entre actores e parceiros
- Desenvolver uma abordagem voltada para o futuro de África

Um dispositivo de comunicação e divulgação de informações:

- Estúdios de rádio / TV para fóruns temáticos
- Multi-sites / Webcast diretos (universidades e escritórios da UNESCO em vários países)
- Parceria com a mídia (impressa, audiovisual e web)
- Sala de mídia: Jornalistas / Blogueiros
- Entrevistas com panelitas e personalidades
- Campanha de mídia social
- Sítio da Bienal em Francês, Inglês e Português

Um momento especial para lançar:

Campanhas de conscientização pública no dia 21 de setembro - Dia Internacional da Paz

FÓRUM DAS MULHERES

No dia 21 de setembro, o Dia Internacional da Paz será dedicado ao papel das mulheres africanas pela paz: mulheres influentes africanas e organizações de mulheres para a promoção de uma cultura de paz.

Foco Temático:

Promoção de uma cultura de paz: o papel das organizações de mulheres

Objetivos específicos:

- Compartilhando as melhores práticas para reduzir a vulnerabilidade de meninas e mulheres à violência
- Reflexão sobre o papel das mulheres (organizações) como agentes da paz em África
- Coordenar as acções conjuntas das redes de mulheres para a paz em África: FEMWISE (Comissão da União Africana), Redes de Mulheres para a Cultura da Paz (UNESCO), Rede de Mulheres Líderes (UN Women), ...

FESTIVAL DAS CULTURAS

Parceiros:

14 países africanos e da Diáspora

Um dos principais objetivos: criar um espaço de intercâmbio entre expressões artísticas e culturais que contribuam para a promoção dos valores africanos de paz e não-violência:

- Cinema e fotografia
- Música
- Artes plásticas e visuais
- Artes cênicas (teatro, dança ...)
- Moda e Design
- Banda desenhada e videogames
- Poesia, literatura, tradição oral (provérbios, contos, épicos ...)
- Patrimônio da Humanidade (cultura e natureza)
- Artesanato e indústrias do patrimônio

Formato: 14 países das 6 regiões de África convidados para cada edição da Bienal de Luanda:

- 2 no Norte de África: **Marrocos e Egito**
- 2 na África Ocidental: **Cabo Verde, Mali e Nigéria**
- 2 na África Oriental: **Etiópia, Ruanda e Quênia**
- 2 na África Central: **República Democrática do Congo e República do Congo**
- 2 na África Austral: **Namíbia e África do Sul**
- 2 da Diáspora: **Brasil e Itália**

Programa

Dia 1

Quarta-feira, 18 de Setembro de 2019

I - CERIMÓNIA DE ABERTURA

 Centro de Convenções
Talatona – CCTA

9h30	Mestre de Cerimónia Mestre de Cerimónia Hino de Angola Hino da União Africana	Sra. Kinna SANTOS Sr. Ladislau SILVA
9h40	Discursos de boas-vindas <ul style="list-style-type: none">• Sr. Sérgio Luther RESCOVA, Governador da Província de Luanda, Angola• S. E. Sra. Maria da Piedade de JESUS, Ministra da Cultura, Angola	
9h55	Discurso inaugural <ul style="list-style-type: none">• Sr. Denis MUKWEGE, Prémio Nobel da Paz de 2018	
10h05	Lançamento da 1ª Edição da Bienal de Luanda <ul style="list-style-type: none">• S. E. Sr. Moussa Faki MAHAMAT, Presidente da Comissão da União Africana• Sra. Audrey AZOULAY, Directora-Geral da UNESCO• S. E. Sr. João Manuel Gonçalves LOURENÇO, Presidente da República de Angola	
10h30	Intervenções de Chefes de Estado <ul style="list-style-type: none">• S. E. Sr. Ibrahim Boubacar Keïta, Presidente da República do Mali, Campeão da União Africana para as Artes, a Cultura e o Património• S. E. Sr. Denis SASSOU NGUESSO, Presidente da República do Congo, Presidente em Exercício da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos• S. E. Sr. Hage Gottfried GEINGOB, Presidente da República da Namíbia	

II - FÓRUM DOS PARCEIROS:

Um movimento de multi-actores para construir a Paz e o Desenvolvimento em África

10h50	Introdução: <ul style="list-style-type: none">• Sr. Firmin Edouard MATOKO, Director-Geral Adjunto, Prioridade para a África e Relações Exteriores, UNESCO• Mensagem de S.E. Sra. Rachel Annick OGOULA AKIKO, Embaixadora, Delegada Permanente da República do Gabão junto da UNESCO, Presidente do Grupo África da UNESCO	
11h00	Confirmação de promessas de financiamento para África <ul style="list-style-type: none">• Programa Nacional de Formação de Doutoramento em Ciência, Tecnologia e Inovação, Angola• Phoenix TV, Hong Kong, China	
11h20	Evento cultural Entrega simbólica da flor da paz por crianças às altas personalidades	

12h30-14h00

ALMOÇO

 Memorial Dr. Antonio
Agostinho Neto (MAAN)

III - FÓRUM DOS PARCEIROS

Um movimento de multi-actores para construir a Paz e o Desenvolvimento em África



Memorial Dr. António Agostinho Neto (MAAN)

Tenda

14h00-15h30

Acordos e Depoimentos de parceiros institucionais

Organizações das Nações Unidas, Organizações Internacionais e Bancos de Desenvolvimento
Entrevistas pela Sra. Audrey PULVAR, Jornalista, Fundadora e CEO do African Pattern

- **S.E. Sra. Emanuela Claudia DEL RE**, Vice-Ministra. Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional, Itália
- **Representante do H.E. Sr. Bandar M. H. HAJJAR**, Presidente do Grupo do Banco Islâmico de Desenvolvimento
- **Sr. Jae-bok CHANG**, Embaixador para a Diplomacia Pública, República da Coreia
- **S.E. Sr. Khalifa Bin Jassim AL-KUWARI**, Director-Geral do Fundo de Desenvolvimento do Qatar
- **H.E. Sr. Tomas ULICNY**, Embaixador e Chefe da Delegação da União Europeia em Angola
- **S.E. Sr. Yang SHEN**, Embaixador, Delegado Permanente da República Popular da China junto da UNESCO
- **S.E. Sr Ibrahim ALBALAWI**, Embaixador, Embaixador e Delegado Permanente do Reino da Arábia Saudita junto da UNESCO
- **Sr. Dominique ROLAND**, Director do Centro de Artes, Enghien les bains

IV - FÓRUM DOS PARCEIROS

Um movimento de multi-actores para construir a Paz e o Desenvolvimento em África

15h30-17h00

Compromissos e Testemunhos de Parceiros do Sector Privado

Parceiros do Sector Privado, Fundações, Mídia

Entrevistas pela Sra. Audrey PULVAR, Jornalista, Fundadora e CEO do African Pattern

- **Sr. El Medhi Yahya GOUGHRABOU**, Direcção Executiva e de Comunicação, Fundação OCP, Marrocos
- **Sr. Fahad Al-SULAITI**, CEO Fundação Education Above All, Qatar
- **Sr. Guido BRUSCO**, Vice-Presidente Executivo da Eni Angola para a África Subsaariana
- **Sr. Wang DUANRUI**, CEO do Grupo Weidong, China
- **Sr. Samba BATHILY**, Fundador do Africa Development Solutions Group
- **Sr. Didier DROGBA**, Vice-Presidente da Fundação Peace and Sport
- **Sra. Stéphanie GOTTWALD**, juíza do XPRIZE e Professora da Universidade Tufts
- **Sr. Mário PALHARES**, Presidente do Conselho Administrativo do Banco BNI Angola
- **Sr. Olivier JUNY**, Director Geral da Total, Angola

V - FÓRUM DOS PARCEIROS

Um movimento de multi-actores para construir a Paz e o Desenvolvimento em África



Átrio do Memorial

16h30

Projectos e Iniciativas para financiar em África

Intercâmbio com directores e oficiais de programa dos escritórios da UNESCO em Africa e os Sectores programáticos

VI - FESTIVAL DE CULTURAS

13h00-22h00



Fortaleza São Miguel de Luanda (FSML)

17h00-18h30

Visita Oficial ao Festival de Culturas (reservado)

I - FÓRUM DOS PARCEIROS

Um movimento de multi-actores para construir a Paz e o Desenvolvimento em África

 Memorial Dr. Antonio Agostinho Neto (MAAN)
Auditório

9h00-10h30

Compromissos e Depoimentos

*Redes de Organizações da Sociedade Civil,
Festivais Culturais, Organizações Culturais e Desportivas*

Entrevistas pela Sra. Audrey PULVAR, Jornalista, Fundadora e CEO do African Pattern

- **S.E. Sr. Anar KARIMOV**, Embaixador, Delegado Permanente do Azerbaijão junto da UNESCO
- **Sr. Yacouba KONATE**, Director Geral do Mercado de Artes Performativas de Abidjan (MASA)
- **Sr. Ardjouma SOMA**, Delegado Geral do Festival Pan-Africano de Cinema e Televisão de Ouagadougou (FESPACO)
- **Sr. Seidnaly SIDHAMED "Alphadi"**, Artista da UNESCO pela Paz - Presidente do Festival Internacional de Moda em África (FIMA)
- **Sr. A'SALFO**, Embaixador da Boa Vontade da UNESCO - Comissário Geral do Festival de Música Urbana de Anoumabo (FEMUA)
- **Sr. Frédéric JACQUEMIN**, Director Geral AFRICALIA
- **Sr. Jean Noël LOUCOU**, Secretário Permanente da Rede de Fundações e Instituições de Pesquisa para a Promoção de uma Cultura de Paz
- **Sr. Ekene Johnpaul IKWELLE**, Presidente da Rede Pan-Africana da Juventude por uma Cultura de Paz.
- **Sr. Francisco MAKIESSE**, Director da Fundação Agostinho NETO

II - FÓRUM DE IDEIAS

Educação, Ciência, Cultura e Comunicação ao Serviço da Cultura da Paz em África

 **Tenda**

9h00-10h30

Prevenção da violência e resolução de conflitos através da cultura e da educação

Moderador: Sr. George PAPAGIANNIS, Chefe da Secção de Relações com a Imprensa - UNESCO

- **Sra. Mbaranga GASARABWE**, Representante Especial Adjunta da Missão Multidimensional de Estabilização das Nações Unidas no Mali (MINUSMA), Coordenadora Residente das Nações Unidas, Coordenadora Humanitária e Representante Residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Mali.
- **Sra. Safira MAHANJANE**, Directora do Departamento de Alfabetização do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano, Moçambique
- **Sr. Hassan CHOUEIKH**, Director da Formação Profissional e Contínua no Ministério do Turismo, Transportes Aéreos, Artesanato e Economia Social, Marrocos
- **Sr. Simon TCHENGUELE**, Inspector Geral, Ministério da Educação primária, secundária e alfabetização, República Centro-Africana
- **Sr. António TSILEFA**, Presidente do Comité de Coordenação do Grupo Regional das Instituições de Formação Técnica e Profissional, Madagáscar
- **Sr. Filipe ZAU**, Reitor da Universidade Independente de Angola

10h30-11h00

PAUSA PARA CAFÉ

III - FÓRUM DOS PARCEIROS

Um movimento de multi-actores para construir a Paz e o Desenvolvimento em África

Hall do Mausoléu

11h00

Projectos e Iniciativas para financiar em África

Intercâmbio com directores e oficiais de programa dos escritórios de campo da UNESCO em África e dos Sectores programáticos

IV - FÓRUM DE IDEIAS

Educação, Ciência, Cultura e Comunicação ao Serviço da Cultura da Paz em África

Tenda

11h00-12h30

Prevenção de conflitos em torno dos recursos naturais transfronteiriços**Moderador: Sr. Jean-Pierre ILBOUDOU**, Chefe do Escritório da UNESCO em Kinshasa e Representante para República Democrática do Congo e Chefe interino do Escritório de Brazzaville

- **S.E. Sra. Josefa Lionel CORREIA SACKO**, Comissária para a Economia Rural e Agricultura, Comissão da União Africana
- **Sr. Ousmane DORE**, Director Geral para África Central do Banco Africano de Desenvolvimento
- **Sr. Adama TONDOSAMA**, Director Geral do Escritório de Parques e Reservas da Costa do Marfim
- **Sr. Amadou BOUREIMA**, Professor da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Abdou Moumouni de Niamey, Níger
- **Sra. Theresa PIRKEL**, Chefe do Departamento Político do Escritório do Enviado Especial das Nações Unidas para a Região dos Grandes Lagos
- **Sr. Vladimiro RUSSO**, Director da Fundação Kisama, Angola

V - ENCERRAMENTO DO FÓRUM DE PARCEIROS

12h30-13h00

Encerramento**Mestre de Cerimónia: Sra. Audrey PULVAR**, Jornalista, Fundadora e CEO do African Pattern**Síntese e próximos passos:**

- **Sr. Mohamed DJELID**, Director Adjunto do Gabinete de Planeamento Estratégico, UNESCO

Palavras de encerramento:

- **Sr. Firmin Edouard MATOKO**, Director-Geral Adjunto, Sector Prioridade África e Relações Exteriores, UNESCO
- **S.E. Sra. Amira EL FADIL**, Comissária para os Assuntos Sociais da União Africana
- **Sr. Manuel Neto da COSTA**, Ministro da Economia, Angola

13h00-14h30 ALMOÇO

VI - FÓRUM DA JUVENTUDE

Juventude e Cultura da Paz

 Tenda

14h30-16h30

Juventude, paz e segurança

Moderador: Sr. Djerabe Djatto BONHEUR, Especialista em Tecnologias de Informação e Comunicação / Aviso Prévio e Prevenção de Conflitos (ECCAS)

- **Sr. Mfrekeobong UKPANA**H, Chefe da Rede de Jovens da União Africana, Equipa Paz e Segurança
- **Sr. John Paul Ekene IKWELLE**, Presidente da Rede Pan-Africana da Juventude para uma Cultura de Paz
- **Sr. Achakele Christian LEKE**, Coordenadora do Cantinho da Juventude Local, Camarões
- **Sr. Noemio Dylan MUKOROLI**, Coordenadora Regional para a Rede Pan-Africana de Jovens para uma Cultura de Paz, África do Sul
- **Sr. Fathia HASSAN MOUSSA**, Coordenador Nacional da Fundação da Iniciativa pela Paz Mundial, Djibuti
- **Sr. Massangano DOMINGOS**, Vice-Presidente do Conselho Nacional da Juventude de Angola

VII – SESSÕES PARALELAS

14h00-16h30

SESSÃO A : Abordando os problemas de analfabetismo de crianças desfavorecidas através de tecnologias avançadas

 Sala de Aula 1

Moderador: Sr. Yao YDO, Director do Escritório Regional da UNESCO para a África Ocidental, Abuja

- **Prof. Stephanie GOTTWALD**, Linguística e Alfabetização Tufts University e Diretora de Conteúdo, Curious Learning
- **Sr. Creesen NAICKER**, Diretor da Parceria de Distribuição, Curious Learning
- **Sra. Zulmira RODRIGUES**, Chefe da Secção de Cooperação com Organizações Regionais em África, Departamento de África, UNESCO
- **Sra. Rokhaya DIAWARA**, Especialista em Educação da Pré-Infância, UNESCO

VII – SESSÕES PARALELAS

14h30-16h00

SESSÃO B : Estado de Paz e Segurança em África

 *Auditório*

Moderadores: **Sra. Ana Elisa SANTANA AFONSO**, Directora do Escritório de Ligação da UNESCO com a União Africana e a Comissão Económica das Nações Unidas para África e Representante da UNESCO na Etiópia e **S.E. Sr. Afonso Eduardo INGUILA**, Embaixador e Director da Divisão de África, Médio Oriente e Organizações Regionais do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Angola

- **Sra. Michelle NDIAYE**, Directora do Programa “Paz e Segurança em África” do Instituto de Estudos de Paz e Segurança, Universidade de Adis Abeba
- **Prof. Samuel KALE EWUSI**, Director do Programa Regional de África, Universidade das Nações Unidas para a Paz
- **Sra. Shewit DESTA HAILU**, Chefe do Departamento de Conflito, Alerta Precoce e Diplomacia Preventiva da Comissão da União Africana
- **Sr. Ibrahim CEESAY**, Director Executivo e Fundador da Iniciativa dos Artistas Africanos pela Paz

14h30-16h00

SESSÃO C : Financiamento sustentável das reservas da biosfera em África: AfríbioFund

 *Sala de Aula 2*

Moderador: **Sr. Khaled SALAH**, Chefe do Escritório Multisectorial para a África Central da UNESCO, Camarões

- **Sr. Ousmane DORE**, Director Geral para África Central do Banco Africano de Desenvolvimento
- **Sr. Adeshola Olatunde ADEPOJU**, Director Geral/CEO do Instituto de Pesquisa Florestal, da Nigéria (FRIN), Presidente da Rede de Reservas da Biosfera em África (AfrimAB)
- **Sra. Noëline Raondry Rakotoarisoa**, Chefe de Secção de Capacitação, UNESCO, e da Rede de Reservas da Biosfera em África

VIII - FESTIVAL DE CULTURAS

10h00-22h00

 *Fortaleza São Miguel de Luanda (FSML)*

I - FÓRUM DE IDEIAS

TEMA DO ANO DA UNIÃO AFRICANA:

*Refugiados, repatriados e deslocados internos em África:
rumo a soluções sustentáveis para o deslocamento forçado* Tenda

9h00-10h30

Não deixando ninguém para trás: Refugiados, retornados e pessoas deslocadas, rumo a soluções sustentáveis para o deslocamento forçado em África**Moderadora: Sra. Zeinab BADAWI**, jornalista da BBC e produtora da série sobre a História Geral de África

- **Sr. Ahmed SKIM**, Director dos Assuntos de Migração, Delegado do Ministério, no Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional, a cargo dos Marroquinos Residentes no Estrangeiro e Assuntos Migratórios, Marrocos
- **Sr. Bakouan FLORENT**, Secretário Permanente do Conselho Consultivo Nacional para Ajuda e Reabilitação de Emergência, Burkina Faso
- **S.E. Sra. Rebecca OTENGO**, Embaixadora da República do Uganda e Presidente do Subcomité para os Refugiados, Deslocados Internos e Repatriados
- **S.E. Sr. Jean Léon NGANDA**, Embaixador da República Democrática do Congo na Etiópia
- **Sra. Santa ERNESTO**, Directora do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Angola

10h30-11h00

PAUSA PARA CAFÉ

II - FÓRUM DE IDEIASEducação, Ciência, Cultura e Comunicação ao Serviço
da Cultura da Paz em África Tenda

11h00-12h30

A África Global: Exploração da Presença Africana no Mundo**Moderadora: Sra. Zeinab BADAWI**, jornalista da BBC e produtora da série sobre a História Geral de África

- **Sr. Hilary BECKLES**, Vice-Reitora da Universidade das Índias Ocidentais
- **Sr. Augustin HOLL**, Presidente do Comité Científico Internacional para os novos volumes da História Geral da África
- **Sr. José CHALA CRUZ**, Secretário Executivo de Cooperação para o Desenvolvimento Afro-Equatorial - (CODAE), Equador
- **Sr. Abdi KUSOW**, Professor do Departamento de Sociologia da Iowa State University, Estados Unidos da América
- **Sr. Jason THEEDE**, Especialista Sênior em Mobilidade Laboral e Desenvolvimento Humano, Organização Internacional para as Migrações (OIM)
- **Sr. Ziva DOMINGOS**, Director Nacional dos Museus, representante de Angola no Comité do Património Mundial

13h00-14h30

ALMOÇO

III - FÓRUM DA JUVENTUDE

Juventude e Cultura da Paz

 Tenda

14h30-16h30

Criatividade, empreendedorismo e inovação

Moderador: Sr. Marius TCHAKOUNANG, Chefe do Campus Digital Francês da AUF, Camarões

- **Sra. Fadwa GMIDEN**, Rede Pan-africana de Jovens para uma Cultura de Paz, Tunísia
- **Sra. Zié DAOUA KONE**, Centro de Incubação e Inovação da Comissão Nacional para a UNESCO, Costa do Marfim
- **Sra. Dora MASSOUNGA**, Empreendedora no ramo do turismo Projeto WARISSE
- **Sra. Yvette ISHIMWE**, Gerente Geral da IRIBA WATER GROUP LTD
- **Sr. Maxwell KATEKWE**, Director de Monitoramento e Avaliação do Restless Development, Zimbabué
- **Sr. Jofre Euclides DOS SANTOS**, Director Geral do Instituto da Juventude, Angola

Apresentação do Programa de Liderança Africana pela **Dra. Rascha RAGHEB**, Directora Executiva da Academia Nacional de Formação, Egito

IV – SESSÕES PARALELAS

14h00-18h00

SESSÃO A: A vulnerabilidade costeira na África Equatorial Central

 Auditório

Discursos de boas-vindas

- **Sra. Francisca DELGADO**, Ponto Focal da Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI) de Angola
- **S. E. Sr. José DIEKUMPUNA SITA N'SADISI**, Embaixador, Delegado Permanente de Angola junto da UNESCO, Presidente do Subgrupo da África Central junto da UNESCO

14h30-16h10

Painel I: Acções para minimizar o impacto negativo das alterações climáticas a favor da economia azul

Moderadores: Dra. Giza MARTINS, MINAMB e Dra. Teresa MARTINS, MINPESMAR

- **Sr. Pier Paolo BALLADELLI**, Coordenador Residente do Sistema das Nações Unidas em Angola
- **Sra. Francisca DELGADO**, Ponto Focal da Comissão Oceanográfica Intergovernamental de Angola

16h10-17h45

Painel II: A iniciativa sobre a vulnerabilidade costeira na África Central

Moderador: Ministério dos Recursos Naturais e Petróleo

- Oficial de Ligação Regional do COI, UNESCO
- Ministério das Pescas e do Mar
- Ministério dos Recursos Minerais e do Petróleo,
- Ministério do Meio Ambiente
- Ministério do Ordenamento do Território e Habitação

14h00-18h00

SESSÃO B : Reflexões sobre a integração da população de ascendência africana e dos migrantes contemporâneos

 Sala de Aula 1

Moderador: Sr. Luis KANDJIMBO, Director-Geral do Instituto Superior de Politécnica Metropolitana, Angola

- **Sr. Edizon Federico LEON CASTRO**, Professor e pesquisador sobre a Diáspora Africana, Equador
- **Sra. Susana MATUTE**, Directora de Políticas Públicas Afro-Africanas, Ministério da Cultura do Peru
- **Sr. Cornélio CALEY**, Pesquisador e consultor do Ministério da Cultura, Angola
- **Prof. Abdi KUSOW**, Departamento de Sociologia, Universidade Estadual de Iowa, Estados Unidos da América

V - FESTIVAL DE CULTURAS

10h00-22h00

 Fortaleza São Miguel de Luanda (FSML)

I - FÓRUM DAS MULHERES

Mulheres e a Cultura de Paz

 Tenda

9h00-9h30

Cerimónia de abertura do Fórum das Mulheres

Discursos de abertura

- **Sr. Moez CHAKCHOUK**, Director-Geral Adjunto do Sector de Comunicação e Informação da UNESCO
- **Sra. Aissatou HAYATOU**, Chefe da Unidade “Silenciar as Armas”, Gabinete do Presidente, Comissão da União Africana
- **S.E. Sra. Emanuela Claudia DEL RE**, Vice-Ministra, Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional, Itália
- **S.E. Sra. Carolina CERQUEIRA**, Ministra de Estado para a Área Social, Angola

9h30-11h00

Vulnerabilidade de meninas e mulheres à violência / A Mulher como agente pela paz

Moderador: Sra. Georgia CALVIN-SMITH, Jornalista da França 24

- **Sra. Loise Danladi MUSA**, Secretária Executiva da Agência Estatal de Educação de Massa de Bauchi, Nigéria
- **Sra. Askah Buraci OTAO**, Educadora da Escola Secundária Gionseri de Meninas e beneficiária do Programa de Mentoras da UNESCO para potencializar o Potencial das Meninas em Ciências, tecnologia, engenharia e matemática (STEM), Quénia
- **Dr. Carmel MATOKO MIABANZILA**, Directora do Hospital Base do Bacongo, República do Congo
- **Dr. Iqbal EI-SAMALOTY**, Secretário-Geral da Rede Árabe de Alfabetização e Educação de Adulto, Egípto
- **Sra. Elisa RAVENGAI**, Coordenadora Nacional da Federação das Pessoas com Deficiência, Zimbabué
- **Sra. Verónica SAPALO**, Directora Executiva da Plataforma Mulher e Acção, Angola

11h00-11h30

PAUSA PARA CAFÉ

11h30-13h00

Redes de mulheres para a cultura de paz em África

Moderadora: Sra. Ana Elisa SANTANA AFONSO, Escritório de Ligação da UNESCO com a União Africana e a Comissão Económica das Nações Unidas para África e Representante da UNESCO na Etiópia

- **Sra. Victoire LASSENI-DUBOZE**, Presidente da Rede Pan-Africana de Mulheres pela Cultura de Paz, Gabão
- **Sra. Mukondeleli MPEIWA**, Rede FemWise - Coordenadora do Secretariado de África
- **Sra. Awa Ndiaye SECK**, Coordenadora da Rede de Mulheres Líderes Representantes da ONU-Mulheres na República Democrática do Congo
- **Sra. Jeanne KANAKUZE**, Secretária Executiva do Pro-Women Twese Hamwe, Ruanda
- **Dr. Yemisi AKINBOBOLA**, Co-Fundador da Rede de Mulheres Africanas nas Mídia (AWIM), Ruanda
- **Sra. Coumba FALL VENN**, Administradora do Centro Pan-africano para o Género, Paz e Desenvolvimento – Femmes Afrique Solidarité, Senegal

13h00-14h30 ALMOÇO

II – CELEBRAÇÃO DO DIA INTERNACIONAL DA PAZ

14h30-16h30

Acção pela paz a favor do clima

Plante a árvore da paz

III – SESSÕES PARALELAS

14h00-16h30

SESSÃO A : Promoção da inclusão e protecção das pessoas com albinismo no âmbito do plano de acção regional

 *Auditório*

Moderador: Sr. Abdourahamane DIALLO, Chefe do Escritório de Acra da UNESCO e Representante no Gana

- **Sr. B. Djaffar MOUSSA-ELKADHUM**, Chefe do Gabinete de Windhoek da UNESCO e Representante na Namíbia
- **Sra. Al-Shaymaa J. KWEGYIR**, Ex-Membro do Parlamento, Tanzânia
- **Sra. Zulmira RODRIGUES**, Chefe da Secção de Cooperação com Organizações Regionais em África, Prioridade África e Relações Externas, UNESCO

14h00-16h30

SESSÃO B : “O procedimento Baku: Promoção do diálogo intercultural para a segurança humana, a paz e o desenvolvimento sustentável” - Lições e perspectivas

 *Sala de Aula 1*

Moderador: Sr. Vasif EYVAZZADE, Secretário do Grupo de Trabalho Internacional, “Procedimento Baku”, Vice-Chefe da Administração, Chefe de Departamento do Ministério da Cultura da República do Azerbaijão

- **S. E. Sr. Anar KARIMOV**, Embaixador, Delegado Permanente do Azerbaijão junto da UNESCO
- **Prof. Mike HARDY**, Diretor Executivo, Centro de Confiança, Paz e Relações Sociais, Universidade de Coventry, Assessor do Governo do Azerbaijão
- **Sr. Hugue Charnie NGANDEU NGATTA**, Assistente de Programa para Ciências Sociais e Humanas, Escritório Regional de Abuja, UNESCO

III - FESTIVAL DE CULTURAS

10h00-22h00

 *Fortaleza São Miguel de Luanda (FSML)*

I - FÓRUM DE IDEIAS

Educação, Ciência, Cultura e Comunicação ao Serviço da Cultura da Paz em África

 Tenda

9h30-10h30

Mídia livre, independente e pluralista para promover a paz e o desenvolvimento em África

Moderadora: Sra. Georgia CALVIN-SMITH, jornalista na France 24

- Sr. Jérôme TRAORE, antigo Presidente do Tribunal de Justiça da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, Burkina Faso
- Sra. Al-Shaymaa J. KWEGYIR, ex-membro do Parlamento da Tanzânia
- Sr. Nouri LAJMI, director da Alta Autoridade Independente para a Comunicação Audiovisual, Tunísia
- Prof. Laurent Charles BOYOMO ASSALA, Director da Escola Superior de Ciências da Comunicação e Técnicas de Informação, Camarões
- Sr. Teixeira CÂNDIDO, Secretário Geral do Sindicato dos Jornalistas Angolanos

10h30-11h00

PAUSA PARA CAFÉ

II – CERIMÓNIA DE ENCERRAMENTO

11h30-12h30

Apresentação e adopção:**Apelo à Acção para a Bienal da Cultura de Paz em África - Edição 2019**

- Sr. Enzo FAZZZINO, Chefe do Escritório da UNESCO em Libreville, Representante para o Gabão e Coordenador Internacional da Bienal de Luanda
- Sra. Alexandra APARÍCIO, Coordenadora Nacional da Bienal de Luanda, Directora do Arquivo Nacional de Angola, Ministério da Cultura
- Sra. Angela MARTINS, Chefe de Divisão Cultural do Departamento dos Assuntos Sociais da Comissão da União Africana

12h30-13h00

Discursos de encerramento

- Sr. Moez CHAKCHOUK, Director-Geral Adjunto do Sector de Comunicação e Informação da UNESCO
- S.E. Sra. Josefa Lionel CORREIA SACKO, Comissária para a Economia Rural e Agricultura, Comissão da União Africana
- S.E. Sr. João MELO, Ministro da Comunicação Social, Angola

Bienal 2019: Apelo de Luanda para a promoção de uma Cultura de Paz em África

13h00-14h30 ALMOÇO

III - FESTIVAL DE CULTURAS

10h00-22h00

 Fortaleza São Miguel de Luanda (FSML)**IV - CONCERTO FINAL**

19h00-00h00

 Baía de Luanda (Marginal)

Descrição das sessões



FÓRUM DOS PARCEIROS

O Fórum dos Parceiros está em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, e as aspirações da Agenda 2063 da União Africana.

O Fórum dos Parceiros é o elemento congregador da edição inaugural da Bienal de Luanda em 2019. Marca o compromisso, a nível das nações e dos actores mobilizados em volar de uma causa comum: **o futuro do continente africano pacífico e próspero.**

A diversidade de parcerias realça o valor inestimável do compromisso internacional com a paz no continente Africano. O Fórum visa demonstrar de modo tangível a importância de consolidar parcerias existentes e criar outras para garantir a viabilidade, vitalidade, visibilidade e relevância da acção da UNESCO no século XXI.

Os programas da UNESCO oferecem uma gama de oportunidades para parcerias sólidas que trazem benefícios mútuos em áreas em que a organização é líder, graças à sua reconhecida experiência e vantagem comparativa.

FÓRUM DE IDEIAS

O Fórum de ideias é uma plataforma de **reflexão para partilhar ideias e experiências para a promoção de um futuro de uma África pacífica e próspera**, através da disseminação de boas práticas e soluções inovadoras.

O Fórum de Ideias girará em torno do tema principal **“Construindo e sustentando a paz: um movimento de parceiros”** e será dividido em várias sessões, onde os seguintes temas serão abordados:

- Prevenção da violência e resolução de conflitos através da cultura e educação
- Prevenção de conflitos em torno dos recursos naturais
- Não deixar ninguém para trás: Refugiados, retornados e pessoas deslocadas, rumo a soluções sustentáveis para o deslocamento forçado em África
- A África Global: Reflexões sobre a presença africana no mundo inteiro
- Mídia livre, independente e pluralista para promover a paz e o desenvolvimento em África

Prevenção da violência e resolução de conflitos através da Educação e Cultura

A maioria dos actuais surtos de violência e de conflitos no continente africano surgem dentro dos próprios países, sendo cada vez menos o resultado de confrontos entre países.

Neste novo mapa das violências e do conflitos, esta sessão temática expõe como a UNESCO, no contexto de suas prioridades globais, apoia os países nos seus esforços para fornecer aos actores locais o conhecimento, as habilidades, os comportamentos e valores que impulsionam a resiliência necessária para viver e trabalhar juntos. Esta sessão se concentrará nos esforços empreendidos para enfrentar os desafios contemporâneos, incluindo os conflitos comunitários, a crise migratória e o combate ao fundamentalismo religioso, entre outras questões importantes. Como tal, a sessão concentra-se em demonstrar nos seguintes ângulos:

- Educar uma geração de jovens africanos como agentes da paz, estabilidade e desenvolvimento.
- Beneficiar do poder da Criatividade e do Património Cultural (nas suas múltiplas facetas) para construir uma paz sustentável no continente africano.

Prevenção de Conflitos em torno dos recursos naturais:

A gestão dos recursos naturais e a prevenção da sua supra-exploração tem sido difícil, principalmente, quando existe um livre acesso a esses recursos. Isso por si próprio, promove a concorrência e conduz frequentemente a uma situação de devastação dos bens comuns. Por outro lado contacta-se também um aumento exponencial da procura de recursos naturais.

Este Fórum vai concentrar-se na partilha de experiências de cooperação bem-sucedidas e estudos de casos de projectos e iniciativas emblemáticos da UNESCO que contribuem para a prevenção de conflitos na gestão dos recursos naturais nacionais e transfronteiriços no continente africano.

Especificamente, a sessão irá destacar, através do Programa Homem e Biosfera da UNESCO e da Convenção do Património Mundial, os desafios e oportunidades relacionados com a cooperação transfronteiriça para a integração regional e para reforçar a sinergia entre a conservação e o desenvolvimento.

A sessão constituirá também, uma oportunidade presenciar um intercâmbio entre parceiros chave na área política (União Africana); financeira (Banco Africano de Desenvolvimento); académica (Universidade de Niamey), assim como trazer perspectivas de gestores de reservas de conservação (OIPR, Costa do Marfim), das agências da ONU (Gabinete do Enviado Especial para a Região dos Grandes Lagos) e parceiros nacionais (Angola).

Não deixar ninguém para trás: promover a integração de refugiados, retornados, deslocados e migrantes em África

Estima-se que em todo o mundo, 68 milhões de pessoas são deslocadas por força e mais de um terço dessas pessoas encontram-se no continente africano, incluindo 6,3 milhões de refugiados e requerentes de asilo, e 14,5 milhões de pessoas deslocadas.

Neste contexto, a União Africana declarou 2019 como o Ano dos Refugiados, Retornados e Deslocadas Internos: Soluções Duradouras para o Deslocamento Forçado em África. Nesse sentido, os líderes africanos reconheceram a necessidade de procurar respostas abrangentes e inclusivas às principais tendências migratórias e à sua dinâmica e desafios no continente.

A escala da crise de deslocação é agravada pelos riscos de tráfico e violações dos direitos humanos, falta de assistência humanitária adequada, violência sexual e baseada no género, detenção de requerentes de asilo, deportação e xenofobia contra refugiados.

Esta sessão visa expor as melhores práticas de alguns países no continente e focar nos desafios identificados pela União Africana sobre os temas específicos sobre retornados, refugiados, pessoas deslocadas internamente e migrantes.

África Global - Explorando a presença africana no mundo:

A África e as suas diásporas, têm sido frequentemente apresentadas como grupos distintos, separados por oceanos que tiveram apenas contatos esporádicos durante breves momentos históricos. A UNESCO, em linha com a História Geral de África, procura desafiar esta perspectiva binária e simplista das relações entre a África e as suas diásporas, introduzindo o conceito de uma África global. Este conceito permite compreender a história das relações entre africanos e afrodescendentes como um processo interligado e contínuo, incluindo a circulação de pessoas, conhecimentos, saberes e culturas tradicionais, cuja matriz é a herança africana.

A sessão destacará a influência africana no mundo e a diversidade das contribuições dos afrodescendentes para as sociedades modernas, e examinará o legado da escravatura e do colonialismo enfrentado pelos afrodescendentes e a sua capacidade de resistir na luta contra o preconceito, o racismo e a discriminação. Esta sessão temática incidirá também sobre a forma como a diáspora africana participa no desenvolvimento do continente e como ela é instrumental para contribuir para a Cultura de Paz.

A sessão focalizará dois diferentes eixos:

- Revisitar os elos que unem a África e a sua Diáspora pelo mundo inteiro.
- Proporcionar o intercâmbio de boas práticas de apoio à diáspora africana, e realçar como estas, contribuem para o desenvolvimento do continente.

Por uma mídia livre, independente e pluralista para promover a paz e o desenvolvimento em África

Os meios de comunicação social têm um papel crucial a desempenhar na promoção da paz e da justiça em todo o continente africano, como também na promoção do desenvolvimento sustentável. Um ambiente mediático dinâmico, livre, independente e pluralista assegura o acesso dos cidadãos à informação, promove o diálogo construtivo no que refere a conflitos e questões de género, incentiva a livre expressão de opiniões e promove uma maior participação política.

Os meios de comunicação social também servem como um mecanismo de responsabilização, trazendo questões importantes a pauta que outrora nem poderiam ser debatidas ou tratadas publicamente, tais como a corrupção, infracções políticas ou violações dos direitos humanos, reforçando assim o Estado de direito e a boa governança. Estas contribuições essenciais dos meios de comunicação social são essenciais para promover sociedades pacíficas e resolver conflitos. Com o advento das novas mídias, é necessário que África explore inovações tecnológicas para empoderar as pessoas através da alfabetização midiática e informacional, a fim de promover um clima de paz no continente. A este propósito, o combate ao discurso de ódio, a promoção da liberdade de expressão, a protecção da liberdade de imprensa e a garantia da segurança dos jornalistas são todos temas relevantes a serem explorados durante esta sessão.

- O papel dos meios de comunicação social na prevenção da violência e dos conflitos: Perspectivas Africanas
- Mobilizar os sistemas de Justiça em África para apoiar a Liberdade de Expressão e a Segurança dos Jornalistas

FÓRUM DA JUVENTUDE

O **Fórum da Juventude** pretende ser um fórum de intercâmbio e reflexão para **jovens africanos no continente e diáspora**. O Fórum da Juventude é dividido em duas sessões:

- Juventude, paz e segurança;
- Criatividade, empreendedorismo e inovação

O Fórum também oferece aos jovens africanos a oportunidade de se manifestarem e reiterarem o seu papel no desenvolvimento do continente.

Juventude, Paz e Segurança:

O papel da juventude no alcance da paz e da segurança continua a ser um aspecto crucial da agenda global. O Conselho de Paz e Segurança da União Africana, realizado no Egito em 8 de novembro de 2018, convidou “todos os Estados-Membros a implementar urgentemente a resolução 2250, remover todos os obstáculos estruturais à participação efectiva dos jovens, mobilizar os recursos necessários e desenvolver planos de acção nacionais de longo prazo para o envolvimento e participação efectiva dos jovens na promoção da paz e segurança e nos processos de desenvolvimento nacional.”

Esta sessão do Fórum da Juventude focará na resposta a três questões principais: Qual é o nível de difusão e da implementação da Resolução 2250 entre os Estados Membros da União Africana? Quais são as melhores práticas nacionais para a implementação desta resolução? É possível considerar a criação, a nível continental, e em parceria com a União Africana, de uma Coligação para a Juventude, Paz e Segurança para acelerar a implementação das Resoluções 2250 e 2419?

Criatividade, Empreendedorismo e Inovação:

Por necessidade ou escolha, cada vez mais jovens no continente africano optam pelo empreendedorismo, seja para se enriquecer e garantir autonomia financeira, ou por conquistar ou criar algo de valor social e criativo. Este espírito empreendedor e inovador inerente dos jovens manifesta-se em quase todas as áreas da vida social e económica dos países de África.

Esta 2ª sessão do Fórum da Juventude da Bienal de Luanda irá destacar soluções concretas e boas práticas nas áreas de inovação empresarial, criação de empregos e o uso da Inteligência Artificial como instrumento de empoderamento económico da juventude. Também promoverá a discussão sobre os desafios enfrentados diariamente como empresários económicos ou sociais, sobretudo no que se refere ao acesso a financiamento, formação técnica e profissional e ao mercado de trabalho.

De um modo conciso, esta sessão responderá as seguintes questões: quais são as políticas públicas inclusivas que promovem o desenvolvimento e o empoderamento de jovens africanos que tomam em conta a criatividade e a inovação? Como instigar o espírito empreendedor como meio para solucionar a questão do desemprego entre os jovens africanos?

FÓRUM DAS MULHERES

O dia **21 de setembro, o dia Internacional da Paz**, será dedicado ao papel das mulheres na promoção da cultura da paz dando atenção especial ao papel das mulheres influentes no continente africano e nas organizações de mulheres que de uma maneira ou outra contribuem para a promoção de uma cultura de paz.

O **Fórum das Mulheres** é uma oportunidade para destacar o papel das mulheres como **agentes da paz na África** e compartilhar as boas práticas para reduzir a vulnerabilidade de meninas e mulheres à violência.

Vulnerabilidade das meninas e mulheres à violência / As mulheres como agentes de paz

Sendo vítimas, tanto em tempos de paz como em tempos de violência, como resultado de estereótipos, discriminação, normas sociais e estigmatização de todos os tipos com base no seu género, as meninas e as mulheres são as que mais sofrem em zonas no continente africano. Como tal, em comparação com outras partes do mundo, África é o continente onde o progresso no combate à violência contra mulheres e as meninas é o mais lento.

Esta sessão terá como foco os projetos da UNESCO no continente africano, dando ênfase a iniciativas sobre como combater a violência de género e como empoderar mulheres e meninas para que elas sejam membros activos e determinantes no processo de decisão na formação das sociedades. Esta sessão também se concentrará nas actividades desempenhadas por organizações notáveis que estão envolvidas na promoção da igualdade de género, e nas suas contribuições para uma cultura de paz em África nas seguintes áreas temáticas:

- Redução da vulnerabilidade das meninas e das mulheres à violência
- Mulheres como Agentes da Paz: Destaque as Iniciativas de mulheres e organizações africanas para a Cultura de Paz

Informações práticas

Moderadores e painelitas

Informações sobre moderadores e painelitas disponíveis aqui:

<https://pt.unesco.org/biennaleluanda2019>

Locais onde se realiza a Bienal de Luanda

- Talatona Convention Center (CVT)
- Memorial Dr. Antonio Agostinho Neto (MAAN)
- Fortaleza de São Miguel de Luanda (FSML)
- Marginal

Transmissão via Web

Siga a Bienal a partir de casa, vendo-a nas páginas da UNESCO no YouTube:

<https://pt.unesco.org/biennaleluanda2019>

Contactos oficiais da Bienal de Luanda

- LuandaBiennale@unesco.org
- biendapaz@mincult.gov.ao

Sites oficiais da Bienal de Luanda

- <https://pt.unesco.org/biennaleluanda2019>
- <https://bienaldeluanda.gov.ao>

Redes Sociais

Acompanhe a Bienal de Luanda nas Redes Sociais da UNESCO

- Twitter : @UNESCO
- Facebook : UNESCO
- Instagram : @unesco
- LinkedIn : UNESCO
- #BiennaleLuanda2019 #UNESCO4Peace #Africa4Peace

Informações de segurança

UNOC - Centro de Operações das Nações Unidas

Número de telefone: +244 929 870 707 (das 06:00 às 18:00 diariamente)

Conselheiro de Segurança UNDSS:

Sr. Miroslav SOTER

Localização do escritório: DSS – CO – Estrada Direita da Samba, Condomínio Rosalinda, Futungo, Buildings 1B, 1C – Luanda/Angola

Número de telefone: +24493232680

Endereço eletrônico: Miroslav.soter@un.org

Assistente de Segurança Local do UNDSS:

Sr. Filipe RODRIGUES

Localização do escritório: DSS – CO – Estrada Direita da Samba, Condomínio Rosalinda, Futungo, Buildings 1B, 1C – Luanda/Angola

Número de telefone: +244 932 697 758

Endereço eletrônico: filipe.rodriques@un.org

Assistente de Segurança Local do UNDSS:

Sr. Acilio MANUEL

Localização do escritório: DSS – CO – Estrada Direita da Samba, Condomínio Rosalinda, Futungo, Buildings 1B, 1C – Luanda/Angola

Número de telefone: +244 923 538 091

Endereço eletrônico: acilio.manuel@un.org

Field Security Associate (FSA):

Sr. Alberto KAPAMBA

Localização do escritório: Chitato, Dundo

Agency: UNHCR, Futungo, Buildings 1B, 1C – Luanda/ Angola

Número de telefone: +244 923 468 548

Endereço eletrônico: alberto.manuel@un.org

Números de emergência policial: 113, 117

Corpo de Bombeiros: 115



Parceiro Oficial da Bienal de Luanda



Parceiro Oficial da Bienal de Luanda



Parceiro Oficial da Bienal de Luanda



Transportadora Oficial da Bienal de Luanda



A.2 Parceiros e Patrocinadores da Bienal

A Bienal de Luanda foi também uma oportunidade para criar e desenvolver parcerias com empresas internacionais e nacionais que apoiaram as actividades da primeira edição, proporcionando assim uma boa base para garantir a sustentabilidade das futuras edições.

Foram mobilizadas, tanto pelas entidades angolanas como pela UNESCO, diferentes categorias de parcerias e patrocínios.

A UNESCO beneficiou da contribuição dos seguintes parceiros:

- **ENI** (Parceiro Oficial - contrato de patrocínio / contribuição de 500 000 euros)
- **Royal Air Maroc** (Transportadora aérea oficial - contrato de patrocínio / oferta de 70 bilhetes em classe económica e executiva)
- **Ethiopian Airlines** (Transportadora aérea – oferta de 15 bilhetes em classe económica e 20% de desconto em outros bilhetes)
- **TAP Air Portugal** (Transportadora aérea – oferta de 10 bilhetes em classe económica)
- **Aceria de Angola** (Patrocinador de categoria Ouro – oferta de 150 quartos no Hotel Diamante e 22 quartos no Hotel Presidente)

Angola beneficiou da contribuição dos seguintes parceiros:

- Parceiros oficiais: **BNI** e **Total**;
- Transportadora aérea: **TAAG**;
- Patrocinadores de categoria Ouro: **Multieventos, Unitel, Grupo Boavida, Noble Group, Niodior, Refriango, NCR, Kikovo, Arena Group, Cooperativa de Crédito, Tegma-Su, Planalto Kinu.**

A.3 Visibilidade e Cobertura Mediática

A organização da Bienal beneficiou de toda uma comunicação e visibilidade a nível internacional e nacional:

UNESCO

- **Página de Internet da UNESCO** em:
 - Francês: <https://fr.unesco.org/biennaleluanda2019>
 - Português: <https://en.unesco.org/biennaleluanda2019>
 - Português: <https://pt.unesco.org/biennaleluanda2019>
 - Árabe: <https://ar.unesco.org/biennaleluanda2019>
- **Folhetos** de apresentação da Bienal de Luanda em EN, FR, PT: https://drive.google.com/drive/folders/1S2gUQ9Mj-_LXGtJx7k6TVQNw1kQpjRUP
- **Comunicados para a imprensa internacional** em EN, FR e PT: <https://drive.google.com/drive/u/1/folders/1sjgN9Hr91Arxj8IyCMih8Y7svjM7enF> enviados a mais de 150 institutos culturais e dos média, tais como Alianças Francesas, Consulados Britânicos, Institutos Culturais Belgas e o Instituto Camões;
- **Vídeo Promocional Oficial** da Bienal de Luanda:
 - Francês: <https://www.youtube.com/watch?v=UsaVlW6zlYI&feature=youtu.be>
 - Inglês: https://www.youtube.com/watch?v=kqx_7emIBGU&feature=youtu.be
 - Português: https://www.youtube.com/watch?v=xP2dR_YNLGM&feature=youtu.be
- **8 vídeos temáticos** que apresentam o Fórum das Ideias e o Fórum da Juventude em Inglês, Português e Francês: <https://drive.google.com/drive/folders/1WINMcmB9esRUuQk4P-87U99CivJDTs0k>
Os vídeos também estão disponíveis numa versão mais curta para uso nas redes sociais;
- **Vídeo promocional com Forest Whitaker:** <https://www.facebook.com/watch/?v=423735314937899>
- **Vídeo promocional com Alphadi:** <https://www.facebook.com/watch/?v=470270490437155>
- **Vídeo com entrevista ao CEO da Eni, Claudio Descalzi:** https://www.linkedin.com/posts/unesco_globalgoals-biennaleluanda2019-activity-6582352810241859584-RO8w
- **Vídeo promocional com Awa Meite**, estilista senegalesa: <https://www.facebook.com/watch/?v=2450686838535157>
- **Vídeo com jovens oradores africanos na comemoração do Dia Internacional da Paz:** https://twitter.com/UNESCO_fr/status/1175439545677910016
- Foram distribuídos **2850 exemplares da reedição da publicação Courier** com o tema “Cultura: um pilar para a paz” em Inglês, Francês e Português, durante o evento;
- Campanha nas **redes sociais**.

Síntese da campanha publicitária nas redes sociais

A campanha publicitária da Bienal foi realizada de 27 de Junho a 30 de Setembro. Os vídeos foram editados em inglês, francês e português. Foram elaboradas 134 mensagens em inglês, francês e português, além de 16 histórias no Instagram (8 em inglês e 8 em francês):

Hashtags utilizadas:

- #BiennaleLuanda2019
- #UNESCO4Peace
- #África4Peace

Angola

- **Página de Internet de Angola** em português: <https://bienaldeluanda.gov.ao>
- **Vídeo promocional:** <https://zh-cn.facebook.com/lisrepublicano/videos/496594971134937>
- **Vídeo promocional:** <https://www.youtube.com/watch?v=ZhOB1sIAO7c>
- **Vídeo promocional:** <https://www.youtube.com/watch?v=6ZigAP33NNk>
- **Vídeo promocional:** <https://www.youtube.com/watch?v=h7QMan3m1L8>
- **Página do Facebook:** <https://www.facebook.com/platinaline/photos/junte-se-a-n%C3%B3s-participe-na-bienal-de-luanda-um-evento-de-promo%C3%A7%C3%A3o-da-paz-cultur/3109767615704492>
- A campanha publicitária também se manifestou nas **redes sociais** e na **sinalização pública**:
 - **Mini-autocarros** ao serviço da Bienal foram personalizados com o logótipo da Bienal e com *slogans*;
 - **Máquinas ATM** foram personalizadas com o *slogan* da Bienal.

Imprensa Escrita

387 artigos sobre a Bienal foram publicados na imprensa nacional e internacional: Angola - 150, Egipto - 53, Portugal - 32, Marrocos - 31, Áustria - 25, Estados Unidos - 24, África do Sul - 18, Canadá - 12, França - 8, Cuba - 7, Moçambique - 6, China - 5, Índia - 4, Iraque - 3, Cabo Verde - 3, Emirados Árabes Unidos - 3, Brasil - 3.

Publicação de um **artigo assinado pela Directora-geral da UNESCO**:

- Jornal de Angola: <https://www.pressreader.com/angola/jornal-de-Angola/20190918/282144998054285>
- Revista francesa Marie-Claire <https://www.marieclaire.fr/biennale-luanda-unesco,1323992.asp>

Televisão

Além disso, vários **relatórios de TV** foram gravados e publicados no *YouTube*:

- Euronews:
 - https://www.youtube.com/watch?v=mXX6AHL_MLM
 - <https://www.youtube.com/watch?v=TWA3PEKjHSc>
 - <https://www.youtube.com/watch?v=RGBqYtcu9iw>
- ONU News:
 - <https://www.youtube.com/watch?v=LzXTYK9jkbc>
- Televisão Pública de Angola:
 - <https://www.youtube.com/watch?v=DU6iveZKFqo>
 - <https://www.youtube.com/watch?v=CrKlfOAvkxs>
 - https://www.youtube.com/watch?v=2_hNccrFyvI
 - <https://www.youtube.com/watch?v=pMiLeP3MjZE>
- PlatinaLine:
 - https://www.youtube.com/watch?v=79wiD_VLaYo
 - <https://www.youtube.com/watch?v=iX6iPSamJUK>
 - <https://www.youtube.com/watch?v=W3Eo9pmAlcY>

Redes Sociais

Foram alcançadas **1 840 000** pessoas em todas as plataformas com **mais de 28 000 gostos**.

A.IV Organizadores

Comité de Direcção

Sr. Firmin Edouard Matoko

Director-Geral Adjunto da UNESCO para a Prioridade África e Relações Externas

S. Ex^a. Sra. Amira El Fadil

Comissária para os Assuntos Sociais da Comissão da União Africana

S. Ex^a. Sra. Maria da Piedade de Jesus

Ministra da Cultura, Angola

Equipa de Coordenação

Sr. Vincenzo Fazzino

Coordenador da equipa internacional, Chefe do Escritório da UNESCO em Libreville e Representante da UNESCO no Gabão

Sra. Zulmira Rodrigues

Coordenadora do Fórum de Ideias, Chefe da Secção de Cooperação com Organizações Regionais em África, Prioridade África e Relações Externas, UNESCO

Sra. Alexandra Aparício

Coordenadora Nacional e do Festival da Cultura, Angola

S. Ex^a. Sr. José Diekumpuna Sita N'sadisi

Embaixador, Delegado Permanente de Angola junto à UNESCO

UNESCO

Supervisão Técnica

Sr. Vincenzo Fazzino

Chefe do Escritório da UNESCO em Libreville e da UNESCO e Representante da UNESCO no Gabão

Sra. Zulmira Rodrigues

Chefe da Secção de Cooperação com Organizações Regionais em África, Prioridade África e Relações Externas, UNESCO

Secretariado

Sra. Laura Raymondi

Assistente Sénior da Secção para a Cooperação com Organizações Regionais em África, Prioridade África e Relações Externas, UNESCO

Sr. Edson Carvalho

Perito, Secção de Cooperação com Organizações Regionais em África, Prioridade África e Relações Externas, UNESCO

Sr. Pedro Felipe Fontenele Reis

Consultor da Secção de Cooperação com as Organizações Regionais em África, Prioridade África e Relações Externas, UNESCO

Sra. Djamila Junior

Consultora da Secção de Cooperação com as Organizações Regionais em África, Prioridade África e Relações Externas, UNESCO

Sra. Binta Dampha

Estagiária da Secção de Cooperação com Organizações Regionais em África, Prioridade África e Relações Externas, UNESCO

Sr. Ayad AlAmrie

Assistente Principal do Protocolo, Secção de Cooperação com as Organizações Regionais em África, Prioridade África e Relações Externas, UNESCO

Sra. Véronica Kariuki

Assistente, Prioridade África e Relações Externas, UNESCO

Sr. Luis Abad-Banda

Consultor, Prioridade África e Relações Externas, UNESCO

Divisão de Informação Pública (DPI)

Sr. Vincent Defourny

Director da Divisão de Informação Pública da UNESCO

Sr. George Papagiannis

Chefe da Divisão de Informação Pública da UNESCO

Sra. Diana Martinez

Consultora da Divisão de Informação Pública da UNESCO

Sra. Ophelie Kukansami-Leger

Consultora da Divisão de Informação Pública da UNESCO

Sr. Gino Nekelani

Estagiário, Divisão de Informação Pública, UNESCO

Gabinete de Planeamento Estratégico (BSP)

Sr. Mohamed Djelid

Coordenador do Fórum de Parceiros, Director Adjunto, Gabinete de Planeamento Estratégico, UNESCO

Sr. Salvatore Mineo

Especialista em Programas, Gabinete de Planeamento Estratégico, UNESCO

Sra. Adiaratou Diakite

Consultora, Gabinete de Planeamento Estratégico, UNESCO

Sra. Bianca Herzog

Responsável pelo programa associado, Gabinete de Planeamento Estratégico, UNESCO

Gabinete Regional Multisectorial para a África Central

Sr. Salah Khaled

Director

Sra. Yvonne Matuturu

Especialista de Programas, Ciências Sociais e Humanas

Sra. Chiara Dezzi Bardeschi

Perita Sénior em Cultura, Coordenação e Parceria

Sra. Mabel Muwanga

Responsável Financeira e Administrativa

Sra. Marie Joseline Ndongmo

Assistente de Programa

Gabinete de Ligação da UNESCO com a Comissão da União Africana e a Comissão Económica das Nações Unidas para África, Adis Abeba Etiópia

Sra. Ana Elisa Santana Afonso,

Directora;

Sra. Malebogo Bowe,

Oficial de Ligação da CUA;

Sra. Lydiah Gachungi,

Conselheira Regional para a Segurança dos Jornalistas;

Sra. Laura Ngumama'anwi Ambe,

Consultora.

Antenne en Angola

Sr. Nicolau Bubuzi

Responsável nacional pelo programa

Sra. Kuan Pou Kei

Estagiária, Cultura de Paz

Coordenação Temática

FÓRUM DAS IDEIAS

COORDENADORAS

Sra. Angela Martins
Chefe da Divisão de Cultura da Comissão de Assuntos Sociais da União Africana (CUA)

Sra. Zulmira Rodrigues
Chefe de Secção PAX/RAO, Sede da UNESCO

TEMA

Não deixar ninguém para trás: Promover a Integração de Refugiados, Retornados, Deslocados e Migrantes em África

África global: Explorando a Presença Africana no Mundo

Prevenção da Violência e Resolução de Conflitos através da Educação e Cultura

Prevenção de Conflitos sobre Recursos Naturais

Meios de comunicação social livres, independentes e pluralistas para promover a paz e o desenvolvimento em África

CONTRIBUENTES

Sra. Seraphine Kando
Assuntos Políticos, CUA
Sr. Sabelo Mbokazi
Assuntos Políticos, CUA

Sr. Ali Moussa-Iye
Especialista de Programas, Ciências Sociais e Humanas, UNESCO Sede

Sr. Lamine Diagne
Especialista de Programas, Ciências Sociais e Humanas, UNESCO Sede

Sr. Toussaint Tiendrebeogo
Especialista de Programas, CLT, Sede da UNESCO

Sra. Noro Andriamiseza Ingarao
Especialista em Programas, Educação, UNESCO Sede

Sra. Noeline Raondry Rakotoarisoa
Chefe da Secção MAB, Ciências, UNESCO Sede

Sr. Edmond Moukala
Chefe de Unidade Centro do Património Mundial- Cultura, UNESCO Sede

Sr. Dodé Houehounha
Especialista em Programas Associados, Centro do Património Mundial- Cultura, UNESCO Sede

Sr. Mehdi Benchelah
Responsável Sénior de Projectos, Comunicação e Informação, UNESCO Sede

Sr. Al-Amin Yusuph
Conselheiro regional Comunicação e Informação Gabinete Escritório Regional da UNESCO para a África Austral

FÓRUM DA JUVENTUDE

COORDENADORA

Sra. Yvonne Matuturu
Especialista do Programa, SHS, Gabinete de Yaoundé da UNESCO

TEMA

Consulta online

Juventude, Paz e Segurança

Criatividade, Empreendedorismo e Inovação

CONTRIBUENTES

Sr. Ekene Johnpaul Ikwelle
Presidente da Rede Pan-Africana da Juventude para uma Cultura de Paz

Sra. Mfrekebong Ukpanah
Chefe da Rede de Jovens da União Africana, Equipa Paz e Segurança

Sra. Fadwa Gmiden
Vice-Presidente da Rede Pan-Africana da Juventude para uma Cultura de Paz

Sra. Sveltana Adah
Membro da Rede Pan-Africana da Juventude para a Cultura da Paz

Sr. Yunyi Li
Membro da Rede Pan-Africana da Juventude para a Cultura da Paz

Sr. Juste Tindy-Poaty
Consultor Ciências Sociais e Humanas, Escritório da UNESCO em Libreville

Sra. Malebogo Bowe
Oficial de Ligação da CUA, Escritório da UNESCO em Adis Abeba

Sra. Laura Ngumama'anwi Ambe
Consultora, Escritório da UNESCO em Adis Abeba

FÓRUM DAS MULHERES**COORDENADORAS**

Sra. Zulmira Rodrigues
Chefe de Secção PAX/
RAO, UNESCO Sede

Sra. Yvonne Matuturu
Especialista do Programa,
SHS, Gabinete de
Yaoundé da UNESCO

TEMA

*O Papel das Mulheres na promoção
da Cultura de Paz: A Vulnerabilidade
das Raparigas e das Mulheres à
Violência*

*Redes de Mulheres para a Paz em
África*

CONTRIBUINTES

Sra. Alice Ochanda
Oficial Nacional de Programas, Ciências, Escritório da UNESCO
em Nairobi

Sr. Juste Tindy-Poaty
Consultor Ciências Sociais e Humanas, Escritório da UNESCO
em Libreville

Sra. Malebogo Bowe
Oficial de Ligação da CUA, Escritório da UNESCO em Adis Abeba

Pontos Focais dos Escritórios de Campo

ESCRITÓRIO	PONTO FOCAL
Dakar <i>Escritório Regional Multisectorial para a África Ocidental (Sahel)</i>	Sra. Guiomar Afonso Cano Especialista do Programa CLT
Abuja <i>Escritório Regional Multisectorial para a África Ocidental</i>	Sr. Hugue Charnie Ngandeu Ngatta Especialista de Programas CLT
Yaoundé <i>Escritório Regional Multisectorial para a África Central Gabinete Regional</i>	Sra. Chiara Dezzi Bardeschi Perita Sénior da CLT, Coordenação e parcerias
Nairobi <i>Escritório Regional Multisectorial para a África Oriental</i>	Sra. Karalyn Monteil Especialista do Programa CLT
Harare <i>Escritório Regional Multisectorial para a África Austral</i>	Sr. Al Amin Yusuph Conselheiro regional CI
Addis Abeba <i>Escritório de Ligação da CUA e do CEANU</i>	Sra. Malebogo Bowe Oficial de Ligação
Rabat <i>Escritório sub-Regional</i>	Sra. Sanae Allam Especialista do Programa CLT
Cairo <i>Escritório sub-Regional</i>	Sra. Jana El-Baba Especialista do Programa SHS
<i>Escritório Nacional de Bamako</i>	Sr. Ali Dao Oficial Nacional do Programa CLT
<i>Escritório Nacional de Abidjan</i>	Sra. Edith Koffi Oficial Nacional do Programa CLT
<i>Escritório Nacional de Accra</i>	Sr. Carl Ampah Oficial Nacional do Programa ED
<i>Escritório Nacional de Maputo</i>	Sra. Ofélia da Silva Oficial Nacional do Programa CLT
<i>Escritório Nacional de Kinshasa</i>	Sr. Augustin Bikale Mukundayi Oficial Nacional do Programa CLT
<i>Escritório Nacional de Dar-es-Salaam</i>	Sra. Viola Muhangi Kuhaisa Oficial Nacional do Programa CLT
<i>Escritório Nacional de Juba</i>	Sr. Thomas Morita Oficial Nacional do Programa CLT
<i>Escritório Nacional de Windhoek</i>	Sra. Aina Heita-Kantewa Oficial Nacional do Programa CLT
<i>Escritório Nacional de Libreville</i>	Sr. Juste Tindy-Poaty Consultor SHS

Seleção Nacional de Angola

S. Ex^a. Sra. Maria da Piedade de Jesus
Ministra da Cultura

Coordenadores

Sr. Aginaldo Guedes Cristovão
Secretário de Estado da Cultura

Sra. Alexandra Aparício
Directora-Geral dos Arquivos Nacionais

Coordenadores adjuntos do Grupo de Apoio Técnico à Comissão Interministerial

Sr. Ulika Amândio Pedro Kandimba
Chefe do Departamento de Informática do Ministério da Cultura

Sr. Paulo Eugênio Kussy
Director Nacional de Formação Artística, Ministério da Cultura

Funcionários, membros do Grupo Técnico

Subcomissão de Festivais e Eventos Culturais

Sr. Paulo Eugênio Kussy
Director Nacional de Formação Artística, Ministério da Cultura

Sr. Pedro Chissanga
Chefe de Departamento de Espectáculos da Direcção Nacional de Cultura

Sra. Tânia Ifika Fancony e Silva
Chefe dos Recursos Humanos

Sr. João Inglês
Conselheiro do Ministério da Cultura

Secretariado

Sr. Luis Sorte
Secretário do Prémio Nacional da Cultura e das Artes

Sra. Teresa Queta Cassola
Directora-Geral Adjunta do Instituto Angolano do Cinema e do Audiovisual (IACA)

Sra. Elisa Silva
Chefe do Departamento Geral de Expedientes

Sra. Helena Bole
Técnica do Gabinete de Intercâmbio

Sra. Isabel Patricia Bwanga
Arquivo Nacional de Angola

Sra. Juracy Avelina Rodrigues
Arquivo Nacional de Angola

Sr. Fernandes Dias dos Santos
Informação e Tecnologia

Sra. Jasmin Zimbo
Informação e Tecnologia

A.V Documentos adicionais

- **Discursos oficiais:**

https://en.unesco.org/sites/default/files/official_speeches.pdf

- **Biografias e Trabalhos dos Painelistas:**

- Fórum de Ideias:

https://en.unesco.org/system/files/forum_of_ideas_bios_0.pdf

- Fórum da Juventude:

https://en.unesco.org/system/files/youth_forum_bios.pdf

- Fórum das Mulheres:

https://en.unesco.org/system/files/women_forum_bios.pdf

- **Lista de Participantes:**

https://pt.unesco.org/system/files/list_of_participants_finale1_cdc_por_1.pdf



UNESCO

União
Africana 

GOVERNO DE
ANGOLA

